



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVI - N° 158 - TERÇA-FEIRA, 45 DE AGOSTO DE 2011 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE
Marta Suplicy - (PT-SP)
2º VICE-PRESIDENTE
Wilson Santiago - (PMDB-PB)
1º SECRETÁRIO
Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO
João Ribeiro - (PR-TO)²

3º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP)¹
2º - João Durval - (PDT-BA)
3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

Notas:

- Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
- Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24	Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 28	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15
Líder Humberto Costa - PT Líder do PT - 13 Humberto Costa Vice-Líderes do PT Gleisi Hoffmann ⁽¹¹⁾ Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque Líder do PSB - 3 Antonio Carlos Valadares Vice-Líder do PSB Lídice da Mata Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 20 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Gilvam Borges ⁽¹⁰⁾ Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim Líder do PMN - 1 Sérgio Petecão Líder do PV - 1 Paulo Davim	Líder Mário Couto - PSDB ⁽⁸⁾ Vice-Líderes Jayme Campos ⁽⁵⁾ Ataídes Oliveira Maria do Carmo Alves Cyro Miranda Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁹⁾ Paulo Bauer ⁽⁷⁾ Flexa Ribeiro ⁽⁶⁾ Líder do DEM - 5 Demóstenes Torres ^(3,4) Vice-Líder do DEM Jayme Campos ⁽⁵⁾ PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti
PSOL - 2 Líder Marinor Brito - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo	PR - 6 Líder Magno Malta - PR ⁽¹²⁾ Vice-Líder Clésio Andrade

Notas:

- Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
- Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
- Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
- Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
- Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
- Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSBD/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
- Senadora Gleisi Hoffmann comunicou, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Patrícia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia
--	---

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 142^a SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 22 DE AGOSTO DE 2011

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação da Presidência

Destinação do tempo dos oradores do Período do Expediente da presente sessão para comemorar os 122 anos de nascimento de Ana Lins dos Guimarães Peixoto Brêtas, a poetisa e contista brasileira Cora Coralina, nos termos do Requerimento nº 931, de 2011, do Senador Rodrigo Rollemberg e outros Senadores.

33850

1.2.2 – Oradores

Senadora Lúcia Vânia

33850

Senador Cyro Miranda.....

33851

1.2.3 – Fala da Presidência (Senador Rodrigo Rollemberg)

1.2.4 – Apresentação da música “Cora Coralina” pelo músico Marcelo Barra

1.2.5 – Oradores (continuação)

Senador Cristovam Buarque.....

33855

Sra Vicência Brêtas Tahan (filha de Cora Coralina).....

33856

Senador Geovani Borges (art. 203 do Regimento Interno)

33858

Senador Wilson Santiago (art. 203 do Regimento Interno)

33859

1.2.6 – Suspensão da sessão às 15 horas e 10 minutos e reabertura às 15 horas e 18 minutos

1.2.7 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, na última sexta-feira, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 324, de 2010.

33860

Leitura de que o Período do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã será destinado a reverenciar a memória do Cineasta, Ator e Escritor Glauber Rocha, pela passagem dos trinta anos de seu falecimento, nos termos do Requerimento nº 761, de 2011, da Senadora Lídice da Mata, dos Senadores José Sarney, Walter Pinheiro e outros Senadores.

33860

1.2.8 – Aviso do Tribunal de Contas da União

Nº 72, de 2011 (nº 749/2011, na origem), encaminhando cópia do Acórdão nº 1.554, de 2011, referente à legalidade da transferência de recursos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA – em favor do Município de Enéas Marques/PR (TC 002.852/2008-5).

33861

1.2.9 – Parecer

Nº 812, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, sobre o Ofício nº S/24, de 2010.....

33877

1.2.10 – Comunicação da Presidência

Arquivamento do Ofício nº S/24, de 2010, cujo parecer foi lido anteriormente.....

33882

1.2.11 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 496, de 2011, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para tornar obrigatória a elaboração de projeto executivo anteriormente à abertura de licitações para a contratação de obras e serviços.

33882

1.2.12 – Discursos do Expediente

SENADOR FERNANDO COLLOR – Esclarecimentos acerca do projeto de lei que regulamenta o acesso a informações públicas.....

33887

SENADOR PEDRO SIMON – Comentários acerca das recentes denúncias de corrupção no Brasil e da reação da sociedade e do Senado Federal a estas.

33891

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE, como Líder – Encaminhamento de requerimento de pesar pelo falecimento do economista Antônio Barros de Castro.

33895

1.2.13 – Leitura de requerimento

Nº 1.030, de 2011, de autoria do Senador Cristovam Buarque e Roberto Requião, solicitando voto de pesar pelo falecimento do economista Antônio Barros de Castro.....

33898

1.2.14 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR CASILDO MALDANER – Alerta para o elevado número de acidentes de trânsito em Santa Catarina e apelo ao Ministério dos Transportes para que sejam tomadas as providências necessárias para sua diminuição.....

33898

SENADOR MARCELO CRIVELLA, como Líder – Repúdio à decisão do juiz da 6ª Vara Cível de Ribeirão Preto, Aleksander Silva, que determinou a retirada de um outdoor com citações bíblicas....

33901

SENADOR JOSÉ PIMENTEL – Considerações acerca de estudo divulgado, na última quinta-feira, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, que compara as condições atuais da economia brasileira com as do momento da crise econômica de 2008.

33903

SENADOR GARIBALDI ALVES – Satisfação com o sucesso do leilão para a concessão do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante, no Rio Grande do Norte, à iniciativa privada.

33906

SENADOR ATÁIDES OLIVEIRA – Reflexões sobre o relatório de informações emitido pelo TCU, solicitado por S.Ex^a, sobre o Sistema S.

33907

SENADOR ROBERTO REQUIÃO – Comentários acerca de pedido de providências, feito por S. Ex^a ao Conselho Nacional de Justiça, sobre a situação atual dos processos que tramitam no judiciário paranaense que tratam do desvio de verba pública.

33911

SENADOR ALVARO DIAS, como Líder – Defesa da instalação da CPI da Corrupção no Congresso Nacional.

33926

SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG – Registro das iniciativas da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em especial, as relativas à apreciação das modificações do Código Florestal.

33927

SENADOR WILSON SANTIAGO, como Líder – Apoio aos diversos programas sociais lançados pelo governo federal e apelo para que o Programa do Microcrédito, que será lançado nestes próximos dias, priorize ações no semiárido nordestino.

33930

SENADOR VITAL DO RÉGO – Homenagem à Universidade Estadual da Paraíba, pelo transcurso de seus 45 anos; e outro assunto.

33933

SENADOR WELLINGTON DIAS, como Líder – Satisfação com o sucesso da implantação do ensino tecnológico no Estado do Piauí; e outros assuntos.

33937

SENADOR WALTER PINHEIRO – Destaque para a importância dos programas voltados à expansão dos serviços na área de saúde empreendidos, ao longo dos últimos anos, pelo Governador Jaques Wagner, na Bahia.

33939

SENADOR ANIBAL DINIZ – Congratulações ao Sistema de Saúde do Governo do Acre, que foi

escolhido para representar o Brasil no prêmio da Organização Pan-Americana de Saúde, e outro assunto.

33941

SENADOR GEOVANI BORGES – Comentários sobre a decisão, da Agência Nacional de Saúde Suplementar, que determinou a obrigatoriedade de divulgação, pelas operadoras de planos de saúde, da relação das redes assistenciais credenciadas, via internet; e outro assunto.

33947

1.2.15 – Leitura de requerimentos

Nº 1.031, de 2011, de autoria do Senador Cyro Miranda, solicitando a oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2011.

33950

Nº 1.032, de 2011, de autoria do Senador Cyro Miranda, solicitando a oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2011.

33950

Nº 1.033, de 2011, de autoria do Senador Cyro Miranda, solicitando a oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2007.

33950

Nº 1.034, de 2011, de autoria do Senador José Sarney, solicitando, em aditamento ao Requerimento nº 756, de 2011, que a Comissão de Juristas criada para elaborar o anteprojeto do novo Código Penal seja composta por 15 membros.

33950

Nº 1.035, de 2011, de autoria do Senador Wellington Dias, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 397, de 2011, e 188, de 2010.

33950

Nº 1.036, de 2011, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do professor e economista Antônio Barros de Castro.

33950

1.2.16 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR ROMERO JUCÁ – Satisfação com a publicação, pelo Ministério da Saúde, da cartilha intitulada “Atenção à saúde da Pessoa com Deficiência no Sistema Único de Saúde – SUS”.

33951

1.2.17 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 23, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada.

33951

1.3 – ENCERRAMENTO

SENADO FEDERAL

2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

3 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

4 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

5 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

6 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL

7 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 99.883, de 1999)

Ata da 142^a Sessão, Não Deliberativa, em 22 de agosto de 2011

1^a Sessão Legislativa Ordinária da 54^a Legislatura

Presidência dos Srs. Rodrigo Rollemberg, Cyro Miranda, Walter Pinheiro, José Pimentel, Aníbal Diniz e Wellington Dias

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 10 minutos e encerra-se às 21 horas e 8 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A primeira hora da presente sessão será destinada a comemorar os 122 anos de nascimento de Ana Lins dos Guimarães Peixoto Brêtas, a poetisa e contista brasileira Cora Coralina, nos termos do **Requerimento nº 931, de 2011**, do Senador Rodrigo Rollemberg e outros Senadores.

Convidado para compor a Mesa a Sr^a Vicência Brêtas Tahan, filha da nossa homenageada Cora Coralina. (Pausa.)

Convidado o Sr. Flávio Salles, neto da nossa homenageada. (Pausa.)

Convidado também o Sr. Paulo Salles, neto da nossa homenageada Cora Coralina. (Pausa.)

Convidado, ainda, dois bisnetos, para representar a geração, a Sr^a Gisela Salles e o Sr. Leandro Salles. (Pausa.)

Registro, com alegria, a presença dos demais parentes que nos honram com sua presença: Gabriel Salles, Heloísa Salles, esposa do Sr. Paulo Salles, Joana Salles, esposa do bisneta Gabriel, a Sr^a Natália Pereira Queiroga, mãe da tataraneta, também aqui presente.

Registro, também, com alegria, a presença de minha mãe, Tereza Rollemberg.

Iniciando a sessão, convidado, como primeira oradora inscrita para esta homenagem, a Senadora pelo Estado de Goiás, Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Cumprimento o Exmº Sr. Presidente em exercício, Senador Rodrigo Rollemberg, a quem agradeço, em nome do povo do meu Estado, Estado de Goiás, a iniciativa desta sessão solene.

Cumprimento a filha da Cora Coralina, Sr^a Vicênciia Brêtas Tahan.

Cumprimento os familiares presentes: o Sr. Flávio Salles Neto, a Sr^a Gisela Salles e o Sr. Leandro Salles, bisnetos.

Cumprimento os demais parentes que aqui estão, amigos, companheiros de Cora Coralina.

Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, em primeiro lugar, não poderia deixar de dizer a V. Ex^a que muito nos honra esta sessão solene, principalmente a iniciativa de V. Ex^a de trazer a esta Casa, neste dia tão importante para o Estado de Goiás, um marco na nossa história, em que Cora Coralina completaria 122 anos. Portanto, receba desta Parlamentar e de todo o povo de Goiás, as nossas homenagens e os nossos agradecimentos por trazer uma poetisa que não é apenas goiana, mas também brasileira para ser homenageada nesta Casa.

Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, senhoras e senhores convidados, sinto-me honrada de ser goiana e manifestar-me nesta homenagem a Cora Coralina. Ana Lins dos Guimarães Peixoto Brêtas, a Aninha dos becos da Cidade de Goiás, a poetisa Cora Coralina, completaria 122 anos neste mês de agosto. Portanto, há 122 anos, na cidade de Goiás, nasceu aquela que escolheu o pseudônimo de Cora Coralina.

Era uma pessoa extremamente simples, profissionalmente uma doceira, que virou a maior poetisa de Goiás e uma das maiores do Brasil. Uma contista que não se deixou influenciar por esta ou aquela corrente literária, ou por modismos. Sobre a sua obra, diz-se que é à prova de extinção e “de uma riqueza sem fim povoada de motivos do cotidiano do interior brasileiro”.

Por isso disse, conscientemente, no tempo presente, que Cora completa 122 anos neste mês de agosto. Ela compartilhou conosco 96 anos, mas continua viva na inacreditável vida que viveu, atravessando dois séculos, sempre à frente de seu tempo.

Continua viva na Casa da Ponte, hoje um museu que leva o seu nome; continua viva nos seus livros, nos seus versos e nas suas crônicas. Continua viva na sua culinária. Continua viva na memória de todos aqueles que a conheceram, que conviveram com ela

algum momento, que leram algum de seus livros ou de seus versos.

Tenho a honra de dizer que pude privar do apoio, da companhia, da parceria de Cora Coralina quando fui primeira-dama do Estado de Goiás. Ela sempre presente, estimulando-nos, levando-nos para frente e fazendo com que nós entendêssemos a importância de Goiás no contexto brasileiro.

Impressionante, ao falarmos da sobrevida de Cora, é ouvirmos a sua prosa, quando ela mesma disse: "Quando eu morrer, não morrerei de tudo. Estarei sempre presente nas páginas deste livro, criação mais viva da minha vida interior em parto solitário. Tirei-o da minha vida interior, sem ajuda e sem esperança".

Busco na figura de Cora, na sua humildade e na sua grandeza, a inspiração para as nossas lutas por uma sociedade melhor e mais justa. Nas minhas andanças pelo Estado de Goiás, tenho, em muitas ocasiões, falado às mulheres goianas. Apresento-lhes Cora como representante das lutas e da fibra da mulher goiana.

Cora Coralina é, para mim, uma das pessoas mais importantes do meu Estado. Entretanto, era uma velhinha sem posses, rica apenas de sua poesia, de sua invenção e identificada com a vida com ela é, isto é, uma estrada. Alguém disse que "na estrada que é Cora Coralina passam o Brasil velho e o atual, passam as crianças e os miseráveis de hoje". Enfim, de fato, na simplicidade dos seus versos, Cora Coralina abrange a realidade da vida.

Num de seus poemas, *Todas as Vidas*, Cora usa um refrão no princípio de cada verso:

Vive dentro de mim
uma cabocla de mau olhado,
acocorada ao pé do borralho
[...]
Vive dentro de mim
a lavadeira do Rio Vermelho
[...]
Vive dentro de mim
a mulher cozinheira.
[...]
Vive dentro de mim
a mulher do povo bem proletária.
[...]
Vive dentro de mim a mulher roceira.
[...]
Vive dentro de mim
a mulher da vida.
E ela conclui:
Todas as vidas dentro de mim:
na minha vida –
a vida mera das obscuras.

O poema fala por si só. Em *Todas as Vidas*, Cora celebra a própria vida, colocando-se junto aos humildes, a quem exalta.

Nascida na cidade de Goiás em 20 de agosto de 1889, na casa que hoje é o museu que ostenta seu nome, Aninha faleceu em 10 de abril de 1985.

Cora publicou seu primeiro livro, **Poemas dos Becos do Goiás e Outras Estórias Mais**, em 1965, aos 75 anos de idade. Somente então foi reconhecida nacionalmente como a grande porta-voz da realidade interiorana já afetada pela modernidade.

Num de seus poemas mais belos, intitulado **Assim eu Vejo a Vida**, Cora diz:

Nasci em tempos rudes
Aceitei contradições
lutas e pedras
como lições de vida
e delas me sirvo
Aprendi a viver.

Em julho de 1979, portanto há 32 anos, Carlos Drummond escreveu a Cora um bilhete em que, entre outras coisas, dizia "Dá alegria na gente saber que existe bem no coração do Brasil um ser chamado Cora Coralina. Todo carinho, toda admiração, do seu Carlos Drummond de Andrade".

Como Drummond, nós os goianos nos orgulhamos dela e a homenageamos nos seus 122 anos. Ana Lins dos Guimarães Peixoto Brêtas é o símbolo de muitas aninhas por este Brasil afora, símbolo da humildade, símbolo da superação.

Era o que tinha a dizer.

Um abraço a todos em nome do meu Estado, o Estado de Goiás.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia. Cumprimento V. Ex^a, Senadora goiana, por suas belas palavras.

Convidado agora, com muita alegria, outro goiano, o Senador Cyro Miranda, para proferir as suas palavras.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmº Sr. Senador Rodrigo Rollemberg, ao qual, também em nome do nosso povo do Estado de Goiás, a nossa gratidão; Srª Vicêncio Brêtas Tahan, filha de Cora Coralina; seu neto, Sr. Paulo Salles; bisneto, Sr. Flávio Salles Neto; bisneta, Srª Gisela Salles, e o bisneto também, Sr. Leandro Salles, quero cumprimentar todos os familiares e também, em especial, a Srª Tereza Rollemberg, senhora mãe do nosso Senador que outorga, neste momento a homenagem.

Srªs e Srs. Senadores, amigos de Cora, convidados, homenagear a poetisa Ana Lins dos Guimarães Peixoto Brêtas, nossa querida Cora Coralina, é motivo de extremo orgulho para todos nós, goianos de nascimento e de coração.

Homenagear Cora Coralina, que completaria 122 anos de idade neste 20 de agosto, é render justo reconhecimento a quem fez brotar no papel os versos do coração, a quem fez um doce revisitar da vida e do folclore de nossa gente e de nosso povo.

Creio que nada melhor há além dos próprios versos de Cora para nos contar as mensagens singulares de suas poesias:

*Não sei se a vida é curta ou longa para nós,
mas sei que nada do que vivemos tem sentido
se não tocarmos o coração das pessoas.*

Muitas vezes basta ser:

*colo que acolhe, braço que envolve,
palavra que conforta, silêncio que respeita,
alegria que contagia, lágrima que corre,
olhar que acaricia, desejo que sacia,
amor que promove.*

*E isso não é coisa de outro mundo,
é o que dá sentido à vida.*

*É o que faz com que ela não seja nem curta,
nem longa demais,
mas que seja intensa,
verdadeira, pura enquanto durar.*

*Feliz aquele que transfere o que sabe
e aprende o que ensina.*

Talvez fosse mais justo parar o discurso aqui, Sr. Presidente, neste ponto, porque os versos já disseram tudo. E disseram tudo de um jeito simples, que somente a sabedoria de mestres como Cora Coralina pode nos ensinar.

De fato, meu prezado Senador Rollemburg, autor do requerimento desta sessão solene, não há sentido em nossas ações se, de alguma forma, de algum modo, não conseguirmos tocar os corações das pessoas.

E esse ensinamento precisa ser repetido, difundido aos quatro cantos do Planeta.

Por quê? Porque o mundo frenético, da busca pelo sucesso e pelas realizações materiais, por vezes, afasta as pessoas da singela, mas grandiosa missão de orientar o próximo, de estabelecer a fecunda ponte entre as gerações.

E a proposta de Cora Coralina não poderia se revelar mais simples, como, aliás, costumam ser seus profundos ensinamentos. Tampouco poderia ser mais doce, como, aliás, sempre se revelam os seus versos e palavras.

De fato, felizes e realizados são os que encontram o tempo e o momento para acolher e confortar, com palavras ou apenas o silêncio; com abraços ou apenas o olhar sincero.

Todas as vezes, Sr. Presidente, que revisito os versos de Cora Coralina... Todas as vezes que percorro as páginas de **Estórias da Casa Velha da Ponte** ou **Poemas dos Becos de Goiás e Estórias Mais**, fico a pensar como a energia torrente de Cora Coralina permaneceu guardada por tanto tempo.

É difícil imaginar que a poetisa de Goiás tenha começado a escrever os primeiros versos aos 14 anos, mas só oferecido ao público o primeiro livro aos 75.

Mas, provavelmente, Cora Coralina responderia a essa curiosidade de um admirador confesso com seus próprios versos: “O que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada.Caminhando e semeando, no fim terás o que colher.”

Cora Coralina, mulher simples e doceira de profissão, colheu o reconhecimento literário em diversos títulos e ao ser a primeira mulher a ganhar o Prêmio Juca Pato, em 1983, com o livro **Vintém de Cobre – Meias Confissões de Aninha**.

Colheu a admiração de Carlos Drummond de Andrade, que lhe escreveu:

“Minha querida Cora Coralina: seu **Vintém de Cobre** é, para mim, moeda de ouro, e de um ouro que não sofre as oscilações do mercado.

É poesia das mais diretas e comunicativas que já tenho lido e amado. Que riqueza de experiência humana, que sensibilidade especial e que lirismo identificado com as fontes da vida!

Aninha hoje não nos pertence. É patrimônio de nós todos que nascemos no Brasil e amamos a poesia (...).”

O que nos conta o mestre Drummond sobre a obra de Cora Coralina nos dá justa dimensão do alcance dos versos da poetisa dos Becos de Goiás.

Ler as linhas e as entrelinhas lavradas por Cora Coralina é recuperar o tesouro da casa velha, a riqueza dos modos das pessoas humildes. É aprender com a gente simples que traça a história cotidiana do Brasil.

Como bem observa sua filha, Vicência Bretãs: “Cora Coralina foi uma mulher à frente de seu tempo. Uma mulher de mente aberta que sempre passou lição de coragem e otimismo”.

Sr. Presidente, Senador Rollemburg, meu prezado e querido amigo, encerro este pronunciamento com um poema:

A vida tem duas faces:
Positiva e negativa.
O passado foi duro
Mas deixou o seu legado.
Saber viver é a grande sabedoria
Que eu possa dignificar
Minha condição de mulher,
Aceitar suas limitações
E me fazer pedra de segurança
dos valores que vão desmoronando.
Nasci em tempos rudes
Aceitei contradições
lutas e pedras
como lições de vida
e delas me sirvo.
Aprendi a viver.

Cora Coralina, nós continuamos a te amar.
Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Agradeço ao Senador Cyro Miranda por suas belas palavras.

Neste momento, consulto o Senador Walter Pinheiro se quer fazer uso da palavra. (*Pausa.*)

Passo, então, neste momento... Quero registrar aqui, com muita alegria, a presença do músico Marcelo Barra, do cineasta Armando Lacerda, da Sra Dalva Albanez e também do Sr. Clóvis Britto, autor do livro **Raízes de Aninha** e que estará conosco, também hoje, daqui a pouco, num debate no Interlegis, a partir das 16 horas.

Para falar em nome da família... A pedido da representante da família, eu vou primeiro usar da palavra; em seguida, passarei para que ela possa fazer o encerramento desta nossa sessão, se não chegar mais algum Senador nesse período.

Quero cumprimentar a Sra Vicêncio Brêtas Tahan, filha da nossa homenageada, Cora Coralina; quero cumprimentar os meus amigos Flávio Salles e Paulo Salles, netos de Cora Coralina; Gisela Salles, Leandro Salles, que representam aqui os netos de Cora Coralina; mas cumprimentar também Mariana Salles, neta; Eduardo Galvão, bisneto; Gabriel Salles, bisneto; Raimundo Vieira, tio dessa turma; Sra Irismar Vieira, que também nos honra com a presença; Sra Dalva Albanez Nascimento, sobrinha neta; Adriana Salles; Sr. Bruno Portela; Heloísa Salles, esposa do Paulo Salles, Professora da Universidade de Brasília; Joana Salles; Natália Pereira Queiroga; quero cumprimentar, com muito carinho, minha mãe, Tereza Rollemberg; Sr. Clóvis Britto; Marcelo Barra; Armando Lacerda; de

forma muito especial estes dois grandes Senadores do Estado de Goiás, Senadora Lúcia Vânia e Senador Cyro Miranda, quero dizer que, para mim, é motivo de muita emoção poder estar fazendo esta homenagem a Cora Coralina no Senado Federal.

Goiás, minha cidade...
Eu sou aquela amorosa
de tuas ruas estreitas,
curtas,
indecisas,
entrando,
saindo
uma das outras.
Eu sou aquela menina feia da ponte da Lapa.
Eu sou Aninha.

Essa Aninha que, na sensibilidade de poeta preocemente desvelada, se identificava tão completamente com sua Vila Boa, que o mundo reconheceu como seu patrimônio cultural, era Cora Coralina.

Nascida a 20 de agosto de 1889, foi batizada Ana Lins dos Guimarães Peixoto, registro ao qual foi acrescentado, pelo casamento, o sobrenome Brêtas.

Cedo ainda, mal dados os primeiros passos na literatura – ofício tão prazeroso que a acompanharia para todo o sempre –, adotou o pseudônimo com o qual seria conhecida, reconhecida e amada pelo público que cativou.

Sinto-me feliz pela iniciativa de propor esta sessão de homenagem a Cora Coralina, na passagem dos 122 anos de seu nascimento. Além de ser distinguido por laços de fraterna amizade com seus familiares, sou profundo admirador da personalidade e da obra de Cora, a quem tive o privilégio de conhecer.

Como mulher e cidadã, Cora Coralina sempre se mostrou à frente de seu tempo. Verdadeiramente de vanguarda, assumiu posições e atribuições que, naquele Brasil de princípios do século passado, normalmente não estavam reservadas às mulheres. Destemida, ousava defender ideias avançadas, invariavelmente comprometidas com a luta por uma sociedade mais fraterna, mais solidária e menos desigual. Postando-se ao lado dos mais fracos, ela se via impelida a batalhar por justiça, sobretudo em nome de mulheres historicamente condenadas ao silêncio por uma sociedade masculina e opressiva, a exemplo, entre outras, das trabalhadoras rurais, prostitutas e lavadeiras.

O otimismo, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, sempre foi característica indissociável do caráter de Cora. Assim, para ela, o tempo presente era infinitamente melhor que o passado, da mesma forma que

seria infinitamente pior que o futuro. Essa crença no amanhã, na perene esperança de um porvir que redima os homens de suas deficiências, era a seiva de que se nutria para celebrar a magia da vida.

A propósito dessa visão de mundo carregada de otimismo, que se entrelaçava com a esperança que nunca a abandonou, relembo depoimento por ela concedido à equipe de filmagem de “Cora Doce Coralina” – aqui, quero registrar a presença do Diretor Armando Lacerda:

Desejo transferir todo o meu otimismo, toda a minha crença no valor dos jovens, toda a minha crença nos valores humanos... toda a minha alegria de viver eu desejo transmitir para aqueles que me ouvem, principalmente para os jovens.

Outro traço marcante da personalidade de Cora Coralina, que transborda em prosa e verso, é a crença na força do trabalho. Instrumento de humanização do próprio homem, o trabalho é, para a poetisa, o instrumento essencial para o incessante – e sempre inconcluso – processo de transformação da vida. Daí a linda visão de história que ela sempre cultivou: pelo trabalho, o homem se reinventa a cada dia!

Enfatizo, por fim, que poucos escritores brasileiros podem se ombrear com Cora Coralina na compreensão profunda do sentido da vida rural.

Nascida num Brasil ainda muito preso à terra, mas tendo acompanhado a radical transformação conhecida pelo País ao longo do Século XX, simbolizada na rapidíssima urbanização, ela descreve a vida no campo de maneira fascinante. Um de seus mais conhecidos trabalhos, “O Poema do Milho”, é a autêntica ode à terra e ao trabalho que nela se realiza. Na doçura dos versos, lá está a mais que perfeita simbiose entre o homem e o seu chão:

Cavador de milho, que está fazendo?
Há que milênios vem você plantando.
Capanga de grãos dourados a tiracolo.
Crente da terra.
Sacerdote da terra.
Pai da terra.
Filho da terra.
Ascendente da terra.
Descendente da terra.
Ele, mesmo, terra.

Cantando sua terra e sua aldeia, Cora foi intrinsecamente universal. Esgrimindo as palavras, confirando-lhes o poder de traduzir valores e sentimentos

que significam o ser humano, ela foi capaz de produzir uma obra literária que fala à alma. Felizmente ela teve a oportunidade de, em vida, ser reconhecida e festejada por seu trabalho.

Quer fique bem claro: o reconhecimento da importância do trabalho de Cora Coralina partiu de instituições culturais e governamentais, que se multiplicaram na oferta de prêmios e condecorações; passou por nomes consagrados de nossa cultura, a exemplo do poeta Carlos Drummond de Andrade, que fez questão de incensá-la publicamente, mas, sobretudo, chegou ao povo, a pessoas simples e comuns que também se extasiavam com seus textos.

Feliz a nação que vê surgir de suas entranhas um ser tão especial como Cora Coralina. Seu ciclo de vida foi tão fecundo que a morte, ocorrida em 1985, jamais conseguiria apagar a força de suas realizações e a magia de sua obra poética. Parece que ela mesma tinha consciência do que fizera, algo que sobreviveria para a eternidade.

No poema “**Meu Epítafio**” essa percepção se faz presente:

Morta...serei árvores,
Serei tronco,
Serei fronde.
E minhas raízes,
enlaçadas às pedras do meu berço,
são as cordas que brotam de uma lira.

Cora Coralina está e estará presente para sempre, mesmo porque, como ela própria acreditava “não morre aquele que deixou na terra a melodia do seu cântico na música de seus versos”.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Temos a honra de ter entre nós o músico Marcelo Barra, a quem convido para que faça também a sua homenagem.

Fique à vontade para usar a tribuna, Marcelo.

Marcelo Barra, cantor e compositor, nos brindará com a canção “Cora Coralina”.

O SR. MARCELO BARRA – Trata-se de uma música que fizemos em homenagem a ela. Ela participou conosco de um vídeo **clip** que foi transmitido pelo Fantástico na época, quando a Cora tinha 93 anos.

(Procede-se à execução da canção *Cora Coralina.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Marcelo Barra. Saiba que você emocionou muita gente neste plenário.

Passo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF)

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Boa tarde a cada uma e a cada um.

Quero cumprimentar, inicialmente, o Senador Rodrigo Rollemberg, que tomou a iniciativa desta justíssima homenagem que o Senado brasileiro presta a uma das pessoas mais marcantes do século XX da história do nosso País e, ainda mais, na história das letras do nosso País.

Quero cumprimentar a filha da poeta Cora Coralina, Vicência Brêtas Tahan, e os presentes: Flávio Salles, que é neto; Flávio Salles Neto, que é bisneto; Gabriel Salles, bisneto; Gisela Salles, bisneta; Leandro Salles, bisneto; Heloisa Salles, esposa do neto; Joana Salles, esposa do bisneto, Senhora Natália Queiroga, mãe de tataraneta.

Feliz a pessoa que pode, numa homenagem, ter presente a família desta maneira, porque ou está sendo homenageada há tanto tempo que essa descendência chegou e o nome permanece visível ou já deixou uma prole ainda em vida.

A Cora Coralina é uma dessas que deixou em vida uma prole de letras, uma prole de filhos, que deixou uma marca presente no que escreveu e deixou uma marca presente naquelas pessoas a quem ela deu origem.

Mas, mais que isso, Cora Coralina é homenageada não apenas pelo que escreveu, mas pelo que ela viveu, pelo que ela realizou. Ela não foi apenas uma poeta ou uma poetisa, como se pode também chamar, ela foi uma historiadora, ela foi uma memorialista, ela foi uma mulher ousada, ela foi uma grande artista da cozinha; com a gastronomia e com a poesia, ela deixou a sua marca. Mas, além disso, o que ela fez, que é diferente, nas artes das letras, na poesia, é que ela foi, como muitos dizem, universal a partir do local. Ela fez a sua poesia olhando ao redor, da janela da sua casa, o rio passando. E olhando o rio passar da janela da sua casa, ela falou para o mundo inteiro porque ela falou para o coração das pessoas.

Creio que há dois poetas do século XX que eu considero poetas-irmãos: Cora Coralina e aqueles que como ela fizeram a poesia local, e entre eles eu cito Mário Quintana, um poeta que fez da poesia local o mundo inteiro rodar em torno.

Comecei a ler Cora Coralina muito cedo, ainda jovem, em Recife, e ela, que entrou na poesia já com uma certa idade, pelo menos para ser conhecida, naquela época, ela já fazia a cabeça da gente, ela e Mário Quintana. São os dois diferentes, não são os dois melhores, até porque sou contra dizer quais são

os poetas melhores, isso aí é como se a gente fosse medir a poesia com uma fita métrica para saber qual deles é melhor. Não existe poeta melhor; existe poeta que mais nos toca na hora em que lemos, na hora em que ouvimos o seu poema.

Então não é que sejam os melhores, mas eles fazem parte dessa pequena irmandade do poeta que é universal ao ser local, que ao mesmo tempo toca a vida, o coração de pessoas do mundo inteiro, quando seus poemas são traduzidos, dizendo que olham ao seu redor, sem precisar fazer grandes análises, sem precisar da metafísica, apenas da realidade.

Cora Coralina foi uma poeta da realidade e, ao ser uma poeta da realidade, ela mudou a realidade com seus poemas, com seus textos, com seus atos e, por isso, estamos aqui hoje comemorando e, ao mesmo tempo, prestando esta justa homenagem.

Ouvi o final do discurso do Rodrigo Rollemberg. De fato, feliz um povo, feliz uma nação, feliz um idioma que teve uma Cora Coralina, e felizes somos nós que podemos contar com a sua obra para sempre, podendo ir ali de vez em quando ler um pedaço, ler outro pedaço, deliciar-nos com aquilo que ela escreveu. Alguns mais felizes podem deliciar-se também com as receitas que ela deixou, suas duas formas de realizar poesia, além da própria vida que foi também uma poesia em si.

Parabéns, Senador Rodrigo!

Felizes somos nós que estamos aqui para dizer: Cora Coralina, poeta que tem nome de poeta, poeta cujo som do nome é uma poesia. Felizes de nós que podemos aqui dizer que ela, por tudo o que fez, está viva com sua família e conosco também.

Muito obrigado a cada um e a cada uma pelo privilégio de aqui, no Senado Federal, homenagearmos um dos grandes nomes da história das letras e, com isso, demonstrarmos que a história não pode homenagear apenas os generais e os políticos, mas também as pessoas de letras como Cora Coralina.

Um grande abraço a cada uma, a cada um e muito obrigado, Senador, e muito obrigado, Goiás, por nos ter dado Cora Coralina. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senado Cristovam.

Quero aqui registrar com muita alegria a presença entre nós do Sr. Bento Moreira Lima Júnior, avô de muitos dos bisnetos de Cora aqui presentes, e de vários amigos da família: Ana Rita Suassuna, Jorge Funari, Luiz Julião, Tarcísio Santa, Vera Lúcia Rabelo, Geórgia Costa. É uma honra e uma alegria muito grande poder recebê-los na tarde de hoje.

Para fazer os agradecimentos em nome da família, passo agora a palavra à Srª Vicênci Brêtas Tahan.

A SRA. VICÊNCIA BRÊTAS TAHLAN – Não se assustem com este pacotão. Não é nada longo.

Eu estou aqui muito feliz e quero agradecer, realmente muito obrigada, ao Ex^{mo} Sr. Senador Rollemburg, que teve a feliz ideia de homenagear minha mãe em pleno Senado Federal do Brasil. É uma honra e represento, com muito orgulho, toda a família da minha mãe, um grupo grande, que nem vou nomear, porque todos já o nomearam o suficiente.

Meu nome é Vicênci, nome de antigamente. A sexta Vicênci da família, com muita honra. Feio o nome? Não, apenas antigo. É um nome marcante, forte. Quando falo Vicênci, sou eu mesma. Ninguém está me confundindo com ninguém.

Depois de todas essas excelências, três Senadores da República, quatro com o nosso patrocinador, falarem de Cora Coralina, não há mais o que falar especificamente dela como mulher, como escritora. Então, vou fazer uma coisa diferente.

Ela era muito sábia e deixou muitas frases que pincei dos escritos dela de poesias e textos, onde ela nos dá lição de vida. Acho que nisso ninguém tocou, ninguém falou, então, é uma novidade para todos, e é isso que quero.

Aos noventa anos, Cora Coralina falava: "Estou vivendo os melhores anos de minha vida". Gente, vocês já ouviram alguém de noventa anos falar isso? Nem de quarenta, nem de cinquenta. Está todo mundo reclamando não sei do quê, mas reclamam, e ela estava vivendo os melhores anos da vida dela.

Aos oitenta anos, estou regredindo dez: "Não trocaria jamais minha paz interior pelas inquietudes da mocidade". Realmente, o moço está aí, cheio de vida, de força, de esperança, mas ele está inquieto, porque não sabe o dia de amanhã ainda, mas ela, aos oitenta anos, já sabia. Então, ela não tinha saudade, não tinha esse negócio de "saudade dos meus vinte, trinta anos". Ela apenas deu graças a Deus, porque já não tinha mais inquietação nenhuma e estava vivendo plenamente a vida.

Outra: "A escola passa o saber, e a vida nos dá sabedoria". Verdade verdadeira, não é? A escola está ensinando a gente aquelas coisas lá, às vezes decoradas, mas a vida, o viver é que vai ensinar a gente tudo o que temos que saber para consertar os erros ou pensar no que fazer no futuro. É a vida que vai dar essa sabedoria.

"O tempo sempre foi e será o grande mestre. Ser feliz depende única e exclusivamente de você" – não é

dos outros, não. Ninguém é feliz por causa da mulher, do marido, não; está dentro de nós ser feliz, aproveitar os momentos felizes e esquecer das porcarias por que já passamos. Vamos viver o dia de hoje! Levantar o nosso agradecimento a um Deus, a uma coisa superior, isso, sim, mas é vivendo e sendo feliz.

"Tempo perdido falam os insensatos; não há tempo perdido; todo tempo é tempo de semear." Outra verdade.

"Não perca tempo com espinhos, plante flores." Por que está pensando só nos espinhos, nas coisas ruins? Vamos plantar alguma coisa boa para o dia de hoje, para o futuro, quem sabe. Vamos plantar flores.

Eta, esta é uma verdade, verdadeira: "Não tenho medo de envelhecer" – nem eu –; "tenho medo de ficar velha." Reparem a diferença de envelhecer e ficar velha. Eu conheço gente de 40 anos que está velho, porque está pensando como velho, está desanimado, está achando que nada mais tem futuro, que a vida acabou e se entrega, mas não é assim.

Agora, esta é marcante: "Luta, a palavra vibrante que levanta os fracos e determina os fortes." É ou não é? Ninguém responde? (Pausa.)

É a palavra que levanta os fracos e determina os fortes. É a luta, a luta pela vida, a luta por uma ideia, por um ideal, a luta pelo pão, a luta pela poesia, a luta pela alegria, a luta em falar "graças a Deus, eu estou vivo e eu posso consertar hoje o que errei ontem, lutando, lutando sempre".

"Procuro superar, todos os dias, minha própria personalidade renovada, despedaçando, dentro de mim, tudo que é velho e morto". Verdade verdadeira.

"Viver, para mim, é compreender a criatura, o meio, o tempo, o bem e o mal; e, sobretudo, não condenar". É fácil condenar os outros, não é? Eu mesma, de vez em quando, condeno.

"Velho é aquele que se ilude que a idade é juventude, e jovem é aquele que sabe envelhecer". É. Preparar-se para envelhecer é uma bela coisa.

"O tempo sempre foi o grande mestre. Aprendam com ele aquilo que nenhuma escola ou outro mestre poderá ensinar".

"Feliz é o homem que busca um caminho. Feliz é o homem que o encontra".

"Acredito nos jovens. Exalto sua confiança, generosidade e idealismo". O jovem tem mesmo disso, não é?

Engraçado, eu moro em São Paulo. Lá existe uma padaria, nos Jardins, que me falaram. Fui conhecer essa padaria. É um pouquinho longe da minha casa, mas um dia eu estava disposta e cheguei lá. E, na parede, bem em cima, tem, em letras garrafais, deste tamanho... Não

estou exagerando, não sou de Itu não, viu, gente? Itu é uma cidade onde tudo é grande, lá em São Paulo. Então, lá está escrita uma frase da minha mãe, na padaria. Eu achei admirável. É esta frase: "Haverá sempre esperança de paz, na terra, enquanto houver um semeador semeando o trigo, um padeiro amassando e cozendo o pão, enquanto houver a terra lavrada e o eterno e obscuro labor pacífico do homem". Estava na padaria. Fiz questão de cumprimentar o dono, um senhor engenheiro que deixou a engenharia, foi ser padeiro e está com muito sucesso lá. Também, com essa frase linda, até eu!

Bom, hoje nós temos que achar a poesia na realidade da vida!

E a vida toda é poesia. E só encontrar; é só procurar; é só olhar e querer encontrar.

"Sou a cigarra cantadeira de um longo estio que se chama vida." Ela viveu bastante, produzindo sempre. Quando morreu, ainda juntava seus escritos para um novo livro; e a cabeça, 100%. O corpo, fragilizado, com 95 anos, mas a cabeça, que é o principal, estava lúcida, plena, crendo que ainda ia conseguir editar esse outro livro. Naquele tempo, ela deixou, quando faleceu, três livros. Hoje, há onze editados. Eu sou a responsável perante a editora.

Então, estamos hoje, neste mundo de tecnologia, neste século maravilhoso, providenciando que os livros dela sendo editados em **e-book**. Esses termos em inglês! Há um Senador aqui – eu nunca mais o vi falar nada – que estava querendo que se pusessem dentro da escola, que se aportuguesassem todos esses termos ingleses. É mesmo, não é? Vocês olham por aí e é **cheeseburger, e-book, ipad, ipod**, não sei mais o quê. Tudo em inglês! Vamos transformar tudo isso em português!

Então, o **e-book** nada mais é do que um livro virtual. Por meio de um computador, de um celular, você lê um livro, ou seja, vai virando as páginas ali. Eu acho que, para mim, não vai ter graça nenhuma, porque eu gosto é de papel na minha mão, mas, em todo caso, estamos aí, em um século novo, onde predomina tudo quanto é tecnologia. Tudo é tecnologia! Muito chique hoje.

Então, é isso aí. E há mais: "Eu sou aquela mulher que fez a escalada da montanha da **vida, removendo pedras** e plantando flores".

A última, para vocês não cansarem: "Meus versos têm cheiro dos matos, dos bois e dos currais".

É isso.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Srª Vicência Brêtas Tahan, representando aqui a família da nossa homenageada.

Registro ainda a presença, e agradeço, da Srª Zezé Houasis, do Instituto Itiquira, de Formosa (GO); do Sr. Gustavo Dourado, amigo e presidente da Academia de Letras de Taguatinga.

Quero registrar que hoje, às 16 horas, no auditório do Interlegis, teremos uma mesa redonda com o Sr. Clóvis Britto, autor do livro **Cora Coralina – Raízes de Aninha**, biografia de Cora Coralina, e com Paulo Salles, professor da UnB e neto de Cora. Teremos também a exibição de um filme às 18 horas, na Biblioteca do Senado, e a abertura da exposição literária da obra de Cora Coralina.

Eu quero agradecer a presença...

Antes de fazer os agradecimentos finais, nós vamos ouvir aqui a nossa Vicência declamar um poema de Cora.

A SRA. VICÊNCIA BRÊTAS TAHAN – Eles estavam esquecendo, eles tinham tratado comigo. É, hoje alguém falhou aí. O senhor me desculpe, Excelência. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Fique à vontade. É uma alegria enorme ouvi-la.

A SRA. VICÊNCIA BRÊTAS TAHAN – Eu vou ficar de pé, porque eu sou péssima sentada.

TODAS AS VIDAS

Vive dentro de mim
uma cabocla velha
de mau-olhado,
acocorada ao pé do borralho,
olhando pra o fogo.

Benze quebranto.

Bota feitiço...

Ogum. Orixá.

Macumba, terreiro.

Ogã, pai-de-santo...

Vive dentro de mim
a lavadeira do Rio Vermelho,
Seu cheiro gostoso
d'água e sabão.

Rodilha de pano.

Trouxa de roupa,
pedra de anil.

Sua coroa verde de são-caetano.

Vive dentro de mim
a mulher cozinheira.

Pimenta e cebola.
 Quitute bem feito.
 Panela de barro.
 Taipa de lenha.
 Cozinha antiga
 toda pretinha.
 Bem cacheada de picumã.
 Pedra pontuda.
 Cumbuco de coco.
 Pisando alho-sal.
 Vive dentro de mim
 a mulher do povo.
 Bem proletária.
 Bem linguaruda,
 desabusada, sem preconceitos,
 de casca-grossa,
 de chinelinha,
 e filharada.
 Vive dentro de mim
 a mulher roceira.
 – Enxerto da terra,
 meio casmurra.
 Trabalhadeira.
 Madrugadeira.
 Analfabeto.
 De pé no chão.
 Bem parideira.
 Bem criadeira.
 Seus doze filhos.
 Seus vinte netos.
 Vive dentro de mim
 a mulher da vida.
 Minha irmãzinha...
 tão desprezada,
 tão murmurada...
 Fingindo alegre seu triste fado.
 Todas as vidas dentro de mim:
 Na minha vida –
 a vida mera das obscuras.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Que coisa linda, emocionante! É um privilégio a gente poder iniciar esta semana de trabalho no Senado Federal, homenageando uma pessoa tão especial, tão importante para a cultura do Estado de Goiás, para a cultura brasileira, uma pessoa que desempenhou papel tão importante como vanguarda na luta das mu-

lheres, na luta por um País mais justo, mais solidário e mais generoso como foi a luta de Cora Coralina.

Eu agradeço a Srª Vicência, agradeço a todos que nos honraram com sua presença nesta tarde de segunda-feira. Agradeço do fundo do coração. Realmente é um momento especial no Senado Federal, e nada mais justo do que homenagear a figura desta poetisa fantástica: Cora Coralina.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Os Srs. Senadores Geovani Borges e Wilson Santiago enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, demais autoridades presentes, minhas senhoras e meus senhores,

Esta Sessão Solene, proposta pelo nobre senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), faz mais do que comemorar os 122 anos de nascimento de Ana Lins dos Guimarães Peixoto Brétas, a poetiza e contista de Goiás, conhecida pelo pseudônimo de Cora Coralina.

Esta sessão nos permite um passeio nostálgico ao coração do Brasil, à vida simples da roça, ao cheiro de mato, fogão de lenha, açúcar no tacho, doçura de frutas cristalizadas.

E, principalmente, falar a respeito de Cora Coralina nos possibilita resgatar a diferença, a sutil diferença entre saber e sabedoria, entre ser sábio e ser sabido. Afinal, ensinava a maior poetiza de Goiás:

“O saber a gente aprende com os mestres e com os livros. A sabedoria, se aprende é com a vida e com os humildes.”

Cora Coralina, Aninha da Ponte da Lapa ou Ana Lins de Guimarães Peixoto Bretás, escreveu histórias dos becos de Goiás, das coisas, da terra, do ventre, da infância e, sobretudo, da vida.

A maior lição é que, apesar disso e daquilo, do tudo e do nada, ela sempre acreditou no sonho, no seu sonho.

Só estudou até a terceira série primária. E começou a escrever poesias aos 14 anos. No entanto, só publicou o seu primeiro livro aos 76 anos, idade em que a maioria de nós pouco ou nada espera da vida.

Ficou famosa quando contava com quase 90 anos de idade e Carlos Drummond de Andrade, o grande poeta mineiro, elogiou-lhe a forma e o conteúdo.

Foi a primeira mulher a ser agraciada com o Troféu Juca Pato em 1984, que a elegeu a Intelectual do Ano 1983.

Cora Coralina viveu 96 anos, teve seis filhos, quinze netos e 19 bisnetos, foi doce ira, contadora de histórias, poetiza e membro efetivo de diversas entidades culturais, tendo recebido o título de doutora "Honoris Causa" pela Universidade Federal de Goiás.

Tem dois poemas que a mim, particularmente, me tocam demais. Um é o antológico O Cântico da Terra, do qual aqui reproduzo uma parte:

Eu sou a terra, eu sou a vida.
Do meu barro primeiro veio o homem.
De mim veio a mulher e veio o amor.
Veio a árvore, veio a fonte.
Vem o fruto e vem a flor.
Eu sou a fonte original de toda vida.
Sou o chão que se prende à tua casa.
Sou a telha da coberta de teu lar.
A mina constante de teu poço.
Sou a espiga generosa de teu gado
e certeza tranquila ao teu esforço. (...)

O outro poema, Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, é aquele que elejo para finalizar a minha homenagem à poetisa.

Mas ressalto que as homenagens à Cora Coralina, porém, não terminam nesta sessão. Mais tarde, às 18 horas, o meu amigo, presidente desta Casa, também escritor, senador José Sarney inaugura uma exposição literária sobre a obra da poeta na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho do Senado Federal.

E que esse poema, intitulado Conclusões de Aninha, nos fique como reflexão:

Estavam ali parados. Marido e mulher. Esperavam o carro.

E foi que veio aquela da roça
tímida, humilde, sofrida.
Contou que o fogo, lá longe,
tinha queimado seu rancho,
e tudo que tinha dentro.
Estava ali no comércio
pedindo um auxílio
para levantar novo rancho
e comprar suas pobrezinhas.

O homem ouviu.
Abriu a carteira, tirou uma cédula,
entregou sem palavra.
A mulher ouviu. Perguntou, indagou, especulou,
aconselhou,
se comoveu e disse que Nossa Senhora havia
de ajudar
E não abriu a bolsa.
Qual dos dois ajudou mais?

Donde se infere que
o homem ajuda sem participar
e a mulher participa sem ajudar.
Da mesma forma aquela sentença:
"A quem te pedir um peixe, dá uma vara de pes-
car."

Pensando bem, não só a vara de pescar,
também a linhada, o anzol, a chumbada, a isca,
apontar um poço piscoso
e ensinar a paciência do pescador.
Você faria isso, Leitor?
Antes que tudo isso se fizesse
o desvalido não morreria de fome?
Conclusão:
Na prática, a teoria é outra.

Finalizando, Sr. Presidente, quero dizer que a vida de cada um de nós continua repleta de acontecimentos onde, na prática, a teoria é outra...

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado!

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB). Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, de maneira justa, o Senado Federal reúne-se nesta tarde para festejar os 122 anos de nascimento da poetisa goiana Cora Coralina. Nascida em 20 de agosto de 1889, Ana Lins dos Guimarães Peixoto Brétas, é considerada como um dos maiores nomes da poesia do Centro Oeste, e do Brasil. Por isto, é muita oportunidade a proposta desta sessão especial feita pelo senador Rodrigo Rollemberg, que, nesta Casa, é um dos representantes do Distrito Federal.

Ana Lins ou Cora Coralina (este, o pseudônimo que passou a usar e que a terminou consagrando no mundo da literatura), nasceu na Cidade de Goiás, então, capital de Goiás. Na época, a cidade de Cora Coralina era rica em manifestações de arte e cultura, com sarais, jograis, artes plásticas, literatura, arte culinária e cerâmica. Além de um ritual único no Brasil, a Procissão do Fogaréu, realizada na Semana Santa.

Filha de Francisco de Paula Lins dos Guimarães Peixoto, desembargador nomeado por D. Pedro II, e de Jacinta Luísa do Couto Brandão, Ana nasceu e foi criada às margens do rio Vermelho. A casa em que morava fora comprada por sua família no século XIX, quando seu avô ainda era uma criança. Estima-se que essa casa foi construída em meados do século XVIII, tendo sido uma das primeiras edificações da antiga Vila Boa de Goiás, sendo, hoje, motivo de visitação a todos os que chegam à Goiás Velho.

Cora Coralina começou a escrever os seus primeiros textos aos 14 anos de idade, publicando-os nos jornais da Cidade de Goiás, e nos jornais de outras cidades, como constitui exemplo o semaná-

rio “**Folha do Sul**” da cidade goiana de Bela Vista. Também escreveu em periódicos de outros lugares, como a revista A Informação Goiana do Rio de Janeiro, que começou a ser editada a 15 de julho de 1917. Escrevia, apesar da pouca escolaridade, uma vez que cursou somente as primeiras quatro séries, com a Mestra Silvina.

Publicou seu primeiro livro – **Poemas dos becos de Goiás e Estórias Mais** – aos 76 anos de idade, embora tenha começado a escrever os primeiros textos aos 14 anos. Naquele tempo, apesar de viver numa sociedade conservadora e machista, Cora era saudada como uma promessa literária.

Depois da publicação do primeiro livro, em 1965, Coralina publicou, em 1976, **Meu livro de Cordel**. Outras obras da autora são: **Estórias da Casa Velha da Ponte; Meninos Verdes; O Tesouro da Casa Velha; A Moeda de Ouro que o Pato Engoliu; Vintém de Cobre; e As Cocadas**.

Cora casou-se em 1910 com o advogado Cantídio Tolentino Bretas, com quem se mudou, no ano seguinte, para o interior de São Paulo. Passou 45 anos no estado, vivendo inicialmente no interior, em Avaré e Jaboticabal, e depois na capital, onde chegou em 1924. Nas primeiras semanas, teve que permanecer trancada num hotel em frente à Estação da Luz, uma vez que os revolucionários de 1924 pararam a cidade. Em 1930, presenciou a chegada de Getúlio Vargas à esquina da rua Direita com a praça do Patriarca. Um de seus três filhos participou da Revolução Constitucionalista de 1932, contrária a Getúlio.

Com a morte do marido, em 1934, Cora passou a vender livros como meio de sustentar os filhos. Em seguida, mudou-se novamente para o interior paulista. Na cidade de Penápolis, passou a vender linguiça caseira e banha de porco que ela mesma preparava. Transferiu-se em seguida para Andradina, até que, em 1956, retornou a Goiás, voltando a morar na casa velha da ponte, que habitaram em criança. Ali exerceu por muitos anos o ofício de doceira, pois pouco restara dos bens que sua família um dia havia possuído, até que uma queda limitou seus movimentos, obrigando-a a andar com o auxílio de uma muleta.

Sua poesia, no entanto, somente viria a ter dimensão nacional a partir de 1979, pelo reconhecimento do grande poeta mineiro, Carlos Drummond de Andrade. Em carta enviada à goiana, o mineiro não exagera quando sentencia: “Que riqueza de experiência humana, que sensibilidade especial e que lirismo identificado com as fontes da vida! Aninha hoje não nos pertence. E patrimônio de nós todos, que nascemos no Brasil e amamos a poesia (...”).

Esta é a brasileira que homenageamos nesta sessão. Ainda hoje, em evento marcado para as 18 horas, o presidente do Senado Federal, senador José Sarney, inaugura uma exposição literária sobre a obra de Cora Coralina. Mais uma justa homenagem que a Casa presta a esta ilustre goiana. Homenagens que nunca serão poucas a quem tanto serviço prestou à literatura brasileira, da forma mais simples que pode existir: falando a linguagem do povo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Nada mais havendo a tratar, suspenso a presente sessão por cinco minutos, para, em seguida, retornarmos à sessão ordinária.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

(A sessão é suspensa às 15 horas e 10 minutos; e é reaberta às 15 horas e 18 minutos, sob a Presidência do Sr. Cyro Miranda.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Declaro reaberta a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Esgotou-se, na última sexta-feira, o prazo previsto no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 324, de 2010**, do Senador Gerson Camata, que atualiza o valor da contribuição sindical anual dos agentes ou trabalhadores autônomos e dos profissionais liberais, bem como sobre a forma de correção.

Tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Assuntos Sociais, o Projeto vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – A Presidência lembra ao Plenário que o Período do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã será destinado a reverenciar a memória do Cineasta, Ator e Escritor Glauber Rocha, pela passagem dos trinta anos de seu falecimento, nos termos do **Requerimento nº 761, de 2011**, da Senadora Lídice da Mata, dos Senadores José Sarney, Walter Pinheiro e outros Senadores.

Esclarece, ainda, que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – A Presidência recebeu, do Tribunal de Contas da União, o **Aviso nº 72, de 2011** (nº 749/2011, na origem), encaminhando cópia do Acórdão nº 1.554, de 2011, referente à legalidade da transferência de recursos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA – em favor do Município de Enéas Marques/PR (TC 002.852/2008-5).

É o seguinte o aviso:

AVISO N° 72, DE 2011

Aviso nº 749-Seses-TCU-Plenário

Brasília-DF, 8 de junho de 2011.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 002.852/2008-5, pelo Plenário desta Corte na Sessão Ordinária de 8/6/2011, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam.

Atenciosamente,



BENJAMIN ZYMLER
Presidente

ACÓRDÃO Nº 1554/2011 – TCU – Plenário

1. Processo nº TC 002.852/2008-5.
2. Grupo II – Classe VII – Assunto: Representação.
3. Interessados/Responsáveis:
 - 3.1. Interessado: Deputado Federal Max Rosenmann (002.956.559-68).
 - 3.2. Responsáveis: Ademir Madella (422.871.629-68); Edna Beltrame Gesser (400.655.379-04); José Humberto de Oliveira (171.052.265-87); João Adolfo Schereiner (602.379.459-91); Lírias de Araujo Tome (524.567.229-49); Nilson Limone (623.991.879-20); Olivio Brandelero (223.399.309-87); Silvana Lumachi Meireles (399.699.754-04); Valdir Bernardino Martinazzo (225.227.359-34); Valmor Vanderlinde (225.175.459-87).
4. Entidade: Município de Enéas Marques/PR.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: Secex/PR.
8. Advogados constituídos nos autos: Antônio Linares Filho (OAB/PR 15.427); Pedro Ivo Melo de Oliveira (OAB/PR 33.329); e Cláudio José Abreu de Figueiredo (OAB/PR 20.419).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação autuada pela Secex/PR a partir de expediente encaminhado ao TCU pelo Deputado Federal Max Rosenmann, no qual questiona a legalidade da transferência de recursos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA em favor do município de Enéas Marques/PR, mediante a Nota de Empenho nº 2007NE512, objetivando apoiar a estruturação da entidade privada denominada Cresol – Sistemas de Cooperativas de Crédito Rural.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da representação, com fundamento no art. 237, inciso III, e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. considerar revel o Sr. João Adolfo Schereiner, prefeito de Santa Maria do Oeste/PR, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.3. acolher as razões de justificativa d(a)os Sr(a)s. José Humberto de Oliveira, secretário de Desenvolvimento Territorial do MDA; Silvana Lumachi Meireles, chefe de Gabinete da Secretaria Executiva do Ministério da Cultura; Sr. Nilson Limone, coordenador-geral de Convênios do Ministério da Cultura; Ademir Madella, prefeito de Coronel Martins/SC; Edna Beltrame Gesser, prefeita de Dona Emma/SC; Lírias de Araujo Tome, prefeita de Cascaval/PR; Olivio Brandelero, prefeito de Santa Izabel/PR; Valdir Bernardino Martinazzo, prefeito de Três Barras do Paraná/PR; e Valmor Vanderlinde, prefeito de Enéas Marques/PR;

9.4. determinar ao Ministério da Cultura que, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, providencie a rescisão do Convênio de Cooperação nº 296/2007-MinC/AD, em virtude da perda do seu objeto, informando a esta Corte as providências adotadas;

9.5. determinar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário que, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar do recebimento da notificação, informe a este Tribunal a situação atual, e, se for o caso, o resultado do exame ou do reexame das prestações de contas dos contratos de repasse abaixo listados, e, caso necessário, instaure as devidas tomadas de contas especial, conforme disposto no art. 28 e seguintes da IN STN nº 1, de 15 de janeiro de 1997, então vigente:

Contrato de Repasse nº	Convenente	Valor – R\$
213016-70	Cresol Coronel Martins/SC	50.000,00
200042-28	Cresol Base Oeste	59.946,13
203691-41	Cresol Base Centro Oeste	55.000,00

203312-51	Cresol Base Oeste	55.000,00
203367-18	Cresol Base Sudoeste	47.000,00
38000157200600004	Cresol Luís Alves/SC	50.000,00
38000157200700004	Cresol Luis Alves/SC	70.000,00
230187-07	município de Nova Esperança do Sudoeste/PR	45.000,00
232569-63	município de Francisco Beltrão/PR	40.000,00
241288-55	Coopertec (Chapecó/SC)	1.046.500,00
231831-29	município de Enéas Marques/PR	57.000,00
230188-11	município de Coronel Martins/SC	115.500,65
230185-11	município de Santa Izabel do Oeste/PR	85.000,00
231829-88	município de Três Barras/PR	42.000,00
233022-76	município de Santa Maria do Oeste/PR	54.560,98
241279-43	município de Cascavel/PR	119.000,00
232157-83	município de Dona Emma/SC	52.500,00

9.6. determinar ao MinC e ao MDA que se abstenham de realizar transferências voluntárias não amparadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias:

9.6.1. a entidades privadas que não atendam aos requisitos legais, por intermédio de pessoas políticas estaduais e municipais, como forma de contornar os impedimentos impostos pela legislação;

9.6.2. a entidades privadas, para a execução de atividades que não tenham relação de pertinência com suas finalidades sociais;

9.6.3. para a aplicação de recursos de capital com vistas à estruturação de entidades privadas;

9.7. determinar aos municípios de Três Barras do Paraná/PR, Nova Esperança do Sudoeste/PR e Francisco Beltrão/PR que, no prazo de 30 dias, recolham os bens adquiridos com recursos repassados por meio dos Contratos de Repasse nº 231829-88, nº 230187-07 e nº 232569-63, respectivamente, em razão da falta de amparo legal para a aquisição de bens com recursos públicos para estruturar entidade privada e informem à Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná as providências adotadas;

9.8. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados e à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, para conhecimento e adoção das medidas cabíveis.

10. Ata nº 22/2011 – Plenário.

11. Data da Sessão: 8/6/2011 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1554-22/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bernquerer Costa, André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)
BENJAMIN ZYMLER
Presidente

(Assinado Eletronicamente)
ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO
Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)
LUCAS ROCHA FURTADO
Procurador-Geral

GRUPO II – CLASSE VII – Plenário
TC 002.852/2008-5.

Natureza: Representação.

Entidade: Município de Enéas Marques/PR.

Responsáveis: Ademir Madella (422.871.629-68); Edna Beltrame Gesser (400.655.379-04); José Humberto de Oliveira (171.052.265-87); João Adolfo Schereiner (602.379.459-91); Lisias de Araujo Tome (524.567.229-49); Nilson Limone (623.991.879-20); Olivio Brandelero (223.399.309-87); Silvana Lumachi Meireles (399.699.754-04); Valdir Bernardino Martinazzo (225.227.359-34); Valmor Vanderlinde (225.175.459-87).

Interessado: Deputado Federal Max Rosenmann (002.956.559-68).

Advogados constituidos nos autos: Antônio Linares Filho (OAB/PR 15.427); Pedro Ivo Melo de Oliveira (OAB/PR 33.329); e Cláudio José Abreu de Figueiredo (OAB/PR 20.419).

SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO. MDA. MINC. CONTRATOS DE REPASSE. IRREGULARIDADES NA CONCESSÃO DE RECURSOS PÚBLICOS FEDERAIS. DILIGÊNCIA. OITIVA PRÉVIA. CONCESSÃO DE MEDIDA CAUTELAR. AUDIÊNCIA. ACOLHIMENTO DAS RAZÕES DE JUSTIFICATIVAS. CONHECIMENTO. DETERMINAÇÕES.

RELATÓRIO

Trata-se de representação autuada pela Secex/PR a partir de expediente encaminhado ao TCU pelo nobre Deputado Federal Max Rosenmann, fls. 1/5, no qual questiona a legalidade da transferência de recursos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA em favor do município de Enéas Marques/PR, mediante a Nota de Emprenho nº 2007NE512, objetivando apoiar a estruturação da entidade privada denominada Cresol – Sistemas de Cooperativas de Crédito Rural.

2. Permito-me transcrever a instrução de fls. 333/345, cuja conclusão foi aprovada pelos dirigentes da Secex/PR, nos seguintes termos:

"(...). 2. O empenho refere-se ao Contrato de Repasse nº 231831-29, Siafi nº 602305, celebrado entre o MDA e o mencionado município, no valor de R\$ 57.000,00, com o objetivo de adquirir uma semeadora, uma adubadora e um veículo automotivo para estruturar a unidade da Cooperativa de Crédito de Interação Solidária – Cresol, em Enéas Marques/PR. Esta Secretaria incluiu outras transferências realizadas pelo MDA e pelo Ministério da Cultura no escopo do presente processo, que beneficiaram cooperativas vinculadas ao Sistema Cresol.

II – Medida cautelar.

3. O processo foi submetido à apreciação do Sr. Ministro-Relator, que, no despacho às fls. 19/21, determinou à Secex/PR a promoção de oitiva dos responsáveis pelo Ministério da Cultura e Ministério do Desenvolvimento Agrário, bem como a realização de diligência junto ao MDA para o encaminhamento de cópias integrais dos processos relativos aos contratos de repasse relacionados à fl. 13 destes autos.

4. Após analisar a documentação encaminhada em atendimento às oitivas realizadas pela Secex/PR, o processo foi novamente submetido à apreciação do Sr. Ministro-Relator, que determinou cautelarmente, com fulcro no art. 276, caput, do RITCU, que o Ministério da Cultura se abstivesse de

promover o repasse de recursos previstos no Convênio de Cooperação nº 296/2007-MinC/AD. No que tange aos demais instrumentos celebrados com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Sr. Ministro-Relator considerou que o periculum in mora fora afastado, em decorrência de que todos já tiveram os repasses efetivados (fls. 194/197).

5. Embora o Ministro-Relator tenha considerado que o periculum in mora fora afastado pela efetivação dos repasses dos recursos, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Memorando nº 75/SE-MDA, de 13 de maio de 2008, informou ao subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração que, após tomar conhecimento do Ofício nº 130/2008-TCU/Secex/PR, determinara a suspensão da execução dos contratos de repasse relacionados no parágrafo segundo desta instrução (fl. 140).

III – Audiência.

6. Esta Secretaria, dando prosseguimento à instrução do processo, realizou as seguintes audiências (fls. 242, 245/258):

a) da Sra. Silvana Lumachi Meireles, secretária de Articulação Institucional do Ministério da Cultura, responsável pela assinatura do Convênio de Cooperação nº 296/2007-MinC/AD, celebrado com a Cresol Sudoeste, e do Sr. Nilson Limone, coordenador-geral de Convênios, responsável pela emissão da nota técnica de 31/12/2007 (com proposta de assinatura do mencionado convênio de cooperação, sem o parecer prévio da Procuradoria Jurídica), para que, no prazo de 15 dias, apresentassem razões de justificativa para as seguintes ocorrências:

- celebração de convênio com objeto voltado à cultura com uma entidade do Sistema Cresol, que tem como atividade principal a contabilidade e atividade secundária a consultoria em gestão empresarial, em afronta ao princípio da razoabilidade que deve revestir a aplicação de recursos públicos;

- ausência de relação entre o objeto previsto no Convênio de Cooperação e algumas despesas previstas no seu plano de trabalho, como as demonstradas a seguir: assessoria especializada: 100 horas x R\$ 50,00 = R\$ 5.000,00; aluguel de sala: 2 meses x R\$ 500,00 = R\$ 6.000,00; aquisição de 2 computadores: 2 x R\$ 2.000,00 = R\$ 4.000,00; aquisição de 2 máquinas digitais: 2 x R\$ 1.000,00 = R\$ 2.000,00; aquisição de 12 celulares conta pós-paga 12 x R\$ 200,00 = R\$ 2.400,00; aluguel de veículo 240 x R\$ 66,66 = R\$ 15.998,40; salário de secretária: 12 meses x R\$ 1.000,00 = R\$ 12.000,00; Total: R\$ 47.398,40;

b) do Sr. José Humberto de Oliveira, secretário de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, para que, no prazo de 15 dias, apresentasse razões de justificativa para a celebração dos contratos de repasse abaixo relacionados, com municípios do Estado do Paraná e Santa Catarina, com o objetivo exclusivo de beneficiar entidades privadas, tornando os municípios coniventes na burla ao contido no subitem 9.2 do Acórdão 1.363/2007-TCU-Plenário, de 11/7/2007:

- CR nº 230188-11, celebrado com a PM Coronel Martins/SC; CR nº 230185-80, celebrado com a PM Santa Izabel do Oeste/PR; CR nº 231831-29, celebrado com a PM Enéas Marques/PR; CR nº 233022-76, celebrado com a PM Santa Maria do Oeste/PR; CR nº 241279-43, celebrado com a PM Cascavel/PR; CR nº 232157-83, celebrado com a PM Dona Emma/SC; CR nº 231829-88, celebrado com a PM Três Barras do Paraná/PR;

c) dos Srs. Ademir Madella, prefeito de Coronel Martins/SC (Contrato de Repasse nº 230188-11); Olivio Brandelero, prefeito de Santa Izabel do Oeste/PR (Contrato de Repasse nº 230185-80); Valmor Vanderlinde, prefeito de Enéas Marques/PR (Contrato de Repasse nº 231831-29); João Adolfo Schreiner, prefeito de Santa Maria do Oeste/PR (Contrato de Repasse nº 233022-76); Lisiás de Araujo Tome, prefeito Cascavel/PR (Contrato de Repasse nº 241279-43) e Edna Beltrame Gesser, prefeita de Dona Emma/SC (Contrato de Repasse nº 232157-83), para que, no prazo de 15 dias, apresentassem razões de justificativa para a celebração dos respectivos contratos de repasses com o Ministério do Desenvolvimento Agrário que tiveram por objeto beneficiar entidades

privadas, tornando os municípios meros instrumentos para burlar o contido no subitem 9.2 do Acórdão 1.363/2007-TCU-Plenário, de 11/7/2007;

d) do Sr. Valdir Bernardino Martinazzo, prefeito de Três Barras do Paraná/PR, para que, no prazo de 15 dias, apresente razões de justificativa para as seguintes ocorrências apuradas no Contrato de Repasse nº 231829-88, que teve por objeto a aquisição de carretas agrícolas ensiladeira, microcomputador, notebook, impressora multiuso, motocross para a estruturação da Cresol e da Cooplauf:

- não repetição do Pregão nº 3/2008, realizado para a aquisição de produtos diversos como implementos agrícolas, equipamento de informática e motocicletas, dividida em 6 lotes distintos, que teve apenas um licitante para cada um dos lotes, em desacordo com o principal objetivo do procedimento que é a de selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, nos termos do art. 3º da Lei nº 8.666/1993;

- aceitação das propostas apresentadas pelos licitantes, mesmo quando esses licitantes não aceitaram efetuar lances verbais, em desacordo com o principal objetivo do procedimento que é a de selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, nos termos do art. 3º da Lei nº 8.666/1993;

- celebração do Contrato de Repasse com o objetivo exclusivo de beneficiar entidade privada, tornando o município um mero instrumento para burlar o contido no subitem 9.2 do Acórdão 1.363/2007-TCU-Plenário;

- aquisição de carreta agrícola e ensiladeira para serem utilizados pela Cresol, conforme consta no plano de trabalho (fl. 50, anexo 2), quando essa entidade atua como cooperativa de crédito;

- inclusão da Cláusula Nona no Contrato de Repasse com previsão de que os bens remanescentes adquiridos, quando da extinção do Contrato serão de propriedade do município, quando os bens serão adquiridos para transferidos para a Cresol e para a Cooplauf.

III – Razões de justificativa.

7. A Sra. Silvana Lumachi Meireles, secretária de Articulação Institucional do Ministério da Cultura, em atendimento à audiência realizada pelo Tribunal (fls. 217/227 do anexo 7), informou que a celebração do Convênio de Cooperação nº 296/20007-MinC/AD entre o Ministério da Cultura e a Cresol Sudoeste ocorreu com base em recursos oriundos de emenda parlamentar.

7.1 Argumentou que, embora nesses casos não existisse determinação legal para que o proponente tenha natureza cultural expressa em seu estatuto, é de praxe a avaliação do relatório de atividades culturais para verificar a correlação entre o objeto proposto e as atividades que a instituição vem desenvolvendo.

7.2 Encaminhou o Memorando nº 576/Gab/Sefic-MinC, emitido pelo secretário de Incentivo e Fomento à Cultura que informa a constatação de que o processo 1400007178/2007-16 demonstra a realização pela proponente de atividades de apoio a grupos folclóricos, promoção de seminários e publicação de cadernos, livros e revistas e produção de vídeos.

7.3 Assim, argumentou que o secretário considerou que a proponente já realizara atividades de natureza cultural compatível com o objeto do convênio e considerou que não existia óbice para sua celebração. Quanto às despesas questionadas pelo Tribunal, previstas no plano de trabalho, informou que o processo foi submetido à apreciação da Fundação Biblioteca Nacional e à Secretaria do Audiovisual, que procederam à análise técnica e emitiram parecer técnico acerca da adequação orçamentária.

8. O Sr. Nilson Limone, coordenador-geral de Convênios do Ministério da Cultura, em atendimento à audiência, encaminhou cópia da nota técnica de sua autoria que propôs a assinatura do termo de convênio sem parecer jurídico prévio, com a justificativa de que a quantidade de projetos a serem apreciados era muito superior à quantidade de pessoas disponíveis para realizar as análises e a exiguidade do prazo para sua conclusão (fls. 58/112 do anexo 7).

8.1 Quanto à celebração de convênio com instituição sem cunho cultural, informa que os recursos eram objeto de emenda parlamentar exclusiva para essa instituição, conforme Ofício 126/2007-Gab-AS (fl. 58, anexo 7).

8.2 Informou que o plano de trabalho apresentado foi submetido à análise técnica da Fundação Biblioteca Nacional e da Secretaria do Audiovisual, que emitiram parecer favorável e propuseram a aprovação do projeto.

8.3 Salientou que à Coordenação Geral de Convênios compete a elaboração de minuta, a verificação da regularidade fiscal das proponentes e a celebração de convênios que envolvam transferência de recursos da União.

9. O Sr. José Humberto de Oliveira, secretário de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, em atendimento à audiência, informou que os contratos de repasse questionados encontram-se suspensos, de acordo com o Ofício nº 768/2008 SDT/MDA, aguardando manifestação conclusiva do TCU. Alegou que os objetos dos mencionados instrumentos possuem interesse público, por ter como finalidade o fortalecimento do cooperativismo de crédito (fl. 24, anexo 7).

10. O Sr. João Adolfo Schreiner, prefeito de Santa Maria do Oeste/PR, não atendeu a audiência realizada pelo Tribunal.

11. Os demais prefeitos apresentaram suas razões de justificativa para as ocorrências apontadas pelo Tribunal, que foram anexados ao processo, conforme informado a seguir:

- Ademir Madella, PM Coronel Martins/SC, fl. 324;
- Olivio Brandelero, PM Santa Izabel do Oeste/PR, fl. 1, anexo 7;
- Valmor Vanderlind, PM Enéas Marques/PR, fl. 201, anexo 7;
- Lisias de Araujo Tome, PM Cascavel/PR, fl. 35, anexo 7;
- Edna Beltrame Gesser, PM Dona Emma/SC, fl. 1, anexo 8;
- Valdir Bernardino Martinazzo, PM Três Barras do Paraná/PR, fl. 116, anexo 7.

12. Os responsáveis mencionados acima apresentaram justificativas similares. Entendem que não praticaram ato que burlasse o Acórdão 1.363/2007, pois essa decisão era restrita ao MDA, ao MAPA e à Caixa Econômica Federal.

12.1 Alegaram que os objetos pactuados nos contratos de repasse decorreram de emenda parlamentar constante no orçamento da União e os projetos-atividades aprovados visaram o atendimento do interesse público, mediante o desenvolvimento da agricultura familiar e o apoio ao cooperativismo. Informaram ainda que os bens móveis a serem adquiridos permaneceriam vinculados ao acervo patrimonial dos municípios e apenas o uso seria realizado por terceiros, por meio de concessão de direito de uso.

12.2 Ressaltaram que a Cooperativa Cresol está voltada ao interesse público, com ações visando o fortalecimento da agricultura familiar e a permanência do agricultor no meio rural. Dessa forma, entendem que os contratos encontram guarida na legislação, por se tratar de apoio à atividade cooperativa.

12.3 Todos os responsáveis informaram, ainda, que a execução dos contratos de repasse encontra-se paralisado.

12.4 O único repasse executado parcialmente foi o relativo ao Contrato de Repasse nº 231829-88 (Siafi 602304), celebrado com o município de Três Barras do Paraná/PR. Embora tenha adquirido os bens previstos na execução do Contrato, o prefeito informou que, por prudência, optou por não ceder esses bens para a Cresol (fl. 118, anexo 7).

IV - Análise das razões de justificativa.

13. Convênio de Cooperação nº 296/2007-MinC/AD.

13.1 O Convênio de Cooperação nº 296/2007-MinC/AD, assinado pela Sra. Silvana Meireles, chefe de Gabinete da Secretaria Executiva do Ministério da Cultura, com respaldo no despacho CGCON/DGI do Sr. Nilson Limone, coordenador-geral de Convênios daquele Ministério, teve como objetivo a realização do projeto 'A Revolta dos Posseiros no Sudoeste Paranaense', por

meio da produção, publicação e distribuição de 5.000 exemplares da revista comemorativa dos 50 anos desse evento histórico e de artigos, poesias, contos, fotografias e entrevistas. Pretendia-se ainda promover 5 seminários, produzir documentário audiovisual que mostrasse as características da diversidade étnico-cultural do Sudoeste do Paraná (2 volumes e 100 DVDs) e desenvolver um site oficial do projeto.

13.2 A celebração desse convênio não teria nenhum impedimento se a executora não fosse a Cooperativa Central Base de Serviços com Interação Solidária do Sudoeste do Paraná, CNPJ 05.089.241/0001-72, que, ao contrário das alegações dos responsáveis, não possui nenhuma afinidade com a execução de atividades culturais, pois sua área de atuação é contabilidade e consultoria em gestão empresarial.

13.3 Consta na página da Cresol Baser na internet (<http://www.cresol.com.br>) que as bases regionais de serviços são cooperativas de serviço, de caráter operacional, e têm a responsabilidade de organizar e oferecer serviços de formação, contabilidade, informática e demais atividades relacionadas ao cooperativismo de crédito rural.

13.4 O secretário de Incentivo e Fomento à Cultura, Sr. Roberto Nascimento, no Memorando nº 576/Gab/Sefic-MinC (fls. 225/226, anexo 7), observou que os itens orçamentários apontados pelo Tribunal dizem respeito à contrapartida de proponente e foram considerados pertinentes às atividades propostas.

13.5 Realmente os itens de despesas questionados dizem respeito à contrapartida da Cresol, e são os seguintes: assessoria especializada: $100 \text{ horas} \times \text{R\$ } 50,00 = \text{R\$ } 5.000,00$; aluguel de sala: $2 \text{ meses} \times \text{R\$ } 500,00 = \text{R\$ } 6.000,00$; aquisição de 2 computadores: $2 \times \text{R\$ } 2.000,00 = \text{R\$ } 4.000,00$; aquisição de 2 máquinas digitais $2 \times \text{R\$ } 1.000,00 = \text{R\$ } 2.000,00$; aquisição de 12 celulares conta pós-paga: $12 \times \text{R\$ } 200,00 = \text{R\$ } 2.400,00$; aluguel de veículo: $240 \times \text{R\$ } 66,66 = \text{R\$ } 15.998,40$; salário de secretária: $12 \text{ meses} \times \text{R\$ } 1.000,00 = \text{R\$ } 12.000,00$; Total: R\$ 47.398,40.

13.6 Ao contrário das alegações apresentadas pelo secretário de Incentivo e Fomento à Cultura, entendo que não há coerência em prever a realização de despesas com aluguéis de sala, veículos e aquisição de computadores se a Cresol possui estrutura física com imóveis, computadores e uma frota de veículos. Também é incoerente a previsão de contratar assessoria especializada se, segundo o próprio Ministério da Cultura, a Cresol possui afinidade para a execução de atividades culturais.

13.7 As aquisições de máquinas fotográficas e aparelhos de telefonia celular e a contratação de uma secretaria também não possuem qualquer relação com o objeto do Convênio (produção de revista, documentário, realização de seminários e confecção de uma página na internet). A inclusão desses itens demonstra a intenção da Cresol de criar despesas fictícias para simular a integralização da contrapartida.

13.8 Diante do exposto, entendo que as razões de justificativa apresentadas pela Sra. Silvana Lumachi Meireles e pelo Sr. Nilson Limone não foram capazes de elidir as irregularidades contatadas no Convênio de Cooperação nº 296/2007-MinC/AD.

13.9 Quanto à situação do convênio, como seu objeto foi a comemoração do cinquentenário da revolta dos posseiros no sudoeste paranaense, ocorrido em outubro de 1957 e o aniversário de 50 anos desse evento histórico ocorreu em 2007, houve a perda do objeto e o Tribunal deve tornar definitiva a determinação para que o Ministério da Cultura abstenha-se de promover o repasse de recursos previstos no Convênio de Cooperação nº 296/2007-MinC/AD.

14 Contratos de Repasse celebrados entre o MDA e municípios do Paraná em benefício da Cresol.

14.1 As justificativas apresentadas pelo Sr. José Humberto de Oliveira, secretário de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e pelos prefeitos municipais ouvidos em audiência demonstraram que não existiu má-fé na celebração dos contratos de repasse questionados, pois entenderam que os instrumentos celebrados possuíam interesse público, por ter como finalidade o fortalecimento do cooperativismo.

14.2 Embora demonstrada a ausência de má-fé, as celebrações dos contratos de repasse questionados não foram regulares. A Constituição Federal determina ao Estado o apoio e estímulo cooperativismo e outras formas de associativismo, mas esse apoio não pode ser confundido com a distribuição de recursos públicos para estruturar cooperativas privadas, como ocorreram nos contratos de repasse celebrados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

14.3 Para que a aplicação de recursos de convênio ou contrato de repasse seja regular é necessário que a utilização atenda ao interesse público, que os recursos sejam aplicados em patrimônio público e que haja interesse comum aos signatários do ajuste. Nos contratos de repasses listados abaixo não ficou constatado o atendimento a esses requisitos, pois têm como objeto a aquisição de bens que serão utilizados por entidade privada, em seu exclusivo benefício, como segue: Contrato de Repasse nº 231831-29, firmado com o município de Enéas Marques/PR, no valor de R\$ 57.000,00, para a aquisição de um veículo e uma semeadora adubadora para a Cresol; Contrato de Repasse nº 230188-11, firmado com o município de Coronel Martins/SC, no valor de R\$ 115.500,65, para a construção da sede da Cresol e da Coopercel e aquisição de equipamentos para o Instituto de Agricultura Familiar; Contrato de Repasse nº 230185-11, firmado com o município de Santa Izabel do Oeste/PR, no valor R\$ 85.000,00, para a construção da sede social da Cresol; Contrato de Repasse nº 231829-88, firmado com o município de Três Barras/PR, no valor de R\$ 42.000,00, para a aquisição de equipamentos agrícolas e de informática que serão cedidos para à Cooperativa Cresol e à Cooperativa de Produtores de Leite; Contrato de Repasse nº 233022-76, firmado com o município de Santa Maria do Oeste/PR, no valor de R\$ 54.560,98, para a construção da sede da Cresol; Contrato de Repasse nº 241279-43, firmado com o município de Cascavel/PR, no valor de R\$ 119.000,00, para a aquisição de equipamentos agrícolas e de informática que serão cedidos à Cooperativa Cresol e à Cooperativa de Produtores de Leite; Contrato de Repasse nº 232157-83, firmado com o município de Dona Emma/SC, no valor total de R\$ 52.500,00 para a aquisição de dois veículos que serão cedidos para à Cooperativa Cresol.

14.4 O argumento de que esses bens permanecerão no patrimônio dos municípios e apenas serão utilizados pelos entes privados também não pode prosperar, pois esses bens estão sujeitos à depreciação e ao serem revertidos fisicamente aos municípios terão apenas o seu valor residual ou, nos casos dos equipamentos de informática, podem ser considerados lixos tecnológicos.

14.5 O art. 5º da IN/STN nº 1/1997 veda a transferência de recursos ou concessão de benefícios sob qualquer modalidade para qualquer entidade, que esteja em mora, inadimplente com outros convênios. O Tribunal, em Sessão de 16/3/2010 da 2ª Câmara, ao apreciar o processo de representação TC 005.418/2008-5, Acórdão 1.041/2010-TCU-2ª Câmara, determinou ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA que incluisse a Cresol Baser Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária no cadastro de inadimplentes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, para os fins previstos no art. 5º da IN/STN nº 1/1997.

14.5.1 Os beneficiários finais dos contratos de repasse celebrados entre o MDA e diversos municípios, relacionados no parágrafo anterior, são cooperativas integrantes do Sistema Cresol, representadas perante o Ministério pela Cresol Baser Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária, incluída no cadastro de inadimplentes do Siafi, por determinação contida no Acórdão 1.041/2010-TCU-2ª Câmara. Diante dessa situação, ficou inviabilizada a execução desses contratos de repasse, pois a Administração está impedida de transferir recursos ou conceder benefícios às cooperativas integrantes do Sistema Cresol, nos termos do art. 5º da IN/STN nº 1/1997.

V – Outros Convênios/Contrato de Repasse.

15. O Ministro-Relator, no despacho às fls. 19/21, determinou a realização de diligência junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, com vistas ao encaminhamento de cópias dos processos relativos aos contratos de repasse relacionados no quadro à fl. 13. Os dados básicos dos mencionados contratos de repasse e a localização dos documentos estão informados abaixo: (...).

15.1 O Contrato de Repasse nº 200043-32, celebrado entre o MDA e a Cresol Base Sudoeste foi motivo de fiscalização pelo Tribunal e está sendo tratado no TC 027.130/2009-8.

15.2 No atendimento à diligência, não foram apresentados comprovantes de despesas, relação de pagamentos efetuados, extratos bancários e demais documentos que comprovem a regularidade da execução dos contratos de repasse.

15.3 Os Contratos de Repasse nºs 213016-70, de R\$ 50.000,00 (Cresol Coronel Martins/SC), 200042-28, de R\$ 59.946,13 (Cresol Base Oeste), 203691-41, de R\$ 55.000,00 (Cresol Base Centro Oeste), 203312-51, de R\$ 55.000,00 (Cresol Base Oeste), 203367-18, de R\$ 47.000,00 (Cresol Base Sudoeste), 38000157200600004, de R\$ 50.000,00 (Cresol Luis Alves/SC) e 38000157200700004, de R\$ 70.000,00 (Cresol Luis Alves/SC), são relativos à execução de objetos como cursos de capacitação, oficinas, reuniões técnicas, seminários, etc. Devido a não disponibilização dos documentos essenciais para verificar a regularidade na execução desses contratos de repasse, seria necessário realizar nova diligência para sanear o processo.

15.3.1 No entanto, em face desses contratos já terem sido concluídos e por envolver valores não significativos, entendo que não há necessidade de aprofundar a apuração de possíveis irregularidades para esses instrumentos.

15.4 Apesar de não terem sido apresentados todos os documentos, as informações apresentadas já demonstram a ocorrência de algumas impropriedades nos demais contratos de repasse.

15.4.1 O Contrato de Repasse nº 230187-07, no valor de R\$ 45.000,00, celebrado com o município de Nova Esperança do Sudoeste/PR, teve como objeto a aquisição de veículos, microcomputadores e móveis para a estruturação da Cresol no município. Não existe amparo legal para a transferência de recursos públicos com a finalidade de adquirir bens para estruturar uma entidade privada.

15.4.2 A licitação realizada pelo município também não teve a publicidade exigida, pois o resumo do edital do Pregão nº 11/2007, realizado para adquirir os bens relacionados no objeto não foi publicada no Diário Oficial da União como determina a legislação. A comprovação de prejuízo à publicidade está comprovada pela participação de apenas um licitante para cada um dos 7 lotes em que foi dividido o certame.

15.4.3 O Contrato de Repasse nº 232569-63, no valor de R\$ 40.000,00, celebrado entre o MDA e o município de Francisco Beltrão/PR, também apresentou a mesma irregularidade no seu objeto, que foi a aquisição de motocicletas, microcomputadores e periféricos para estruturar a Cooperativa Central de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária – Siscraf.

15.4.4 O Contrato de Repasse nº 241288-55, no valor de R\$ 1.046.500,00, sendo R\$ 837.200,00 da União e contrapartida de R\$ 209.300,00, celebrado com a Cooperativa Central de Tecnologia, Desenvolvimento e Informação – Coopertec (Chapecó/SC), teve como objeto fortalecer a Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER na perspectiva da qualificação das políticas públicas para agricultura familiar do Sistema Cresol, por meio da execução das seguintes metas: meta 1 - capacitar técnicos para qualificar o uso das políticas agrícolas: R\$ 121.200,00; meta 2 - capacitar técnicos para a convenção de quadro para o controle do tabaco: R\$ 40.400,00; meta 3 - fortalecer a troca de experiência técnica entre agricultores: R\$ 77.350,00; meta 4 - seminário de avaliação de uso de crédito na Cresol: R\$ 15.800,00; meta 5 - assessorar beneficiários do Pronaf associados à Cresol: R\$ 784.750,00; meta 6 - software para cadastramento eletrônico e georeferenciamento para análise de projeto de custeio: R\$ 7.000,00.

15.4.5 Segundo o art. 3º do Estatuto Social, podem fazer parte da Coopertec, as cooperativas de crédito rural com interação solidária integrantes do Sistema Cresol (fl. 246, anexo 4).

15.4.6 O plano de trabalho previu a realização de despesas com alimentação, hospedagem e combustível além do razoável. Por exemplo, para a execução das metas 1, 2, 3 e 4, do total de R\$ 254.750,00, mais de 90% das despesas previstas (R\$ 229.850,00) são relativas a esses tipos de despesas (fls. 297/302 do anexo 4).

15.4.7 A integralização da contrapartida no elevado montante de R\$ 209.300,00 deve ser verificada com mais detalhes. Se a Coopertec executou o presente contrato de repasse da mesma

forma que as entidades do Sistema Cresol que a compõem executaram os contratos de repasse celebrados com o MDA, pode ter sido simulada a realização da contrapartida, por meio de documentos fictícios.

15.4.8 O Estatuto Social da Coopertec define como objeto social a prestação de serviços de planejamento, desenvolvimento, implantação, capacitação, assistência técnica, manutenção de suporte tecnológico e treinamento na área de informática e afins (fl. 243, anexo 4). Tendo em vista o objeto social da Coopertec, não há coerência em incluir no plano de trabalho para a execução da meta 6 (fl. 302 do anexo 4), a contratação de pessoa jurídica para a elaboração, treinamento e operacionalização de software.

15.4.9 O assessoramento aos beneficiários do Pronaf previsto na meta 5 é a despesa de maior valor (R\$ 784.750,00), e a Coopertec informou à CEF a intenção de realizar esse serviço sob regime de execução direta, conforme Ofício nº 3/2008 (fls. 301 e 313, anexo 4). A metodologia de execução definida no plano de trabalho previu que esse assessoramento seria executado por agentes de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), que podem ser agricultores egressos da casa familiar-rural, profissional com curso pós-médio em agroecologia e técnico agropecuário (fl. 214, anexo 4).

15.4.10 Como podemos constatar no Estatuto Social, a Coopertec atua na área de informática e os agentes de ATER teriam que ser contratados, o que não condiz com a informação de que a meta 5 seria realizada por execução direta.

VI – Conclusão.

16. Analisados os novos elementos apresentados pelos responsáveis, em atendimentos às audiências efetuadas por esta Secretaria, entendo que podem ser acatadas as razões de justificativa apresentadas pelos Srs. José Humberto de Oliveira, secretário de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ademir Madella, prefeito de Coronel Martins/SC, Olivio Brandelero, prefeito de Santa Izabel do Oeste/PR, Valmor Vanderlinde, prefeito de Enéas Marques/PR, Lísius de Araújo Tomé, prefeito de Cascavel/PR, Edna Beltrame Gesser, prefeita de Dona Emma/SC e Bernardino Martinazzo, prefeito de Três Barras do Paraná/PR.

17. Embora tenha permanecido revel perante o Tribunal, o Sr. João Adolfo Schreiner, prefeito de Santa Maria do Oeste/PR não deve ser apenado, pois os argumentos apresentados pelos demais responsáveis na mesma situação podem ser aproveitados para eximir-lo da responsabilidade pela celebração do Contrato de Repasse nº 233022-76.

18. As razões de justificativa apresentadas pela Sra. Silvana Lumachi Meireles, secretária de Articulação Institucional do Ministério da Cultura e pelo Sr. Nilson Limone, Coordenador-Geral de Convênios do Ministério da Cultura não foram capazes de elidir as irregularidades contatadas no Convênio de Cooperação nº 296/2007-MinC/AD.

19. Relativamente ao Convênio de Cooperação nº 296/2007-MinC/AD, entendo que deve tornar-se definitiva a medida cautelar adotada pelo Sr. Ministro-Relator no despacho às fls. 194/196, para que o Ministério da Cultura abstenha-se de promover o repasse de recursos até que o TCU decida sobre o mérito, com fulcro no art. 276, *caput*, do RITCU, devido as seguintes situações:

- celebração de Convênio com objeto voltado à cultura com uma entidade do Sistema Cresol que tem como atividades a contabilidade e consultoria em gestão empresarial, em afronta ao princípio da razoabilidade que deve revestir a aplicação de recursos públicos;

- ausência de relação entre o objeto previsto no Convênio de Cooperação e algumas despesas previstas no seu plano de trabalho;

- perda do objeto do Convênio, visto que seu objeto foi a comemoração do cinquentenário da revolta dos posseiros no sudoeste paranaense, ocorrido em outubro de 1957. Como o aniversário de 50 anos desse evento histórico ocorreu em 2007, não há sentido em liberar recursos para essa finalidade.

20. Os Contratos de Repasse nºs 231831-29 (município de Enéas Marques/PR), 230188-11 (município de Coronel Martins/SC), 230185-80 (município de Santa Izabel do Oeste/PR), 233022-76 (município de Santa Maria do Oeste/PR) e 232157-83 (município de Dona Emma/SC) possuem objetos que não atendem ao interesse público, preveem que os recursos sejam aplicados em patrimônio privado e não demonstram a existência de interesses comuns aos signatários dos ajustes, pois os municípios assumiram o papel de meros intermediários nesses instrumentos que beneficiaram exclusivamente as Cooperativas.

21. Apesar dos recursos terem sido repassados, não houve a execução dos mencionados contratos de repasse, pois foram bloqueados na conta específica. Dessa forma, entendo que o Tribunal deve determinar ao MDA que se abstenha de executar esses contratos devido às irregularidades mencionadas.

22. Quanto ao Contrato de Repasse nº 231829-88, celebrado com o município de Três Barras/PR, apesar de apresentar as mesmas irregularidades dos demais contratos, foi o único com execução iniciada. Embora tenha sido adquiridos os bens, o Sr. prefeito informou que, por prudência, optou por não cedê-los à Cresol (fl. 118, anexo 7). Dessa forma entendo ser conveniente alertar o município de Três Barras do Paraná que se abstenha de transferir os bens adquiridos à Cresol.

23. A mesma situação ocorreu nos Contratos de Repasse nº's 230187-07, celebrado com o município de Nova Esperança do Sudoeste/PR, e 232569-63, celebrado com o município de Francisco Beltrão/PR, que tiveram objetos que não atenderam ao interesse público, mas já foram executados. Para sanear a situação desses instrumentos, entendo ser conveniente emitir alertas também a esses municípios para que mantenham os bens adquiridos com os recursos federais no patrimônio municipal para serem utilizado pelo próprio município na execução de ações de apoio ao cooperativismo e agricultura familiar ou recolham os recursos repassados aos cofres do MDA.

24. Quanto ao Contrato de Repasse nº 241288-55, devido ao valor ser significativo e a sua execução apresentar diversos indícios de irregularidade, entendo ser conveniente que o Tribunal solicite a disponibilização dos extratos bancários da conta específica, comprovantes de despesas, relação de pagamentos efetuados e demais documentos não encaminhados no atendimento à diligência inicialmente realizada. No entanto, esse contrato de repasse envolve a Cooperativa Central de Tecnologia, Desenvolvimento e Informação – Coopertec, sediada no município de Chapecó/SC, que está jurisdicionada à Secex/SC.

25. Dessa forma, entendo que deve ser determinado à Secex/SC para que avalie a oportunidade e conveniência de autuar processo para apurar possíveis irregularidades na execução do Contrato de Repasse nº 241288-55, nos termos da Portaria Segecex nº 9/2010.

26. Diante do exposto, proponho que o Tribunal adote a seguinte proposta de decisão:

a) conhecer da presente representação, nos termos do art. 132, inciso III, da Resolução TCU nº 191/2006, c/c o art. 237, inciso III, do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, considerá-la procedente;

b) acatar as razões de justificativa apresentadas pelos Srs. José Humberto de Oliveira, secretário de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ademir Madella, prefeito de Coronel Martins/SC; Olivio Brandelero, prefeito de Santa Izabel do Oeste/PR; Valmor Vanderlinde, prefeito de Enéas Marques/PR; Lisiás de Araújo Tomé, prefeito de Cascavel/PR; Edna Beltrame Gesser, prefeita de Dona Emma/SC, e Valdir Bernardino Martinazzo, prefeito de Três Barras do Paraná/PR;

c) rejeitar as razões de justificativa apresentadas pela Sra. Silvana Lumachi Meireles, secretária de Articulação Institucional do Ministério da Cultura, e pelo Sr. Nilson Limone, coordenador-geral de Convênios do Ministério da Cultura, aplicando-lhes a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, na forma da legislação em vigor;

d) tornar definitiva a medida cautelar adotada pelo Sr. Ministro-Relator no despacho às fls. 194/196, determinando ao Ministério da Cultura que, no prazo de 45 dias, providencie a rescisão do Convênio de Cooperação nº 296/2007-MinC/AD e informe esta Secretaria as providências adotadas;

e) determinar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA que, no prazo de 45 dias, providencie a rescisão dos Contratos de Repasse nº 231831-29 (município de Enéas Marques/PR), nº 230188-11 (município de Coronel Martins/SC), nº 230185-80 (município de Santa Izabel do Oeste/PR), nº 233022-76 (município de Santa Maria do Oeste/PR) e nº 232157-83 (município de Dona Emma/SC) e informe esta Secretaria as providências adotadas;

f) determinar aos municípios de Três Barras do Paraná/PR, Nova Esperança do Sudoeste/PR e Francisco Beltrão/PR que, no prazo de 30 dias, recolha os bens adquiridos com recursos repassados por meio dos Contratos de Repasse nº 231829-88, nº 230187-07 e nº 232569-63, respectivamente, em razão da falta de amparo legal para a aquisição de bens com recursos públicos para estruturar entidade privada e informe esta Secretaria as providências adotadas;

g) encaminhar cópia desta instrução, e dos documentos constantes às fls. 3/52 e 235/321 do anexo 4, à Secex/SC, para que avalie a oportunidade e conveniência de autuar processo para apurar possíveis irregularidades na execução do Contrato de Repasse nº 241288-55;

h) determinar à Secex/SC que efetue o monitoramento do cumprimento das determinações contidas nas letras 'd', 'e' e 'f'."

É o Relatório.

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

Preliminarmente, registro que a presente representação merece ser conhecida pelo Tribunal, porquanto preenchidos os requisitos de admissibilidade do art. 237, inciso III, e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU.

2. No mérito, acolho em parte a proposta da unidade técnica, no sentido de considerar a representação parcialmente procedente, pelas razões que passo a expor.

3. Como visto no Relatório precedente, o presente processo decorreu de expediente encaminhado ao TCU pelo saudoso Deputado Federal Max Rosenmann, no qual questionou a legalidade da transferência de recursos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA em favor do município de Enéas Marques/PR, mediante a Nota de Emprenho nº 2007NE512, objetivando apoiar a estruturação da entidade privada denominada Cresol – Sistemas de Cooperativas de Crédito Rural.

4. O referido empenho refere-se ao Contrato de Repasse nº 231831-29, no valor de R\$ 57.000,00, com o objetivo de adquirir uma semeadora, uma adubadora e um veículo automotivo para estruturar a unidade da Cooperativa de Crédito de Interação Solidária – Cresol, em Enéas Marques/PR.

5. Vale registrar ainda que no presente processo foram abordadas outras transferências realizadas pelo MDA e pelo Ministério da Cultura que beneficiaram cooperativas vinculadas ao Sistema Cresol.

6. Em consequência, a Secev/PR promoveu a audiência dos seguintes gestores:

6.1 Sra. Silvana Lumachi Meireles, secretária de Articulação Institucional do Ministério da Cultura – MinC, e do Sr. Nilson Limone, coordenador-geral de Convênios do MinC, em razão da assinatura do Convênio de Cooperação nº 296/2007, celebrado com a Cresol Sudoeste, objetivando a realização do projeto “A Revolta dos Posseiros no Sudoeste Paranaense”;

6.2 Sr. José Humberto de Oliveira, secretário de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, em virtude da celebração de contratos de repasse com municípios do Estado do Paraná e de Santa Catarina, com o objetivo exclusivo de beneficiar entidades privadas, em desacordo com o contido no subitem 9.2 do Acórdão 1.363/2007-TCU-Plenário; e

6.3 Srs. Ademir Madella, prefeito de Coronel Martins/SC (Contrato de Repasse nº 230188-11); Olivio Brandelero, prefeito de Santa Izabel do Oeste/PR (Contrato de Repasse nº 230185-80); Valmor Vanderlinde, prefeito de Enéas Marques/PR (Contrato de Repasse nº 231831-29); João Adolfo Schreiner, prefeito de Santa Maria do Oeste/PR (Contrato de Repasse nº 233022-76); Lisias de Araujo Tome, prefeito Cascavel/PR (Contrato de Repasse nº 241279-43) e Edna Beltrame Gesser, prefeita de Dona Emma/SC (Contrato de Repasse nº 232157-83), pela celebração dos respectivos contratos de repasses com o MDA.

7. Importa destacar que a Secev/PR, a partir de diligência junto ao MDA, também examinou outros contratos de repasse, conforme se seguem: nºs 241288-55 (Cooperfec - Chapecó-SC); 200042-28 (Cresol Base Oeste); 203691-41 (Cresol Base Centro Oeste); 203312-51 (Cresol Base Oeste); 203367-18 (Cresol Base Sudoeste); 213016-70 (Cresol Coronel Martins-SC); 230187-07 (município de Nova Esperança do Sudoeste/PR); 232569-63 (município de Francisco Beltrão/PR); 200043-32 (Cresol Base Sudoeste); 38000157200600004 (Cresol Luís Alves/SC) e 38000157200700000 (Cresol Luís Alves/SC).

8. Analisado o resultado da audiência, a unidade técnica propôs a rejeição dos argumentos apresentados pelos gestores do Ministério da Cultura, por não justificarem as questões levantadas neste processo, e o acolhimento dos argumentos dos demais gestores ouvidos em audiência, pugnando, assim, por que fosse aplicada multa legal à Sra. Silvana Lumachi Meireles e ao Sr. Nilson Limone, além da emissão de determinações.

9. Cabe destacar que, por não responder ao chamamento desta Corte, deve ser considerado revel o Sr. João Adolfo Schreiner, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992.

10. De fato, nos termos da análise empreendida pela unidade técnica, merecem ser acolhidas as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. José Humberto de Oliveira e pelos prefeitos municipais

ouvidos em audiência, ante a inexistência de má-fé nos seus atos, tendo em vista contemplarem o entendimento de que o requisito do interesse público estaria preenchido nos objetivos dos instrumentos celebrados e analisados neste feito, os quais visam ao fortalecimento do cooperativismo.

11. A esse respeito, reproduzo o que já havia assinalado no voto condutor do Acórdão 1.186/2009-Plenário, que tratou de situação análoga, *verbis*:

"(...). 4. Em preliminar, observo que a discussão sobre interesse público foi apontada no curso desse processo como questão de fundo na análise das contas dos responsáveis. São necessárias, pois, algumas linhas a respeito.

5. Não há convergência de opiniões entre os estudiosos do direito acerca de critérios objetivos por meio dos quais seja possível quantificar o grau de interesse público que embasa determinada ação social. Essa dificuldade decorre da amplitude de interpretações que a expressão abrange.

6. A discussão do conceito, contudo, mostra-se de pouca utilidade para o deslinde do processo em tela, haja vista que a ação fiscalizadora desta Corte não pode se sobrepor aos programas inseridos da lei orçamentária anual, a quem cabe em primeiro plano definir quais as ações que atendem ao interesse público.

7. Por definição, as políticas públicas incorporam em sua essência o atendimento ao interesse público. Assim, a opção materializada na lei orçamentária por uma determinada política pública encerra em si o atendimento às demandas sociais, que são atendidas por meio de programas de trabalho.

8. Infere-se do exposto que a discussão sobre a existência ou não do interesse público nas ações do convênio celebrado não está circunscrita à esfera de competência desta Corte, haja vista que a identificação das ações sociais que requerem a intervenção do Poder Público – e, nesse diapasão, são consideradas de interesse público – se esgota na devida promulgação da lei orçamentária anual.

9. A opção por uma ação prevista em um programa de trabalho autorizado pelo Congresso Nacional, portanto, traz à tona a existência de interesse público. E, como se vê nos autos, os recursos repassados pelo convênio firmado entre o MAPA e a Cooperativa Cresol Baser decorrem da devida execução do Programa de Trabalho 20.606.0360.2152.0001 – Promoção do Associativismo Rural. (...)"

12. Nesse sentido, com a devida vénia, mostra-se indevida a proposta de apena a Sra. Silvana Lumachi Meireles e o Sr. Nilson Limone com a aplicação de multa, devendo ocorrer o acolhimento de suas justificativas, haja vista que a responsabilização desses servidores tem como suporte a discussão sobre a suposta inexistência de interesse público nas ações do Convênio de Cooperação nº 296/2007-MinC/AD, discussão essa afastada pelos argumentos acima reproduzidos.

13. Já quanto à situação do Convênio de Cooperação nº 296/2007-MinC/AD, objetivando a comemoração do cinquentenário da revolta dos posseiros no sudoeste paranaense, ocorrido em outubro de 1957, cabe determinar ao Ministério da Cultura que providencia a rescisão desse acordo, em virtude da perda do seu objeto, pois o aniversário de 50 anos do referido evento ocorreu em 2007.

14. E, no tocante aos demais contratos de repasse deste processo, entendo que esta Corte deve adotar as medidas cabíveis para o exame adequado das questões, cobrando-se do MDA a situação atual desses contratos, bem como, se for o caso, a apresentação da prestação de contas referentes aos acordos em tela.

15. Assim, neste momento processual, deixo de acolher a proposta de rescisão dos mencionados contratos de repasse, em virtude de que não restou apontada nos autos a ocorrência de danos ao erário, além do que, ante a presunção relativa de legitimidade dos atos administrativos, o concedente deve cumprir seu dever legal de fiscalização e de apreciação das contas prestadas pelos convenentes, nos termos estabelecidos no art. 28 e seguintes da IN STN nº 1, de 15 de janeiro de 1997, então vigente.

16. Destaco ainda que, no caso de as contas não serem aprovadas, e após exauridas todas as providências cabíveis, deverão ser instauradas as devidas tomadas de contas especiais, conforme estabelecido no art. 31, § 4º, da mencionada IN, então vigente.

17. Julgo pertinente enviar cópia desta decisão à Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados e à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, para conhecimento e adoção das medidas cabíveis.

18. Enfim, registro, com pesar, que o falecimento do Deputado Federal Max Rosenmann, ocorrido em 25/10/2008, inviabiliza a medida de se dar ciência da decisão ao interessado em sede de representação.

Ante o exposto, propugno por que seja adotado o Acórdão que ora submeto a este Colegiado.

TCU, Sala das Sessões, em 8 de junho de 2011.

ANDRÉ LUIS DE CARVALHO
Relator

GRUPO I – CLASSE II – Plenário

TC-002.852/2008-5

Natureza: Representação**Unidade:** Município de Enéas Marques/PR**Interessado:** Deputado Federal Max Rosenmann**Advogados constituídos nos autos:** Antônio Linares Filho (OAB/PR 15.427),

Pedro Ivo Melo de Oliveira (OAB/PR 33.329) e Cláudio José Abreu de

Figueiredo (OAB/PR 20.419)

DECLARAÇÃO DE VOTO

Trata-se de representação formulada pelo Deputado Federal Max Rosenmann, questionando a legalidade da transferência de recursos federais por parte do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA para o município de Enéas Marques/PR, por meio de contrato de repasse, objetivando apoiar a estruturação da entidade privada denominada Cresol – Sistemas de Cooperativas de Crédito Rural.

2. As apurações realizadas pela Secex/PR acerca do fato questionado na representação levaram ao conhecimento da unidade técnica a existência de diversos outros contratos de repasse celebrados com o MDA, tendo como beneficiárias cooperativas vinculadas ao Sistema Cresol, bem como um convênio firmado com o Ministério da Cultura, os quais foram também incluídos nas análises realizadas nestes autos.

3. Em decorrência das irregularidades apuradas pela Secex/PR, foi realizada a audiência dos responsáveis, cujas razões de justificativa são analisadas nesta etapa processual.

4. Em sua Proposta de Deliberação, o nobre Relator acolheu a proposta de encaminhamento da unidade técnica no sentido do acatamento das razões de justificativa oferecidas pelos prefeitos ouvidos em razão da celebração de contratos de repasses com o Ministério do Desenvolvimento Agrário que tiveram por objeto beneficiar entidades privadas, tornando os municípios meros instrumentos para burlar o contido no subitem 9.2 do Acórdão 1.363/2007-TCU-Plenário, de 11/7/2007. Ao mesmo tempo, rejeitou a proposta de apenação com multa dos gestores do Ministério da Cultura ouvidos em razão da celebração de convênio com objeto voltado à cultura com uma entidade do Sistema Cresol, que tem como atividade principal a contabilidade e atividade secundária a consultoria em gestão empresarial, em afronta ao princípio da razoabilidade que deve revestir a aplicação de recursos públicos.

5. Por fim, dentre as medidas submetidas à aprovação deste Plenário, foi proposta a determinação ao Ministério da Cultura para que providenciasse a rescisão do Convênio de Cooperação nº 296/2007-MinC/AD, em virtude da perda do seu objeto, bem como, determinar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário que informe a este Tribunal a situação atual, e, se for o caso, o resultado do exame ou do reexame das prestações de contas dos contratos de repasse analisados nos autos e, caso necessário, instaure as devidas tomadas de contas especial.

6. Louvando o trabalho do ilustre Relator, Ministro-Substituto André Luiz de Carvalho, entendo que as medidas submetidas ao Colegiado atendem em parte as providências demandadas pelos fatos apurados.

7. Entretanto, considero que a gravidade das irregularidades envolvendo as transferências de recursos públicos federais realizadas pelo MDA e pelo Ministério da Cultura para as entidades ligadas ao Sistema Cresol requerem medidas adicionais no sentido de se evitar a sua repetição em ajustes futuros.

8. Com efeito, foi verificado pela unidade técnica as seguintes ocorrências envolvendo as transferências analisadas:

a) repasse de recursos públicos para aplicação em recursos de capital, com vistas à estruturação da entidade privada, tais como, construção de sede, aquisição de equipamentos agrícolas, veículos, móveis e computadores;

b) utilização da contrapartida para aquisição de máquinas fotográficas e telefones celulares;

c) repasse de recursos sem relação de pertinência com as finalidades sociais da entidade privada, a exemplo do ocorrido no Convênio de Cooperação nº 296/2007-MinC/AD, cujo objeto era a celebração do Cinquentenário da Revolta dos Posseiros no Sudoeste Paranaense, ao passo que a atividade da conveniada (a Cresol) é a contabilidade e consultoria em gestão empresarial;

d) repasse de recursos em benefício de entidades privadas, por intermédio dos entes municipais, com vistas a contornar o impedimento legal de essas entidades receberem diretamente os recursos, por estarem incluídas no cadastro de inadimplentes do Siafi, utilizando-se do artifício de estabelecer que os bens adquiridos com os recursos dos contratos de repasse são incorporados ao patrimônio municipal após a extinção do contrato de repasse e, posteriormente, transferidos às cooperativas.

9. Ao contrário do defendido pelos responsáveis em suas razões de justificativa, parece-me evidente que as ocorrências acima relacionadas demonstram claramente que o interesse público não está sendo atendido nas transferências questionadas. Pelo contrário, o que se vislumbra é o benefício direto das entidades privadas envolvidas, tendo-se recorrido, inclusive, à burla às restrições legais de essas entidades receberem recursos públicos, por se encontrarem no cadastro de inadimplentes do Siafi.

10. Face a essa situação, proponho ao Relator, em complemento às medidas por ele propostas, a inclusão no Acórdão das seguintes providências que entendo necessárias à coibição da continuação de repasses de recursos federais por parte do MDA ou do Ministério da Cultura que não atendam precipuamente ao atendimento do interesse público:

“9.6. determinar ao Ministério da Cultura e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário que se abstenham de realizar transferências voluntárias não amparadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias:

9.6.1. a entidades privadas que não atendam aos requisitos legais, por intermédio de pessoas políticas estaduais e municipais, como forma de contornar os impedimentos impostos pela legislação;

9.6.2. a entidades privadas, para a execução de atividades que não tenham relação de pertinência com suas finalidades sociais;

9.6.3. para a aplicação de recursos de capital com vistas à estruturação de entidades privadas;

9.7. determinar aos municípios de Três Barras do Paraná/PR, Nova Esperança do Sudoeste/PR e Francisco Beltrão/PR que, no prazo de 30 dias, recolham os bens adquiridos com recursos repassados por meio dos Contratos de Repasse nº 231829-88, nº 230187-07 e nº 232569-63, respectivamente, em razão da falta de amparo legal para a aquisição de bens com recursos públicos para estruturar entidade privada e informem à Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná as providências adotadas;”

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 8 de junho de 2011.

AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI
Ministro-Substituto

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER N° 812, DE 2011

Da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, sobre o Ofício “S” nº 24, de 2010 (nº 319/2010 na origem, do Tribunal de Contas da União – Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco) contendo cópia do Relatório de Auditoria do Acórdão nº 2297/2010 e Ata nº 33/2010 (CD em anexo).

Relator: Senador Neuto de Conto

I – Relatório

Em exame nesta Comissão o Ofício “S” nº 24, de 2010, do Tribunal de Contas da União – Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco, que encaminha cópia do Relatório de Fiscalização na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e no Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB).

Anexo ao mencionado documento, um CD com o arquivo eletrônico do Relatório de Auditoria de Natureza Operacional na Sudene e no BNB, o voto do Ministro-Relator Valmir Campelo e o Acórdão nº 2297/2010 TCU-Plenário.

A Auditoria de Natureza Operacional, realizada pela Secex-PE, teve como objetivo central verificar a atuação institucional da Sudene e do BNB na administração e gerência dos recursos do Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE). No entanto, suas constatações alcançam os seguintes pontos, apresentados a seguir segundo as principais questões a que se referem:

Planejamento Regional:

a) ausência de elaboração do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste e de minuta de projeto de lei para sua instituição;

b) ausência de elaboração de relatório com a avaliação dos programas e ações do Governo Federal na área de atuação da Sudene;

c) limitações no funcionamento do Comitê de Articulação das Secretarias de Estado da Área de Atuação da Sudene;

Capacidade Institucional da Sudene:

a) ausência de atualização de documentos padronizados destinados a orientar os

procedimentos operacionais na concessão de incentivos e benefícios fiscais e na aprovação de financiamentos com recursos do FDNE;

b) ausência de procedimento operacional formalmente estabelecido, disciplinando a verificação da capacidade instalada dos empreendimentos;

c) indefinição dos cargos e das competências requeridas para a realização das atividades e dos processos associados à operacionalização do FDNE e dos incentivos fiscais;

d) ausência de plano de cargos e salários que preveja cargos com atribuições que possibilitem a análise e fiscalização de projetos de investimentos e incentivos especiais;

e) ausência de treinamentos e eventos de capacitação de pessoal;

f) desvios funcionais;

g) ausência de uma definição formal quanto aos objetivos do FDNE e do mecanismo de concessão de incentivos e benefícios fiscais;

h) ausência de levantamento dos riscos que possam afetar o alcance dos objetivos do FDNE e do mecanismo de concessão de incentivos fiscais;

i) ausência de Sistema de Informação para o FDNE (em desenvolvimento);

Administra dos Incentivos Fiscais de Natureza Regional:

a) aprovação de pleito de redução do imposto de renda e adicionais não restituíveis e comissão de Declaração de Regularidade de Benefícios Fiscais com base em documentação insuficiente;

b) ausência de procedimento operacional formalmente estabelecido, disciplinando a verificação da capacidade instalada dos empreendimentos pleiteantes de incentivos e benefícios fiscais;

c) emissão de Laudos Constitutivos, relativos ao pleito de redução do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, sem a realização de vistoria prévia;

Administração dos Recursos do FNDE:

a) irregularidades constatadas na Fiscalização Prévia realizada no Projeto da empresa Transnordestina Logística S.A., frente às exigências do Decreto nº 4.253, de 31-5-2002;

b) irregularidades constatadas na emissão do Atestado de Regularidade relativo ao

Projeto da empresa Transnordestina Logística S.A.;

c) análise de viabilidade econômico-financeira, aprovação e fiscalização do projeto da empresa Transnordestina S.A. sem a identificação precisa e analítica das inversões previstas no projeto;

d) firmatura de Aditivo de Re-ratificação do Contrato Particular de Investimento, celebrado entre a Transnordestina Logística S.A. e o BNB, e do Laudo de Início de Implantação nº LII– FNT-02/2009 em desacordo com a sexta condicionante de pré-desembolso contida no Parecer Técnico de adequação da Sudene, de 7-12-2009, bem como no Parecer de Re-ratificação do Relatório de análise;

e) emissão do Atestado de Regularidade e liberação de recursos do FDNE para a empresa Transnordestina Logística S.A. sem que a implantação de seu projeto estivesse compatível com o cronograma físico-financeiro aprovado;

f) aprovação do projeto e celebração do contrato com a empresa Transnordestina Logística S.A., sem a apresentação dos projetos executivos, contendo plantas de todas as obras com especificações e orçamentos detalhados, bem como as relativas às instalações, obras preliminares e complementares;

g) descumprimento ao inciso XI do art. 26 do Anexo ao Decreto nº 6.952, de 2-9-2009, na redação da escritura pública da primeira emissão privada de debêntures conversíveis em ações da empresa Transnordestina Logística S.A.;

h) liberações de recursos do FDNE sem a observância da ordem definida pelos cronogramas físico-financeiros dos projetos contratados, conforme prevê o **caput** do art. 40 do Anexo ao Decreto nº 6.952/2009;

i) impropriedades na elaboração do Atestado de Disponibilidade Financeira (ADF), previsto no apêndice I do Anexo ao Decreto nº 6.952/2009 (Regulamento do FDNE);

j) atraso no atendimento às solicitações de descentralização de recursos financeiros destinados aos projetos financiados pelo FDNE.

O resumo dos principais aspectos tratados na Auditoria de Natureza Operacional mostra a gravidade da

situação em que se encontra a capacidade institucional da Sudene e o padrão de gestão de seus principais instrumentos de promoção do desenvolvimento regional, ou seja, do FNDE e do mecanismo de concessão de incentivos e benefícios fiscais.

Frente à gravidade dos problemas constatados pelo TCU, apresento, a seguir, a análise das questões sobre as quais esta Comissão deveria se debruçar com maior profundidade e atenção.

II – Análise

Entre as constatações das equipes do TCU, cabe ressaltar que o principal item de descumprimento da Lei foi a ausência de elaboração do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste e de minuta de projeto de lei para instituição do referido plano, a ser submetida ao Congresso Nacional após aprovação por seu Conselho Deliberativo. Na Lei Complementar nº 125, de 2007, estão previstos os seguintes instrumentos para a Autarquia Regional:

Art. 5º São instrumentos de ação da Sudene:

i – o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste;

II – o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE;

III – o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE;

Observa-se, assim, que a inexistência de um Plano Regional, como resultado da inanição da Sudene, tem uma dupla consequência: de um lado, não estabelece o referencial das prioridades a serem atendidas pelo FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste) e pelo FNDE (Fundo de Desenvolvimento do Nordeste) na aplicação de seus recursos, e, de outro lado, não se habilita a levar ao Congresso Nacional um documento comprehensivo dos problemas, das possibilidades e das prioridades regionais, como determina a Lei Complementar nº 125, de 2007:

Art. 10. Competem ao Conselho Deliberativo, com apoio administrativo, técnico e institucional de sua Secretaria-Executiva, as seguintes atribuições:

I – estabelecer as diretrizes de ação e formular as políticas públicas para o desenvolvimento de sua área de atuação;

II – propor projeto de lei que instituirá o plano e os programas regionais de desenvolvimento do Nordeste a ser encaminhado ao

Congresso Nacional para apreciação e deliberação;

.....

Segundo o TCU, a inanição da Entidade também acarretou a ausência de elaboração de relatório com a avaliação dos programas e ações do Governo Federal na sua área de atuação. Igualmente, observaram-se limitações no funcionamento do Comitê de Articulação das Secretarias de Estado da Área de Atuação da Sudene. Em síntese, a Sudene tem se omitido a desempenhar o papel de liderança no Nordeste do enfrentamento das desigualdades interregionais no País.

Por trás desta omissão está sua fragilidade institucional, pois foi constatada a ausência de plano de cargos e salários que preveja cargos com atribuições que possibilitem a análise e fiscalização de projetos de investimentos e incentivos especiais. Observou-se, ainda, que o quadro de pessoal da Sudene vem sendo composto através de redistribuições de antigos servidores das extintas Sudene e Adene. Ou seja, a Autarquia está às vésperas de completar três anos desde sua criação, mas não foi equipada com os quadros técnicos e administrativos necessários à execução de sua missão institucional.

Como decorrência da ausência do Plano Regional e da inexistência de recursos humanos, o TCU constatou: *“Situação encontrada: Não há uma definição formal, por parte da Sudene, quanto aos objetivos do FDNE e do mecanismo de concessão de incentivos e benefícios fiscais”*.

Mas a fragilidade institucional e organizacional da Autarquia Regional é percebida com clareza no acúmulo de falhas nas rotinas e procedimentos para a concessão e administração dos empréstimos com recursos do FNDE e na administração do mecanismo de incentivos e benefícios fiscais. As falhas constatadas pelas equipes do TCU abrangem questões diversificadas, tal como poderiam ser citados os seguintes exemplos:

a) liberações de recursos do FDNE sem a observância da ordem definida pelos cronogramas físico-financeiros dos projetos contratados, conforme prevê o **caput** do art. 40 do Anexo ao Decreto nº 6.952/2009; e

b) emissão de laudos sem a realização de vistoria prévia, não implemento de condições prévias para a aprovação de pleitos de incentivos e benefícios fiscais pela Sudene, ausência de apresentação pela empresa pleiteante da documentação contábil e fiscal,

formalização insuficiente dos procedimentos operacionais para a verificação da capacidade instalada dos empreendimentos e a ausência de vistoria prévia em pleitos relativos à redução de imposto de renda.

O problema mais ilustrativo da difícil situação em que se encontra a Sudene é o projeto da empresa Transnordestina Logística S.A (Projeto da Ferrovia Transnordestina) financiado com recursos do FDNE. A gravidade dos fatos relatados no Relatório de Auditoria recomenda que esta Comissão se detenha com maior profundidade e faça um exame mais cuidadoso da concessão e administração do financiamento concedido com vultosos recursos do FNDE.

III – Voto

Diante do exposto, voto para que a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo tome conhecimento do Ofício “S” 24, de 2010, delibere pelo encaminhamento do processado ao arquivo e, tendo como base o Relatório de Auditoria de Natureza Operacional na Sudene e no BNB, o Voto do Ministro-Relator Valmir Campelo e o Acórdão nº 2297/2010, seja aprovado o requerimento (abaixo) de audiência pública:

Sala da Comissão,

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
E TURISMO

OFÍCIO “S” Nº 24, DE 2010

IV – Decisão da Comissão

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em reunião extraordinária realizada nesta data, aprovou o Relatório do Senador Neuto de Conto, que passa a constituir Parecer da CDR com voto pelo conhecimento do Ofício “S” nº 24, de 2010, de autoria do Tribunal de Contas da União – TCU, e o encaminhamento da matéria com o presente Parecer ao arquivo do Congresso Nacional.

Assinam o Parecer os Senhores Senadores: Gilberto Goellner (Presidente eventual), César Borges, José Nery, Neuto de Conto, Adelmir Santana, Lúcia Vânia, Gim Argello, Delcídio Amaral, Roberto Cavalcanti, Tião Viana, Pedro Simon, Gerson Camata, Jayme Campos, Demóstenes Torres, Papaléo Paes, Mozarildo Cavalcanti e João Durval.

Sala da Comissão, 15 de dezembro de 2010.

– Senador **Gilberto Goellner**, Presidente eventual da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

OFÍCIO "S" N° 24, DE 2010

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 15/12/2010 OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: Senador Gilberto Goellner PRESIDENTE ELEITURAL

RELATOR: Senador Neuto De Conto

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)	
CÉSAR BORGES (PR) <i>César Borges</i>	1-DEL CÍDIO AMARAL (PT)
ERYS SLHESSARENKO (PT)	2-ROBERTO CAVALCANTI (PRB)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	3-TIÃO VIANA (PT)
JOSÉ NERY (PSOL) <i>Nery</i>	4-VAGO
MAIORIA (PMDB, PP)	
NEUTO DE CONTO (PMDB) <i>Neuto</i>	1-VAGO
VALTER PEREIRA (PMDB)	2-PEDRO SIMON (PMDB) <i>Gilberto</i>
ROMERO JUCÁ (PMDB)	3-VALDIR RAUPP (PMDB)
ALMEIDA LIMA (PMDB)	4-GERSON CAMATA (PMDB)
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	1-GILBERTO GOELLNER (DEM) <i>Gilberto</i>
MARCO MACIEL (DEM)	2-JAYME CAMPOS (DEM)
ROSALBA CIARLINI (DEM) <i>Rosalba</i>	3-DEMÓSTENES TORRES (DEM)
ADELMIR SANTANA (DEM) <i>Ademir</i>	4-KÁTIA ABREU (DEM)
LÚCIA VÂNEA (PSDB) <i>Lucia Vânea</i>	5-CÍCERO LUCENA (PSDB)
MARCONI PERILLO (PSDB)	6-PAPALEO PAES (PSDB) <i>Marconi</i>
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	7-TASSO JEREISSATI (PSDB)
PTB	
GIM ARGELO	1-MOZARILDO CAVALCANTI <i>Mozarildo</i>
PDT	
JEFFERSON PRAIA	1-JOÃO DURVAL

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**LEI COMPLEMENTAR N° 125,
DE 3 DE JANEIRO DE 2007**

Institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste -SUDENE; estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos, áreas de atuação, instrumentos de ação; altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e a Medida Provisória nº 2.156, de 24 de agosto de 2001; revoga a Lei Complementar nº 66, de 12 de junho de 1991; e dá outras providências.

**DECRETO N° 4.253, DE 31 DE MAIO DE 2002
(Revogado pelo Decreto nº 6.952, de 2009)**

DECRETO N° 6.952, DE 2 DE SETEMBRO DE 2009

Aprova o Regulamento do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE, e dá outras providências.

**Seção III
Da Escritura de Emissão**

Art. 26. Da escritura de emissão constará obrigatoriamente o seguinte:

XI – possibilidade de os prazos de carência e vencimento das debêntures serem prorrogados em decorrência de atraso no início da entrada em operação do empreendimento, cuja responsabilidade não possa ser imputada à empresa titular de projeto, desde que tal prorrogação seja aprovada pela Sudene, ouvido o agente operador;

**Seção IV
Das Prioridades de Liberações**

Art. 40. A Sudene deverá dar prioridade às liberações de recursos observando a ordem definida pelos cronogramas físico-financeiros dos projetos contratados.

Parágrafo único. A prioridade a que se refere o **caput** deverá ocorrer exclusivamente para os projetos que estejam em situação de regularidade na implantação do empreendimento, devidamente atestada pelo agente operador.

APÊNDICE I

ATESTADO DE DISPONIBILIDADE FINANCEIRA - ADF

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Projeto/CNPJ: (identificar o projeto e a empresa)

Valores em R\$ 1,00

	Ano corrente	Ano + 1	Ano + 2	Ano + n
I - Resultado Financeiro do Fundo em 31 de dezembro do ano anterior				
II - Receitas Financeiras				
a) Dotações Orçamentárias				
b) Produto da alienação de Valores Mobiliários e Dividendos				
c) Resultados de Aplicações Financeiras				
d) Outros Recursos Previstos em Lei				
III - Despesas Operacionais				
a) Remuneração do Banco Operador				
b) Remuneração da Superintendência de Desenvolvimento				
c) Recursos para Custeio de Atividades em Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia				
d) Outras Despesas Operacionais Previstas em Lei				
IV - Resultado das Disponibilidades Financeiras do Fundo: (I + II - III)				
V - Comprometimento Financeiro do Fundo				
a) Desembolsos Financeiros com os Projetos Aprovados em anos anteriores				
b) Desembolsos Financeiros com os Projetos Aprovados no ano corrente				
VI - Disponibilidade Financeira para Novos Projetos (IV - VI)				
VII - Previsão Desembolsos com o Projeto CNPJ (identificar o projeto e a empresa)				
VIII - Disponibilidade Financeira do Fundo (IV - V - VII)				
IX - Resultado Financeiro do Fundo (VIII)				

Atesto que, de acordo com a planilha acima, o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste possui recursos financeiros suficientes para financiar o projeto em questão, durante todo o período de desembolso prevista no projeto.

Local:

Data:

Assinatura:

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 812, de 2011**, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, sobre o **Ofício nº S/24, de 2010**.

A Presidência, em cumprimento às suas conclusões, encaminha a matéria ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Sobre a mesa, projeto de lei que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 496, DE 2011

Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para tornar obrigatória a elaboração de projeto executivo anteriormente à abertura de licitações para a contratação de obras e serviços.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 7º

§ 1º A execução de cada etapa será obrigatoriamente precedida da conclusão e aprovação, pela autoridade competente, de todos os trabalhos relativos às etapas anteriores.

§ 2º

I – houver projeto executivo aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório;

..... ” (NR)

“Art. 26

Parágrafo único.

V – no caso de obras e serviços, os projetos básico e executivo, elaborados previamente à contratação.” (NR)

“Art. 40.

IV – local onde poderão ser examinados e adquiridos os projetos básico e executivo;

.....

§ 2º

I – os projetos básico e executivo, com todas as suas partes, desenhos, especificações e outros complementos;

..... ” (NR)

“Art. 65.

§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem durante a execução do contrato, respeitados os seguintes limites:

I – nas obras e serviços de engenharia, até 10% (dez por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

II – no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, para os seus acréscimos;

III – nos casos de compras e serviços diversos dos previstos nos incisos I e II, até 5% (cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

..... ” (NR)

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor decorridos 180 dias de sua publicação oficial.

Art. 3º Revogam-se o § 2º do art. 9º e o inciso V do **caput** do art. 40 da Lei nº 8.666, de 1993.

Justificação

Um dos maiores problemas na contratação de obras e serviços de engenharia pela Administração Pública é a má qualidade dos projetos que lhes servem de base. A Lei Geral de Licitações (Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993) exige que tais contratações sejam necessariamente precedidas da elaboração de projeto básico, definido pelo seu art. 6º, IX, como o *conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução*.

Quanto ao projeto executivo, definido pelo art. 6º, X, da Lei como o *conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT*, não há obrigação de que esteja concluído antes da realização do certame. Ao contrário, a Lei, em seu art. 7º, § 1º, expressamente permite que ele possa ser *desenvolvido concomitantemente com a execução das obras e serviços*, e, em seu art. 40, V, determina que a Administração informe se há projeto executivo disponível na data da publicação do edital da licitação.

Embora a exigência de projeto básico prévio seja positiva, a realidade tem demonstrado que ela é insatisfatória, seja porque a Administração ou as em-

presas de engenharia contratadas para produzi-lo não têm o devido cuidado em sua elaboração, seja porque o próprio conceito de projeto básico admite a possibilidade de variações não desprezíveis do inicialmente projetado, quando da execução da obra.

De acordo com o art. 3º, f, da Resolução nº 391, de 10 de dezembro de 1991, do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, o projeto básico deve *definir as quantidades e os custos de serviços e fornecimentos com precisão compatível com o tipo e porte da obra, de tal forma a ensejar a determinação do custo global da obra com precisão de mais ou menos 15%*. Na prática, porém, dada a má qualidade dos projetos, é comum a celebração de aditivos contratuais, em percentuais bem superiores àquele. Assim, por falha de planejamento (ou mesmo, em alguns casos, por má-fé do administrador), os custos das obras públicas terminam por ser bem superiores aos inicialmente projetados.

Entre as consequências negativas de projetos básicos mal elaborados, estão a dificuldade de realização de um julgamento objetivo no certame, a ocorrência de reajustes contratuais indevidos, a alteração de quantitativos dos itens contratados, paralisações nas obras e mesmo a criação de obstáculos à ação dos órgãos de controle, como concluiu o Tribunal de Contas da União na Decisão nº 339/2000 – Plenário.

Também a doutrina é enfática em criticar a falta do devido planejamento na contratação de obras e serviços pela Administração. Marçal Justen Filho (*Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*, São Paulo: Dialética, 2004, p. 109-110), por exemplo, atenta para a absoluta necessidade de que o projeto executivo esteja disponível quando da realização do certame:

Na ausência de um projeto executivo, torna-se impossível estimar o próprio custo da futura contratação. Ou seja, a ausência de projeto executivo importa sério risco de frustração do princípio constitucional e legal de que toda e qualquer contratação pressupõe recursos financeiros suficientes. Uma das vias para tornar inútil a determinação da previsão de recursos orçamentários reside em promover contratação sem projeto executivo. Essa prática tem sido largamente utilizada, lamentavelmente, entre nós. [...] Configura-se um acinte à Constituição e à Lei quando se promove licitação de obras de enorme complexidade (rodovias, metrôs, projetos de irrigação) sem projeto executivo. A maior causa de inovações e modificações nas contratações consiste precisamente nesse ponto. Talvez uma das providências mais essenciais que a reforma da Lei de Licitações

deva conter seja a vedação à instauração de licitação de obras fundada apenas em projeto básico.

A despeito de ser altamente recomendável que o projeto executivo esteja concluído antes da licitação, o fato é que o texto da Lei Geral de Licitações abre a possibilidade de seu desenvolvimento concomitantemente à execução das obras e serviços. O presente projeto de lei se destina a corrigir isso. Ademais, com a exigência de elaboração prévia do projeto executivo, não mais se justificarão os elevados percentuais hoje aplicáveis como limites ao valor dos termos aditivos, consistentes em 25% do total do contrato, no caso de obras, serviços de engenharia e compras, e em 50% no caso de reforma de edifício ou equipamento. O projeto reduz esses percentuais para 10%, no caso de obras e serviços de engenharia, 25% no caso de reforma de edifício ou equipamento, e 5% no caso de compras.

Por fim, cabe registrar que, para evitar transtornos às ações administrativas em curso, bem como para viabilizar a adaptação dos órgãos públicos às novas regras, a proposição prevê uma *vacatio legis* de 180 dias.

Com a convicção de que tais alterações na Lei Geral de Licitações contribuirão para o aperfeiçoamento da gestão pública e para o combate a desmandos nas contratações administrativas, contamos com o apoio de nossos Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, – Senador **Vital do Rêgo**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N° 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

Texto compilado

Mensagem de voto

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I Das Disposições Gerais

Seção I Dos Princípios

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Seção III Das Obras e Serviços

Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte seqüência:

- I – projeto básico;
- II – projeto executivo;
- III – execução das obras e serviços.

§ 1º A execução de cada etapa será obrigatoriamente precedida da conclusão e aprovação, pela autoridade competente, dos trabalhos relativos às etapas anteriores, à exceção do projeto executivo, o qual poderá ser desenvolvido concomitantemente com a execução das obras e serviços, desde que também autorizado pela Administração.

§ 2º As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando:

I – houver projeto básico aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório;

II – existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;

III – houver previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;

IV – o produto dela esperado estiver contemplando nas metas estabelecidas no Plano Plurianual de que trata o art. 165 da Constituição Federal, quando for o caso.

§ 3º É vedado incluir no objeto da licitação a obtenção de recursos financeiros para sua execução, qualquer que seja a sua origem, exceto nos casos de empreendimentos executados e explorados sob o regime de concessão, nos termos da legislação específica.

§ 4º É vedada, ainda, a inclusão, no objeto da licitação, de fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantidades ou cujos quantitativos não correspondam às previsões reais do projeto básico ou executivo.

§ 5º É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório.

§ 6º A infringência do disposto neste artigo implica a nulidade dos atos ou contratos realizados e a responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

§ 7º Não será ainda computado como valor da obra ou serviço, para fins de julgamento das propostas de preços, a atualização monetária das obrigações de pagamento, desde a data final de cada período de aferição até a do respectivo pagamento, que será calculada pelos mesmos critérios estabelecidos obrigatoriamente no ato convocatório.

§ 8º Qualquer cidadão poderá requerer à Administração Pública os quantitativos das obras e preços unitários de determinada obra executada.

§ 9º O disposto neste artigo aplica-se também, no que couber, aos casos de dispensa e de inexigibilidade de licitação.

.....

Art. 9º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:

I – o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

II – empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

III – servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

§ 1º É permitida a participação do autor do projeto ou da empresa a que se refere o inciso II deste artigo, na licitação de obra ou serviço, ou na execução, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada.

§ 2º O disposto neste artigo não impede a licitação ou contratação de obra ou serviço que inclua a elaboração de projeto executivo como encargo do contratado ou pelo preço previamente fixado pela Administração.

§ 3º Considera-se participação indireta, para fins do disposto neste artigo, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

.....

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no

prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos. (Redação dada pela Lei nº 11.107, de 2005)

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I – caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II – razão da escolha do fornecedor ou executante;

III – justificativa do preço.

IV – documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

I – objeto da licitação, em descrição sucinta e clara;

II – prazo e condições para assinatura do contrato ou retirada dos instrumentos, como previsto no art. 64 desta Lei, para execução do contrato e para entrega do objeto da licitação;

III – sanções para o caso de inadimplemento;

IV – local onde poderá ser examinado e adquirido o projeto básico;

V – se há projeto executivo disponível na data da publicação do edital de licitação e o local onde possa ser examinado e adquirido;

VI – condições para participação na licitação, em conformidade com os arts. 27 a 31 desta Lei, e forma de apresentação das propostas;

VII – critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos;

VIII – locais, horários e códigos de acesso dos meios de comunicação à distância em que serão fornecidos elementos, informações e esclarecimentos relativos à licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto;

IX – condições equivalentes de pagamento entre empresas brasileiras e estrangeiras, no caso de licitações internacionais;

X – critério de aceitabilidade dos preços unitários e global, conforme o caso;

X – critério de aceitabilidade dos preços unitários e global, conforme o caso, vedada a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em

relação a preços de referência; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

X – o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

XI – critério de reajuste, que deverá retratar a variação do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data da proposta ou do orçamento a que esta se referir até a data do adimplemento de cada parcela;

XI – critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

XII – (VETADO)

XII – (Vetado). (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

XIII – limites para pagamento de instalação e mobilização para execução de obras ou serviços que serão obrigatoriamente previstos em separado das demais parcelas, etapas ou tarefas;

XIV – condições de pagamento, prevendo:

a) prazo de pagamento em relação à data final a cada período de aferição não superior a 30 (trinta) dias;

a) prazo de pagamento não superior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

b) cronograma de desembolso máximo por período, em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros;

c) critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data a ser definida nos termos da alínea a deste inciso até a data do efetivo pagamento;

c) critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

d) compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos;

e) exigência de seguros, quando for o caso;

XV – instruções e normas para os recursos previstos nesta Lei;

XVI – condições de recebimento do objeto da licitação;

XVII – outras indicações específicas ou peculiares da licitação.

§ 1º O original do edital deverá ser datado, rubricado em todas as folhas e assinado pela autoridade que o expedir, permanecendo no processo de licitação, e dele extraindo-se cópias integrais ou resumidas, para sua divulgação e fornecimento aos interessados.

§ 2º Constituem anexos do edital, dele fazendo parte integrante:

I – o projeto básico e/ou executivo, com todas as suas partes, desenhos, especificações e outros complementos;

II – demonstrativo do orçamento estimado em planilhas de quantitativos e custos unitários;

III – orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

IV – a minuta do contrato a ser firmado entre a Administração e o licitante vencedor;

V – as especificações complementares e as normas de execução pertinentes à licitação.

§ 3º Para efeito do disposto nesta Lei, considera-se como adimplemento da obrigação contratual a prestação do serviço, a realização da obra, a entrega do bem ou de parcela destes, bem como qualquer outro evento contratual a cuja ocorrência esteja vinculada a emissão de documento de cobrança.

§ 4º Nas compras para entrega imediata, assim entendidas aquelas com prazo de entrega até trinta dias da data prevista para apresentação da proposta, poderão ser dispensadas: (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

I – o disposto no inciso XI deste artigo; (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

II – a atualização financeira a que se refere a alínea “c” do inciso XIV deste artigo, correspondente ao período compreendido entre as datas do adimplemento e a prevista para o pagamento, desde que não superior a quinze dias. (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

Seção III Da Alteração dos Contratos

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I – unilateralmente pela Administração:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminui-

ção quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

II – por acordo das partes:

a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;

b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

c) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

d) (VETADO).

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do princípio, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

§ 2º Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no parágrafo anterior.

§ 2º Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no parágrafo anterior, salvo: (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

I – (VETADO) (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

II – as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

§ 3º Se no contrato não houverem sido contemplados preços unitários para obras ou serviços, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos no § 1º deste artigo.

§ 4º No caso de supressão de obras, bens ou serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela Administração pelos custos de aquisição

regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

§ 5º Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

§ 6º Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

§ 7º (VETADO)

§ 8º A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Convido para fazer uso da palavra ao Ex^{mo} Sr. Senador Fernando Collor de Mello.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Ex^{mo} Sr. Presidente, Senador Cyro Miranda, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a excitação que o Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2010, que regula o acesso a informações públicas, tem despertado nos meios reflete abordagens que vão da distorção dos fatos, da inversão dos papéis ao contumaz erro de interpretação.

Quatro aspectos que envolvem o tema precisam ser bem esclarecidos. Primeiro, a questão do sigilo eterno; segundo, a publicidade por meio da Internet; terceiro, a garantia dos direitos humanos; e quarto, o suposto interesse pessoal quanto à proposta.

Vamos analisar um por um esses itens.

O primeiro deles, Sr. Presidente, o sigilo eterno. Em primeiro lugar, não defendo nem proponho o sigilo eterno, termo esse cunhado e carimbado alhures, mas inapropriado para a matéria em discussão. Trata-se de uma situação para a qual, numa democracia, somos todos contrários.

O resgate da proposta original do Governo, em 2009, objetiva garantir ao Estado um mecanismo mínimo de salvaguarda para que o sigilo de algumas informações ou trechos delas seja prorrogado por mais de uma vez, se necessário for. A decisão de desclassificação ou de nova prorrogação, por proposta da Comissão de Reavaliação a ser instituída, levará em conta se é ou não, naquele momento, medida historicamente apropriada, politicamente conveniente e publicamente aceitável. Mas, acima de tudo, devem-se considerar, na avaliação, os aspectos de segurança da sociedade e do Estado relacionados à divulgação dessas informações.

Em recente artigo, o professor de Filosofia Denis Rosenfield, ao defender a abertura completa de todos os documentos e informações, alega que

A História das nações não é a história do politicamente correto. Nações não são anjos, nem os homens estão voltados necessariamente para o bem, tendo, igualmente, uma propensão ao mal. Hegel já dizia que a história não é o lugar da felicidade. Pretender impor retroativamente critérios atuais do certo e do errado significa desconhecer a própria natureza humana.

E digo eu: exatamente por esses motivos é que toda nação se resguarda no plano das relações exteriores, seja pelos fatos do passado, do presente ou do futuro que está por vir. Do mesmo modo que nos preocupamos com questões históricas sob o ângulo do presente, impor prospectivamente critérios atuais do certo e do errado é temerário e significa desconhecer, isso sim, a própria natureza humana na sua incapacidade de adivinhação do futuro.

Pela mesma razão de que a História é dinâmica, evolui, transforma-se, atualiza-se, inclusive em seus valores, conceitos, crenças e critérios, é que não se pode deixar a segurança da sociedade e do Estado vulnerável e sujeita a um decurso de prazo em um futuro absolutamente indecifrável quanto às relações internacionais e às políticas de defesa. Tudo isso, sem falar em questões no campo da pesquisa e do desenvolvimento de tecnologias sensíveis, cada vez mais evoluídas, mais concorrentes e, portanto, mais assediadas.

Nas palavras do historiador José Murilo de Carvalho, “países maduros não têm medo de enfrentar o passado”. O que se discute, no entanto, é a conveniência de quando e como enfrentar esse passado. A maturidade está em reconhecer que não podemos marcar datas para tanto, muito menos sem nenhuma proteção. Além disso, há de se considerar um perigo

adjacente que está no futuro que não se conhece, seja ele daqui a 25, 50 ou 100 anos. Daí a necessidade de que a decisão sobre uma possível prorrogação de sigilo ocorra no futuro, levando-se em conta os condicionamentos históricos, sociais, econômicos, diplomáticos e políticos daquele momento. Não cabe a nós, hoje, determinar e garantir, ou sequer presumir que, daqui a 50 anos, esta ou aquela informação, se divulgada, será nociva ou inofensiva à segurança e imagem do País e de nossa sociedade.

É primário e ingênuo acreditar que num futuro próximo – e, quiçá, num futuro mais longínquo ainda – as relações de Estado serão totalmente infensas, passíveis de uma abertura total de registros e informações sem causar nenhuma consequência. Há que se ter um mecanismo mínimo de salvaguarda. Ou seja, a lei deve ser elaborada olhando-se não só pelo retrovisor, mas também com um binóculo focado no futuro. A partir de agora, em que o Brasil entra de vez no cenário internacional como um autêntico **global player**, sujeito inclusive a se tornar alvo de toda espécie, é que precisamos resguardá-lo de toda forma, ainda que com salvaguardas mínimas, como é o caso da possibilidade, e não da obrigatoriedade, de prorrogação do sigilo por mais de uma vez, ainda assim se necessário.

Deste modo, Sr. Presidente, não há nem haverá prorrogação automática. Dizer que permitir a prorrogação do sigilo por mais de uma vez é o mesmo que impor o sigilo eterno não passa de retórica, de uma falácia quase que convincente aos mais desatentos. É mais do que prejugar, é subjugar as futuras e sucessivas autoridades do País e, principalmente, os membros da Comissão de Reavaliação, da qual, inclusive, farão parte representantes do Congresso Nacional. Se a prática do passado foi esta – a da prorrogação automática ou sistemática –, o projeto que se propõe dá uma nova configuração e um novo tratamento para a Administração Pública nos casos de classificação e desclassificação de documentos, a começar pela instituição de uma inédita instância específica de análise, que será a Comissão Mista de Reavaliação. A ela caberá propor, ou não, a prorrogação do sigilo, incumbindo-se à autoridade competente – o Presidente da República ou um Ministro de Estado, por exemplo – decidir sobre o parecer da comissão.

Ressalte-se que o projeto original do governo, subscrito pelo Presidente Lula e pelos então Ministros Dilma Rousseff, Tarso Genro, Nelson Jobim, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Vannuchi, José Armando Felix, Franklin Martins e Jorge Hage previa, em maio de 2009, quando foi encaminhado à Câmara dos Deputados, a prorrogação do sigilo de determinados documentos sem nenhum limite. Assim tramitou por um ano na Câmara.

É o caso agora de se perguntar por que, naquela época, não houve tanta repercussão e menos ainda forte reação negativa por parte dos meios de comunicação e das entidades que apoiam a proposta de uma nova lei do gênero? Por que somente agora recorre-se ao discurso fácil e oportuno da democracia plena, do direito irrestrito de acesso à informação e até mesmo da liberdade de expressão? Onde estavam os arautos do bom senso, os beatos de apocalipse e os articulistas contra a mendacidade? Será que o mérito da questão varia de acordo com os autores do momento?

E quanto à restrição de acesso a informações de caráter pessoal, relativas a intimidade, vida privada, honra e imagem? Tanto o projeto original do governo como a versão da Câmara estipulam o prazo de 100 anos, ou seja, um século! Pergunto eu: seria esse prazo também um inconveniente para um regime de total democracia? Por que até o momento não se falou nesse ponto específico? Afinal, é dessas informações que a futura Comissão da Verdade tratará.

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, não se pode resumir os problemas da divulgação a somente dois ou três importantes fatos históricos recentemente utilizados apenas como exemplos. O Brasil possui hoje, segundo levantamento de técnicos do governo divulgado por um veículo de nossa capital agora recentemente, mais de 16 milhões de páginas de 200 acervos documentais que ainda devem ser avaliados. Nossa história não é tão breve nem tão recente. De guerras, revoluções, golpes, revoltas, levantes, sublevações motins e contrafações, o Brasil está repleto de exemplos.

A própria comparação com a recente divulgação dos documentos americanos sobre a guerra do Vietnã não se sustenta por completo, na medida em que, mesmo com a divulgação, depois de quase cinco décadas, palavras, trechos inteiros e referências ainda foram ocultadas.

Por tudo isso, cabe reafirmar: nenhuma nação, nenhuma grande democracia do mundo, nem mesmo as mais tradicionais e liberais, permitem o acesso completo e irrestrito ao integral conteúdo das informações e documentos de Estado. É preciso que isto fique claro!

Recente declaração do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Cezar Peluso, converge para o mesmo entendimento e cuidado ao tratar do tema. Disse ele: “É uma questão delicadíssima, que deve ser decidida pelo Legislativo e pelo Executivo. Mas há certos dados sigilosos que podem pôr em risco a segurança do Estado, que tem o direito de preservar sua segurança e não trocá-la pela pretensão da mera divulgação. O problema – continua o Ministro Cezar Peluso – é que não apenas o povo fica sabendo tudo,

mas os inimigos do Poder e do País também". E encerra ele: "Isto pode botar em risco a segurança. Tanto o Executivo quanto o Legislativo têm que lidar com a tranquilidade, procurando compatibilizar a aspiração legítima da sociedade e a preservação daquilo que seja essencial para resguardar a segurança do Estado onde a sociedade vive".

Em consonância com a percepção do Ministro Peluso, destaco que política externa e política de defesa são aspectos indissociáveis. De fato, o Barão do Rio Branco, no início do século XX, já afirmava que os dois pilares das relações internacionais de qualquer país são a diplomacia e as forças armadas. Fundamental, portanto, que haja maior coordenação entre diplomacia e defesa, em uma estratégia de articulação virtuosa entre ambas, convergindo para uma política externa soberana e consentânea com os mais elevados interesses nacionais.

Ora, desde sempre, é inerente às atividades, tanto no terreno da diplomacia quanto no das tecnologias sensíveis e no das Forças Armadas, o manuseio de informações sigilosas, que envolvem questões estratégicas e cuja divulgação, mesmo que décadas após sua produção, pode comprometer a segurança do Estado e da sociedade.

Afinal, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o tempo das nações é diferente do tempo dos homens, ainda mais quando o mundo e particularmente o Brasil passa por um processo de avanço econômico e modernização tecnológica em que, repito, nos transformamos cada vez mais em alvo de assédio de toda sorte.

Por fim, cabe lembrar a preocupação da Presidenta Dilma Rousseff, quando declarou, há cerca de dois meses, em Ribeirão Preto: que deve haver atenção com "a classificação de ultrassecretos para documentos cujo acesso possa ocasionar ameaça à soberania nacional, à integridade do território nacional ou grave risco às relações internacionais do País".

Por tudo isso, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, não se deve relegar o passado ao extremo, expondo, com data marcada e difusão ilimitada, os fatos históricos do País e seus personagens muito menos por meio de uma legislação que inadvertidamente deixa de considerar o futuro que não adivinharemos.

O segundo ponto: a divulgação na Internet.

O segundo aspecto que merece esclarecimentos refere-se à obrigatoriedade – é o que diz o PLC 41 – de publicidade de todas as informações do Estado na rede mundial de computadores, a Internet. Trata-se, na prática, de uma espécie de oficialização do Wikileaks, com todos os seus inconvenientes e perigos, inclusive diante de possíveis e prováveis ações de hackers. Recentemente, inclusive, a Administração Pública e até

mesmo a Presidência da República foram vítimas de ações desse gênero.

Há que se considerar que determinadas informações e documentos ainda que passíveis de divulgação ou quebra de sigilo interessam tão somente à sociedade e ao Estado brasileiros, devendo estar submetidos a regras específicas que impeçam irem além de nossas fronteiras nacionais. Na Internet, como sabemos, isso é impossível.

O que se propõe é que a divulgação na rede mundial de computadores seja uma possibilidade e não uma obrigatoriedade a ser definida por critérios do setor responsável, proporcionais à importância, à oportunidade, ao bom senso e ao conteúdo das informações.

Além disso, Sr. Presidente, convém lembrar a variante da capacidade e suporte técnicos que cada órgão público detém ou não no campo da informática. Lembre-se que a lei abrange toda a Administração Pública, direta e indireta, da União, dos Estados e dos Municípios, sendo que, em muitos desses últimos, prevalece uma completa deficiência administrativa, burocrática e até mesmo de recursos humanos para o cumprimento de obrigatoriedade desse porte.

O terceiro aspecto a se esclarecer recai na questão dos direitos humanos. Em que pese o projeto original do Governo fazer parcial referência ao tema, a proposta aprovada na Câmara insere, entre as hipóteses de consentimento para tratamento de informações pessoais, aquelas necessárias à defesa de direitos humanos. O que se propõe é manter o dispositivo nos termos emendados pela Câmara, garantindo-se, assim, esse direito. Além do mais, outro dispositivo sobre o assunto é mantido na íntegra, conforme os projetos do Governo e da Câmara, nos seguintes termos: "As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso".

Da mesma forma, preserva-se dispositivo prevendo que o consentimento expresso de divulgação e acesso por terceiros a informações pessoais não será exigido quando elas forem necessárias à defesa de direitos humanos. Ou seja, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, nada, absolutamente nada no que tange à garantia dos direitos humanos seria suprimido ou será suprimido.

Por fim, o quarto e último ponto que merece esclarecimento: não há qualquer conotação pessoal em meus comentários. Longe disso, não é uma questão pessoal ou de governo, é uma questão de Estado. Aliás, o acesso aos documentos pessoais do meu governo já se encontra, de há muito, disponível, na

medida em que a atual legislação prevê, para tanto, o prazo de 15 anos.

Vale lembrar ainda que, em dezembro de 1991, sancionei eu a Lei nº 8.394, que dispõe sobre a preservação, organização e proteção dos acervos documentais privados dos Presidentes da República. A lei estabeleceu, entre outras medidas, o acesso à consulta e à pesquisa dos acervos de documentos particulares dos Presidentes da República, integrando-os, inclusive, ao patrimônio cultural brasileiro e declarando-os de interesse público.

Antes, em janeiro do mesmo ano, sancionei também a Lei nº 8.159, dispendo sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, que constitui a primeira regulamentação do art. 5º, inciso 33, da Constituição Federal de 1988. A norma prevê que todos os documentos sigilosos, independentemente de sua classificação, referentes à segurança da sociedade e do Estado serão restritos por um prazo máximo de 30 anos, prorrogável por igual período uma única vez. Tal mandamento foi mantido na Lei nº 11.111, de 2005, que regulamenta a parte final do inciso 33 do art. 5º da Constituição, aquela que ressalva as informações passíveis de se manterem sigilosas.

(Interrupção do som.)

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Obrigado a V. Ex^a, Sr. Presidente.

Nesse sentido, o projeto de lei do Governo enviado ao Congresso em 2009 evolui em duas vertentes: primeiro, ao reduzir o prazo de restrição de acesso a informações relativas à segurança da sociedade e do Estado de 30 para 25 anos; segundo, ao permitir a prorrogação, se necessário e por mais de uma vez, no caso desses documentos que sejam classificados como ultrassecretos. Tudo isso, evidentemente, visando à salvaguarda do Estado.

Assim, não há qualquer tentativa de instituir, seja na Administração Pública e, mais ainda, no âmbito da Presidência da República, a famosa Arca do Sigilo, criada em 1847 no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na qual se conservam até hoje documentos lacrados em cartas, que só poderão ser abertos no tempo que seu autor determinar.

(Interrupção do som.)

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Pelo contrário, como bem alegou o Primeiro-Ministro britânico Harold Wilson, em 1966, ao defender sua decisão contra a queixa de que a liberdade de acesso aos seus documentos poderia causar embaraços aos homens públicos e ativos, respondeu ele: “Falando por mim mesmo, se as críticas forem feitas a mim e à minha

conduta, prefiro estar vivo para respondê-las quando elas forem feitas”.

No que tange à suposta atuação política do SNI durante o meu governo, limito-me a lembrar que fui eu, no primeiro dia à frente da Presidência da República, em 15 de março de 1990, quem extinguiu o então Serviço Nacional de Informações, exatamente como meio de evitar possíveis ações naquele sentido.

Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, uma última questão que devo esclarecer é que...

(Interrupção do som.)

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Obrigado, Sr. Presidente.

É que, desde o início da tramitação do projeto na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em abril deste ano, tenho procurado manter, sistematicamente, entendimentos com o Poder Executivo acerca de dispositivos controversos da proposição. Primeiro, o telefonema que recebi do Ministro Luiz Sérgio, então Chefe da Secretaria de Relações Institucionais. Depois, pessoalmente, em duas oportunidades, estive com o Ministro Antonio Palocci, à época Chefe da Casa Civil, com o qual repassei ponto por ponto do projeto. Por várias semanas, inclusive, aguardei, conforme acertado com ele, um retorno para uma nova rodada de conversação que se daria com base nos pareceres de nossas assessorias. Mais recentemente, dediquei-me à interlocução com o ex-Ministro da Defesa, Nelson Jobim, que também se prontificou a tratar detalhadamente da matéria após o recesso parlamentar. Infelizmente, Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, com a substituição progressiva de todos esses Ministros, o diálogo interrompeu-se. Todavia, continuei à busca de um entendimento com o Poder Executivo, para tratar a matéria de forma adequada. Tanto que, ainda esta semana, devo me encontrar com o atual Ministro da Defesa, Celso Amorim, a quem, no último dia 18, solicitei audiência.

Por fim, Sr. Presidente, além de alguns outros aprimoramentos que proponho ao projeto e, dentre os quais, os principais já foram por mim divulgados na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ratifico aqui as opiniões que defendi desde o início e, de forma resumida, esses quatro pontos essenciais que mereciam e, mais uma vez, merecem ser esclarecidos:

- 1º) Ninguém é a favor do sigilo eterno. Possibilitar a prorrogação do sigilo por mais de uma vez é completamente diferente de mantê-lo eternamente.
- 2º) Obrigação da divulgação de toda e qualquer informação na Internet é, no mínimo, temerária, principalmente nos casos de informações que, nas palavras da Chefe de Estado brasileiro “pos-

sam ocasionar ameaça à nossa soberania, à integridade do território nacional ou grave risco às relações internacionais do País”.

- 3º) Tudo sobre direitos humanos, que é a principal preocupação da Presidenta Dilma Rousseff, está preservado.
- 4º) O acesso aos documentos pessoais do meu governo de há muito, como disse, já se encontra disponível, pois o atual prazo de restrição é de 15 anos. Soma-se a isso o fato de que, no exercício da Presidência da República, sancionei duas leis sobre o tema, bem como, como já disse, extingui o antigo SNI.

Eram essas, Sr. Presidente, agradecendo ao Presidente Cyro Miranda, pela paciência e pela concessão pela concessão desse tempo extra, agradecendo a S. Ex^a, o Sr. Presidente desta sessão, Senador Cyro Miranda, e às Sr^s e aos Srs. Senadores.

Eram essas as informações e os esclarecimentos que gostaria de trazer ao conhecimento desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Fernando Collor. Concedemos esse tempo extra por julgarmos extremamente importantes esses esclarecimentos feitos por V. Ex^a. Muito obrigado.

Convidado para fazer uso da palavra o Exmº Senador Pedro Simon, que dispõe do tempo regimental.

O Senador Pedro Simon permutou com o Senador Cristovam Buarque.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Não, V. Ex^a não está correto. O Senador Cristovam Buarque permutou comigo. Eu achava que ele tinha que falar em primeiro lugar, mas ele insistiu em que eu falasse em primeiro lugar – o que é uma inversão total. Se bem que há um lado correto: o melhor fica para o fim. Com isso eu concordo.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – É que todos nós ficamos ansiosos pelo aprendizado de V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu acho que vamos realizar amanhã uma reunião muito importante nesta Casa. Eu fico impressionado pela repercussão que está tendo na opinião pública brasileira esse movimento que não pertence absolutamente a ninguém, mas que começa com a própria imprensa dando um sentido positivo. Eu acho que nós chegamos a um momento determinado.

Muitos movimentos foram feitos nesta Casa, na sociedade brasileira, no Congresso Nacional, pela ética, pelo fim da impunidade; movimentos bonitos com muito amor, com muita paixão, mas que não concluíram nada.

O mundo inteiro se empolgou com o chamado movimento Mão Limpas na Itália, quando juízes e procuradores fizeram a operação arrastão, que mudou a fisionomia da Itália.

O Presidente da Fiat foi parar na cadeira. Ex-primeiros ministros, empresários, procuradores, juízes, parlamentares foram parar na cadeia. É impressionante a quantia que eu não recordo aqui e que foi devolvida aos cofres da União após ter sido roubada. Nós trouxemos aqui os líderes da missão Mão Limpas na Itália. Vieram aqui, estiveram no Senado, debateram, conversaram, empolgaram, mas não foi adiante.

Durante dois anos, nós criamos uma comissão, composta pelo Presidente do Supremo, Presidente do Senado, Presidente da Câmara, Ministro da Justiça, Procurador-Geral da República, Presidente do Tribunal de Contas, que se reunia mensalmente. Eram pessoas encarregadas de fazer aplicar a lei. Debateu-se, discutiu-se, mas não se avançou.

Eu não sei por que, mas – nem vou dizer anos, porque perde a graça –, de vida pública, eu nunca senti duas coisas: nunca nós estivemos tão em baixa em termos de confiança, de credibilidade na sociedade e na classe política, mas nunca estivemos tão perto de ter uma mobilização da sociedade para mudar isso. Podemos dizer que, de certa forma, nós chegamos ao fundo do poço.

Olhem, amanhã nós vamos ter uma reunião em que o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senador Paim, por uma proposição, os Senadores Cristovam, Luiz Henrique, Jarbas Vasconcelos e tantos e tantos outros estarão presentes. O Presidente da OAB, Ophir Cavalcante.

É impressionante a empolgação da OAB e do Presidente Ophir neste momento. Quarta-feira ele lançará, na OAB, um movimento altamente significativo, e nós estaremos lá, exatamente para fazer uma fiscalização com a participação da sociedade no combate à corrupção, a Controladoria-Geral da União, a Conferência Nacional dos Bispos, o Conselho Nacional das Igrejas Cristãs, o Reitor da Universidade de Brasília, o Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, os representantes de um movimento de combate à corrupção eleitoral, o Presidente da Associação dos Juízes e o Presidente da Associação Nacional de Procuradores da República, o Presidente da Associação de Magistrados do Brasil e dos membros do Ministério Público, o Diretor-Executivo da ONG Transparência Brasil, Cláudio Abramo, e Bolívar, Presidente da Associação dos Delegados de Polícia.

Essa reunião vai analisar e debater o que vamos fazer; o que vamos encaminhar e qual é o próximo passo.

Por que eu acho que hoje o momento é importante? Pela hora em que nós estamos vivendo. O Brasil cresceu e se desenvolveu, progrediu, teve coisas altamente positivas. Começou com Itamar Franco, quando lançou o Plano Real, continuou no Governo Fernando Henrique, culminou com grandes fatos positivos no Governo do Lula e está indo adiante com a Presidente Dilma, mas por uma série de razões – e acho que não convém olhar para trás – o Brasil foi recuando em termos de seriedade na Administração Pública. Foi recuando. E o fato novo está na atuação da Presidente Dilma.

Quando fatos muito inferiores a esses aconteceram no Governo Fernando Henrique tocou adiante. Não mexeu com ninguém. O mesmo aconteceu com um fato muito inferior, o do Sr. Waldomiro, subchefe da Casa Civil. Tocou adiante, nada aconteceu.

A Presidente Dilma demitiu o chefe da Casa Civil, indicação do Lula. Mais do que indicação do Lula, era o homem que tinha a confiança absoluta da Presidente Dilma na coordenação dos trabalhos de montagem do Governo. Ele representou...

Apareceram os fatos. O Presidente Lula não foi feliz quando veio a Brasília. Reuniu a classe política dizendo que ele deveria ficar, mas o próprio Lula concordou que ele tinha de sair. E ele saiu.

Vieram depois o Ministério dos Transportes, os fatos do Ministério do Turismo, e a Presidente Dilma está tomando posição.

Mas duas coisas chamam a atenção: primeiro, a Presidente Dilma está fazendo com categoria. Ainda que órgãos da imprensa e setores da oposição ao Governo queriam colocá-la contra o Lula, ela tem deixado com clareza meridiana que está absolutamente identificada com o ex-Presidente e que não há nada, absolutamente, intriga interna ou briga interna dela com o ex-Presidente. Há os fatos que estão acontecendo e o estilo dela, que o Lula respeita.

Agora, aconteceu um fato altamente positivo. O PSDB está querendo criar uma CPI, o que está no mais absoluto direito dele. Há poucos dias, ele criou uma CPI, a qual eu assinei, o Cristovam assinou, o Requião assinou. Chegou a ter número. Deu número, mas alguns retiraram – nós não retiramos -, e não houve quórum. Uma pena.

Mas quando, agora, no meio desse novo movimento de integração, de tentativa de buscar um caminho em termos de ética, surge a palavra do Fernando Henrique. O ex-Presidente da República faz um apelo aos seus companheiros de PSDB que hoje não é hora de CPI, que hoje é hora de se apoiar a luta pela moralização da coisa pública, na busca do entendimento.

Não quero nem endossar o Fernando Henrique. Não me passa pela cabeça e nunca pensei que alguém deixe de entrar com a CPI. É um direito sagrado e eu respeito. Mas que é importante a posição do Presidente Fernando Henrique, no momento em que ele vem e diz que se deve dar força a essa tentativa de integração em termos de, neste momento, buscarmos uma caminhada pela ética é importante.

Como é importante, a querida Marina, vinte milhões de votos, que veio dar uma entrevista pública dizendo que esse é o momento e que isto é que deve ser feito, que a Presidenta acerta e que todos devemos apoiá-la no sentido de encaminhar uma limpa no Governo.

Então, repare, é o Presidente Fernando Henrique, é a querida Marina, é o Lula, que em nenhum momento se deixa arrastar, de que isso é coisa da Dilma contra ele, mas, pelo contrário, diz que o que tem que ser apurado deve ser apurado.

Eu acho este momento importante por causa disso. Tenho dito e repetido que o mal do Brasil se chama impunidade. Tenho dito e repetido, não se diga que o Brasil é o País da corrupção e achar que Estados Unidos, Alemanha, Itália, Inglaterra, França, seja o que for, sejam países da seriedade. Não é verdade. Lá tem tanta corrupção quanto tem aqui. A diferença é que lá se pune. E aqui só se pune ladrão de galinha. A diferença é que a Justiça lá funciona para o todo-poderoso, e, aqui, não. Imagina o escândalo que fizeram porque se colocaram algemas em dois cidadãos aí. O Presidente do Fundo Monetário Internacional, candidato mais forte, que estava praticamente escolhido pelo Partido Socialista e nas pesquisas estava lá na frente do Presidente, candidato à reeleição na França, saiu algemado. Saiu algemado. Num episódio ridículo, e que hoje está provado de que a culpa no sentido de que ele teria praticado um ato de agressão não foi verdade.

E não se fez esse esquema todo. A imprensa está dando uma cobertura importante, os grandes editoriais, os grandes jornalistas estão dando uma cobertura importante.

Na sua cidade, no Rio de Janeiro, querido Senador, uma empresária e um grupo iniciaram um movimento espontâneo, marcando para 20 de setembro uma mobilização que está empolgando o Rio de Janeiro. O sistema de comunicação de massa, essas frentes da Internet, esses grupos que estão se formando, que estão se criando, estão num crescendo, num crescendo e se diz que no dia 20 de setembro vai ser uma manifestação descomunal. Além da ilustre empresária, que está coordenando, não tem mais ninguém, é espontâneo. Aquilo que é essa nova comunicação de massa, que realmente é um fato novo que o mundo

está a assistir, que perde o controle, a, b ou c, mas é a sociedade participativa, e começou lá no mundo árabe, sem muçulmanos, sem as ligas, aquelas terroristas, sem coisa nenhuma, mas um falando para o outro e já derrubaram três ditaduras. Isso estaria surgindo hoje no Brasil, começando no Estado de V. Ex^a, e lá em Porto Alegre, a informação que tenho é de que está se iniciando um movimento absolutamente no mesmo sentido.

Isso mostra que nós estamos vivendo um momento em que a oportunidade precisa ser aceita. E ninguém podia ser mais pessimista nem mais derrotista do que eu porque apanhei, apanhei, apanhei, nunca levantou, parece que dessa vez há um fato novo.

Já lhe darei o aparte, Senador, já lhe darei.

E na frente desse fato novo me parece que está a figura da Presidente, a figura da Presidente Dilma, no momento em que ela não se acomoda, no momento em que ela não bota panos quentes, também não faz estardalhaço. Vê-se que a Presidente Dilma não está querendo mexer com a honra, com a dignidade de ninguém, não está querendo se aproveitar. Pelo contrário. Ela faz tudo com o maior silêncio possível, com a menor participação possível. Não falou à imprensa, não deu entrevista, não fez nada nesse sentido. Ela faz com o mínimo de intervenção que pode.

A sociedade hoje está entendendo. Nós, Senador Cristovam, outros tantos e eu, entramos nessa discussão quando a imprensa publicou a vindita que havia uma mobilização para colocar em cheque a Presidente se ela não parasse com isso, chegando até à divulgação de que se falava que ela não chegaria ao fim do seu Governo se não parasse com isso. Parlamentares, na exigência de suas emendas, botariam em votação a Emenda nº 29, da saúde, botariam em votação a Emenda dos aumentos, dos auxílios das forças militares, das brigadas, da polícia e uma série de atos que colocariam a Presidente contra a parede. Aí é que a gente entrou e aí é que a sociedade está entrando. Aí é que a sociedade está entrando.

Senador Cristovam.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Senador Simon, fico muito feliz de estar ao seu lado nessa campanha. Como o senhor mesmo lembrou, ela começou logo depois da demissão no Ministério do Trabalho, quando surgiu a idéia de que haveria um movimento contra a Presidente por ter feito as demissões. Nós conversamos por telefone e acertamos que a gente não podia deixar que o Congresso passasse esta imagem: a imagem de que boicotaria o trabalho da Presidente se ela continuasse a demissão. Esse movimento começou no momento em que também estava avançando a CPI. Eu não assinei a CPI. Não

retirei o meu nome porque não assinei, nem retiraria. Mas não sou contra o fato de que essa CPI esteja em fase de preparação. Eu espero que ela não tenha o número necessário agora. Por quê? Porque CPI é importante e é um direito, sim, quando há o número correto, mas há certas oportunidades e inopportunidades para ela. Neste momento, apagar a ideia de CPI não seria bom, mas convocar a CPI seria ruim. Há o momento para isso. Qual será esse momento? Esse momento chegará se a Presidenta não levar adiante o que ela própria chamou de faxina. Esse momento chegará se esse movimento que se está fazendo, de que ela faz parte, de limpar o Governo não for adiante. Aí vai ser preciso, sim. Mas, enquanto ela demonstrar essa vontade, creio que devemos dar um voto de credibilidade e não puxar o tapete, o que seria, de alguma forma, iniciar agora a CPI com tudo que traz, inclusive os desvios da discussão do assunto correto. Porque, passada a demissão, quem faz a avaliação, quem faz investigação, quem pune é Polícia e Justiça. Não são Parlamentares. Trazer quem foi cassado ou suspeito para uma CPI neste momento é dar uma promoção para eles: de réus, de depoentes na polícia para depoentes no Congresso Nacional. Então, creio que não é hora ainda de se fazer CPI, mas não é hora de apresentar a ideia de CPI. Eu, pessoalmente, desde que vi os gestos da Presidenta, pensei em assinar a CPI agora. Mas se ela, por uma razão ou outra, titubear lá, eu não titubearia aqui e assinaria, sim. Mas tenho a esperança de que vamos ter agora algo que faltava no Brasil: um movimento contra a corrupção liderado pelo próprio Chefe de Estado, que tem a caneta na mão para demitir, não tem a caneta para prender. Eu lutei muito para que Presidente não tivesse poder de prender ninguém. Presidente prende na ditadura. Na democracia, Presidente demite. Mas há uma coisa que acho que está faltando e que gostaria de ver como gesto da Presidenta. Até aqui, ela assinou o Diário Oficial porque ninguém é demitido pelos jornais de grande circulação. Só se é demitido pelo Diário Oficial. Jornalista denuncia, Presidente demite ao mandar para o Diário Oficial, mas até aqui, certamente, as demissões que ela tem feito são por reação às notícias que saem nos jornais. Se o Governo não tem informações suficientes para tomar a iniciativa para fazer a faxina, e precisa dos jornalistas trabalhando para fazer a denúncia, é porque o Governo vai mal. Um Governo bom é capaz de saber onde há ou não suspeita, mesmo que não possa apurar, fazer inquérito e prender, mas ter suspeita pode. E, tendo suspeita, tem que agir como ela vem agindo. Ela tem demitido por suspeitas consolidadas, não por simples ilações soltas, no ar. Suspeitas consolidadas justificam demissão. Espero que, mais dia menos dia,

vejamos um ato de demissão em que não seja como reação ao trabalho dos jornalistas e, sim, como reação ou mesmo ação ao trabalho dos órgãos de informações, que o Governo deve ter para saber quem é sério ou não. Quero dizer que, mesmo sendo um presidencialista – e eu sou –, creio que é preciso que o Congresso tenha um certo poder na nomeação dos ministros. Aliás, não para nomear ministros daqui; defendo que para ser ministro, se for senador, tem que renunciar; se for deputado, tem que renunciar, como presidente do Banco Central. Apresentei agora um projeto de lei, Presidente, que diz o seguinte: para um ministro ser nomeado é preciso, primeiro, que o Presidente faça uma devassa na vida dele. Segundo, que o nome dele seja indicado ao Congresso com essa devassa, para que o Congresso tenha acesso e saiba quem vai fazer um trabalho de tanta responsabilidade como é dirigir uma Pasta por onde passa o destino do País. Creio que amanhã teremos uma boa sessão e vamos ter outras tantas quantas forem necessárias. Devemos apoiar os movimentos da sociedade civil, e as redes sociais hoje têm uma penetração que está demorando a ter no Brasil – na Europa, já está. Na Índia, está todo mundo nas ruas, inclusive um grande líder em greve de fome, contra a corrupção. O Brasil está demorando muito, as redes sociais, e é estranho, porque o Brasil é o País do mundo que hoje possui mais pessoas envolvidas nas redes sociais. Somos o primeiro, mas ela não põe as pessoas na rua. Creio que isso vai começar. Povo na rua, quando a gente menos espera, está lá. Talvez nossas reuniões, nossos debates ajudem nisso, senão substituam um pouco isso, dando apoio à Presidente enquanto ela estiver fazendo o seu trabalho, empurrando-a para que ela continue fazendo-o se as forças contrárias tentem impedir. Caso ela não continue a fazer, aí sim, levando adiante a CPI, porque não fez o trabalho dela; mas, enquanto ela estiver fazendo, eu não vou assinar a CPI.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – V. Ex^a chama a atenção para um detalhe que é muito importante: das redes populares é impressionante o crescimento. E é impressionante essa coincidência com essas redes e a hora que estamos vivendo. E é impressionante que, sem ninguém pedir, sem ninguém falar, a primeira mobilização dessas frentes tenha sido essa pela ética de combate à corrupção. Foi espontânea.

Estou recebendo aqui, o meu colega está me dando a informação de que o aumento, no Rio de Janeiro, é de 400 mil por dia. É uma montanha de assinaturas que estão entrando, entrando, entrando, uma atrás da outra.

E você que a mim está assistindo na TV Senado pode começar agora. Podes começar tu agora, na tua

cidade. Você que é vereador, você que é empresário, você que é professora, você que é professor, você que é estudante, seja o que for, inicie esse movimento.

Quando nós iniciamos as Diretas Já – eu fui Presidente da comissão das Diretas Já –, era uma piada. Eu era motivo de gozação. As pessoas olhavam para mim, e as charges que fizeram de mim eram impressionantes. De um lado, estavam os cinco generais presidentes, com as tropas militares atrás; estavam os empresários com a indústria atrás; estava a igreja toda e, do outro lado, estava o Pedro Simon mais não sei quem, três ou quatro caras dizendo: "Diretas Já!". Ridículo! Ridículo até que o povo foi para as ruas. Quando o povo foi para as ruas, mudou. Mudou! E olha que ali era uma questão muito mais difícil. Agora, não. Agora é o povo que quer, é a sociedade que quer. Eu não tenho nenhuma dúvida de que a sociedade vai na frente.

Eu tive essa reunião sexta-feira. participei de uma reunião do Conselho da OAB no Rio Grande do Sul. É impressionante o trabalho que eles estão fazendo.

Como disse, eu falei longamente com a direção da CNBB. É impressionante a disposição, a vontade de fazer. A ABI está disposta a entrar. Eu creio que esse movimento vai crescer. É claro que ele tem duas partes e uma é essa.

Senhora Presidente, eu não vou discutir os membros do seu ministério, porque sei que a senhora teve participação muito pequenina na escolha desses ministros.

Mas, daqui para diante, a senhora é responsável. Se o partido não tiver a honestidade de indicar gente competente, de ficha limpa e de capacidade, a senhora não nomeia. Agora, para a Cobal, se não for indicada gente da mais alta responsabilidade e credibilidade, a senhora não nomeia! Acho que vai acontecer isso.

Segundo, quando vejo o presidente do Supremo Tribunal Federal mandar para esta Casa uma Proposta de Emenda à Constituição idêntica à da Ficha Limpa, que termina com a impunidade, acho que estamos no caminho certo.

Pois não, Senador Casildo Maldaner.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco/PMDB – SC) – Senador Pedro Simon, não é de hoje que V. Ex^a usa o seu cajado e sai pelo Brasil afora. É uma conlamação, é um chamamento, agora estarmos nessa caminhada, para oferecermos até as condições, a fim de que melhor se desempenhem essas questões. Vários colegas subscreveram, inclusive, uma comissão parlamentar de inquérito. Não sou contra. Respeito os que assinaram e os que não assinaram. No momento, sou um daqueles que não subscrevi. Qual é a minha ideia, Senador Pedro Simon, nessa conlamação? Que os órgãos aí instituídos, as instituições, tais como a CGU, que é a

Controladoria-Geral da União, o Tribunal de Contas da União, o Ministério Público Federal, acho que esses órgãos, na minha ideia, devem falar. Acho que a CGU deve conversar, porque são instituições mantidas pelo Poder Público. Quer dizer, são instituições existentes no Brasil e têm essa missão. Até diria a V. Ex^a que, se essas entidades ou outras – ou o Ministério Público Federal, ou quem entender – acharem que devemos oferecer condições de melhorar a legislação, para que se possa ter um pouco mais de celeridade, para buscar, investigar, trazer a limpo, por que não oferecer? Até lembro que, agora, para buscarmos o negócio da Copa de 2014 – não tem nada a ver com isso –, o Governo mandou uma mensagem, inclusive este Congresso fez com que... Este Congresso ofereceu para que alguns caminhos fossem encurtados, mas que, com transparência, fosse agilizado, tivesse mais celeridade. Por que também, se for o caso, dessas instituições que aí existem, para poder, com transparência, com mais celeridade, responder à sociedade, responder a essa demanda que existe, por que não oferecermos? Por isso, Senador Pedro Simon, essa conlamação de V. Ex^a e de outros colegas para começar já amanhã de manhã, com diversas entidades participando aqui no Senado, se não me engano, às 8h30, e, na sequência, para que essa cruzada, para que se tenha coragem, para se ter transparência, nós temos que seguir. Vamos acompanhar esse movimento que é importante para o Brasil, o Brasil tem que seguir avante. Meus cumprimentos a V. Ex^a, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

Estamos todos preparados para amanhã, e amanhã iniciaremos a caminhada. Estou convicto de que será um grande momento da história deste País, o momento de afirmação deste Congresso, onde a ficha limpa passou por unanimidade no Senado, e muitos achavam que não passaria, e na Câmara passou quase por unanimidade, foi meia dúzia que votou contrário. Esse movimento vai se iniciar, e a Presidente Dilma haverá de se consolidar como uma grande brasileira, vai fazer algo que vai realmente colocá-la no destaque da vida brasileira.

Que bom quando eu vejo isso. Do outro lado o Fernando Henrique, do outro lado a Marina – quatro forças diferentes, radicalmente opostas em tese, estão juntas nesse movimento. Eu fico muito feliz, e acho que amanhã nós vamos iniciar. E, se a imprensa der a colaboração que está dando até agora, e se a sociedade vier, eu não tenho dúvida de que o Supremo Tribunal, o Congresso Nacional, a Presidência da República haveremos de nos dobrar todos à vontade do povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Cyro Miranda deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Walter Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Obrigado, Senador Pedro Simon.

Espero que amanhã nós tenhamos a oportunidade, Senador Pedro Simon, de um bom debate e, ao mesmo tempo, de ter essa firmeza, apresentada por V. Ex^a e referendada por todos, inclusive pelo meu Senador Marcelo Crivella, do PRB, pelo Senador Roberto Requião; pelo PDT, que tem a presença do Senador Cristovam, a quem comunico que os partidos que compõem a base de sustentação do Governo – nosso bloco – têm inclusive uma reunião hoje à noite. Amanhã os partidos deverão soltar uma nota não só de apoio, mas também de participação do bloco nessa caminhada exatamente no sentido do cumprimento do papel do Poder Público e na firmeza do combate à corrupção.

Com a palavra, pela liderança do PDT, o Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF).

Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Senador Presidente, Srs. Senadores, Sr^ss Senadoras, eu não posso deixar de fazer um pequeno comentário sobre o discurso do Senador Pedro Simon, chamando a atenção desse momento importante que vamos ter amanhã na Comissão de Direitos Humanos. Ao mesmo tempo, dizer a ele da importância do momento que nós atravessamos neste País e que, a meu ver – posso estar errado –, devemos dar a chance à Presidenta da República para que ela faça aquilo que ela se comprometeu conosco: a faxina. Se a CPI começar amanhã, ela não mais vai ter a chance de fazer ela própria. Eu creio que ela estaria jogando fora uma chance ímpar na história deste País, dela, com a sua liderança e sua posição, fazer aquilo que o povo inteiro deseja.

Agora, se ela não o fizer, eu creio que este Congresso não pode fugir da responsabilidade e deve, sim, fazer uma CPI que possa aprofundar o assunto. Mas, até lá, creio que seria um erro nosso cortarmos a chance que a Presidenta pode ter dela própria fazer esse trabalho. Eu vou dar essa chance à Presidenta. Pelo menos, enquanto ela demonstrar que está com essa intenção, eu vou dar a ela essa chance, porque é bom para o Brasil. Seria ótimo para o Brasil se ela o pudesse fazer, a gente teria uma Presidenta que de fato lideraria isso, porque se não nós vamos ter de ir à rua, e a CPI é também um caminho.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco/PMDB – SC) – Senador Cristovam Buarque...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Senador, por favor.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco/PMDB – SC) – Senador Cristovam Buarque,...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Um minuto. Senador, por favor.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco/PMDB – SC) – Bem rápido, até para não perder o gancho. Se ela precisar de elementos, ou se precisar de algumas outras elucidações, ou que a legislação seja alterada para que os caminhos sejam encontrados, nós podemos oferecer. Mas que ela aja, que toque o barco, que ande, que essas demandas que estão aí colocadas sejam atendidas.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Muito obrigado, Senador.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco/PMDB – SC) – E aí eu gostaria de me solidarizar com V. Ex^a nisso, pois a CPI seria a última instância. Se nós fizermos antes, vai-se perder o momento de...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Muito obrigado.

Por isso concordo com o Presidente Fernando Henrique Cardoso quando ele diz que não é hora, mas eu peço que ninguém retire a assinatura. Deixe a assinatura aí, porque esse é um recurso que o Congresso poderá usar, se for necessário, para não fugir da nossa responsabilidade.

Mas, Sr. Presidente, hoje eu quero falar sobre outro assunto, sobre a perda que nós tivemos ontem, à tarde, no Rio de Janeiro, de uma das grandes figuras do pensamento econômico do Brasil: o professor Antônio Barros de Castro. É uma perda de que a gente não vai se dar conta, porque quando a pessoa se vai a gente não sabe o que ela faria. Mas eu não tenho dúvida alguma de que nesse momento de profunda crise que nós atravessamos, uma crise que vai além do capitalismo, que vai além do socialismo, uma crise de toda a civilização industrial, uma crise que é econômica, que é financeira, que é ambiental, que é social, um pensador como Antônio Barros de Castro vai fazer grande falta.

Nós tivemos no pensamento econômico brasileiro algumas gerações.

Uma primeira geração, do Caio Prado Júnior, Roberto Simonsen, Celso Furtado, pessoas que já foram e que deixaram uma marca grande na maneira de analisar como era a economia brasileira.

Nós tivemos uma segunda geração, que ainda está por aí, da qual faz parte, ou fazia até ontem Antonio Barros de Castro, do ponto de vista da vida, mas continua fazendo do ponto de vista do pensamento que ficou registrado. São pessoas como ele, como Lessa que, junto com ele, fez um dos livros mais marcantes da pedagogia da educação no Brasil, um livro que

formou uma geração inteira, chamado **Introdução à Economia Brasileira**, que era conhecido como Castro e Lessa o livro de Economia e introdução.

Nós tivemos o Malan, o Bacha, nós tivemos – e temos, aliás –, o Ricardo Bonelli, o Cláudio de Moura e Castro, a Dorothea Werneck, o Hamilton Carvalho Tolosa, o Roberto Cavalcanti de Albuquerque – foi meu professor em Recife –, nós tivemos Antonio Kandir, Roberto Macedo, o Antônio Nilson Craveiro Holanda, um cearense que deu uma grande contribuição. Sem falar de dois mais antigos que foram o Mauro, o Henrique Simonsen e o Roberto Cavalcanti.

Esse grupo de pessoas formou um pensamento e eles tiveram grandes alunos, que compõem a atual geração de economistas, que é uma geração muito mais bem formada do ponto de vista do conhecimento. Mas, lamentavelmente – e me desculpem alguns que são exceção –, menos inquietantes, menos educativos, menos criativos, menos independentes, menos soltos. Ficaram muito dominados, Senador Requião, por uma visão que chamemos neoliberal ou mesmo aqueles que eram dominados por uma visão marxista ortodoxa, eles não tiveram a capacidade de imaginar coisas novas.

E hoje toda essa teoria econômica que está aí serve de base, mas ela não vai dar resposta ao novo momento, porque ela surgiu de um grande pensador chamado Adam Smith, que iniciou a maneira de explicar como funcionava a civilização industrial no capitalismo. E isso se esgotou. Nós vamos precisar de algo novo, nós vamos precisar de uma teoria econômica que coloca o meio ambiente dentro e nós não sabemos como dar valor à natureza ainda; nós vamos precisar de uma teoria econômica que dê valor aos produtos imateriais, da cultura, por exemplo, e nós não sabemos como dar valor aquilo que não é vendido na barraca. Nós precisamos de uma teoria econômica que dê valor aos bens públicos e eles não entram no PIB. Nós precisamos de uma teoria econômica que não dê valor à produção de armas; e no caso, hoje, da teoria econômica, cada bala fabricada, cada bomba que explode aumenta o Produto Interno Bruto. Nós não podemos continuar com a economia baseada na visão tradicional como hoje estão os nossos economistas. E Antonio Barros de Castro vai fazer falta, sim, na hora de pensar essa economia. Vai fazer falta porque ele teve uma característica muito rara entre os economistas: independência. Coisa que teve Celso Furtado, mas que muitos outros não têm tido; se adaptam a quem está no poder com uma facilidade que assusta. Como é que o pensamento tem uma mutação tão rápida?

Nós precisamos de pessoas com a independência de Antonio Barros de Castro, até para substituí-lo no

vazio que ele vai deixar. E aí nós precisamos de pensadores que tenham a ação como ele, que foi Presidente do BNDES durante um curto período e ali nos deixou uma marca fundamental, porque a maneira como ele via o BNDES não é a maneira que o BNDES está sendo visto atualmente pela sua direção e pelo Governo.

Naquele curto período de grande incerteza da economia, mesmo assim, ele teve a capacidade de usar o BNDES para praticar uma política industrial ativa e não reativa, como faz o BNDES hoje, querendo apagar incêndios, compor e não criar uma economia nova, diferente. É a visão do pacote, do retalho e não a visão da grande colcha ou visão dos grandes programas adiante.

O Antônio Barros de Castro, durante esses últimos anos, escreveu artigos fundamentais para mostrar como nós estamos precisando rever o caminho do BNDES e de toda a nossa economia. Ele, por exemplo, deixou claro que não adianta ter indústrias apenas para imitar produtos tradicionais. Precisamos ter uma economia que crie, invente, inove, naquilo que vai para o mercado.

Ele mostrou como a China tem sido mais rápida do que o Brasil na criação dessa produtividade fenomenal, que não vem apenas na redução de preço e de custo, mas vem da criação de novos bens; ele mostrou que temos que escolher quais são os setores que estão de acordo com o futuro, como a biotecnologia, como a energia alternativa e como temos que ter cuidado com aqueles setores que são tradicionais, velhos, que ficarão superados como as próprias críticas dele, as refinarias de petróleo que são importantes para manter a atual economia, mas que não vão servir para construir a nova economia, a economia de um novo tempo; ele foi claro de como deveríamos usar o pré-sal, mostrando, em diversos artigos, como isso vai acabar em poucos anos e que, nesses poucos anos, se consumirmos o pré-sal apenas queimando o petróleo e torrando os recursos que aí advierem, nós não vamos ter deixado aqui um resultado daquilo que é uma riqueza que levou centenas de milhões de anos para produzir; ele deixou claro como devemos usar a energia do petróleo produzindo **royalties** para ser usada essa energia maior de todas, que não é a energia preta do petróleo, mas a energia cinzenta do cérebro brasileiro, através da educação; ele foi capaz de deixar claro que o enorme aumento na demanda, que é externa, é um empurrão exatamente quando o Brasil não precisava, já que finalmente se descobriu como gerar, expandir e sustentar a demanda interna.

Em vez disso, embora tenhamos gestos na busca de dinamizar a demanda interna, inclusive por algo que se falava, e fui um deles, há muitos anos, a demanda pela base e não pelo topo da pirâmide, mesmo assim,

a nossa demanda principal ainda é, graças à China, que vai nos substituir mais dia, menos dia.

Deixou claro que é preciso despertar as aspirações das classes populares, criando uma variedade de oportunidades, através das novas formas de bens, como a energia solar, como a tecnologia de informação, como **software** brasileiro. Preocupamo-nos em um tempo com **hardware**, o equipamento, porque se fazia com as mãos, e não pensamos no **software**, que é um produto da mente, construindo um núcleo eletromecânico neste País. Tudo isso para gerar uma demanda autóctone, enraizada com rendimentos crescentes, ao contrário desse terrível deslocamento para a demanda externa, que nos aprisiona hoje.

Sr. Presidente, não quero tomar mais do que o tempo que o senhor já me deu, além daquele tempo que é ofertado ao que fala pelo seu Partido, entretanto, há um pedido do Senador Crivella, que é o Rio de Janeiro. Gostaria muito de passar a palavra para ele.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Apenas para me associar a essa homenagem tão bonita. V. Ex^a comove o povo da minha terra. Não conheci o economista. Nunca tive contato com sua obra. Mas V. Ex^a, ex-reitor da UnB, tem autoridade para nos falar, e categoria, dos trabalhos que esse meu coestaduano prestou ao País. Sinto-me honrado em nome do Rio. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Obrigado, Senador. Fico feliz porque represento o Rio de Janeiro e não deixo passar em branco esse momento dessa morte, trágica, inesperada, em uma idade ainda muito produtiva. Ele morreu por um acidente doméstico: um pequeno desabamento em casa, sobre ele, na mesa de trabalho. Uma tragédia que o Brasil não merecia, obviamente ainda menos a sua família.

Sr. Presidente, quero listar algumas coisas aqui do pensamento recente do Castro. Por exemplo, a ideia do mundo sinocêntrico, que ele analisava tanto, o mundo em torno da China. A contribuição dele ao destacar a relevância da eficiência como instrumento de dinâmica econômica, e não o câmbio, como a gente vem usando. A ideia dele da necessidade do Brasil se reinventar, deixar de ser o Brasil industrial, urbano, naquele tempo, mecânico, para ser um Brasil com base na economia do conhecimento, e nem necessariamente urbano. Além da questão de que ele falou sempre de que o BNDES – e aqui uso uma expressão que tenho usado, não era dele, mas é o mesmo pensamento – não pode ser mais jurássico. Tem que estar antenado com a inovação, inclusive mudando o nome para BANDESI, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social e da Inovação, sem o que não justifica mais a sua função. A ideia dele de qualificar que tem tipo de

proteção que pode ser benéfica, sim, para a indústria brasileira e outras não. O seu pensamento sobre a desindustrialização – foi um dos primeiros a falar disso –, e não a desindustrialização que deve ser vencida apenas pela proteção de uma indústria nacional antiquada, ineficiente, mas sim por uma nova indústria brasileira.

Barros de Castro foi taxativo quando dizia que somente mexer no câmbio não resolve o problema da indústria brasileira com a concorrência chinesa, porque defende, e ele defendeu, a necessidade de mudanças estruturais. Mesmo que desvalorizemos o câmbio em 100% e os produtos industriais brasileiros fiquem baratos, quando comparados com chineses, vamos continuar com problemas na balança comercial mais adiante, porque novos produtos surgirão lá. Vamos continuar fabricando a preços baratos, graças ao câmbio, produtos antigos, superados, que ninguém vai querer comprar. Isso não é eficiência, nem é competitividade.

Concluo, Sr. Presidente, falando para os novos economistas, não os da minha geração que aprenderam nos livros do Castro e Lessa, mas para os que aprenderam no livros que nós, que aprendemos com ele, escrevermos. Vocês não podem ficar presos aos pensamentos nossos. Vocês têm que inventar um pensamento novo. Libertem-se dos professores de vocês. Libertem-se dos professores e pensem o novo. Agora, na hora de liberar-se dos professores, pensem em alguns que foram um farol na formação do pensamento econômico brasileiro. Diversos, mas entre eles, Barros de Castro, Antonio Barros de Castro, que perdemos ontem.

Por isso, concludo mesmo, Sr. Presidente, pedindo que esta Casa faça um voto de pesar a ser enviado a toda sua família pela morte do pai, do esposo, desse grande brasileiro que foi nosso professor, meu professor pelos livros e com quem tive convivência, Antonio Barros de Castro.

Vou entregar por escrito o meu pedido de que seja aprovado um voto de pesar pela morte desse grande brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Senador Cristovam, V. Ex^a será atendido.

Creio que, para esta Casa, é motivo, diria, de grande perda e, segundo, esta Casa se sentirá, inclusive, mais do que obrigada a prestar essa homenagem, aqui proposta por V. Ex^a, no sentido de registrar o que esse homem, como homem público, como servidor da Nação, contribuiu com as suas ideias, com o seu pensamento e, principalmente, com as suas ações.

V. Ex^a será atendido nesse pleito.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 1.030, DE 2011

Requeiro, nos termos dos artigos 218 e 221, do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em Ata de Voto de Pesar pelo falecimento de Antônio Barros de Castro, Ex-Presidente do BNDES, ocorrido no último domingo, 21 de agosto de 2011, e que sejam apresentadas condolências à Senhora sua esposa Ana Célia Castro e familiares, nos seguintes contatos: Rua Icatu, 33, Bairro Humaitá, Rio de Janeiro – RJ, CEP 22260-190 – Telefones: (21)2527-0559/2539-6434/ 9125-6689.

Justificação

Antônio Barros de Castro morreu no domingo (21) em um desabamento na casa onde morava, no bairro do Humaitá, na Zona Sul. De acordo com bombeiros do quartel do Humaitá, o economista estava no escritório quando a laje cedeu e desabou sobre ele.

Antônio Barros de Castro foi presidente do BNDES entre outubro de 1992 e março de 1993, durante o governo do ex-presidente Itamar Franco. Atualmente era professor emérito do Instituto de Economia da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro).

O economista também foi presidente do Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro e do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro.

Ele atuou ainda como professor e pesquisador da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, das Nações Unidas e professor da Escola Latino-Americana para Graduados, da Universidade do Chile.

Sala das Sessões, 22 de agosto de 2011. – Senador **Cristovam Buarque** – Senador **Roberto Requião**.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Com a palavra o Senador Casildo Maldaner, em permuta com o Senador Rodrigo Rollemberg. Logo após falará o nosso Líder do PRB, Senador Marcelo Crivella.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente e nobres colegas, aproveito, nessa introdução, para me solidarizar também com o Rio e com as palavras do Professor Cristovam Buarque em relação ao economista Antônio Barros de Castro, um grande mestre. Ninguém melhor que o nosso Senador, Professor Cristovam Buarque, para falar sobre isso, porque, além de engenheiro mecânico e economista, gostei daquela passagem de Antônio Barros de Castro que dizia que o BNDES precisava se transformar e não ficar apenas como BNDES, mas se transformar em BNDESI – Banco de Desenvolvimento Econômico

Social e de Informação. Seria uma grande saída, além de informar. Seria um novo BNDES; seria se reinventar. É uma aula que V. Ex^a trouxe aqui para todos nós, para o Brasil, buscando inspirações nesse grande economista brasileiro que é Antônio Barros de Castro. Tinha de fazer essa referência, Senador.

E também o Senador Pedro Simon que, amanhã, fará outra caminhada importante para – inclusive nessa reunião, que começa de manhã, em que diversas entidades comparecerão – oferecer instrumentos nessa cruzada de abertura, de transparéncia no Brasil. Caso o Poder Executivo Federal, a Presidente da República, precisar de outros instrumentos daqui do Congresso Nacional, até para que esses entes instituídos no Brasil possam agir com mais clarividência. Por que não oferecê-los? Caso a Controladoria-Geral da União (CGU), o Tribunal de Contas da União, o Ministério Público Federal necessitar de outros instrumentos, para que se possa ter mais celeridade, maiores condições de apurar, de buscar, para oferecer e atender essa demanda nacional nessa cruzada, por que não? Acho que precisamos estar aqui a postos para isso. Então, são dois pontos para os quais chamo a atenção: o do Senador Pedro Simon, e também a exposição do Senador Cristovam Buarque.

Mas, eu gostaria de trazer um tema nesta tarde, o qual Santa Catarina tem me cobrado, tem me solicitado. Refiro-me, Sr. Presidente, nobres colegas, a estudos realizados em relação às nossas rodovias. Inclusive eu não acreditava, mas depois de analisarmos os levantamentos efetuados, sobrei-me a essas circunstâncias.

O trânsito, no Brasil, é um problema de saúde pública. Os acidentes automobilísticos chegam a ser, em conjunto com as mortes violentas, os maiores vetores, em nosso País, da mortalidade decorrente de causa extrema, ou seja, desconsiderando-se os casos ligados a doenças.

Segundo a Organização Mundial da Saúde, o Brasil tem, hoje, o quinto maior número de mortes no trânsito em todo o mundo, e as estatísticas são crescentes, embora as principais causas desse triste estado de coisas já sejam bastante conhecidas.

Nas grandes cidades, somos testemunhas cotidianas de um trânsito absolutamente insano, determinado pela falta de investimento das vias públicas e, principalmente, pela ausência de um sistema de transporte público de qualidade. Isso obriga a uma explosão incontrolada do uso do transporte individual – automóveis ou motocicletas –, acarretando brutal aumento na quantidade de veículos, os quais, além de tudo, precisam transitar em pistas esburacadas

e sem um suporte adequado das áreas públicas de controle de tráfego.

Nas estradas a problemática é igualmente séria – e decorrente de motivos assemelhados –, contudo, se distribui mais equitativamente pelo território e, por isso, costuma chamar a atenção do público de forma concentrada, apenas nos períodos dos grandes feriados, quando o volume do deslocamento intermunicipal se intensifica.

Mas, por ser mais silenciosa, não é uma tragédia menor ou menos relevante. Ao contrário. Seus números são impressionantes, apesar das evidentes falhas existentes na sistemática de notificação e de contabilidade de acidentes no Brasil. E são, também, crescentes. Segundo dados da própria Agência Nacional de Transportes Terrestres, os acidentes cresceram a uma média de 5,6% ao ano, entre 2004 e 2008, na sua área de supervisão.

Veja, Sr. Presidente, apenas em 2008, último período com levantamento completo na ANTT, foram registrados 139 mil acidentes somente no âmbito das rodovias federais brasileiras. Isso significa quase 16 acidentes por hora, ou mais de uma ocorrência a cada quatro minutos. Nesses acidentes envolveram-se mais de 900 mil pessoas, entre motoristas, passageiros e pedestres, 83 mil dos quais se feriram e sete mil morreram.

Trata-se de uma estatística sombria: uma morte a cada 48 minutos – e apenas ao longo das BRs! E mais: engloba rol de envolvidos que, em um único ano, cresceu 66%. Isto mesmo: 66%, entre 2007 e 2008.

Fico muitíssimo preocupado, caros colegas, com a realidade que os anos posteriores virão a nos revelar se as ocorrências continuarem a evoluir nesse ritmo!

Entretanto, as consequências dos acidentes de trânsito no Estado de Santa Catarina atingiram um estágio de tal magnitude que chegam a tornar pequenos os números médios apresentados pelo restante do Brasil; e é esse o principal motivo que me traz hoje à tribuna do Senado.

Santa Catarina não é um Estado grande, perfazendo sua população – estimada em pouco mais de 6,3 milhões de habitantes, segundo o Censo de 2010 – cerca de 3,2% do total nacional, o que lhe dá a 11ª posição relativa entre os Estados.

Completamente outra, entretanto, é a situação de Santa Catarina no que diz respeito às estatísticas dos acidentes em estradas! Apesar de ser apenas o 16º colocado na extensão de rodovias federais em seu território, com menos de 2,3 mil quilômetros, Santa Catarina é o segundo maior Estado de todo o País em número de acidentes.

Isso mesmo, caros colegas: Santa Catarina só perde, na quantidade absoluta de acidentes rodoviá-

rios, para a maior malha federal do Brasil, que está localizada no Estado de Minas Gerais. Isso tudo, tendo Minas mais de cinco vezes a extensão de rodovias federais do que Santa Catarina.

Em termos relativos, enquanto Minas Gerais apresentou, em 2008, número já bastante elevado de dois acidentes por ano para cada quilômetro de rodovia, meu Estado atingiu a inaceitável marca de 6,8 acidentes. Ou seja, Santa Catarina, ao longo do ano de 2008, viu quase sete acidentes – grandes ou pequenos que sejam – para cada um dos 2,3 mil quilômetros de rodovias federais que têm instalados em seu território.

Seria difícil até mesmo acreditar numa tal estatística, não fosse ela fornecida pelo próprio organismo encarregado de supervisionar o desempenho – melhor dizendo, o intolerável desempenho! – que têm as estradas da União em Santa Catarina.

Mas há o pior: segundo recente levantamento feito pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT), a gravidade dos acidentes no meu Estado é excepcionalmente elevada. Isso explica porque o Estado, segundo os cálculos feitos pelo Departamento para o exercício de 2010, chegou ao topo da lista dos que mais matam no trânsito, tendo sido contabilizados naquele ano 567 casos fatais, ou seja, uma morte a cada seis quilômetros de estradas, em média.

Sr. Presidente, enquanto o Brasil tem uma taxa média de 19 mortes decorrentes de acidentes de trânsito, em cada 100 mil habitantes Santa Catarina tem a maior taxa nacional entre todos os Estados: 33 fatalidades por conjunto de 100 mil habitantes. Dos dez Municípios com maiores taxas de morte por acidente de trânsito de todo o Brasil, sete – isso mesmo, 70% – estão localizados no meu Estado. A maior parte deles ao longo do eixo que liga os dois maiores polos de desenvolvimento no Estado: o litoral e o oeste.

Ora, sabemos que a imprudência dos motoristas é, sem dúvida, uma causa importante nos índices de violência do trânsito. Mas o motorista catarinense não é menos bem-educado que a média nacional. Outros fatores, portanto, estão levando a esse verdadeiro massacre que, ano após ano, mata, mutila e traz dor às famílias catarinenses.

Curvas perigosas, poucas retas e muitos morros são características marcantes das estradas do nosso Estado, sem dúvida. Não bastasse o relevo, contudo, temos apenas uma, faço questão de repetir, apenas uma rodovia duplicada, e ainda assim parcialmente, obra que se arrasta há uma década e não chegou ao fim.

Vejam, como exemplo, os 570 quilômetros que ligam ou que separam Florianópolis de Chapecó, no oeste catarinense: são de pista simples, grande parte correndo por serras e vales, sempre com intenso trá-

go de caminhões de carga. Tal como explicou Roberto Alvarez Bentes de Sá, Presidente do Movimento Nacional de Educação no Trânsito, ONG com sede em Florianópolis: “Em pistas simples, os acidentes são mais graves, porque as batidas são de frente, ocasionando mais mortes”.

Também as más condições de manutenção das pistas locais deixam o trânsito mais perigoso, como sabem todos os catarinenses, por experiência própria: buracos, sinalização precária e baixo nível dos serviços de socorro tornam o ato de trafegar em estradas federais do Estado, assim como em muitas no resto do Brasil, uma aventura altamente e um risco.

Tudo posto, tudo avaliado, resta uma só certeza: enquanto não houver vontade política de mudar as características do quadro rodoviário federal no meu Estado, o Estado continuará a liderar as vergonhosas estatísticas brasileiras de violência no trânsito.

Não se trata de um pleito secundário. Como os números mostraram, são centenas de mortes, todos os anos. E Santa Catarina, por liderar esse **ranking** macabro, deve ser prioridade.

Está claro para todo mundo, a essa altura, que sem a duplicação das BRs, sem a melhoria da sinalização e sem investimentos na manutenção das pistas, milhares de mortes, dezenas de milhares de mutilações infelicitarão, ano após ano, as famílias de todos os que trafegam pelas rodovias federais que cortam o nosso Estado.

Alternativa que não deve ser desconsiderada é a opção pelo transporte ferroviário de carga, ligando o oeste ao litoral, com conexão para nossos portos. Além de reduzir os custos de produção de nossa indústria e agronegócio, essa opção permitirá uma drástica diminuição do tráfego de veículos pesados em nossas combalidas rodovias.

Sr. Presidente, caros colegas, se esse diagnóstico é claro, também claras são as opções em aberto para a ação governamental. Reverter esse quadro desolador é dever incontornável do governante, a despeito de qualquer condicionante política. Não agir, ao contrário, é simplesmente deixar de cumprir a mais fundamental obrigação de proteger a vida. É, por omissão, dar vez à barbárie e continuidade à matança.

Por isso, peço às autoridades do Ministério dos Transportes e do Departamento Nacional de Infraestrutura de Trânsito atenção para Santa Catarina. Não é privilégio, não. Não é isso que queremos. É um tratamento equitativo, porque, pelas estatísticas que aqui estão expostas, estamos nessa situação. Em razão desses levantamentos, tratativas condizentes, de irmãos para irmãos, precisam dar sequência a essa demanda para melhorar essas rodovias federais. Do

contrário, se calarmos, estaremos sendo omissos. E, se autoridades competentes sabem e não procuram fazer com que se busquem encontrar saídas, estamos, de certo modo, pecando; o conjunto – o Governo Federal e nós, os responsáveis – está pecando perante a sociedade. Então, sem querer privilégios, em função dos números que acontecem no Brasil inteiro, essas estatísticas nos trazem essas luzes.

Por isso, Sr. Presidente, nobres colegas, de uma vez por todas, precisamos concluir a duplicação da BR-101 no seu trecho sul, revitalizar a BR-163 na fronteira com a Argentina, duplicar a BR-470 e BR-280 e dar início, pelo menos, ao trabalho de duplicação da BR-282, que atravessa o Brasil de leste a oeste, com a elaboração de seu projeto.

Esse quadro de violência rodoviária apresentado pelas rodovias administradas pelo Governo Federal no nosso Estado é indigno, a um tempo, das tradições da civilização catarinense e da própria grandeza do Brasil.

Trago essas considerações, Sr. Presidente, nobres colegas, por dever do ofício. Depois do levantamento dos estudos efetuados, chegamos à conclusão de que não podíamos nos calar. Tínhamos de trazer um princípio de isonomia, um princípio de atendimento, porque todos nós somos brasileiros, para buscarmos saídas.

Trata-se de um Estado, cujo campo geográfico é pequeno assim como o número de rodovias federais, diminuto, mas que, na proporcionalidade de acidentes nas rodovias federais se comparado com os outros Estados do Brasil, o meu Estado está em segundo lugar, perdendo apenas para Minas Gerais, guardadas as proporções. Em função disso, as demandas lá existem. Precisamos fazer com que o Estado que, no campo geográfico, não tem como aumentar, temos que fazer com que ele cresça no sentido vertical na inovação, na tecnologia, no aperfeiçoamento, na logística, no atendimento, fazendo com que o Sul, ele que está entre o Rio Grande do Sul e o Paraná, enfim, intrinsecamente ligado ao Brasil, possa se desenvolver. E as tecnologias e as inovações precisam acontecer. Nesse sentido, precisamos avançar.

Por isso, trago à consideração do Governo Federal, das autoridades ligadas a esse setor, para que possamos encontrar os caminhos e buscarmos atender a essas demandas que são de premência.

Muito obrigado, Sr. Presidente, nobres colegas.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Obrigado, Senador Casildo Maldaner.

Com a palavra o Senador Marcelo Crivella, pela Liderança do PRB.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ). Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Walter Pinheiro, Sr. Senadores, senhores telespec-

tadores da TV Senado, senhores ouvintes da Rádio Senado, senhores e senhoras presentes, eu gostaria, Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitir, de apresentar, aqui, os meus parabéns pela homenagem que foi feita, hoje, a Cora Coralina, essa grande escritora do Estado de Goiás, que nasceu no ano da revolução brasileira, da queda do Império, início da República, e que só publicou seu primeiro livro aos 76 anos de idade, mostrando que o povo brasileiro, mesmo com idade mais avançada, continua tão ilustrado e tão mágico, tão criativo. Quem leu seus livros e seus poemas sabe que não estou aqui exagerando.

Ela completaria 122 anos hoje. Aqui esteve toda sua família. Infelizmente, não pude comparecer, mas gostaria de deixar consignado o mais profundo reconhecimento da sua obra pelo povo do meu Estado, na voz deste obscuro, anônimo Senador.

Mas, Sr. Presidente, o que me traz aqui, hoje, é um brado de cidadania. Acho que esta Casa, que se debruça tanto sobre as questões da corrupção, do desenvolvimento do País, dos processos eleitorais, das nossas controvérsias do dia a dia, não pode deixar passar qualquer ofensa, qualquer ameaça àquilo que já foi estabelecido no pensamento clássico da política pelos gregos; àquilo que foi também dito pelos pensadores do Iluminismo, e todos eles falaram ser o âmago da política a liberdade, a vida, a justiça.

Creio, Sr. Presidente, na democracia, mas creio nela com princípio e substância cristã. Creio na Revolução Francesa e no seu ideário, mas também com origem e substância cristã, pois foi Cristo quem primeiro falou de fraternidade, quando disse que éramos todos irmãos. Ele falou também de liberdade, quando afirmou: “*Conheceréis a verdade, e ela vos libertará*”. E, certamente, não há liberdade no erro, no engano, na dissimulação, no farisaísmo.

Ele também foi o primeiro a falar sobre igualdade, quando disse que devíamos fazer aos outros aquilo que gostaríamos que os outros fizessem a nós.

Acho que esta Casa não pode se calar quando a liberdade é atingida de maneira tão, eu diria, cruel, como essa decisão que o Exmº Sr. Juiz da 6ª Vara Cível de Ribeirão Preto, Aleksander Coronado Braido da Silva, tomou nos autos da ação civil pública, movida pela Defensoria Pública, quando determinou a retirada de um **outdoor** contendo citações bíblicas. Sr. Presidente, esse **outdoor**, colocado por uma igreja chamada Casa da Oração, e que tenho aqui nas minhas mãos, apenas citava três versículos bíblicos, que passo a ler ao Plenário.

O primeiro é do **Livro de Levítico**, Capítulo 20, Verso 13: “Se também um homem se deitar com ou-

tro homem, como se mulher fosse, ambos praticaram abominação..."

Passo a citar, Sr. Presidente, **Romanos** 26, palavras do Apóstolo Paulo:

Por causa das coisas que estas pessoas fazem, Deus as entregou a paixões vergonhosas. Pois até as mulheres trocam as relações naturais pelas que são contra a natureza. E também os homens deixam as relações naturais com as mulheres e se queimam de paixão uns pelos outros. Homens têm relações vergonhosas uns com os outros e por isso recebem em si mesmos o castigo que merecem por causa dos seus erros. (Romanos 1: 26-27)

E ainda: "Portanto, arrependam-se e voltem para Deus, a fim de que Ele perdoe os pecados de vocês." (Atos 3:19)

Isso aqui é a **Bíblia**, isso aqui é a palavra de Deus, isso aqui é o primeiro livro impresso nas prensas de Gutenberg e o livro mais lido nas civilizações ocidentais de origem cristã. Isso não pode ser censurado. Este País iniciou-se com uma missa. Este País começou com princípios cristãos, de família, com a Bíblia aberta nos lares...

(Interrupção do som.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– ...e nós não podemos abrir mão do fato de que esta palavra seja pregada.

Não estou fazendo nada a mais do que citar a Bíblia. O PLC nº 122 tentou criminalizá-la, mas não conseguiu. A lei não prosperou. A última decisão do Supremo, que considerava família pessoas do mesmo sexo, também não autorizou a censura da Bíblia, também não autorizou o cerceamento, a expressão do pensamento e a liberdade de religião neste País.

Lamento muito que esse **outdoor** tenha sido tirado de maneira arrogante, de maneira antidemocrática, ferindo a Constituição brasileira e ainda aplicando no pastor multa de R\$10 mil.

Ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco/PSDB – TO) – Senador Crivella, V. Ex^a sabe muito bem da minha posição. Eu não tinha conhecimento desse fato e quero dizer a V. Ex^a e a todo o povo brasileiro que eu me sinto indignado. Acho que a palavra mais correta que consegui encontrar aqui agora foi "indignação". Um magistrado pedir a retirada de um **outdoor** dessa natureza... Isso, sim, nós podemos chamar de preconceito, preconceito contra a Igreja, contra a fé das nossas pessoas. Eu estou indignado, meu Senador, extremamente indignado, ouviu?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)
– Muito obrigado.

Acho que nós devemos, todos, combater a homofobia, mas devemos respeitar aqueles que pensam como pensava Cristo, que confiam, acreditam que a Bíblia seja a palavra de Deus. E eu me coloco entre eles.

E não gostaria que o meu País caminhasse para retirar das praças públicas, dos *outdoors*, das ruas, das escolas aquilo que, na verdade, é fundamento do ânimo, da alma, do espírito de solidariedade, da esperança que cada brasileiro tem no seu futuro, na fé que tem em Deus para construir o Brasil dos nossos sonhos. A Igreja não fez nenhum outro comentário senão citar a Bíblia. A Bíblia é o que ela é. Se os movimentos homossexuais ou qualquer outro querem respeito devem também respeitar a opinião daqueles que discordam.

Neste País, não podemos permitir que haja cerceamento à expressão do pensamento, à liberdade de opinião e, sobretudo, ao direito daqueles que são cristãos, ou espíritas, ou católicos, ou evangélicos, seja lá o que for, de expressarem livremente sua convicção e de, com recursos próprios, fazerem propagandas como essa.

Acho que chamar a atenção para esse fato é algo importante neste plenário. Não podemos retroceder, não podemos aceitar retrocessos. A decisão do Supremo deve ser respeitada, e acho que as Igrejas respeitaram-na. É o grande Areópago. Ele é a última palavra da nossa Constituição. As nações desenvolvidas e os povos cultos procuram prestigiar o Supremo Tribunal Federal e seus juízes, mesmo quando não concordam com suas decisões ou mesmo quando eles próprios extrapolam, num ativismo judiciário, decidindo coisas que cabiam a esta Casa decidir. E uma das maneiras de esta Casa decidir é não decidindo. Não é possível que onze homens possam expressar a alma e os sentimentos de uma Nação inteira.

Agora, decisões tomadas nos tribunais causam isso. Decisões que não são feitas aqui, no calor das discussões, sob pressão, onde se procura, às vezes, durante anos, encontrar uma solução pacífica para as controvérsias – e é duro e é difícil –, acabam, muitas vezes, tendo extrações inconvenientes como a desse magistrado, lamentavelmente mandando tirar de um **outdoor**, com multa de R\$10 mil, citações que estão na Bíblia. Quero saber quem vai me proibir de subir nesta tribuna e dizer o que a Bíblia diz.

Ficam aqui, Sr. Presidente, as minhas palavras de tristeza, de lamento por uma decisão tão infeliz. Acho que cabe reclamação ao Supremo Tribunal Federal, porque sua decisão não era essa. Não foi isso o que os juízes decidiram por unanimidade: cercear a

liberdade de religião e a pregação da Bíblia, seja nas Igrejas, seja em **outdoor**, nas praças do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Concedo a palavra agora ao Senador José Pimentel, do PT do Ceará.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão, nobre Senador Walter Pinheiro, Sr^as e Srs. Senadores, o nosso Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, na última quinta-feira, dia 18 de agosto, divulga mais uma análise da situação econômica brasileira e traz uma série de comparativos com a crise econômica de 2008 e com os países das economias centrais do Mercado Comum Europeu, dos Estados Unidos, além de um conjunto de dados, para que possamos compreender melhor este momento que vive nossa economia e as suas possibilidades de sair com mais rapidez, para enfrentarmos este cenário adverso, em que os países centrais da economia mundial estão restringindo crédito, estão diminuindo os investimentos públicos, estão reduzindo o poder de compra da classe trabalhadora, dos aposentados pensionistas e criando uma série de mecanismos para desaquecer significativamente as suas economias.

Enquanto isso, o Brasil caminha num outro sentido, tem um sistema financeiro muito sólido. Se compararmos com a situação financeira dos nossos bancos em 2008, eles estão hoje muito mais equilibrados financeiramente e muito mais capitalizados. Ali, em 2008, nós tivemos alguns pequenos bancos com dificuldades para arrolar o seu endividamento externo e, consequentemente, ofertar crédito ao mercado nacional.

Dessa forma, a rede privada de bancos resolveu suspender, em grande parte, toda política de crédito que tinha feito no primeiro semestre de 2008. Os bancos públicos, em especial o BNDES, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, passaram a ser os grandes financiadores da indústria, do comércio e do consumo no Brasil.

Neste ano de 2011, o nosso sistema financeiro está muito mais equilibrado, e as reservas, o compulsório nacional, estão chegando à casa dos 450 bilhões de reais, enquanto que em 2002, era próximo de 250 bilhões de reais.

Portanto, o Banco Central tem hoje mais de 200 bilhões de reais de poupança privada no sistema de compulsório para ser liberado, caso o Brasil necessite ter uma política agressiva no sentido da oferta de crédito, como foi exigido no ano de 2009.

Se formos para as reservas internacionais, quando a crise chegou, no final de setembro e início de outubro de 2008, as nossas reservas internacionais

somavam em média 220 bilhões de dólares. Hoje, as nossas reservas são superiores a 350 bilhões de dólares. Ou seja, algo em torno de 130 bilhões de dólares a mais do que nós tínhamos no final de 2008, quando a crise internacional atingiu, principalmente, os Estados Unidos e, depois, com a repercussão, nos mercados da Europa e de outros países que participavam do chamado “refinanciamento” do processo especulativo que perdurava na economia internacional.

É bom lembrar também que, em 2008, algumas empresas nacionais tinham adentrado essa política da exploração dos derivativos, a exemplo de algumas empresas, que depois tiveram de fazer a sua fusão no Brasil.

Hoje, com as medidas tomadas pelo Banco Central para desestimular o chamado derivativo ou mercado futuro, nós estamos com a situação muito mais equilibrada do que a tínhamos em 2008.

Ao mesmo tempo, o Governo brasileiro, juntamente com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, tomou uma série de medidas que estão integradas e sistematizadas no programa Brasil Maior. Ali, foi tomada uma série de iniciativas para dar segurança ao processo de investimento e de crescimento econômico.

Se nós analisarmos o Programa Minha Casa Minha Vida, lançado no final de 2007, que previa apenas um milhão de construção de moradias, na sua segunda fase, a previsão é da construção de dois milhões de moradias. E as políticas de incentivos fiscais para diminuir a carga tributária sobre todos os produtos que integram a indústria da construção civil já foram prorrogadas até o final de dezembro de 2012, como forma de dar segurança aos aplicadores, aos investidores e àqueles que estão participando do Programa Minha Casa Minha Vida, para que eles possam adquirir as matérias-primas, os produtos necessários à construção dos dois milhões de moradias sem qualquer variação de custo, com isso dando tranquilidade maior para esse setor.

Se nós formos para os setores que empregam muita mão de obra, a exemplo da construção civil, da indústria têxtil, do setor calçadista, do setor coureiro, que fornece matéria-prima para o setor calçadista, esse setor todo teve desoneração sobre o custo da folha para que possa manter os empregos ali gerados. Eles, desde agora, a partir de outubro de 2011, até o final de 2012, terão contribuição zero para o custeio da Previdência pública brasileira. Isso traz diminuição de algo em torno de 20% sobre o custo da folha daquele setor fundamental, que hoje é vítima de uma forte concorrência internacional, principalmente dos chamados produtos chineses, que chegam aqui

causando um impacto muito forte no setor calçadista, no setor da indústria têxtil, da indústria da confecção.

E, ao mesmo tempo, as micro e as pequenas empresas, que são a base da economia nacional, que em 2007, quando foram lançadas, eram apenas 1,337 milhão no Brasil, nós estamos chegando, neste agosto de 2011, a 5,359 milhões micro e pequenas empresas formais no Brasil. Portanto, um crescimento de algo em torno de 4 milhões de empresas novas nesse setor, que é responsável pela ampla maioria dos empregos no Brasil.

Esse segmento está tendo também toda uma política de estímulo para continuar crescendo. O empreendedor individual, que tinha um teto de enquadramento de até R\$36 mil, está sendo elevado para R\$60 mil por ano o seu faturamento, exatamente para permitir que ele continue crescendo nessa modalidade. E esse público tem imposto zero para o Governo Federal. Eles não pagam um centavo de impostos. Se ele é do comércio ou da indústria, a sua carga tributária para o Estado é de apenas R\$1,00, independentemente do montante que ele vende a título de ICMS.

Esse público, que até 2007 contribuía para a Previdência Social com 20% sobre o salário mínimo, lá em 2008, foi reduzido para 11% sobre o salário mínimo e essa contribuição agora é reduzida para 5%. Desde o final do primeiro semestre de 2011 que a sua contribuição para a Previdência pública brasileira foi reduzida para R\$27,50, mantendo os mesmos benefícios. Esse público hoje é de 1,470 milhão de empreendedores individuais já formalizados; e lá, em 2008, nós tínhamos zero de empreendedores individuais formalizados. Essa política se iniciou basicamente em fevereiro de 2010 e já estamos com 1,470 milhão de empreendedores individuais que querem crescer e para poder crescer é preciso estar formal. Eles querem ter acesso ao crédito e quando eles estão na informalidade, o acesso ao crédito para eles é o cartão de crédito ou o cheque especial, com uma taxa de juros insuportável por esse setor.

Até o mês de setembro, agora, a nossa Presidenta Dilma estará lançando mais uma política de crédito para o empreendedor individual, para o microcrédito, para as micro e pequenas empresas do Brasil. É bom lembrar que a grande dificuldade desse setor é a oferta de garantias, porque eles não têm patrimônio e, muitas vezes, dependem de um aval de um amigo, de um conhecido, de uma pessoa. Com esse mecanismo, pretende-se ampliar o Fundo Garantidor de Crédito, para que eles possam ter o crédito sem ter que recorrer ao favor de um conhecido ou de uma pessoa que possa prestar esse aval.

É bom lembrar que esse Fundo Garantidor de Crédito foi criado em 2008 para enfrentar aquela crise econômica, na sua primeira fase, num montante de R\$4 bilhões. Esse montante já foi totalmente utilizado pelo sistema financeiro brasileiro, mas nós precisamos agora ampliá-lo. E essa política da taxa de juros nós precisamos também enfrentá-la, reduzindo os custos dos recursos para que o empreendedor individual, a micro e a pequena empresa possam continuar gerando emprego, gerando renda e fortalecendo a nossa economia.

Se nós analisarmos os 2,5 milhões empregos com carteira assinada que o Brasil gerou em 2010, veremos que 80% desses empregos vêm das empresas que têm até 99 empregados, exatamente as pequenas. Se fizermos um corte junto às empresas que têm até quatro empregados, as microempresas, elas são responsáveis por 52% daqueles 2,5 milhões de empregos gerados em 2010. Deste um milhão, 590 mil empregos, já gerados os sete primeiros meses de 2011, mantêm o mesmo percentual. Em torno de 80% desses empregos, são gerados pelas micro e pequenas empresas.

Exatamente por isso, está tramitando neste Congresso Nacional esse Projeto de Lei, de iniciativa do Executivo, com o conjunto de outros projetos de iniciativa da Câmara e do Senado, em que atualiza esse setor, que é responsável basicamente pelo mercado nacional, já chegando a 5,359 milhões de micro e pequenas empresas formais no Brasil.

Se formos analisar o desempenho das contas públicas brasileiras em 2011, elas estão muito mais equilibradas do que o que tínhamos lá em 2010, seja o superávit primário, seja o comprometimento das receitas líquidas com os custos do Brasil, em especial, folha de pagamento, despesas administradas e a questão previdenciária. Esta Previdência pública urbana, que, lá em 2007, necessitou de R\$15 bilhões para fechar suas contas urbanas, ou seja, entre o que nós arrecadamos e o que foi pago de benefícios faltou R\$15 bilhões.

Em 2008, essa necessidade de financiamento já reduziu para R\$1,4 bilhão. Em 2009, já tivemos um saldo positivo de R\$3,6 bilhões. Ou seja, o que nós arrecadamos na parte urbana com o que nós pagamos sobrou R\$3,6 bilhões.

Em 2010, esse saldo foi de R\$7,1 bilhões. E em 2011, no ritmo em que estão indo as contas urbanas da Previdência pública brasileira, nós deveremos ter um saldo positivo entre R\$12 e R\$14 bilhões. Ou seja, aquilo que era um saldo negativo de R\$15 bilhões, em 2007, agora em 2011, está se transformando num saldo positivo, a favor do Tesouro Nacional, de algo em torno de R\$ 27 bilhões.

Portanto, é uma reversão muito forte das contas públicas e é resultado da formalização do mercado de trabalho, do aumento da massa salarial e, principalmente, da boa gestão que foi implementada no serviço da Previdência pública brasileira.

Nós não podemos deixar de registrar também que está sendo tomada uma série de medidas no mundo educacional, a fim de que possamos qualificar melhor a mão de obra dos trabalhadores e, com isso, aumentar a produtividade e, acima de tudo, aumentar os ganhos reais para a classe trabalhadora brasileira.

Se nós voltarmos a 2004, o Brasil tinha apenas 139 Institutos Federais de Tecnologia, as chamadas Escolas Técnicas Federais. O Presidente Lula, o maior e melhor presidente de toda a nossa história, criou 280 Escolas Técnicas Federais. Essas escolas técnicas estão em pleno funcionamento e, na última semana, na terça-feira da semana passada, a Presidenta Dilma autorizou a construção de mais 120 Escolas Técnicas Federais, que são os nossos Institutos Federais de Tecnologia e eles estão sendo construídos, todos, em cidades polos do interior do Brasil, exatamente para poder dar toda a sustentação, toda a segurança para que os trabalhadores das pequenas cidades, das médias cidades, também possam se qualificar.

O nosso Estado do Ceará, em 2004, tinha apenas 5 Institutos Federais de Tecnologia, ou seja, 5 Escolas Técnicas Federais. Em 2010 nós fomos para 22 Escolas Técnicas Federais distribuídas em todo o nosso Estado do Ceará. Agora, a nosso Presidenta Dilma autorizou a construção de mais 6 Institutos Federais de Tecnologia, sendo um em Itapipoca, outro em Paracuru, outro em Maranguape, na grande Fortaleza, Horizonte, Boa Viagem e Acopiara; ou seja, nós estamos saindo de 5 Escolas Técnicas Federais para 28 Escolas Técnicas Federais.

Dentro do Programa Brasil Profissionalizado, em parceria com o Governo Cid Ferreira Gomes, que é o nosso Governador, dentro do programa das escolas profissionalizantes do ensino médio, o Ceará está construindo mais 128 escolas profissionalizantes em parceria com o Governo Federal. Desses 128 escolas profissionalizantes já estamos com 76 delas em funcionamento e, até março de 2012, nós queremos estar com as 128 em pleno funcionamento para permitir que 60 mil novos estudantes do ensino médio estejam com tempo integral, fazendo o seu ensino médio e, ao mesmo tempo, adquirindo profissão.

Então, é com este olhar que os Governos Estaduais, a iniciativa privada e o Governo Federal se preparam para que essa segunda fase da crise econômica internacional possa ter o menor impacto na economia brasileira.

Em nosso Governo, a Presidenta Dilma lançou também o Pronatec, que é um programa para o fortalecimento da mão de obra da classe trabalhadora e tem duas grandes vertentes: uma parceria direta com o empresariado brasileiro, com o Sistema "S", para que nós possamos, juntamente com os Institutos Federais de Tecnologia, chegar a 2014 com algo em torno de oito milhões de trabalhadores com mão de obra qualificada, com especializações melhoradas para assumir esses bons empregos que o Brasil está gerando.

Não podemos também esquecer de que o Presidente Lula autorizou a instalação de 14 universidades no Brasil e mais 83 **campus** avançados. E nossa Presidenta Dilma, na última terça-feira, a da semana passada, autorizou a instalação de mais quatro universidades públicas federais, gratuita e de qualidade, no Brasil, todas elas na Região Norte e Nordeste. O Estado do Pará está sendo contemplado com mais uma universidade; o nosso Estado do Ceará também está recebendo mais uma universidade, desta vez no Cariri, na região do Padre Cícero, em nossa Juazeiro do Norte, que completou 100 anos de sua emancipação, no último dia 22 de julho deste ano; e duas outras na terra de nosso Senador Walter Pinheiro, como forma de ajudar o desenvolvimento daquele Estado, que é o Estado mais pujante da nossa Região Nordeste, ao lado de Pernambuco e do nosso Estado do Ceará. E também um conjunto de **campus** avançado, tendo clareza de que este País, que hoje é a sétima potência econômica do Planeta e já se prepara para ser a quinta potência econômica, já em 2015, só chegará a esse resultado se apostar muito no mundo educacional, na qualificação, na capacitação da mão de obra de nossos trabalhadores e no investimento forte em nossa juventude.

É por isso que, junto com o Programa Brasil Maior, vem também a oferta de 100 mil bolsas de estudo, sendo 75 mil custeadas pelo Tesouro Nacional e as outras 25 mil em parceria com a iniciativa privada – com os empresários brasileiros. E o objetivo deste programa é o de que todo estudante que tiver nota 100 no Enem, ele terá, se quiser, a segurança para fazer sua graduação no exterior, nas melhores universidades do mundo. E, com isso, formar mão de obra científica para que possa aumentar a nossa produtividade, possa aumentar o nosso desempenho, a fim de possamos enfrentar as concorrências internacionais.

É verdade que a nossa balança comercial, hoje, tem como principal insumo as *commodities* – a exportação de minério, de grãos do agronegócio, mas este setor precisa agregar valor, e para agregar valor nós precisamos aumentar a nossa produtividade, melhorar a pesquisa e inovação da nossa indústria para que

possamos enfrentar a concorrência que, muitas vezes, é desigual para um país do porte do nosso. Exatamente por isso, amanhã, na próxima terça-feira, o Ministro da Fazenda deverá vir à Comissão de Assuntos Econômicos, a convite daquela Comissão, para dar continuidade a um ciclo de debates sobre como o Brasil está se preparando para enfrentar essa segunda fase da segunda maior crise econômica da humanidade.

É por isso que nós entendemos que o Brasil não é uma ilha, mas está se preparando para que sofra menos com essa crise e, acima de tudo, que mantenha a geração de emprego e mantenha o fortalecimento da nossa indústria.

Sr. Presidente, amanhã todos nós deveremos estar nessa audiência pública para discutir as saídas e as alternativas que o Brasil apresenta. E esse documento do Ipea – Instituto de Pesquisa Econômico Aplicada, traz mais luz para que a gente possa refletir um pouco mais sobre essa matéria.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a me concede um aparte Senador José Pimentel? Sei que está encerrando o pronunciamento...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Senador Lindbergh, sem nenhuma dificuldade. A minha preocupação é com o horário e com os demais parceiros aqui. Pois não! Por gentileza.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a falou na vinda do Ministro Mantega, e eu estou convencido que na próxima reunião do Copom, dia 30 ou dia 31, o Brasil vai começar a baixar suas taxas de juros. O Governo tomou medidas de controle de capitais, nós temos agora o IOF sobre derivativos. Mas nada vai adiantar, o Banco Central norte-americano se prepara para fazer o afrouxamento monetário número três. Eu estou convencido que nós temos uma oportunidade única neste país, e não tem como conter a entrada de dólar no Brasil se nós não baixarmos as nossas taxas de juros. Então eu quero parabenizar V. Ex^a pelo pronunciamento, mas eu acho que chegou a hora, e essa reunião na próxima terça e na próxima quarta-feira, vai ter um papel decisivo. A gente está vendo a situação da Europa, dos Estados Unidos – eu não quero me alongar, sei que é difícil fazer um aparte em muito pouco tempo –, mas eu queria só registrar isso, Senador Pimentel, e parabenizar V. Ex^a pelo discurso, associando-me a muitos outros que estão falando de baixar a taxa de juros já agora na próxima reunião do Copom.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Senador Lindbergh, sou daqueles que, já no primeiro semestre, tinha posição muito clara sobre isso. Quando abrimos a composição do fator inflacionário do IPCA, 34% do IPCA vêm de preços controlados pelo Estado.

Taxa de inflação, Taxa Selic não derruba IPCA, porque 34% deles são preços controlados em que o próprio Estado, nos contratos de privatização de 98/99, assim definiu por 30 anos; 20% vêm das *commodities*, ou seja, não depende do mercado nacional; depende das cotações internacionais e isso faz 55%. A Taxa Selic no Brasil influencia apenas 45% da composição do IPCA. E se taxa de inflação no Brasil derrubasse inflação nós teríamos inflação negativa, porque a nossa taxa de juros reais é duas vezes maior que a segunda maior taxa de juros do mundo. Nossa José Alencar faz falta no Brasil nesse debate.

Lamentavelmente, o mercado, quando chegava próximo das reuniões do Copom, parecia que se não elevesse a taxa de juros seria um caos no Brasil. Cederam à pressão e agora é chegada a hora de reduzir a Taxa Selic, porque não tem nada que se justifique esse patamar que se pratica no Brasil, até porque o segundo país do mundo – volto a registrar – que tem taxa de juros reais é a metade da que é praticada no Brasil. Isso é resultado de 12 mil financistas que aplicam suas riquezas no mercado e terminam dominando, impondo, essa malvadeza à economia brasileira; e o setor que mais sofre são as micro e pequenas empresas, que são os que geram emprego e renda no Brasil.

Portanto, V. Ex^a tem toda a razão. É hora de reduzirmos, aliás, estamos atrasados na redução da taxa de juros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Obrigado Senador Pimentel.

Com a palavra o Senador Garibaldi Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES (Bloco/PMDB – RN). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de deixar registrado no dia de hoje, nos Anais desta Casa, o enorme sucesso que foi o leilão para concessão do aeroporto de São Gonçalo do Amarante, há 13 km de Natal, na Bolsa de Valores de São Paulo, quando o consórcio Inframérica, formado pela empresa brasileira Engevix e pela empresa argentina Corporación América, vencedor do leilão hoje pela manhã.

Esta é uma data histórica, pois este aeroporto é o primeiro do Brasil a ser concedido à iniciativa privada, e tem por finalidade buscar a ampliação dos investimentos no setor de transporte aéreo, para a Copa do Mundo e para as Olimpíadas.

O Rio Grande do Norte será privilegiado com uma previsão para o tráfego no aeroporto de três milhões de passageiros, em 2014, e de 4,7 milhões, em 2020. A empresa também se compromete com investimentos de cerca de R\$600 milhões ao longo dos 28 anos do contrato de concessão.

Sr. Presidente, agradeço essa oportunidade de poder fazer esse registro que considero de tão grande importância para todos os cidadãos norte-rio-grandenses.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Obrigado, Senador.

Com a palavra o Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO).

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, **a priori**, sou um tocantinense goiano. Tive o prazer, por diversas vezes, de estar com a nossa poetisa Cora Coralina.

Fiz um discurso que gostaria tanto hoje de ter lido aqui neste plenário, mas, por força maior, infelizmente não foi possível. Gostaria, então, que V. Ex^a desse como lido esse meu discurso, Sr. Presidente.

Pois bem, tenho vindo aqui a esta tribuna, nos últimos dias, sempre para falar aos nossos empresários, aos nossos trabalhadores, ao povo brasileiro e a este Parlamento sobre o Sistema S, no Brasil. Tenho dito sempre aqui nesta tribuna que o Sistema S... cheguei até um dia a dizer que é uma caixa-preta. Depois eu disse que era um ninho de guaxo, aonde ninguém conseguia chegar. Mas disse também que eu tinha uma ponta desta corrente de informações do Sistema S em minhas mãos.

Hoje volto a esta tribuna para dizer aos nossos empresários, aos nossos trabalhadores e à imprensa do nosso País que hoje não vai ser o Senador Ataídes Oliveira que vai falar sobre o Sistema S.

Presidente, há aproximadamente 70 dias, protocoloiei nesta Casa um requerimento, que foi aprovado, pedindo ao TCU informações sobre o Sistema S. Passados 45 dias, não recebi nenhuma informação. Estive, então, no TCU. Fui recebido pelo Presidente, que me disse que não havia informações, mas me prometeu que, com muito esforço, poderiam me dar algumas informações. E essas informações, na terça-feira, no final do dia, chegaram em minhas mãos.

Estou aqui agora, meus empresários, trabalhadores e imprensa, com o relatório do Tribunal de Contas da União. Esse relatório reflete, demonstra, com a maior clareza, o que é o Sistema S hoje no nosso País. O Sistema S, como já sabido por todos nós, é composto pelo Sesi, Senai, Sesc, Senac, Sest, Senat, Senar, Sescoop, ABDI, Apex e Sebrae. Esse relatório – posso dizer aos meus nobres Pares aqui, à imprensa e aos empresários brasileiros – é uma verdadeira bomba atômica. Isso vai dar o que falar a partir de hoje. Não tenham dúvida disso.

Faço questão, se o tempo me permitir, de ler alguns pontos desse relatório a V. Ex^as.

Quero fazer, primeiramente, um ligeiro comentário, antes de passar ao relatório do TCU.

O Sistema “S”, composto por diversas entidades paraestatais, devidamente legalizadas, que tem como finalidade prestar serviços no âmbito da assistência social, da aprendizagem e do treinamento profissional, e apoiar as empresas:

- que deveriam ser gratuitos, e não são inteiramente.
- percebe-se que, nos últimos anos, o sistema vem mudando seu objetivo principal (conforme acima citado). Exemplos: aplicação no mercado financeiro, rendas de aluguéis, receitas de serviços prestados, receitas industriais e outras...
- que deveriam prestar contas de maneira transparente e publicamente aos contribuintes, apresentando seus números na Internet, como manda inclusive a LDO de 2008, no seu art. 6º, § 3º, e as demais LDOs, mas não as prestam ou o fazem de forma distorcida.
- que deveriam aplicar inteiramente os recursos que arrecadam em suas atividades fim, mas passam de um exercício para outro com centenas de bilhões de reais aplicados no mercado financeiro.
- que por serem mais de 90% financiadas com recursos de natureza tributária deveriam apresentar sua contabilidade ao TCU com precisão, mas apenas uma das integrantes do sistema o faz; outras fazem de maneira dúbia, Presidente, e outras nem o fazem.
- que não deveriam arrecadar diretamente as contribuições, mas transgridem a Lei 11.457, de 2007 (que criou a Receita Federal do Brasil e incumbiu-a da responsabilidade para recolher as contribuições sociais) e recolhem o dinheiro dos contribuintes, como fazem o Sesi e o Senai e repassam diretamente às unidades nacionais, sem deixar registro financeiro nos sistemas federais de controle.

Ou seja, Presidente, o Sesi e o Senai arrecadam diretamente bilhões de reais, sendo que a Receita Federal é que deveria arrecadar. Olha o que o Sistema está fazendo: esse é um crime que vamos ter que consertar.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, depois de muito questionar, pesquisar, buscar e requerer, eis que recebo respostas contundentes e muito claras do Tribunal de Contas da União sobre o resultado patrimonial das entidades do Sistema “S” a partir do Requerimento de Informações 597/2011 que apresentei àquela Corte, que, depois de 60 dias, recebi as informações do Tribunal de Contas, que já mencionei no início do meu discurso.

Mediante o relatório, confirmei minhas desconfianças: a gastança irresponsável campeia; a falta de transparência é total; a certeza da impunidade faz transgredir as leis; a ideia de imputabilidade faz fortunas pessoais antes impossíveis, e o povo brasileiro continua a pagar a conta da falta de caráter, de honestidade e de respeito com que os gestores do Sistema tratam o tributo que mais cresceu no último ano fiscal. Só para se ter uma ideia, Presidente, de 2009 para 2010, a receita do Sistema cresceu 28%. Não acredito que nenhuma empresa no nosso País tenha tido um crescimento tão vultoso como esse – falo isso como empresário.

Uma contribuição social que ajuda a elevar o custo Brasil, porque os empresários pagam 3,1% sobre a sua folha bruta mais 0,2% do Incra, perfazendo 3,3% sobre a sua folha bruta – isso é uma brincadeira.

Está aqui em minhas mãos o Acordão nº 2172/2011, que não deixa margem a dúvidas sobre os bilhões arrecadados. De 2007 a abril de 2011, o Sistema arrecadou R\$42,5 bilhões. E o pior é que esses números são muito maiores, eu tenho absoluta certeza disso, porque nem eu, nem o TCU ou outro órgão temos acesso a esses números.

Nós tivemos os números que o Sistema forneceu em dubiedade para nós. E eu imagino que sejam muito superiores a isso. E nós estamos falando de R\$42,4 bilhões, que estão sendo geridos sob um manto obscuro que não deixa a sociedade ver!

Eu tenho absoluta certeza de que, com raríssimas exceções aqui, neste Parlamento, poucos Parlamentares sabem o que é o Sistema S e como ele funciona – perdoem-me, salvo melhor juízo, alguns dos nossos Pares da nossa belíssima Casa –, nem quanto, nem como de fato as contribuições sociais são aplicadas, tributos que incidem sobre a folha de pagamento das empresas brasileiras e que deveriam financiar, gratuitamente, a capacitação de uma grande parcela dos jovens brasileiros, inclusive os que moram em pequenos centros urbanos. Essa não é a realidade.

Sr. Presidente, já encaminhei ao Ministério Público um pedido para que se compra a legislação brasileira. Ou seja, que essa arrecadação seja feita como determina a Lei nº 11.457, de 2007 – eu não tenho a lei aqui, perdoem-me: que essa arrecadação passe pela nossa Receita Federal e não o faça o sistema diretamente, como eles estão fazendo, através de boletos próprios.

O Sr. Alvaro Dias (Bloco/PSDB – PR) – Senador Ataídes, permite-me um aparte?

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Com todo o prazer, Senador.

O Sr. Alvaro Dias (Bloco/PSDB – PR) – Senador Ataídes, eu peço o aparte apenas para cumprimentá-

-lo. V. Ex^a, desde que chegou a esta Casa, empalmou uma bandeira da maior importância: está preocupado V. Ex^a com a aplicação de recursos que podem ser utilizados, inclusive, com benefícios sociais. É essencial que essa transparência que nós cobramos aqui do Executivo federal, da administração pública, alcance também todos os setores da economia vinculada ao Poder Público e aos interesses dos brasileiros. É por esta razão que solicitei o aparte, para cumprimentá-lo pela coragem em abordar tema tão complexo e sensível como este que vem abordando com muita competência, já que conhece muito bem o setor em que milita há tanto tempo como empresário e conhece as razões do procedimento que adotou aqui, certamente com muita convicção pessoal. Parabéns a V. Ex^a, em nome do nosso Partido.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Muito obrigado, meu Senador.

Eu tenho dito aqui, Senador Alvaro Dias, Sr. Presidente, desde que cheguei a esta Casa, que eu sou um defensor incansável do Sistema S. Evidentemente, o Sistema S tem prestado um serviço de grande relevância ao nosso País, nós não podemos negar isso. Agora, com esses bilhões de reais, evidentemente, teria que fazer alguma coisa, sim. Mas pode-se fazer muito mais. E é em busca disso, meu Senador, que eu estou aqui nesta tribuna apresentando para o povo do Brasil, para os nossos empresários e para a imprensa a verdadeira realidade do Sistema S.

Pois bem, então, continuo.

Encaminharei requerimento ao Tribunal de Contas da União solicitando auditoria que faça uma devassa em todo o Sistema, inclusive no Incra, nos últimos cinco anos. Esse sistema tem que ser fiscalizado; ele não tem fiscalização nenhuma. O Tribunal de Contas disse isso aqui, e eu vou dizer daqui a uns minutos.

Ao finalizar esse meu pronunciamento, quero fazer mais perguntas, dirigindo-me aos integrantes desse até então intocável Sistema S.

Quem deve responder diante do trabalhador brasileiro pela aplicação de dinheiro no Sistema Financeiro que é recolhido como contribuição social há tanto tempo pelo chamado Sistema S?

Quem tem a obrigação de prestar contas claramente sobre a administração dos bilhões e bilhões de reais que circulam por critérios conhecidos apenas por alguns e transitam pelas ricas tesourarias do Sesi, Senai, Sesc, Senac, Sest, Senat, Senar, Sescoop, ABDI, Apex, Sebrae?

Quero saber isto: quem deve ser responsabilizado, Presidente, pela transgressão da Lei da Receita Federal do Brasil, que obriga que todo tributo deve ser por ela arrecadado? Quero saber: quem deve ser res-

ponsabilizado? A própria Receita ou o Sesi e o Senai, que arrecadam diretamente as contribuições que lhes cabem e as repassam, sem que o Sistema Federal de Controle tome conhecimento? Quem deve responder pelo crime de não cumprir o que determina a nossa LDO há mais de três anos? Quem vai responder por esse crime, Presidente? Quem tem a responsabilidade de mudar de forma efetiva esse sistema que aí está?

A mim, Presidente, cabe responder a última pergunta. A responsabilidade pela mudança é nossa. Não tenho dúvida disso, Senador Alvaro. A responsabilidade pela mudança é nossa, é deste Parlamento, é do Parlamento brasileiro, que deve ao povo de seu País uma ação firme e decidida. Nós temos o dever de fiscalizar, nós temos o dever de mostrar ao povo brasileiro o nosso trabalho. E permita-me dizer que, salvo engano, é nosso dever fiscalizar.

Aqui aponto algumas iniciativas urgentes. A primeira delas eu já a tomei. Está em tramitação no Senado o Projeto de Lei nº 442/2011, de minha autoria, que se encontra na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), já em fase de relatoria, e que aponta a primeira providência: a de reduzir o volume absurdo de recursos que são carreados para o Sistema. Se o Sistema tem mais de R\$8 bilhões aplicados no mercado financeiro e cobra por serviços prestados à nossa população, o que muito me deixa indignado, então, por que receber essa fortuna toda? Eu disse, há poucos dias, que uma senhora que quer aumentar a receita da família e quer fazer um curso de depilação, por exemplo, tem de pagar três prestações de R\$100,00. Isso não é um absurdo? Reduzir o volume absurdo desses recursos, então, é o meu interesse.

A segunda providência é aprovar o pedido de auditoria total em todo o Sistema S pelo TCU, para que coloque às claras tudo que, até hoje, ficou encoberto pela dubiedade que marca a legislação que rege esse segmento.

A terceira iniciativa é corrigir, de maneira imediata, a distorção criada pela incongruência entre a personalidade jurídica dessas entidades e a sua principal fonte de recursos financeiros. Aliás, a distorção está na gênese dessas entidades desde a década de 40.

Também estou enviando um expediente, tendo como anexo o relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), para o conhecimento das seguintes autoridades, para que conheçam a verdade sobre o Sistema S: a nossa Presidente Dilma Rousseff; o nosso querido Presidente desta Casa, Senador José Sarney; o Ministro da Fazenda, Guido Mantega; o Ministro do Trabalho, Carlos Lupi; o Ministro Fernando Haddad; o Dr. Cláudio Haddad, Presidente do Ibmc; o Ministro

de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, Jorge Hage Sobrinho.

Por fim, Presidente, é preciso reformular todo o Sistema S, para que a assistência social e a aprendizagem do treinamento profissional, que são a verdadeira razão de existir dessas entidades, passem a ser prestadas onde mais o povo brasileiro precisa: nas cidades pequenas e de médio porte brasileiras, principalmente no Tocantins, no nosso querido Estado, tão pobre, onde a maioria da população não sabe o que é Sesi, Senai, Sesc e outros.

Meu Presidente, eu pediria a V. Ex^a mais um minutinho, porque acho o assunto de uma importância tamanha para o nosso povo. Eu gostaria de ler alguns itens do relatório do TCU, assinado pelo então Presidente Benjamim Zymler. Eu não tenho o nome do relator neste momento – perdoe-me, Ministro –, mas o sobrenome é Bemquerer. Sr. Presidente, vou pular uma série de itens e vou para o Item 4 do relatório decidido em plenário, que diz o seguinte:

4. Na instrução inicial (peça 5), a 5^a Secretaria de Controle Externo consolidou os dados contábeis fornecidos pelas entidades, sem prejuízo [veja só] de consignar a inviabilidade de aferir a sua correção, em razão de dois aspectos. O primeiro decorre do fato de Sesi e Senai arrecadarem diretamente as contribuições que lhes cabem, muito embora a Lei nº 11.457/2007 tenha atribuído competência à Receita Federal do Brasil para recolhimento das contribuições sociais. O segundo relaciona-se com a ausência de divulgação na Internet, por algumas entidades do Sistema S, na Internet, de dados e informações atualizados acerca de valores recebidos à conta das contribuições, desatendendo à previsão inserida na LDO/2009 (Lei nº 11.768/2008, art. 6º, § 3º) e mantida pelas demais LDOs subsequentes.

Vou para outros itens:

5. No Relatório das Contas do Governo de 2010 (disponível no site do TCU), foi divulgada a arrecadação das contribuições devidas ao Sistema S, a partir de informações provenientes das entidades. Dentre os tributos federais, a arrecadação do Sistema S foi a que registrou o maior crescimento, evoluindo de 9,7 bilhões de reais para 12,4 bilhões de reais (não incluindo ABDI e Apex), com acréscimo de 27%.

Esses valores, para mim, ainda não correspondem à realidade, Presidente.

6. Para a melhor compreensão desses números, torna-se necessário prestar esclarecimentos sobre questões peculiares da arrecadação do Sistema S e de sua transparência para a sociedade [olha o que eles dizem!].

7. A partir da criação da Receita Federal do Brasil (RFB), pela Lei nº 11.457/2007, a atribuição de arrecadação das contribuições sociais a cargo do INSS passou a ser de competência exclusiva da RFB, conforme estipulado em seu art. 2º e § 3º [não vou lê-los; junto a essas atribuições, inclusive, a Receita Federal tem a atribuição de fiscalizar o Sistema, mas, na verdade, não o faz].

[...]

8. Antes da Lei, havia entidades do Sistema S que praticavam arrecadação direta dessas contribuições. A partir de 2008, apenas o Sesi e o Senai permaneceram nesta prática em larga escala, na qual arrecadam montante de mesma ordem de grandeza em relação ao arrecadado via RFB [Receita Federal do Brasil] [...].

Veja só: arrecada tanto quanto ou mais, diretamente. Faz os boletos, passa para as empresas, e as empresas pagam. Isso é um crime! Isso é uma barbaridade! O nosso empresário paga ainda; não sei se satisfeito ou insatisfeito, mas paga.

Aqui, então, o nosso relatório diz: “A legalidade desse procedimento é objeto de discussão no TC nº 030.409/2008-4, sob relatoria do Ministro José Múcio Monteiro, ainda não julgado pelo Tribunal”. O Tribunal não tem de julgar isso; isso é lei. Esse é o meu entendimento.

9. A arrecadação direta do Senai e do Sesi é feita a partir de um Termo de Cooperação Técnico-Financeira com a empresa interessada, mediante o qual a contribuição devida é recolhida de forma descentralizada, pelos Departamentos Regionais, por meio de guia de recolhimento gerada em sistema próprio.

Nós estamos falando de bilhões, gente! Espera aí! Emite-se uma guia, que é remetida ao empresário, para o valor ser pago?

Continua o relatório: “Os Departamentos Regionais acompanham os recolhimentos da contribuição direta por meio de Sistema de Gestão da Arrecadação e repassam mensalmente ao Departamento Nacional o percentual referente à sua participação no montante arrecadado [...].”

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE. *Fazendo soar a campainha.*) – Peço que V. Ex^a conclua.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – O que significa isso? Com essa arrecadação direta, eles, então, dão uma esmolazinha ao Departamento Nacional pelo serviço prestado. Que serviço prestado? Não há serviço prestado. Serviço prestado é quando a Receita arrecada, retém 3,5% como serviço prestado, o que acho extremamente devido, e repassa ao Sistema 96,5%. Olha que barbaridade!

Continua o relatório: “[...] conforme disposto em Regimento Interno. Feita de forma descentralizada em cada unidade federativa (UF), a arrecadação direta não deixa registro financeiro nos sistemas federais de controle”.

O TCU está dizendo, Senador Alvaro, que, nessa arrecadação feita diretamente, o nosso Governo não tem acesso a nada; não há informação alguma.

E aí, então, Presidente, fiz um requerimento pessoalmente ao nosso Presidente do TCU, para que me fornecesse pelo menos as DREs, os balancetes de simples verificação. Eles até me passaram essas informações, mas elas não retratam a realidade.

Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a me permitisse falar por mais um minuto.

Diz ainda o relatório:

15. Cabe destacar que o possível descumprimento da Lei de criação da Receita Federal do Brasil se daria pela própria Receita Federal do Brasil, ao tolerar que entidades do ‘Sistema S’ usurpem suas atribuições legais [vejam só!].

A transparência da arrecadação nos sites.

16. A seguir, aborda-se a transparência da arrecadação do ‘Sistema S’ nos respectivos sites dos órgãos nacionais e nas demonstrações contábeis.

17. Embora se trate de entidades juridicamente independentes – departamentos regionais e nacional –, em seu conjunto representam um único sistema, que atende a uma mesma finalidade em benefício da população, utilizando-se de recursos públicos oriundos de contribuições com natureza de tributos.

18. Por serem mantidas preponderantemente por recursos originários de contribuições de natureza tributária, essas entidades estão sujeitas ao dever inerente à Administração Pública de oferecer aos contribuintes e à sociedade total transparência de seus atos de gestão. Não há necessidade de uma Lei para estabelecer esse dever, que tem origem no

princípio constitucional da publicidade, que se aplica aos atos de gestão [pública]. Assim, a bem de cumprir esse princípio, seria de se esperar que cada sistema manifestasse a preocupação de elaborar e divulgar informações de qualidade [ao povo brasileiro].

19. A elaboração de demonstrações contábeis consolidadas, por exemplo, seria o instrumento adequado para se atender ao propósito de permitir um conhecimento do Sistema como um todo ao longo dos anos, de suas receitas, despesas, patrimônio e outras informações, que são habitualmente prestadas de forma consolidada por todos os grupos de empresas abertas. Os acionistas têm o direito de receber informações consolidadas, e as empresas têm o dever de apresentá-las.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE. *Fazendo soar a campainha.*) – Peço que conclua, Sr. Senador.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Vou concluir, Sr. Presidente. É muito importante.

No caso do ‘Sistema S’, seus ‘acionistas’ são os contribuintes [ou seja, os nossos trabalhadores são os acionistas do Sistema S], que mereceriam receber o mesmo tratamento. Entretanto, se esses demonstrativos existem, não há menção a eles nos sites das entidades.

O TCU está dizendo isso, não sou eu, não! Vou encerrar, então, Sr. Presidente.

21. Analisamos os relatórios anuais de 2010 divulgados nos sites das cinco principais entidades, que mais arrecadam (Senai, Sesi, Sesc, Sebrae e Senac), responsáveis por 89% da arrecadação total. Não localizamos os do Sebrae e Sesc. Nos demais, nenhum deles continha informações financeiras, nem balanços ou outros demonstrativos contábeis.

Há muito mais no relatório, mas acho que já abusei da tolerância do meu Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – V. Ex^a pode dar o documento como lido.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Eu quis dar conhecimento disso a todos os Senadores e a todas as Senadoras, porque isto é uma barbaridade. A minha indignação, *a priori*, dava-se por saber que o Sistema cobrava por capacitar, por treinar. A minha indignação, Sr. Presidente, *a priori*, era a de saber que esse Sistema que arrecada tanto poderia pegar nossas crianças que estão sendo levadas pelo crack, principalmente no nosso Estado do Tocantins,

e levá-las para dentro do Sistema. Poderiam reciclar e treinar essas crianças e esses jovens, dar-lhes uma primeira oportunidade e colocá-los no mercado de trabalho. Mas, hoje, a minha indignação, Sr. Presidente, vai muito além disso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Ataídes Oliveira, o Sr. Walter Pinheiro deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Obrigado, Senador Ataídes Oliveira.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião, pelo prazo regimental. Depois, o Senador Alvaro Dias falará pela Liderança do PSDB.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ainda na sessão de hoje, o Senador Pedro Simon fez um de seus contundentes e veementes discursos sobre a corrupção no Brasil. Amanhã, às 8 horas e 30 minutos, se não me engano, reunir-se-á uma frente parlamentar contra a corrupção na Comissão de Ética do Senado. O assunto está em pauta. E o Senado já hipotecou – acredito eu – sua absoluta solidariedade à nossa Presidenta Dilma.

Mas hoje quero falar sobre corrupção também no Paraná, não apenas a corrupção que está sendo levantada na esfera federal. Quero me referir a um pedido de providência que faço ao Conselho Nacional de Justiça.

Vamos aos fatos, Sr. Presidente.

Em 2003 e 2010, em minha segunda e terceira gestões como Governador do Paraná, dediquei boa parte de meu tempo, empenho e energia, para sanear as contas públicas estaduais e defender o Erário de toda sorte de desvios e apetites.

Ao tomar posse, encontrei o Paraná quebrado, endividado e sob a tirania de contratos elaborados de forma a prejudicar os interesses públicos. Contratos claramente, desabridamente firmados para favorecer grupos econômicos privados e seus parceiros na administração estatal.

Assim, determinei que todos os contratos assinados na gestão anterior fossem examinados, desenredados, esmiuçados. Formei uma equipe de profissionais para a tarefa. Todos os atos do governador que me antecedeu, os atos de seus secretários e das diretorias das empresas estatais, das autarquias e fundações, passaram por um pente-fino.

As conclusões da equipe de revisores confirmaram as piores suspeitas. Havia ações que não poderiam ter sido sequer imaginadas, quanto mais praticadas.

Mesmo com um grande volume de decisões governamentais sob investigação, a equipe revisora teve

seu trabalho, de certa forma, facilitado, porque uma boa quantidade dos contratos irregulares foi firmado no apagar das luzes da gestão anterior, isto é, nos últimos meses da administração do Governador Jaime Lerner. Os últimos meses, as últimas semanas, os últimos dias, as horas derradeiras da gestão expirante foram sôfrega, afoita, impetuosa e gulosamente aproveitados para pilhar o Estado. Uma desavergonhada caça ao tesouro público, às vésperas de minha posse.

O Ministério Público estadual abriu processos, aderiu ao mutirão revisor e, ao verificar as irregularidades cometidas contra o Erário, avocou a responsabilidade de propor ações judiciais para reaver os valores que foram afanados aos cofres públicos estaduais.

Da mesma forma, o Governo do Paraná, através da Procuradoria-Geral do Estado, ajuizou medidas legais que buscam, até hoje, reaver o dinheiro roubado.

Seguindo os princípios constitucionais da legalidade, eficiência e publicidade, tornei públicas as investigações e ações judiciais. E, por várias vezes, chamei os ladrões pelo nome. Revelei o malfeito e o malfeitor. Isso, no entanto, rendeu-me enormes prejuízos patrimoniais. Como os assaltantes do dinheiro público não foram ainda sentenciados, visto que as ações sofrem de estranha letargia, têm o seu andar paralisado depois de cada doloroso passo caminhado lentamente, condenam-me porque não foram ainda condenados.

O Judiciário paranaense utiliza-se da justificativa de que não há decisão condenatória contra os corruptos transitada em julgado. E assim pune quem dedicou boa parte do tempo no governo a desvendar e revelar o roubo, a identificar os ladrões e a expô-los publicamente.

Lembro isso, porque vejo o esforço da Presidenta Dilma em extirpar malfeitos do Governo Federal.

Enquanto as ações judiciais contra os corruptos não andam, as ações judiciais contra mim, por chamá-los como se deve, de ladrões, correm com a rapidez do raio. Eles, de acordo com o Ministério Público, esbulharam o erário. E o fizeram com uma desfaçatez jamais vista, tal a certeza da impunidade. Assaltos à luz do dia, à vista de todos, com todas as digitais, com todas as pistas, com todas as provas, sem disfarces, sem rebuços. E eu sou condenado por gritar a nudez dos saqueadores.

Revulta-me, deprime-me e angustia-me saber que, se em futuro distante eles poderão ser condenados e punidos, hoje triunfam, são vencedores no embate com aquele que os denunciou.

Pior ainda: a cada nova condenação que sofro, eles provocam um grande barulho na mídia, fazendo passar à opinião pública a ideia de que a minha con-

denação corresponde à absolvição deles das acusações que fiz (e provei).

A opinião pública, que foi informada pelo governo a cada passo das investigações, que ficou sabendo de cada falcatura e seus autores, de repente recebia a informação de que fulano, beltrano e sicrano foram “absoltos” das acusações e o governador condenado por “caluniá-los”. Por fim, senhores, o vilão sou eu. O vilão sou eu. É possível aceitar sem revolta, inconformismo, desânimo e descrença essa absoluta, kafkiana inversão de papéis?

Eu sou o vilão porque chamei ladrões os que ainda não foram condenados em sentença transitada em julgado.

Para fundamentar o pedido de providências que apresento ao Conselho Nacional de Justiça, quero trazer ao conhecimento do Conselho o objeto e a situação atual dos processos exemplares que tramitam no judiciário paranaense contra os saqueadores do dinheiro público, bem como discorrer sobre os embates judiciais em que tenho sido condenado.

Eu estou, neste momento, requerendo à Mesa que transcreva nos Anais do Senado, na íntegra, o meu pedido detalhado ao Ministério Público. Mas, de uma forma resumida, quero apresentá-los ao Plenário do Senado.

Primeiro, ação de improbidade contra Ingo Hubert, ex-Secretário da Fazenda e ex-Presidente da Copel no Governo Jaime Lerner.

Caso Olvepar. O Ministério Público estadual desvendou a fraude, que consistiu no pagamento de crédito tributário inexistente a uma empresa falida, Olvepar. A Receita Estadual negou pagamento, porque o crédito não existia. O Secretário da Fazenda, Ingo Hubert, passou por cima do parecer e mandou a Copel comprar os créditos que não existiam. Ingo Hubert, Presidente da Copel, acata a ordem de quem? De Ingo Hubert, Secretário da Fazenda, porque ele acumulava os dois cargos, e compra os créditos inexistentes. Um rombo, hoje calculado, corrigido em aproximadamente R\$370 milhões.

Até agora o caso dorme na Justiça. Mas, em relação a mim, fui condenado a pagar perto de R\$40 mil ao indigitado, por tê-lo chamado pelo nome que merece. Está provado que ele prevaricou. Como não foi condenado ainda, o condenado fui eu por danos morais.

2. Ação de Improbidade contra o advogado José Cid Campelo Filho, ex-Secretário de Estado do Governo Jaime Lerner.

Conforme denúncia do Ministério Público, a ação do Sr. Cid Campelo Filho foi decisiva para iludir e manipular integrantes do Conselho da Companhia Paranaense de Energia a pagar R\$16 milhões a uma empresa

de assessoria. Tal empresa teria “descoberto” créditos tributários, evidentemente inexistentes. Enfim, mais um caso de compra de créditos tributários fictícios.

O Sr. Cid Campelo Filho é ainda réu em Ação Civil Pública, que corre na 2ª Vara da Fazenda, em Curitiba. O Ministério Público apresentou indícios indiscutíveis que demonstram a associação de Cid Campelo com a prática ilícita de jogos de azar. Como Secretário de Governo, mesmo que não tivesse competência para tal, ele editou resolução liberando o jogo de bingo no Paraná. Em seguida, tornou-se proprietário de duas casas de bingo. Há gravações telefônicas autorizadas pela Justiça comprovando isso.

Enquanto os processos contra o Sr. Cid Campelo Filho também se arrastam nos tribunais paranaenses, e parece-me que ele já foi condenado num processo criminal, mas os civis se arrastam nos Tribunais, fui condenado a pagar duas indenizações por danos morais para ele, uma de R\$25 mil e outra de R\$30 mil. Por quê? Porque contei publicamente a história dos dois processos dele. Como ele não foi condenado ainda, o condenado fui eu. É uma situação estranha, inusitada.

Investigação de pagamento em duplicidade de obra pública. Esse caso é terrível.

A Procuradoria-Geral do Estado do Paraná pede a devolução, à época, de R\$10, 11 milhões (valores de 2003), pagos em duplicidade a uma empreiteira por serviço de duplicação, Senador Alvaro Dias, de trecho da -376 – obra que V. Ex^a começou e eu terminei –, entre Paraná e Santa Catarina. A obra foi feita nos anos 90 e, no meu Governo, inteiramente quitada.

No entanto, em 2002, a empreiteira recebe R\$10 milhões pela obra, sem qualquer justificativa. O Departamento Jurídico do Departamento de Estradas e Rodagens posicionou-se contra o pagamento por considerá-lo absolutamente indevido. Mesmo assim, o dinheiro foi liberado.

O Judiciário convenceu-se da irregularidade. No entanto, desde 2004, o processo está em fase pericial.

Denunciei o fato à sociedade paranaense, dei os nomes dos envolvidos, disse para que servira o dinheiro. Por isso, fui condenado a pagar, no total, algumas dezenas, centenas de milhares de reais de indenização por danos morais aos envolvidos, porque eles não foram ainda julgados.

Por isso, preocupa-me esse combate à corrupção da nossa Presidenta. Os fatos são levantados; o Judiciário não anda; as chicanas processuais sucedem-se, como, no caso do Paraná, há quase 10 anos, esses processos estão paralisados.

Alguns dos réus não foram sequer citados, porque se discutia se o processo seria objeto de trabalho

dos Tribunais Superiores ou dos Tribunais de Justiça do Paraná.

Estou fazendo uma representação – não é apenas esse resumo –, que peço dela a transcrição na íntegra nos Anais do Congresso, onde será ajuizada, protocolada, amanhã, no Conselho Nacional de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Senador Roberto Requião, os dois pedidos de V. Ex^a serão atendidos na forma regimental.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Mas, no entanto, de repente, vejo que, no Paraná, o meu Partido, o velho MDB de guerra, a base que me deu sustentação, passa a apoiar o atual Governo. E o Governo atual é esse, em que Cássio Taniguchi é Secretário do Planejamento, em que, por exemplo, a Copel é presidida pelo diretor de marketing do processo de privatização na época dos desvios, e a bancada do PMDB, fisiologicamente, resolve aderir ao tal governo.

Feri-me, parte-me o coração, Sr. Presidente, ter a notícia de que hoje um dos Deputados, meu amigo de longos anos, Nereu Moura, referindo-se a mim, disse que eu não posso falar sobre essa adesão que eles fazem ao governo que eu denuncio na Justiça, que cobro punições, porque eu nunca elegi um Presidente da Assembleia Legislativa do PMDB.

Meu Deus! Parece-me que esse Deputado esqueceu que o Governador não vota na Assembléia Legislativa e que eu me recusei, terminantemente, a intervir, e impondo eleições, e que os presidentes da Assembleia, que foram alguns, durante o meu Governo, eleitos por eles, Deputados.

Essa cobrança é indevida e não justifica a fisiologia do apoio àqueles cujo combate nos valeu três governos do Paraná.

Ganhamos eleições combatendo corruptos e, de repente, a bancada do velho MDB de guerra, dizem eles, por unanimidade, resolvem apoiar o governo que nós combatímos.

Eles não perceberam ainda que no último período eleitoral nós apoiamos o Osmar Dias, numa coligação com o PT e com o PDT! Não fomos bem-sucedidos, mas fomos eleitos para sermos fiscais, oposição, eu, no Senado da República, e eles, na Assembleia Legislativa do Estado.

A fisiologia de pequenos favores, nomeações, liberações de recursos, não justifica uma traição explícita, não a mim, ao povo do Paraná e aos princípios que nos garantiram por três vezes o Governo do Estado.

Então, sinto-me solitário com o coração partido, decepcionado e frustrado, mas se estou solitário não significa que abandonei a luta.

Encaminho, apesar do apoio da bancada dos Deputados Estaduais do Paraná, aos corruptos de

ontem, ao Conselho Nacional de Justiça um pedido, uma reclamação, um pedido de providências em relação a essas denúncias que, no passado, fizéramos juntos, mas que hoje, como apoiadores do governo, eles acabam considerando absolutamente, se não legais, insignificantes, e trocam pela fisiologia, talvez por alguns empregos e por alguns favores de liberação de emendas.

Que tristeza! Que tristeza me causa essa atitude da bancada peemedebista! Mas, afinal, parece que a "desideologização" e a fisiologia tomam conta da política, não só do Paraná, mas do País inteiro!

(O Sr. Presidente faz soar a campainha).

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)
– Presidente, obrigado pelo tempo que me foi concedido.

**EXCELENTESSIMO SENHOR MINISTRO PRESIDENTE DO
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Senador Requião, os requerimentos feitos por V. Exª já haviam sido requeridos, nos termos regimentais.

Com a palavra, o Senador...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)
– Eu quero entregar a cópia da representação à Mesa e ao mesmo tempo informar ao pessoal da Taquigrafia e da Secretaria da Mesa do Senado, que essa representação, na sua versão magnética, encontra-se à disposição da Mesa e da Taquigrafia em meu gabinete.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ROBERTO REQUIÃO EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, brasileiro, casado, Senador da República eleito pelo Estado Paraná, portador da cédula de identidade civil nº 258.890/ PR, inscrito no CPF/MF sob nº 056.608.909-20, residente e domiciliado na Capital Federal, vem, respeitosamente perante Vossa Excelência, apresentar

PEDIDO DE PROVIDÊNCIA

pelos motivos a seguir expostos:

I – DOS FATOS

Entre 2003 e 2010, em minha segunda e terceira gestões como governador do Paraná, dediquei boa parte de meu tempo, empenho e energia para sanear as contas públicas estaduais e a defender o erário contra toda sorte de apetites e desvios.

Ao tomar posse, encontrei o Paraná quebrado, endividado e sob a tirania de contratos elaborados de forma a prejudicar os interesses públicos. Contratos claramente, desabridamente firmados para favorecer grupos econômicos privados e seus parceiros na administração estatal.

Assim, determinei que todos os contratos assinados na gestão anterior fossem examinados, desenredados, esmiuçados. Formei uma equipe de profissionais para a tarefa. Todos os atos do governador que me antecedeu, os atos de seus

secretários e das diretorias das empresas estatais, das autarquias e fundações, passaram por um pente-fino.

As conclusões da equipe de revisores confirmaram as piores suspeitas. Havia ações que não poderiam ter sido sequer imaginadas, quanto mais praticadas.

Mesmo com um grande volume de decisões governamentais sob investigação, a equipe revisora teve seu trabalho de certa forma facilitado, porque uma boa quantidade dos contratos irregulares foi firmada no apagar das luzes da gestão anterior, isto é, nos últimos meses da administração do governador Jaime Lerner. Os últimos meses, as últimas semanas, os últimos dias, as horas derradeiras da gestão expirante foram sôfrega, afoita, impetuosa e gulosamente aproveitados para pilhar o estado. Uma desavergonhada caça ao tesouro público, às vésperas de minha posse.

O Ministério Público Estadual aderiu ao mutirão revisor e, ao verificar as irregularidades cometidas contra o erário, avocou a responsabilidade de propor ações judiciais para reaver os valores que foram afanados dos cofres públicos estaduais.

Da mesma forma, o Governo do Paraná, através da Procuradoria Geral do Estado, ajuizou medidas legais que buscam, até hoje, reaver o dinheiro roubado.

Seguindo os princípios constitucionais da legalidade, eficiência e publicidade, tornei pública as investigações e ações judiciais. E, várias vezes, chamci os ladrões pelo nome. Revelei o malfeito e o malfeitor. Isso, no entanto, rendeu-me enormes prejuízos pessoais e patrimoniais. Como os assaltantes do dinheiro público não foram ainda sentenciados, visto que as ações contra eles sofrem de estranha letargia, têm o seu andar paralisado depois dc cada doloroso passo caminhado, condenam-me porque eles não foram condenados.

O Judiciário paranaense utiliza-se da justificativa de que não há decisão condenatória contra os corruptos transitada em julgado. E, assim, pune quem dedicou todo o seu tempo no Governo a desvendar e a revelar o roubo, a identificar os ladrões. E expô-los publicamente.

Enquanto as ações judiciais contra os corruptos não andam, as ações judiciais contra mim, por chamá-los como se deve, de ladrões, correm com a rapidez do raio. Eles, de acordo com o Ministério Público, esbulharam o erário. E o fizeram com uma desfaçatez jamais vista, tal a certeza da impunidade. Assaltos à luz do dia, à vista de todos, com todas as digitais, com todas as pistas, com todas as provas, sem disfarces, sem rebuços. E eu sou condenado por gritar a nudez dos saqueadores.

Revolta-me, deprime-me e angustia-me saber que, se em um futuro distante eles poderão ser condenados e punidos, hoje triunfam, são vencedores no embate contra aquele que os denunciou.

Pior ainda: a cada nova condenação que sofro, eles provocam um grande barulho na mídia, fazendo passar à opinião pública a idéia de que a minha condenação corresponde à absolvição deles das acusações que fiz (e provei).

A opinião pública, que foi informada pelo Governo a cada passo das investigações, que ficou sabendo de cada falcatrua e seus autores, de repente era recebia a informação que fulano, beltrano e ciclano foram “absolvidos” das acusações e o governador condenado por “caluniá-los”. Por fim, senhores, o vilão era eu. É possível aceitar sem revolta, inconformismo, desânimo e descrença essa absoluta, kafkiana inversão de papéis?

Para fundamentar o pedido de providências ora apresentado, quero trazer ao conhecimento do Conselho Nacional de Justiça o objeto e a situação atual dos processos que tramitam no judiciário paranaense contra os saqueadores do dinheiro público, bem como discorrer sobre os embates judiciais em que tenho sido condenado.

AÇÕES JUDICIAIS QUE INVESTIGAM O SR. INGO HENRIQUE HUBERT (CUMULAVA AS FUNÇÕES DE SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA E PRESIDENTE DA COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA “COPEL”)

Com fundamento no Procedimento Administrativo 001-01/2003 da Promotoria Criminal de Curitiba, primeiro do gênero do ano de 2003, o Ministério Público do Estado do Paraná propôs Ação Criminal junto à 8ª Vara Criminal de Curitiba-Pr, bem como Ação por Improbidade Administrativa distribuída à 3ª Vara da Fazenda Pública sob número 24.105/0000, onde figura, dentre todos os envolvidos, o Ex-Secretário da Fazenda Estadual e Presidente da Companhia de Energia do Estado (COPEL), Sr. Ingo Henrique Hubert.

As provas colhidas e utilizadas nos processos supra mencionados, fazem menção à associação do Ex-Secretário, com outros agentes públicos e empresários, para forjar e manipular a concessão de créditos tributários indevidos e inexistentes. O desvio beira o montante de 67 milhões de reais, que foram concedidos a uma empresa em processo falimentar, e negociado por um representante que não tinha poderes para isso.

Ademais, tais créditos tributários nunca existiram, segundo preceituou o próprio judiciário em decisão transitada em julgado e anterior à negociação fraudulenta. Dessa forma, os valores nunca poderiam ter sido concedidos. Mesmo assim, a compensação foi homologada e autorizada pelo Sr. Ingo Henrique Hubert, o que fez com que, com fundamento em vasta documentação, o judiciário determinasse que seus bens ficassem indisponíveis. É válido mencionar que a formalização da concessão dos referidos créditos ocorreu em 31 de dezembro de 2002, isto é, no último dia de governo.

A história é a que conto.

No dia 23 de março de 2003, o programa “Fantástico”, da Rede Globo, divulgou cenas que poderiam ser classificadas como “flagrantes de um assalto, à boca do caixa”. A emissora reproduzia imagens captadas por câmaras de segurança de uma agência do Banco do Brasil, em Curitiba, no dia 12 de dezembro de 2002, mostrando o então mais conhecido doleiro e lavador de dinheiro sujo do país, Beto Youssef, o procurador de uma empresa falida, de nome Olvepar, e um funcionário da Companhia Paranaense de Energia, a COPEL. Eles estavam sacando 40 milhões de reais da conta da COPEL.

As imagens veiculadas pela Globo revelavam a consecução de um golpe contra os cofres da estatal. Um golpe ousado, a provar com que ousadia e sensação de impunidade assaltava-se o dinheiro público em meu estado.

No final do ano de 2002, quando eu já era o governador eleito, e ainda não empossado, do Paraná o então secretário da Fazenda e ao mesmo tempo presidente da Companhia Paranaense de Energia, Ingo Hubert perpetrhou o que jornais locais, a Folha de S. Paulo e a Rede Globo classificaram à época de “mutreta”, “negociata”, “golpe”, “fraude”.

Uma empresa falida, a Olvepar, havia requerido à Receita Estadual, órgão vinculado à Secretaria, o reconhecimento de créditos tributários, dizendo-se credora de tributos estaduais. A Receita fulminou o pedido, dizendo que, definitivamente, tais créditos não existiam. No entanto, o secretário da Fazenda, o referido senhor Hubert, desprezou o consistente parecer dos técnicos da Receita e reconheceu os créditos. E como ele era também, o presidente da Copel, determinou que a estatal comprasse os créditos que ele, como secretário da Fazenda, legitimara.

As imagens exibidas naquele domingo à noite pela Globo mostravam o doleiro Youssef, o tesoureiro da Copel e o procurador da Olvepar sacando o produto da contrafação. Em três parcelas, o trio sacou 40 milhões de reais da conta da Copel e, em uma operação clássica do seu estilo, Youssef pulverizou a quantia em contas de microempresários do Rio de Janeiro, fazendo o dinheiro evaporar-se, para depois se materializar nas mãos dos assaltantes.

O Ministério Público desvendou a fraude, abriu processos contra os envolvidos e, até agora, nada, rigorosamente nada. Estão todos soltos e processam-me por calúnia.

Ocorre que atualmente o processo se encontra inerte, sem que, sequer, audiências fossem marcadas, e por consequência, pendente de sentença. Registre-se que os autos são datados de 2003, portanto, arrastam-se na justiça há 8 anos, sem previsão para terminar.

Ainda, o Sr. Ingo Henrique Hubert também é investigado em outro processo, este corrente junto à 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Curitiba-Pr, autuado sob o número 1.052/2004, onde o Ministério Público juntou robusta documentação que demonstra sua participação em outra fraude envolvendo o dinheiro público.

Segundo restou evidenciado pelo Ministério Público, o Ex-Secretario e Presidente da COPEL, utilizou sua condição de administrador público para pagar à uma empresa de prestação de serviços de assessoria, ilegalmente, o montante de mais de 16 milhões de reais. A contratação da referida empresa, ocorreu sem licitação, e o pagamento também aconteceu na ultima quinzena do mês de dezembro do ano de 2002, portanto, nos últimos 15 dias de governo.

Esse processo também fundamentou a indisponibilidade de seus bens. Surpreendentemente, os autos ainda estão em fase de apresentação de defesa preliminar, e nem todos os envolvidos foram citados.

Qualquer pessoa que examinar os autos desse processo haverá, também, de se chocar com o atrevimento dos assaltantes. Mais uma vez agiram como que certos da impunidade, imunes à justiça, garantidos contra os braços da lei.

Em contrapartida, os autos 1.191/2006, que tramitaram perante a 9ª Vara Cível da Comarca de Curitiba-Pr, determinaram que eu pagasse ao Sr. Ingo Henrique Hubert, a título de *Danos Morais*, a quantia de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), que corrigidos chegaram ao montante de R\$ 39.250,53 (trinta e nove mil duzentos e cinqüenta reais e cinqüenta e três centavos). Considerem que o processo aqui mencionado tramitou na primeira a segunda instancias, bem como em Tribunais Superiores, até ter transito em julgado no ano de 2010, o que fez com que eu fosse obrigado a indenizar quem, com certeza, será condenado em um futuro distante por desvio de dinheiro público.

AÇÕES JUDICIAIS QUE INVESTIGAM O SR. JOSÉ CID CAMPELO FILHO (EX-SECRETÁRIO DE GOVERNO NA GESTÃO DO EX-GOVERNADOR JAIME LERNER)

Os mesmos autos que tramitam na 1^a Vara da Fazenda Pública da Comarca de Curitiba-Pr sob o número 1.52/2004, e que investiga a contratação irregular de empresa de prestação de serviços de assessoria pela COPEL, sob o comando do Sr. Ingo Henrique Hubert, também apura a participação do Sr. José Cid Campelo Filho, ex- secretário de Governo, na fraude e no consequente pagamento indevido e irregular.

Conforme denunciado pelo Ministério Público, o Sr. José Cid Campelo Filho foi determinante para iludir e manipular os integrantes do conselho da COPEL a pagar os mais de 16 milhões de reais à empresa de assessoria que “descobriu” os créditos. Um resumo dos autos está em anexo, e poderá demonstrar que a participação do Ex-Secretário de Governo foi preponderante para a efetivação do negócio ilícito.

Por serem robustos e incontestáveis os indícios de seu envolvimento, o Sr. José Cid Campelo Filho foi preso pela prática e diversos crimes, segundo entendimento do Ministério Público Estadual.

O Sr. José Cid Campelo ainda é réu na Ação Civil Pública número 424/2003, que corre na 2^a Vara da Fazenda Pública da Comarca de Curitiba - Pr. Nela, o Ministério Público Estadual apresentou indícios indiscutíveis que demonstram a associação do Ex-Secretário de Governo com a prática ilícita de jogos de azar (Bingo).

Foram juntados documentos (escutas telefônicas autorizadas pela justiça) que certificam que o Sr. José Cid Campelo Filho, era proprietário de dois estabelecimentos de Bingo. Nenhum deles em seu nome, vê-se.

Como secretário de Governo, elaborou resolução estadual liberando a prática ilícita do jogo de Bingo no Paraná, mesmo que não fosse apto a fazê-lo, por se tratar de competência federal. E, na seqüência, usufruiu de sua própria “legislação”, tornando-se proprietário de casas de jogos de azar

Quer dizer, como senhor Ingo Hubert, que liberava pagamento de um lado e na outra ponta ordenava a si mesmo que fizesse o pagamento.

Os autos tramitam desde 2003. Inicialmente, discutiu-se de quem seria a competência para processar o ex-secretário José Cid Campello Filho. Decidido que a competência é estadual, o processo está inerte, esperando que o Ministério Público Estadual de o devido prosseguimento.

Por tudo o que foi exposto acima, o Sr. José Cid Campelo Filho foi réu em ação proposta pelo Ministério Público Estadual, que tramitou na 8ª Vara Criminal de Curitiba-Pr, onde foi condenado a 2 anos e 8 meses de reclusão, conforme é possível se verificar mediante consulta elaborada ao Tribunal de Justiça do Paraná, no autos de apelação criminal de número 561498-2.

Enquanto isso, fui condenado a pagar o montante de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), a título de Indenização por *Danos Morais*, ao Sr. José Cid Campelo Filho, nos autos que tramitaram na 2ª Vara da Fazenda Pública sob o número 352/2004. O processo encontra-se em grau de Recurso de Apelação, junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Também fui condenado a pagar a quantia de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) ao Sr. José Cid Campelo Filho, nos autos 1.223/2006, que tramitaram na 5ª Vara Cível da Comarca de Curitiba-Pr. Atualmente esses autos também se encontram em grau de Recurso de Apelação junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

DA INVESTIGAÇÃO DO PAGAMENTO EM DUPLICIDADE PELA CONSTRUÇÃO DA BR 376, TRECHO CURITIBA-GARUVA

O Estado do Paraná, através da Procuradoria Geral do Estado, propôs Ação de Nulidade junto a 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Curitiba-Pr, pedindo a devolução de 10 milhões de reais (na época dos fatos, hoje seria muito mais), pagos em duplicidade à Empresa DM Construtora de Obras Ltda., pela duplicação do trecho da BR376, entre os Municípios de Curitiba e Garuva, fronteira com Santa Catarina. A duplicação fora feita em meu primeiro Governo, entre 1990 e 1994, e inteiramente quitada.

No entanto, o governo que me sucedeu (a quem em seguida vou sucedê-lo), pagou mais uma vez parte da obra já paga, conforme demonstra documentação que sustenta a ação. Agentes públicos associaram-se para pagar, pela segunda vez, a construção daquele trecho de estrada.

O judiciário convenceu-se das irregularidades e determinou que a empreiteira depositasse, em juízo, o montante que recebeu em duplicidade, o que posteriormente foi revertido.

O processo está em fase de análise pericial, mesmo tendo sido proposto em 2004. Por consequência, ainda não existe sentença que confirme as suspeitas do Estado do Paraná, mas os indícios apontam para mais uma fraude ocorrida na gestão do ex-governador Jaime Lerner, e que lesionou os cofres do Estado em mais de 10 milhões de reais.

Por saber que o pagamento realmente acontecera duas vezes, pois a primeira vez fora eu, como governador, que pagara, denunciei o fato à sociedade paranaense, declinando os nome de todos os que dele participaram.

Em virtude disso, fui condenado a pagar o montante de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), que corrigidos chegaram a R\$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais), a título de *Danos Morais* ao Sr. Eclides Girolamo Scalco (autos 80.477/2007 da 1ª Vara Cível da Comarca de Curitiba-Pr). É importante ressaltar que fui absolvido em 1ª Instância, mas o Tribunal Estadual de Justiça reverteu a decisão.

A publicitária Cila Regina Schulman, ainda no mesmo caso, intentou Ação de Indenização contra minhas denúncias. Mesmo tendo sido absolvido em primeira instância, visto que o Juiz daquela Vara Cível entendeu que em momento algum citei a litigante como participante do referido esquema de pagamento em dobro, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná reformou a sentença e impôs condenação de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), nos autos 1.431/2004, que tramitaram na 16ª Vara Cível da Comarca de Curitiba-Pr. O processo encontra-se em fase de Recurso Especial, proposto junto ao Superior Tribunal de Justiça, mas é notório que a reversão da decisão será pouco provável, visto que aquele Egrégio Superior Tribunal não conhece de matéria fática.

Não obstante, é importante mencionar que, mesmo tendo sido o responsável por elaborar e assinar o parecer que autorizou o pagamento em dobro daquela obra, o Sr. José Richa Filho, à época Engenheiro Chefe do DER e agora Secretário de Estado de uma super Secretaria criada por seu irmão e Governador do Estado do Paraná, Beto Richa, também propôs Ação de Indenização na Justiça Estadual contra minhas denúncias (1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Curitiba-Pr, autos 471/2007).

É certo que, se a Ação de Nulidade, onde figuram como autor o Estado do Paraná e réu a DM Construtora de Obras Ltda, não for julgada rapidamente, os fatos que são incontestáveis, restarão ainda pendentes de comprovação, e isso poderá dar oportunidade a mais uma condenação.

Trocando em miúdos, esse caso.

Segundo me contou o empreiteiro da obra, confidência que depois ele nega ao depor, para preencher um buraco na contabilidade do candidato do governo nas eleições estaduais de 2002 (vencida por mim), a DM foi “convocada” a cobrar de novo pela obra e, recebendo o dinheiro, repassá-lo ao comando da campanha. Mesmo com o parecer contrário dos advogados do DER, o então diretor do departamento, senhor José Richa Filho libera o pagamento. O empreiteiro garante que não viu a cor do dinheiro. Foi direto para pagar dívidas de campanha do candidato oficial.

DA ATUAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Ciente do dever constitucional que este Egrégio Órgão Colegiado tem em inspecionar o Poder Judiciário, e apresentar as sugestões e recomendações que achar pertinentes quanto à necessidade de que os processos, ora apresentados, tenham o trâmite acelerado, é que venho requerer sua intervenção.

Têm-se como algumas das competências do Conselho Nacional de Justiça:

- “- zelar pela autonomia do Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, expedindo atos normativos e recomendações;*
- definir o planejamento estratégico, os planos de metas e os programas de avaliação institucional do Poder Judiciário;*
- receber reclamações contra membros ou órgãos do Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados;*
- julgar processos disciplinares, assegurada ampla defesa, podendo determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas;*
- elaborar e publicar semestralmente relatório estatístico sobre movimentação processual e outros indicadores pertinentes à atividade jurisdicional em todo o país.”¹*

Nesta toada, indica o art. 103-B, § 4º, da Constituição Federal:

“Art. 103-B. (...)

§ 4º. Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura:

I – zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;”

Assim, tem-se que qualquer falha ou omissão do Poder Judiciário deve ser levada ao conhecimento do Conselho Nacional de Justiça, para que tome as medidas que entender necessárias a fim de restaurar e manutenção da ordem jurídica.

¹ Extraído da página <http://www.direito2.com.br/tjpe/2006/ago/16/veja-as-atribuicoes-do-conselho-nacional-de-justica>, em 07 de jul. 2011.

DA MOROSIDADE INJUSTIFICADA

O art. 5º, inciso LXXVIII, da Constituição Federal de 1988, incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, ensina:

“(...)

a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

(...)"

Não obstante, também determina a Lei Orgânica da Magistratura Nacional que é dever de todo magistrado:

“LEI COMPLEMENTAR N° 35, DE 14 DE MARÇO DE 1979 Art. 35 - São deveres do magistrado:

(...)

II - não exceder injustificadamente os prazos para sentenciar ou despachar;

III - determinar as providências necessárias para que os atos processuais se realizem nos prazos legais

(...)"

Com efeito, é direito de todos os paranaenses que os processos que tramitam no judiciário estadual e que têm o condão de investigar e/ou punir os ladrões do dinheiro público, tenham duração nos termos da legislação processual em vigor. Ademais, que o excesso injustificado de prazo, representa infração disciplinar cometida pelos magistrados responsáveis por eles.

Dessa forma, cumpre a esta Corregedoria Nacional de Justiça, ao analisar tudo que ora foi exposto, fazer cumprir a Lei e a Constituição Federal, e recomendar que o trâmite moroso dos processos que visam à punição por prática de improbidade sejam acelerados e concluídos.

DO PEDIDO

Deste modo, requer que este Colegiado tome as medidas que entender cabíveis, ou até, submeta à corregedoria deste Órgão os Magistrados que se mostrarem omissos e negligentes.

Ainda, se acharem pertinente, sejam tomadas as providências prevista em lei para o caso.

Acompanham o presente Pedido de Representação, os resumos dos processos que aqui foram mencionados e que estão com excesso injustificado de prazo de conclusão.

Brasília, 01 de agosto de 2011.

ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
SENADOR DA REPÚBLICA

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – V. Ex^a será atendido, nos termos regimentais. O pedido de V. Ex^a já foi deferido.

Com a palavra, o Senador Alvaro Dias, pela Liderança do PSDB, pelo prazo regimental de 20 minutos.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, não é o que eu desejo, mas é meu temor: o Congresso Nacional pode ser atropelado pela opinião pública brasileira se se mantiver nessa postura passiva diante dos escândalos de corrupção. Alguém pode afirmar: nós não estamos passivos diante da corrupção. Todos os dias vamos à tribuna, apoiamos a Presidente Dilma... Ora, Sr. Presidente e Srs. Senadores, isso é passividade. É contribuir para que se encene uma propalada faxina que não vem ocorrendo.

É evidente que um governo não pode impedir que o Congresso Nacional cumpra o seu dever e exerçite uma de suas prerrogativas essenciais, que é a de fiscalizar o Executivo, investigando quando denúncias ocorrem para subsidiar o Ministério Público, a Polícia Federal, propondo transparência e publicidade dos atos para que a população possa acompanhar, conhecer, ver o mal à luz, a fim de que efetivamente seja combatido e, se possível, denunciado. E o instrumento adequado para o cumprimento dessa missão é a Comissão Parlamentar de Inquérito. Não temos outro.

Nós imaginamos que alguns Senadores estejam bem-intencionados quando afirmam estar cumprindo o seu dever ao apoiar a Presidente Dilma, que realiza uma faxina. Sem ironizar: esse rastelo não está banguela? Porque, na verdade, o que se verifica é uma faxina seletiva. A varredura pode alcançar determinados segmentos do Governo que foram atropelados pela pressão através da imprensa e da opinião pública. O que se verifica, na realidade, é que alguma coisa está acontecendo, mas a Presidente da República está sendo atropelada pelos fatos. A iniciativa não foi dela. Nenhuma das ações desenvolvidas teve origem nos órgãos de fiscalização e controle do Governo. Não foram eles que revelaram as irregularidades. E a indagação: mas não caberia a eles revelar, em primeira instância, à Presidência da República? O que ocorreu, de fato, foi que denúncias antigas e novas passaram a ganhar a divulgação que se exige e produzir o impacto que se verifica. E, diante do impacto, alguns sucumbem.

Começamos por Palocci: em que momento a Presidente da República o condenou? Em que momento ele foi advertido pela Presidente? Desde o primeiro momento ela fez sua defesa, manifestou confiança no comportamento dele. Ele foi demitido por ela ou pediu demissão? Ele pediu demissão porque não suportou a pressão que se exerceu sobre ele, sequer encontran-

do condições de comparecer ao Senado para prestar esclarecimentos. E o Ministério Público do Distrito Federal instaurou os procedimentos para investigação, e o Ministério Público de São Paulo, da mesma forma, anunciou a instauração dos procedimentos para investigação. O Ministro sucumbiu. E foi aplaudido ao deixar a Casa Civil da Presidência da República. Não foi enxotado pelo Governo. Foi aplaudido pelo Governo, foi homenageado pela Presidente quando deixou seu cargo.

Para economizar, vamos a alguns fatos: Ministério do Turismo. A Presidenta foi surpreendida com a ação da Polícia Federal. Revelou inconformismo pelo fato de não ter tido conhecimento de uma operação desenvolvida pela Polícia Federal que demonstrou sua autonomia como instituição importante para o País. A Polícia Federal invadiu o Ministério do Turismo e prendeu aqueles que foram identificados como responsáveis por desvios de milhões de reais. O que ocorreu? A Presidente mostrou sua irritação diante do fato de ter a Polícia Federal usado algemas nas prisões. A indignação em relação à utilização das algemas substitui aquela que deveria existir em razão da corrupção praticada.

Chegamos ao Ministério da Agricultura. Desde o primeiro momento a Presidente manifestou seu apoio ao Ministro e o defendeu. Proclamou a lisura com que se comportava na administração de um Ministério tão importante para um País agrícola como o nosso. Em nenhum momento pediu que se afastasse para que as investigações pudessem ocorrer sem o constrangimento da presença do acusado. Essa é uma prática que deve ser adotada por governos sérios, quando há uma denúncia de gravidade, que ganha repercussão, que provoca grande impacto na opinião pública. A preliminar é o afastamento do envolvido para que a investigação ocorra de forma eficaz, sem os obstáculos naturais propostos pelo acusado no comando da gestão que desenvolve.

E o que ocorreu com a demissão do Ministro Wagner Rossi? Quem o demitiu de fato? Foi um servidor público, humilde, morador de Samambaia, na periferia de Brasília, que, com ousadia, dispôs-se a prestar depoimento ao Ministério Público e à Polícia Federal, revelando as irregularidades existentes no Ministério da Agricultura. Foi a gota d'água. O Ministro declarou que deixava a função para atender o apelo da sua família. Não foi apelo da Presidente. Ao contrário, a Presidente, consumado o fato, apareceu em defesa do Ministro, elogiando-o, aplaudindo-o e afirmando que não se concedeu a ele o direito da presunção da inocência. Ora, Sr. Presidente, essa é a faxina que proclamam existir?

Nesse final de semana alguns Ministros foram alcançados por denúncias graves. No Ministério das Cidades existiria um **bunker** para pagamento de propinas a Parlamentares, ou seja, o Mensalão sobrevivendo, o grande Mensalão, denunciado em 2005, produzindo filiais, que devem ser rigorosamente combatidas.

Esses fatos justificam, com sobras, a instalação da CPI da Corrupção no Congresso Nacional, sob pena de estarmos nos submetendo à corrupção existente, tornando-nos parceiros dela, coniventes e cúmplices.

A encenação não serve. A encenação não satisfaz mais. A indignação que campeia evidentemente na parte decente do Brasil, entre as pessoas de bem, que, com lucidez, apreendem a existência da corrupção como produtor de tantas mazelas econômicas e sociais no nosso País, essa indignação não se satisfaz com meras palavras da tribuna do Senado ou da Câmara dos Deputados. É preciso ir além. É preciso agir.

Que não se diga que CPI não chega a lugar algum, porque não é verdade. Perguntem a alguém que já se sentou no banco dos réus em uma comissão parlamentar de inquérito o que ocorreu com a vida dela. É por si só uma punição severa. É evidente: há sempre risco de alguma injustiça. Mas é preciso correr o risco de alguma injustiça para não se praticar a injustiça maior com a sociedade brasileira de fechar os olhos diante da corrupção aberta e instalada em praticamente todas as áreas da Administração Federal.

Neste final de semana aviões apareceram no noticiário, Mensalão voltou a ser notícia, tráfico de influência. A questão do uso do avião não é o problema. O problema é a consequência. A consequência revela que, nos ares do Brasil, existe mais do que aviões de carreira, porque esses aviões que sobrevoam o País transportando Ministros produzem a multiplicação de contratos de empresas empreiteiras com o Governo; empreiteira que celebra contrato em torno de R\$20 milhões antes dos voos, que passa a ter contratos que superam R\$600 milhões depois desses sobrevoos nos céus do Brasil. Que mágica é essa? Que poder possuem esses pequenos aviões?

Vejam lá: o Contorno Norte de Maringá disputa a medalha de ouro do superfaturamento. Disse ao Ministro Paulo Passos que, mesmo que tivessem construindo um viaduto de mármore, não gastariam o que estão gastando no Contorno Norte de Maringá, Senador Ataídes, que tem 17 quilômetros.

Quando fui Governador, nosso governo construiu o Contorno Sul. Se fôssemos comparar valores, meu Deus do céu! Enfim, como é possível gastar mais de R\$300 milhões com 17 quilômetros? Onde fica o respeito? Isso é escárnio! Como pode o cidadão comum não falar em roubo? Aquele que levanta cedo, trabalha

duro, ganha pouco e paga impostos vai ficar feliz vendendo um viaduto da sua cidade ou um contorno da sua cidade sendo executado por um valor megalomaníaco como esse? Para onde vai esse dinheiro? A sobra do que se gasta na obra, para onde foi? Para onde vai? É por isso que a CPI é importante.

É óbvio que temos que colocar essas questões. Quem produziu essa mazela? Quem arquitetou esse plano de corrupção? Quem deu voz de comando? Quem operou? Quem se beneficiou? Quantos foram os bilhões desviados? Como faremos para resarcir os cofres públicos desses prejuízos? É obrigação, sim, do Congresso Nacional? Perdoem-me os oradores que precisam usar todo o seu talento para justificar um apoio a uma faxina que não é real, que não é completa, que é insuficiente, que não atende às expectativas da população brasileira.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, não há nenhum prazer numa manifestação como esta. Vamos continuar ouvindo ministros, convidando ministros, mas isso não basta. Vamos continuar insistindo com a instalação da CPI da corrupção no Congresso Nacional. Esse é o nosso dever. Somos minoria, minoria numericamente insignificante e não temos o número suficiente para instalar uma CPI. Não geramos falsa expectativa. Dependemos de governistas para concretizar esse objetivo, mas não vamos abandonar nossa missão. Vamos prosseguir. Vamos manter à disposição de Senadores e de Deputados do Governo o requerimento que propõe a CPI da Corrupção, porque não queremos ser atropelados aqui pela opinião pública brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Com a palavra o Senador Rodrigo Rollemberg, pelo prazo regimental.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Parlamentares, assumo a tribuna neste final de tarde, início de noite de segunda-feira, para registrar e comentar algumas iniciativas da Comissão de Meio Ambiente, que tenho a honra de presidir, especialmente neste primeiro momento, relativas à apreciação das modificações no Código Florestal. Retomamos, em conjunto com as Comissões de Agricultura e de Ciência e Tecnologia, o debate já iniciado no semestre passado e reiniciamos ouvindo, mais uma vez, o relator do projeto na Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebelo.

Mas teremos, esta semana, dois grandes momentos, Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, quando, novamente, num esforço conjunto das três Comissões, teremos oportunidade, na quarta-feira, pela manhã, de ouvir os ex-Ministros do Meio Ambiente e, na quinta-fei-

ra, alguns ex-Ministros da Agricultura. Devem participar da nossa reunião de quarta-feira a ex-Ministra Marina Silva – que foi candidata a Presidente da República e obteve o reconhecimento de uma parcela significativa da população brasileira muito em função da sua luta em defesa do meio ambiente, do desenvolvimento sustentável, de uma nova cultura no que se refere ao trato com as questões ambientais – e também deveremos ter os ex-Ministros José Carlos Carvalho, Carlos Minc e Rubens Ricúpero. São Ministros com visões diferentes e que – todos eles, em governos diferentes – deram a sua contribuição à questão ambiental no Brasil. E, sem dúvida alguma, com a experiência adquirida à frente desses Ministérios – receberemos também, quero registrar, o ex-Ministro Sarney Filho –, deram a sua contribuição ao desenvolvimento de políticas de meio ambiente.

E, é claro, em seguida, cada um nas suas atividades profissionais, alguns nos mandatos legislativos, enriqueceram ainda mais a sua experiência, a sua vivência, a sua visão e certamente poderão contribuir bastante com o debate.

É importante ressaltar, do ponto de vista dos Ministros do Meio Ambiente, que nós estamos referindo-nos aqui a uma série de Ministros que foram vitoriosos. Acho que o Brasil avançou nessa questão ambiental ao conseguir, ao longo dos últimos anos, aperfeiçoar o marco legal em defesa do meio ambiente. Temos uma legislação ambiental reconhecidamente avançada, e o Brasil vem conseguindo, nos últimos anos, reduzir o desmatamento da Amazônia de forma significativa. Embora estejamos preocupados com a possível reversão dessa tendência – que esperamos seja provisória –, que o Brasil possa continuar mantendo a tendência de redução do desmatamento.

E teremos também, na quinta-feira, a oportunidade de receber ex-Ministros da Agricultura, como os ex-Ministros Alysson Paulinelli, Reinholt Stephanies, Francisco Sérgio Turra, Pratini de Moraes, José Eduardo Andrade Vieira, pessoas que também deram sua contribuição ao desenvolvimento da agricultura e da pecuária no nosso País, hoje em atividades legislativas, em atividades públicas ou em atividades privadas, que enriqueceram a sua experiência e têm uma grande contribuição a dar ao debate.

Podemos dizer que, nos últimos anos, o Brasil foi um país vitorioso. Como grande produtor de alimentos, vemos crescer a nossa produção de alimentos de forma significativa nos últimos anos. Segundo dados da Embrapa, essa empresa pública que nos enche de orgulho e de admiração, nos últimos 30 anos, o Brasil ampliou a sua área plantada em 45,8% e aumentou a sua produção em 268%.

Eu diria que tenho um sonho, tenho um grande desejo e certa convicção de que seremos capazes, nesse debate do Código Florestal, de conjugar os interesses dos produtores rurais com os interesses dos ambientalistas. Se tivermos a competência para conjugar esses interesses, conseguindo superar alguns falsos dilemas, nós estaremos defendendo os interesses do conjunto da população brasileira, não mais do segmento A ou B.

Queremos continuar e aprofundar esse debate, ouvindo juristas com experiência na área ambiental, ouvindo, mais uma vez, aqui no Senado, a ciência, por meio das suas instituições – a Academia Brasileira de Ciências, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência –, registrando que, na Comissão de Meio Ambiente, já fizemos duas audiências públicas com representantes dessas instituições. E não pode ser diferente. A partir de um dado como este de que, nos últimos 30 anos, para o aumento da área plantada de 45,8%, houve o aumento da produção de 268%, nós temos que, além de homenagear e reverenciar a ciência, buscar nela os instrumentos para produzir um Código Florestal que possa superar esse falso dilema, essa falsa oposição entre interesses de produtores rurais e interesses ambientalistas, para construir efetivamente uma legislação boa para o Brasil, que permita que o País se consolide e se fortifique como uma grande potência na produção de alimentos, na produção de agroenergia, mas sem abrir mão de ser também uma grande potência ambiental.

E quero aqui reiterar uma preocupação, que já tive a oportunidade de registrar em debates nas audiências públicas conjuntas que temos realizado, de que estamos diante de um grande desafio, que é o de criar instrumentos econômicos que valorizem e incentivem a preservação. Porque eu não tenho dúvidas de que, com a mobilização popular que este tema propiciou, com o aperfeiçoamento dos instrumentos de comando e controle, com os instrumentos propiciados pelas imagens de satélite que controlam o desmatamento em tempo real, nós caminhamos, nos próximos anos, para conter ou pelo menos para reduzir drasticamente o desmatamento ilegal.

Mas quero chamar a atenção das senhoras e dos senhores para o fato de que – eu tenho esta preocupação – o que me preocupa, nos próximos anos, é a possibilidade, Senador Eduardo Braga, de crescimento do desmatamento legal em nosso País. Porque, pessoalmente, considero que as áreas protegidas por lei, através de reservas legais, no cerrado brasileiro, por exemplo, de 20% é pouco. Pode ser pouco para um bioma que contém uma das maiores biodiversidades do Planeta. Estima-se, Senador Vital do Rêgo, que temos

em torno ou mais de doze mil espécies de plantas no cerrado, das quais 4.400 são endêmicas, são plantas que só existem no cerrado.

E chamo a atenção para este período que estamos vivendo no cerrado, um período de longa estiagem. Vamos ter quase seis meses sem chuvas, com a umidade do ar beirando 10%, com mudanças de temperatura muito grandes, variações de temperatura muito grandes. Temos dias muito quentes e noites muito frias. No entanto, temos 4.400 plantas que só existem aqui e que se adaptaram, ao longo de milhares e milhares de anos, ao clima e às condições desta região. E pode estar, Senador Eduardo Braga, nos genes dessas plantas a possibilidade de, no futuro, termos o milho, a soja, o arroz e o feijão adaptados a esta região e, portanto, mais produtivos, através dos investimentos em biotecnologia, em transgenia, enfim, através dos diversos instrumentos que a ciência propicia.

Então, eu me preocupo, se tivermos, como estamos tendo neste momento, a continuidade da elevação dos preços das **commodities** no mercado internacional, se tivermos a ampliação do mercado consumidor no mundo, com o crescimento da China, com a inclusão social de bilhões de chineses, com um aumento muito grande da procura por alimentos, que isso leve à ocupação de grandes áreas de cerrado, permitidas legalmente, o que deixaria o cerrado com pouco mais de 20% de suas reservas legais, além das áreas protegidas por outras formas de legislação.

Portanto, estamos diante desse desafio. Acredito que os relatores devem se debruçar sobre a proposta do Senador Eduardo Braga, do Redd+, do Redd Plus, de valorizar, de quantificar o desmatamento evitado, a recuperação das nossas florestas. Isso tem de se transformar num ativo ambiental.

Também é muito importante que o Governo, através de suas políticas públicas de financiamento da produção, valorize aquelas atividades de baixo impacto ambiental, como o plantio direto e a integração lavoura-pecuária-floresta, que são reconhecidamente atividades poupadoras do meio ambiente e que, portanto, devem receber financiamentos com juros menores do que aquelas atividades tradicionais que ainda provocam impactos ambientais grandes.

Também defendo que o Governo defina políticas de...

O Sr. Eduardo Braga (Bloco/PMDB – AM) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB — DF) – Com muita alegria, Senador Eduardo Braga.

O Sr. Eduardo Braga (Bloco/PMDB – AM) – Senador Rollemburg, V. Ex^a, como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, num

momento em que se avizinha o prazo para inicio efetivo da tramitação nas comissões de mérito na questão do Código Florestal, vem à tribuna, no dia de hoje, trazer um tema oportuno, importante, com a tranquilidade e maturidade necessárias para debatermos algumas questões nevrálgicas com relação ao Código Florestal. V. Ex^a aborda a questão da reserva legal como uma dessas questões que são centrais. Inclusive V. Ex^a estabelece a questão da umidade relativa do ar e a preocupação com a estabilidade do clima, fundamentais para que o Brasil continuar a ser um país cujo fundamento econômico está baseado na agricultura, no agronegócio e, portanto, no uso da terra. Uma das razões que faz com que o Brasil tenha tanto sucesso na agricultura, Senador Rollemburg, como V. Ex^a bem disse, é exatamente a questão do clima e a questão da água, do ritmo hidrológico. V. Ex^a ainda há pouco mencionava a questão do cerrado e a questão da umidade relativa do ar no cerrado, que está, neste momento, em torno de 10% a 12%, e que isso deverá perdurar por alguns meses. Imagine V. Ex^a que, na semana retrasada, na capital do Estado do Amazonas, a umidade relativa do ar teve quedas históricas jamais registradas desde que a umidade relativa vem sendo medida. Chegou-se ao ponto de, equivocadamente, manchetes nos meios de comunicação anunciarem, Senador Walter Pinheiro, que Manaus estava com 18% de umidade relativa do ar. Na realidade, o que houve foi uma queda de mais de 48% dos índices de umidade relativa do ar, o que fez com que a temperatura crescesse de forma assustadora na cidade. A cidade, que convive no verão com uma temperatura de 35 graus, 36 graus, chegou a registrar temperaturas superiores a 40 graus. Ora, associada à preocupação de V. Ex^a com relação ao cerrado, impõe-se, obviamente, uma preocupação adicional quando se percebe que, no coração da Amazônia, a estiagem e a queda da umidade relativa do ar assustam os moradores e assustam, portanto, o equilíbrio do clima e do ritmo hidrológico brasileiro. E V. Ex^a aborda com absoluta precisão a questão dos incentivos econômicos para que a reserva legal deixe de ser discutida como um ônus, um problema e um peso a ser carregado única e exclusivamente pelo proprietário da terra. Há aqueles que justificam essa questão alegando “uso social da terra”. Ora, se é o uso social da terra, é importante reconhecer que tem que haver um compartilhamento da responsabilidade do uso social da terra com quem? Com o Estado, no **lato sensu** da palavra. Portanto, o ônus da reserva legal não pode ser do proprietário da terra. Tem que ser, portanto, compartilhado. Eu faço esse aparte apenas para louvar a iniciativa de V. Ex^a, registrar e pontuar a importância do questionamento dos incentivos econô-

micos e financeiros para reserva legal e, mais do que isso: dizer que os serviços ambientais precisam também estar contemplados dentro do Código Florestal. Eu creio que, tanto na Comissão de Meio Ambiente, como na Comissão de Ciência e Tecnologia, como na Comissão de Agricultura do Senado, nós viveremos um momento histórico e oportuno com relação a esse tema. E a nossa grande oportunidade, Senador Rollemburg, é de que possamos chegar à Rio+20 com o Brasil sendo líder, vanguardista da construção de um mercado nacional que possa equilibrar o clima, equilibrar o ritmo hidrológico, preservar a floresta em pé e estabelecer a fronteira da nova economia da biodiversidade, que tenho certeza será extremamente importante para as futuras gerações do nosso Brasil.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga. Quero lembrar – e V. Ex^a traz uma contribuição da maior importância ao fazer este debate sobre o clima à revisão do Código Florestal – o quanto é importante a preservação da floresta amazônica para regulação do clima no resto do País.

Eu tive a oportunidade, ainda como Deputado, de assistir a algumas apresentações do pesquisador Eduardo Assad, da Embrapa...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) –...que mostrava, Sr. Presidente – peço um pouco de tolerância –, os efeitos de um aumento de temperatura média, um grau, dois graus, no mapa agrícola do Brasil.

E, se a floresta amazônica tem um importante componente em garantir água, chuva para a agricultura em todas as regiões do Brasil, eu quero registrar, Senador Eduardo Braga, que o cerrado é o bioma que faz a integração entre todos os demais biomas brasileiros: tem uma interface com a caatinga; tem uma interface com o pantanal; tem uma interface com a mata atlântica e tem uma interface com a floresta amazônica.

E nós temos que lembrar, na discussão do Código Florestal, a questão da preservação de um bem maior e que, felizmente, o nosso País ainda dispõe com abundância, que são as nossas águas. E, ao falar de cerrado, quero chamar a atenção de que 70% das águas da bacia do Paraná, da bacia do Tocantins, da bacia do São Francisco, nascem na região do cerrado. Daí a importância estratégica de preservação desse bioma.

Mas eu quero aqui, ao registrar e convidar os Senadores para esse conjunto de audiências públicas – na quarta, com os ex-Ministros do Meio Ambiente; na quinta, com os ex-Ministros da Agricultura –, reafirmar mais uma vez a minha convicção de que o Senado

estará à altura das suas responsabilidades, dos seus enormes desafios, e saberá apresentar à população brasileira uma legislação avançada, uma legislação moderna, uma legislação que dê tranquilidade e segurança jurídica aos nossos produtores rurais, mas que tenha os olhos voltados para o futuro e que possa também permitir que as futuras gerações, os nossos filhos, os nossos netos e os nossos bisnetos, enfim, possam dispor de uma qualidade de vida melhor do que a nossa e, com a contribuição da ciência, possam utilizar toda a riqueza oferecida pela biodiversidade brasileira de forma sustentável.

Agradeço, Sr. Presidente, a tolerância de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Concedo a palavra ao Senador Wilson Santiago pela Liderança do PMDB. Depois, falará o nosso Senador Vital do Rêgo.

Estou prorrogando a sessão pelo tempo necessário.

Com a palavra, o Senador Wilson Santiago pelo tempo regimental.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB.

Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador José Pimentel, Senador Eduardo Braga, Senador Walter Pinheiro, Senador Geovani Borges, Senador Vital do Rêgo, Senador Eduardo Suplicy, demais Senadores e Senadoras presentes, profissionais da imprensa, tenho defendido, ao longo desses meses, a atenção que o Governo Federal tem dado à micro e à pequena empresa e, especialmente, ao microempreendedor.

Essa atenção do Governo de fato tem contribuído para que a micro e a pequena empresa continuem com um grande número de empregados, a cada dia aumentando seus quadros e, com isso, criando também novas empresas, Senador Pimentel, com o mesmo objetivo.

Tudo isso nos dá atenção de que o caminho que o Governo tem tomado, no que se refere ao fortalecimento do setor produtivo, é uma alegria, é uma prosperidade; que, de fato, ao longo dos anos futuros, nós tenhamos condições de ampliar, cada vez mais, o número de empregados e de contribuir com aquilo que incomoda a grande maioria da população brasileira, especificamente os jovens, que é o tão sonhado emprego e, para os mais jovens, o tão sonhado primeiro emprego. Essa atenção tem sido dada pelo Governo por meio dos bancos oficiais, Senador Vital do Rêgo, e também pelo apoio técnico do próprio Sebrae. A orientação técnica do Sebrae e de órgãos de apoio e orientação do Governo têm contribuído para que, a cada dia, o aproveitamento dessa mão de obra, a amplitude dessas ações sejam, cada vez mais, dentro daquilo que todos nós almejamos, precisamos e esperamos.

Recentemente, o Governo lançou o Pronatec, um grandioso programa de aperfeiçoamento de mão de obra, de qualificação profissional, de gerenciamento e controle de tudo aquilo que se refere ao futuro do Brasil, no campo da oportunidade de emprego, qualificando as pessoas para que, de fato, elas tenham condições de adquirir seu emprego, já que as demandas, as dificuldades e a falta de qualificação profissional têm aumentado a cada ano o número de pretendentes ao emprego, além da necessidade de se qualificar essa quantidade de jovens, de cidadãos que precisam de qualificação.

Esta semana, conforme informações oficiais de alguns meios de comunicação, nós tomaremos conhecimento do ambicioso programa que o Governo vai lançar, que é o Programa do Microcrédito, exatamente para o micro e pequeno empreendedor, para aqueles que sofrem com as exigências dos bancos, que sofrem com a falta de crédito, que sofrem, enfim, com a falta de oportunidade de tratamento dado pelos próprios bancos.

Tenho certeza de que este programa irá contribuir muito, não só para enfrentarmos a crise tão anunciada e não desejada por todos nós, como também para termos condições e traçarmos um rumo no que se refere ao combate a esta crise, sem dificultar e, além de tudo, prejudicar a nossa economia brasileira.

E o Governo anuncia – conforme as informações que se tem, e tenho certeza de que a Presidenta Dilma irá direcionar neste rumo – o que nós chamamos, Srs. Senadores, de fundo garantidor, que dará ao pequeno empresário, seja individual ou não, as condições para ter acesso às instituições financeiras, retirando a exigência do chamado e exigido avalista, retirando, além disso, a obrigação de ter que se dar seu imóvel, ter que dar garantia real para se ter acesso aos créditos.

Esse é um passo fundamental, Senador Suplicy, Senador Vital do Rêgo, demais Senadores, no qual todos nós que acompanhamos, ao longo desses anos, as dificuldades por que passa o pequeno empresário em todos os setores, sabemos dessas dificuldades, das lutas, do trabalho dia e noite que eles têm para manter suas respectivas famílias, aliás, não só de suas famílias, mas também das dos funcionários, mesmo quando a empresa tenha poucos funcionários, a fim de manterem a empresa ativa, de manterem sua pequena empresa em plena ascensão ou, pelo menos, estabilizada, garantindo o emprego, a renda e as condições de vida de suas respectivas famílias.

Quando o Governo anuncia ou gera antecipadamente essa perspectiva – que eu tenho certeza que a Presidenta irá anunciar até o final deste mês ou, no máximo, nos primeiros dias de setembro – para o

grandioso programa de incentivo, de apoio, de retirada de exigências, de simplicidade no financiamento, na ampliação do crédito e nas melhores condições para esses pequenos empresários, eu tenho certeza de que dará um passo fundamental no setor produtivo deste País e também na própria economia brasileira, contribuindo com um grandioso número de pequenos empresários, mantendo-os preparados para enfrentar todas as dificuldades que, porventura, surjam e, com isso, contribuir na manutenção do equilíbrio da própria economia brasileira.

Então eu quero, antecipadamente, Senador Eduardo Braga – V. Ex^a que, insistentemente, não só tem dado apoio ao pequeno empreendedor, não só tem contribuído para que todas essas linhas de crédito e toda essa atenção do Governo estejam voltadas, de fato, para o setor produtivo, além de tantos outros setores que já foram contemplados... Mas tenho certeza de que essa decisão da Presidenta será bem acolhida, será de fato bem recepcionada por todos aqueles que querem o melhor para o Brasil, que querem o melhor para a população brasileira.

O Governo já anunciou, e está em andamento, Senador Geovani, grandiosos e importantes programas para a vida do povo brasileiro. O Pronatec, como citei anteriormente, eu avalio, e tenho certeza de que todos entendem e reconhecem da mesma forma, como um dos maiores programas já lançados pelo Governo Federal, que já está totalmente integralizado a todos os setores, a todos os programas, de acordo com a orientação do Governo, com a finalidade de alcançar o seu objetivo.

O Programa Minha Casa Minha Vida, grandioso programa que, com certeza, terá, sim, o seu objetivo final, que é a construção de dois milhões de moradias até o final de 2014. Com isso, dará uma contribuição muito grande, Senador Vital, para diminuirmos o déficit habitacional que é de seis milhões de moradias. Contudo, quando se incluem a zona rural, a periferia e o interior desse Brasil afora, chegamos a um déficit em torno de dez a onze milhões de moradias. Então esse é o déficit habitacional do Governo, da população brasileira; essa é a necessidade da população brasileira com a casa própria.

O Brasil Sem Miséria, Senador Geovani, é um grandioso Programa, repito. Mas chamo a atenção de V. Ex^a para discutirmos esse Programa, anunciado posteriormente pela Presidência nesta Casa – especialmente nós, representantes do Nordeste, como também V. Ex^a, Senador Geovani, representante do Norte deste País, que são, de fato, as regiões mais prejudicadas, com mais de 16 milhões de brasileiros; e dessa fatia,

desse total, 59% estão no Nordeste e outra parte no Norte, região que V. Ex^a representa.

O Sr. Geovani Borges (Bloco/PMDB – AP) – Solicito um aparte a V. Ex^a.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB) – Darei o aparte a V. Ex^a.

Quando V. Ex^a testemunha e reconhece também esse trabalho da Presidenta de fazer com que esses mais de 16 milhões de brasileiros passem a ter direito também à cidadania, passem a participar, com a inclusão, em outras classes sociais, usufruindo daquilo que representa o patrimônio nacional, que são as ações do próprio Governo, nós nos sentimos felizes, porque sabemos que grande parte dessa população será beneficiada, e a maioria dela é do Nordeste, do semi-árido brasileiro, é da nossa região, é também do Norte do País. E, de fato, serão as regiões mais contempladas no que se refere aos cidadãos beneficiados.

A interiorização da educação – e já cederei um aparte a V. Ex^a –, a interiorização do ensino público, da universidade pública, os institutos tecnológicos espalhados pelo Brasil afora, anunciados na última semana: serão 208, além de quatro universidades públicas, de novas universidades públicas, sendo duas delas para o Estado do Senador Walter Pinheiro, graças ao trabalho de S. Ex^a e dos demais companheiros daquele Estado, e com o reconhecimento do Ministério da Educação e do próprio Governo.

Então, com esse conjunto de ações, de decisões governamentais, de programas e benefícios que a população receberá, Senador Geovani, com certeza nós teremos condições não só de reconhecer, mas também de testemunhar que a Presidenta Dilma está no caminho certo; ela está com uma agenda positiva para o país, ela está procurando fazer com que a população brasileira, cada vez mais, ratifique a sua confiança nela. Porque a Presidenta e sua equipe, especificamente voltada para esses programas, para essas ações, conjuntamente com os ministérios, darão a todos os brasileiros a reafirmação dos propósitos, dos compromissos e de tudo aquilo que, de fato, o povo espera de um governo comprometido com o bem-estar de todos.

Concedo a V. Ex^a, Senador Geovani, um aparte.

O Sr. Geovani Borges (Bloco/PMDB – AP) – Senador Wilson Santiago, primeiramente, eu quero me congratular com V. Ex^a pelo pronunciamento no qual chama a atenção do país para os programas que estão sendo implantados pelo Governo Federal. Mas um, principalmente, me chamou a atenção: o ProUni, pela importância desse programa que prevê bolsas para que os brasileiros tenham a oportunidade de estudar, de aperfeiçoar seus conhecimentos no exterior. Senador Wilson Santiago, eu quero dizer a V. Ex^a que

não só na área da educação como na área da saúde, o Governo tem adotado medidas sociais das mais elogiadas possíveis. E é com grande *performance* que V. Ex^a, da tribuna, com muita altivez, com muita segurança, com muita serenidade, faz o seu pronunciamento para o país e, principalmente, ao povo paraibano... Eu quero aqui dar o meu testemunho da sua atuação nesta Casa. Parabenizo e me congratulo com V. Ex^a pelo pronunciamento com que brinda esta Casa, nesta noite.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB) – Obrigado, Senador Geovani.

Agradeço muito a V. Ex^a e tenho certeza de que as suas palavras não só irão fortalecer como, também, fazer com que todos os brasileiros, especificamente os do Estado de V. Ex^a, cada vez mais, reconheçam os compromissos que tem com o seu Estado. E nós, também, tudo faremos não só para corresponder à expectativa da população, mas para retribuir com ações parlamentares aquilo que representa os interesses da grande maioria da população brasileira.

V. Ex^a quando falou no ProUni me lembrou de uma grandiosa ação que veio do ProUni, também ligada à área estudantil, aos jovens, que foi o Fies, o financiamento para os estudantes – um grandioso programa que não só beneficiou muitos alunos pobres deste país, como também atendeu à demanda e continua atendendo. E, a cada dia, o Governo coloca à disposição desses estudantes brasileiros uma quantidade maior de vagas para que eles tenham condições de estudar, de concluir seus cursos superiores, para eles exercerem suas profissões quando arrumarem emprego, Senador Walter Pinheiro, a fim de poderem pagar o financiamento com juros baixíssimos, como já ocorreu e, muitos deles, renegociados, dispensados – de algumas taxas, de multas. Enfim, é uma ajuda para que o estudante não só tenha a oportunidade, como também tenha a tranquilidade, a solidariedade do Governo no que se refere à quitação, ao pagamento e à retribuição daquilo que interessa à finalidade dos programas.

Concedo a V. Ex^a um aparte, Senador Vital do Rêgo.

O Sr. Vital do Rêgo (Bloco/PMDB – PB) – Peço um aparte para constar apenas, Senador Wilson Santiago, em solidariedade ao testemunho que V. Ex^a traz hoje à tribuna do Senado, o que diz respeito aos diversos dos muitos e variados programas sociais do Governo da Presidente Dilma. E dizer que o retrato deste novo Brasil, que V. Ex^a tão bem proclama, neste momento, de recuperação social, de diminuição das desigualdades, é fundamental no norte das ações da nossa Presidente. Quando atingimos graus de recuperação econômica das classes menos abastecidas, como resultado atual das ações de Governo, fica claro

que o caminho foi seguro, certo, que muito haverá de mudar a face deste Brasil. Meus parabéns e minhas congratulações a V. Ex^a.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB)

– Agradeço, Senador Vital do Rêgo, o aparte de V. Ex^a. Tenho certeza de que V. Ex^a, como eu e todos aqueles que pensam no melhor para o Brasil, pensa e age da mesma forma, reconhecendo o trabalho do Governo Federal neste sentido: de melhorar a qualidade de vida da população, procurando encontrar os meios e os caminhos para amenizar dificuldades da população, para construir sonhos e transformá-los em realidade, além de fazer tudo aquilo que o próprio Governo sinaliza e que a própria população espera de um Governo comprometido com todos.

Por último, Sr. Presidente, tenho certeza de que a Presidenta Dilma, ao anunciar esse grandioso programa nos próximos dias... E nós só queremos fazer um apelo ao Governo, Senador Geovani Borges, para que, de fato, prestigie cada vez mais o semi-árido brasileiro, o Nordeste, a região sofrida do Nordeste, pois é exatamente naquela região, Senador Geovani, onde se concentra a grande maioria daqueles 59% dos mais de 16 milhões de pessoas que estão abaixo da linha de pobreza. O Nordeste e o semiárido, especificamente o semiárido.

Temos no Nordeste um crescimento formidável, especificamente nos grandes centros urbanos, nas grandes cidades, nas capitais, nas grandes capitais.

Nós precisamos permitir que o homem do interior permaneça no interior para realizar e construir aquilo que ele aprendeu ao longo dos anos e por isso precisa sim da contribuição do Governo.

O apelo que faço, para encerrar, é que para o futuro programa que a Presidenta Dilma irá lançar, com certeza antes do início de setembro, ela priorize essas ações do semiárido, beneficiando com certeza 22 milhões de habitantes naquela região, que acreditam naquela região, que apostam no futuro daquela região. E com isso nós teremos condições, se Deus quiser, num espaço de tempo o mais rápido possível, não só de recuperarmos o tempo perdido, como também de corrermos e alcançarmos as demais regiões que estão muito à frente, os demais Estados ricos que estão muito à frente, Senador Walter Pinheiro. Com essas ações, tenho certeza, faremos a nossa parte e o Governo, com certeza, fará muito mais no sentido de atender essas necessidades.

Sr. Presidente, quero daqui parabenizar a Presidenta Dilma pelas ações e pelas decisões corajosas, pelo empenho em continuar fazendo com que o Brasil vá para frente, priorizando essas regiões mais pobres do país, quando dará condições para erradicar a mi-

séria e, com isso, melhorar a vida de grande parte da população brasileira.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente, pela tolerância. Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Wilson Santiago, o Sr. José Pimentel deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Aníbal Diniz.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Wilson Santiago.

Concedo a palavra, agora, ao Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB)

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Talvez o Senador Humberto Costa não tivesse feito um discurso tão preciso, em nome da Liderança do Governo, como o Senador Wilson Santiago agora o fez. Parabenizo V. Ex^a. Estava comentando agora com os Senadores Walter Pinheiro e Wellington Dias o brilhante pronunciamento de V. Ex^a.

Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, trago dois assuntos de interesse do meu Estado; um, principalmente, da minha região, a Região Nordeste.

Cumprimento os 45 anos da Universidade Estadual da Paraíba na pessoa de sua reitora. Hoje, nossa universidade completa uma idade que marca, sem dúvida alguma, o crescimento do ensino superior na Paraíba. A vocação regional está presente na UEPB desde sua origem.

A instituição foi criada em 15 de março de 1966 com o nome de Universidade Regional do Nordeste. A inspiração acadêmica era da nossa recém-criada Universidade de Brasília (UnB), com uma proposta de revolucionar o ensino superior no Brasil.

A inserção regional, Sr. Presidente, é uma característica indissociável da instituição, presente em sua concepção e criação e mantida ao longo de toda a evolução. A Universidade Regional do Nordeste surgiu, por assim dizer, organicamente. Criada, por meio de lei municipal, recebeu a chancela do Conselho Estadual de Educação em 1973, mas só em 1987 ocorre a estadualização da instituição, que passa a se chamar Universidade Estadual da Paraíba, ganhando, assim, a força necessária para sua consolidação e expansão.

Na condição de ex-aluno da UEPB, na condição de ex-Professor da UEPB, na condição de filho de reitor da Universidade Regional do Nordeste, eu, que acompanhei a verdadeira saga que foi a reitoria, a luta diária da reitoria do professor Vital do Rêgo à frente daquela universidade, hoje me sinto muito feliz de poder falar, Senador Aníbal, dessa universidade, que, naquela ocasião, tinha 11 mil alunos, e, hoje, temos

uma instituição com mais de 20 mil alunos distribuídos em 45 cursos diferentes.

A Universidade Estadual da Paraíba, que os paraibanos simplesmente chamam de Universidade da Paraíba, está presente em todas as regiões, do litoral ao sertão. São oito campi abrigando os cursos em Campina Grande, Lagoa Seca, Guarabira, Catolé do Rocha, João Pessoa, Monteiro, Patos e Araruna. Além das diversas atividades acadêmicas de ensino e pesquisa, a universidade multiplica seus efeitos pela comunidade por meio de duas escolas agrotécnicas, um laboratório de análises clínicas, um centro de especialidades odontológicas, que é referência nacional, e um museu de arte, além de um núcleo de educação à distância, um centro de pesquisa e extensão em alimentos e quatro clínicas de saúde que, juntas, realizam mais de oito mil atendimentos mensais e totalmente gratuitos.

Por isso, quero fazer, na pessoa da Reitora Professora Marlene Alves Sousa Luna, minha saudação à Universidade Estadual da Paraíba, que é, como dizia Vital do Rêgo, **in memorian**, “a maior esperança e o maior patrimônio do nosso Estado”.

Sr. Presidente, um outro assunto que me traz à tribuna, em nome da nossa região, não apenas do agricultor paraibano, mas...

O Sr. Wilson Santiago (Bloco/PMDB – PB) – Senador Vital, V. Ex^a me concede um aparte, já que V. Ex^a...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Vou mudar de tema.

O Sr. Wilson Santiago (Bloco/PMDB – PB) – ...antes de mudar de tema?

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Com a pena de mudar de tema, já inscrevo V. Ex^a para o primeiro tema, não deixando de subscrever a indicação de V. Ex^a também para o segundo tema.

O Sr. Wilson Santiago (Bloco/PMDB – PB) – Perfeitamente. O que quero, na verdade, é parabenizar V. Ex^a. Também fui aluno da Universidade Regional do Nordeste, próximo ao período em que seu pai, o saudoso Vital do Rêgo, dirigiu aquela instituição. Quero parabenizar V. Ex^a não só por reconhecer a importância daquela universidade para Campina Grande e para o Nordeste, especificamente para a Paraíba, mas por tudo aquilo para o qual ela contribuiu, os passos que deu, no sentido de fortalecer a educação. Hoje, a universidade pública que temos é graças à Universidade Regional do Nordeste, que foi o embrião, que foi a base maior, e todos aqueles que por lá passaram – além do seu pai, tantos outros – contribuíram muito com os reitores, professores para que, de fato, aquela universidade não só realizasse seu objetivo, mas também sua história reconhece tudo aquilo que fez e que

contribuiu para o setor educacional. Parabéns a V. Ex^a e parabéns a todos!

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Senador Wilson, falar da UEPB, falar da Universidade Regional do Nordeste, falar da Fundação Furne faz com que V. Ex^a se envolva num tema que é próprio das suas origens como estudante de Direito daquela universidade, na condição em que fui também. Mas V. Ex^a trouxe o nome de Vital do Rêgo por força da sua vinculação à reitoria da Furne à época. Vital iniciou um processo de estadualização.

E, na esteira de nomes importantes que marcaram época na universidade, eu gostaria de retratar a figura de Edvaldo de Souza do Ó, a figura de Williams Arruda, nomes importantes no embrião dessa universidade; a figura também do Governador Tarcisio de Miranda Burity, homem que estadualizou a universidade, que deu a ela esse caráter não apenas de Campina Grande, mas de extensão a todo o território paraibano. Quero registrar, sem nenhum tipo de julgamento político, a presença importante do Governador Cássio Cunha Lima, à época, que deu autonomia financeira à Universidade Regional da Paraíba, Universidade Estadual da Paraíba.

São nomes que marcaram todo o trajeto dessa universidade, que, hoje, consolida-se como Universidade da Paraíba, que tem uma dimensão extraordinária no atendimento de toda a região.

Agradeço a V. Ex^a, que me fez lembrar, por um dever de justiça, desses nomes que marcaram época na nossa universidade.

Recentemente, Sr. Presidente, estive reunido com o Ministro da Integração Fernando Bezerra para discutir a necessidade de destinação de recursos orçamentários para a recuperação dos perímetros irrigados de interesse social. No encontro, o Ministro, para meu júbilo, informou que a Secretaria Nacional de Irrigação está fazendo um levantamento sobre as necessidades de todos os perímetros irrigados da Região Nordeste. Esse levantamento inclui as condições dos atuais perímetros, observada a questão estrutural e hidrológica, a disponibilidade hídrica e fundiária e as necessidades de recuperação da infraestrutura de irrigação.

Fiquei satisfeito com a receptividade que tive de S. Ex^a o Sr. Ministro da Integração Nacional e espero que, em breve, tenhamos essa liberação de recursos para dinamizar os perímetros irrigados do Nordeste.

Isso é absolutamente necessário. Os perímetros foram criados pelo Governo Federal, a partir da década de 1970, dentro do Programa Nacional de Irrigação, como uma alternativa para amenizar as secas que, frequentemente, provocam perdas nas produções

agrícolas da região semiárida do Nordeste, gerando os já conhecidos fenômenos da fome, da miséria e do êxodo rural.

Neste sentido, a Paraíba foi contemplada com três perímetros irrigados: Engenheiro Arcosverde, no Município de Condado, no sertão paraibano; São Gonçalo, próximo à cidade de Sousa, no vale do rio Piranhas; e Sumé, na parte central do Estado, na área denominada Sertão dos Currais Velhos. Existem ainda cinco perímetros irrigados no Rio Grande do Norte; quatro, em Pernambuco; quatorze, no Ceará; três, na Bahia; e três, no Piauí, do Senador Wellington Dias, que conhece muito bem.

Desde a época em que eu era Deputado Federal, venho lutando para que sejam destinados recursos a esses perímetros irrigados de interesse social. No ano passado, por exemplo, consegui que o Ministério da Integração Nacional incluísse R\$16 milhões no PAC, para a execução de projetos de revitalização dos perímetros irrigados de Sumé e de Engenheiro Arcosverde.

Da mesma forma, como Senador, tenho lutado para que os perímetros irrigados sejam incluídos também no PAC 2, porque entendo que esse é um setor importante da economia, principalmente na Região Nordeste, que vem sendo preterida pela formulação de políticas públicas do Governo. Muitos deles estão atrasados ou mesmo abandonados.

Os problemas mais frequentes, Sr. Presidente, em muitos desses perímetros são a precária infraestrutura, a baixa produção e, em muitas áreas, a pobreza, que ronda os lares dos pequenos povoados.

Não sei, Senador Wellington, se, no Piauí o quadro é parecido com o da Paraíba. Visitei alguns desses perímetros. Desde a década de 1970, como afirmei agora há pouco, da sua criação até hoje, não houve uma ação eficaz por parte do Governo Federal. A luta que tivemos para incluir parte desses perímetros nas ações do PAC 1 se reveste agora de importância fundamental.

O apelo que faço é para que a Secretaria Nacional de Irrigação conclua rapidamente o levantamento desses 30 perímetros da Região Nordeste, que chamamos de interesse social, para que possamos, ainda no Orçamento deste ano, incluir ações, vinculando-os às obras do PAC, um projeto que esqueceu de olhar esses perímetros como prioridade, para uma gestão que vai desde a agricultura irrigada, desde a agricultura familiar até níveis empresariais importantes.

Não sei se o Piauí precisa, porque também há três perímetros, segundo informação que tive ao formular esse pequeno pronunciamento, se o Piauí tem também essas carências que a Paraíba tem, na presença do DNOCS, na presença do Governo Federal,

na formulação de políticas públicas para oferecer a esse pequeno agricultor tecnologia, investimento, capacidade de escoamento de sua produção.

Enfim, ouço V. Ex^a com a atenção de quem conhece melhor do que ninguém o Estado do Piauí, para saber da necessidade de fortalecer os perímetros irrigados de interesse social.

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – Quero parabenizar V. Ex^a, Senador Vital do Rêgo, que conhece tão bem o Nordeste e que tem dado grande contribuição ao Brasil, inclusive nesse debate na Comissão de Desenvolvimento Regional, especialmente na Comissão de Desenvolvimento do Nordeste. Aliás, vamos estar no Ceará, na próxima segunda-feira, com a nossa representação do Ceará, com o Governador Cid, enfim, tratando de temas como esse. A água será um dos temas defendidos lá pelo Senador José Pimentel, Senador Inácio Arruda e por outros aqui. Quero só lhe dizer o seguinte: a Presidente Dilma tem autorizado o Ministério da Integração, o Ministro Fernando Bezerra, a organizar uma estrutura nessa área de irrigação. O Ministério já deve ter implementado uma secretaria nacional na área de irrigação. Lá, temos, além disso, necessidade de mudança no DNOCS, ou seja, o modelo que há no DNOCS é muito burocrático. É preciso haver uma mudança profunda. Há um grupo também, eu sei, tratando disso. Ou seja, o que V. Ex^a coloca é algo fundamental para o Brasil, porque atende a áreas onde já foram feitos investimentos. Já há investimentos feitos. Um pouco mais que se colocar ali dá resultado. No meu Estado, quero lhe dizer, temos três experiências. Uma dela é pequeninha, o Projeto Jenipapo, em São João do Piauí, onde a gente produz uva, enfim, muitas frutas. Aliás, hoje, tivemos uma reunião em Teresina em que tratamos do Festival da Uva, nessa região de São João do Piauí. Outro é o Projeto Tabuleiro Litorâneo, que agora tivemos apresentando junto com o Platô de Guadalupe, em São Paulo, no evento Piauí Sampa, Piauí e São Paulo, em rodadas de negócios, com grandes perspectivas. No norte, acerola, coco, enfim, um conjunto de frutas, goiaba; e, mais ao sul, o destaque é a banana. Há outras produções: melão etc.. Então, acho que, a exemplo do que já temos em Petrolina, em Juazeiro, em várias regiões, a Paraíba e outras regiões como outros perímetros... Temos pelo menos mais três: Morro dos Cavalos e vários outros que V. Ex^a lembra; Luzilândia, em Lagoa do Piauí; o Vale do Gurguéia, para citar outro aqui, onde podemos fazer investimentos e colocar em produção. Ganha o Brasil e, com certeza, desenvolve-se a região e geram-se empregos nesses Estados. Parabéns a V. Ex^a pelo tema que traz hoje para esta Casa. Vamos pautá-lo na

Comissão de Desenvolvimento Regional. Estou junto com V. Ex^a nessa luta.

O SR. VITAL DO RÉGO (Bloco/PMDB – PB) –

Esse é o apelo final que eu ia fazer a V. Ex^a, que tão bem preside a nossa subcomissão de interesses específicos da Região Nordeste, nós que estamos viajando pelas capitais, pelas cidades importantes da Região Nordeste. Já estivemos em Campina Grande, já estivemos em Teresina, vamos estar agora em Fortaleza, pelo apoio do Congresso Nacional a essa iniciativa da Presidente Dilma, que acompanhei de perto, com o Sr. Ministro da Integração Nacional, conversando com o Secretário Nacional de Irrigação. Esses trinta perímetros serão viabilizados com tecnologia, com investimentos em infraestrutura, que são tão importantes para a multiplicação e para o escoamento dessa produção. Estive vendo números que são muito pequenos, são subdimensionados em relação às nossas potencialidades.

Espero que este primeiro de uma série de pronunciamentos que vou fazer sobre os perímetros irrigados de interesse da Região Nordeste e de interesse social possa servir de alerta para que o Governo saiba que o Congresso Nacional está atento, que o Senado da República está atento e que vai motivar esse debate por todos os Estados. A Bahia tem perímetro irrigado de interesse social, o Rio Grande do Norte também tem, enfim, temos que levar este assunto porque são milhares, são 16 mil famílias em determinadas áreas do meu Estado que estão hoje sem ter nenhum tipo de alento, completamente esquecidos, Sr. Presidente Wellington Dias.

Por isso que trago este assunto hoje, para convocar a Comissão de Desenvolvimento Regional, a Subcomissão de interesses do Nordeste para se aprofundar em Estados que têm hoje essa infraestrutura mínima, que precisa de um pouco de investimento. Com pouca coisa far-se-á muito.

Tenho absoluta convicção de que o exemplo que trago da Paraíba, que tem três perímetros, o de São Gonçalo, que é hoje o que produz, talvez, o melhor coco do Brasil, que, lamentavelmente, está num processo de profunda estagnação econômica. Tem o perímetro de Sumé, de Engenheiro Arcoverde,

Enfim, são crises que a gente olha e diz: como a gente poderia resolver com tão pouco recurso?

O Sr. Walter Pinheiro (Bloco/PT – BA) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador?

O SR. VITAL DO RÉGO (Bloco/PMDB – PB) – Ouço V. Ex^a, meu querido Senador Walter Pinheiro.

O Sr. Walter Pinheiro (Bloco/PT – BA) – Senador Vital do Rêgo, eu queria dizer que V. Ex^a traz um debate de extrema importância. A Subcomissão a que V.

Ex^a se referiu, presidida pelo Senador Wellington Dias, deve, inclusive, ir à Bahia agora, no mês de setembro...

O SR. VITAL DO RÉGO (Bloco/PMDB – PB) – É verdade.

O Sr. Walter Pinheiro (Bloco/PT – BA) – ...já percorreu outros Estados, mas esse debate é fundamental para que, inclusive, ajustemos uma ação do que é o papel nesse aspecto da Codevasf, qual o papel do Dnocs e como é que a gente resolve esse grave problema. Na Bahia, eu poderia citar aqui uma dezena de perímetros de irrigação em relação aos quais temos problemas sérios, gravíssimos. Alguns projetos, inclusive, que foram de uma escala, Senador Wellington, assim elevadíssima, e nos debatemos com o problema, inclusive, de conclusão desses projetos. Projetos que deveriam ser, inclusive, modulares, permitindo, dessa forma, que, fase a fase, isso fosse sendo ativado. E há um outro problema grave que V. Ex^a levanta aí...

(Interrupção do som.)

O Sr. Walter Pinheiro (Bloco/PT – BA) – ...de infraestrutura, associado ao processo de comercialização. Então, temos diversos produtos de qualidade. Por isso, é importante que façamos essa cruzada. E, aqui, ouvimos do nosso Presidente da Comissão que trata disso empenho e disposição. E eu diria até mais do que isto: o conhecimento que o Senador Wellington tem dessa experiência...

O SR. VITAL DO RÉGO (Bloco/PMDB – PB) – É verdade.

O Sr. Walter Pinheiro (Bloco/PT – BA) – ...por ter sido Governador de Estado. Vem de um Estado onde essa experiência também, apesar de enfrentar o problema, é exitosa. Então, é importante que tratemos disso, como se diz na gíria do sertanejo, pegando pela unha, para que tenhamos oportunidade de resolver a questão. Porque, a essa hora, milhares, eu poderia até dizer milhões de agricultores, no Brasil inteiro, que trabalham na área de irrigação, principalmente, eu diria agora, milhares de famílias no Nordeste aguardam de nossa parte uma posição, para que não só se viabilize isso como efetivamente se viabilize a economia local desses Municípios espalhados pelo Nordeste.

O SR. VITAL DO RÉGO (Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

E, para concluir, Sr. Presidente, até porque o pronunciamento que faço, vou dividi-lo em duas partes, em razão da solidariedade que devo ter para com outros três oradores, colegas meus, que estão aqui, de forma paciente, esperando os seus respectivos horários. Eu não poderia usar ou abusar do tempo, excedendo-me em um direito que a Mesa oferece nas sessões não

deliberativas. Em cumprimento a um dever de solidariedade, não vou mais me alongar.

Concluo este pronunciamento, que ainda fala de todos os perímetros do País; fala do Rio Grande do Norte, fala do Ceará, fala de...

(*Interrupção do som.*)

O SR. VITAL DO RÉGO (Bloco/PMDB – PB) – ...

Goiás, fala de Cristalina.

É um dado só, Sr. Presidente. (*Fora do microfone.*) Um dado só: dos mais de 60 milhões de hectares cultivados no País, apenas 4,5 milhões, Senador Walter Pinheiro, são irrigados, o que equivale a cerca de 7% de toda a área plantada e a pouco mais de 15% dos 29 milhões de hectares de terras consideradas irrigáveis.

Com esse testemunho, Senador Walter, tenho a perfeita convicção de que um homem com a sua experiência, com o seu dinamismo e com sua liderança será muito útil na discussão dos perímetros da Bahia e dos perímetros da Região Nordeste.

Agradeço a V. Ex^a a paciência e a solidariedade da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC)

– O Senador Vital do Rêgo está duplamente de parabéns: primeiro, pela qualidade do seu pronunciamento e, segundo, pela solidariedade com os oradores na fila.

Concedo a palavra ao Senador Wellington Dias, que ocupa a tribuna em nome da Liderança do Partido dos Trabalhadores.

V. Ex^a dispõe do tempo regimental para fazer seu pronunciamento.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, serei breve aqui.

Eu queria agradecer ao nosso Líder, Humberto Costa, por esta possibilidade de, primeiramente, fazer dois registros importantes. Um deles é o da realização do Festival de Violeiros, um dos maiores eventos do Planeta, um evento dos cantadores do Nordeste, realizado na cidade de Teresina. Já chegamos a contar com a presença de cantadores de praticamente todos os Estados do Nordeste, de vários Estados fora da região Nordeste e ainda de outros países. São cerca de três mil cantadores populares, violeiros, na Praça da Bandeira, na Praça Marechal Deodoro. Sempre destaco o trabalho do pai do nosso Senador João Vicente Claudino, o Sr. João Claudino, que, apoiado pelo grupo Armazém Paraíba, iniciou esse trabalho, hoje um dos eventos mais importantes da cultura popular do nosso Estado. Em nome da Associação dos Violeiros, quero aqui estender meu abraço a todos esses repentistas e poetas de todo o Brasil.

Também quero dizer aqui de um evento que realizamos e que contou com a presença do Conselho das Entidades Sociais, em Teresina, onde tratamos especificamente com a Deputada Rejane; com o Secretário Estadual para a Inclusão da Pessoa com Deficiência, Helder Jacobina; com os Conselhos e com o Ministério Público de um conjunto de projetos, de ideias, de propostas, para aperfeiçoar o nosso sistema nessa área da pessoa com deficiência. Parte vai ser encaminhada pelo Governo Wilson Martins; parte, pela Assembleia Legislativa; e outra parte, pelo Congresso Nacional e pelo Governo da Presidente Dilma Rousseff.

Tivemos ainda uma reunião importante com o Sindicato da Construção Civil, com a Caixa Econômica Federal e com os ceramistas, em que tratamos sobre os programas, principalmente o programa Minha Casa, Minha Vida.

Mas, Sr. Presidente, o que me traz hoje aqui é um tema que eu tinha anunciado, na semana passada, que trataria com maior detalhe: a educação nesse modelo tecnológico.

Há poucos dias, no Senado Federal, tivemos o privilégio de, na Comissão de Educação, assistir a uma apresentação sobre uma experiência vivenciada pelo Município de José de Freitas, no Piauí, onde todas as escolas, municipais e estaduais, receberam investimento nessa área da tecnologia. Nessas escolas, cada aluno, Senador Walter Pinheiro, tem um notebook. Há ali uma sala para inclusão digital. Os alunos aprender a ler, desde a alfabetização, com equipamentos, demonstrando a força do interesse da juventude pelos equipamentos eletrônicos. Acho que qualquer um aqui que tenha filho ou filha ou que conviva com alguma criança sabe do interesse que as crianças têm pelo celular, pelo computador, por essas coisas que vão se popularizando. Ali há lousa digital, um conjunto de equipamentos. O que há de especial nisso? Um Município que tinha um dos mais baixos indicadores nessa área da educação fez a diferença, com o uso da tecnologia, ganhando aproximadamente seis anos das metas ali estabelecidas em apenas dois anos de funcionamento dessa modalidade. Agora, alcançamos a média estadual, com muitas escolas se destacando nessa área.

Por que cito isso? Porque tive a felicidade de, no último sábado, com o Governador Wilson Martins; com o Secretário da Educação, o Deputado Federal Átila Lira; com o Prefeito Dezinho; com os Vereadores; com o Professor Gildásio; com toda a equipe da Universidade Federal, ali representando o Professor Júnior; com os estudantes, com os familiares e com as equipes de tutores, na cidade de Elesbão Veloso, comemorar a formatura de 37 alunos pelo modelo da

Universidade Aberta do Brasil. Na verdade, esse é um modelo em que o Piauí foi pioneiro.

Ainda quando o Presidente Lula assumiu, eu sempre tive uma paixão por essa área da tecnologia. Eu dizia lá, como disse na Comissão de Educação, que trago sempre na memória – e são boas memórias – minha mãe estudando, fazendo seu ginásio, como chamávamos, um curso a distância, fazendo o Projeto Minerva, um projeto em que, pelo rádio e por apostilas, era possível alcançar não só o ensino fundamental, mas também o ensino técnico. Ela fez um curso de Auxiliar de Enfermagem, o que lhe garantiu condições de trabalho, de emprego e de renda. Ali, nasceu nela o desejo de que seus filhos não tivessem menos do que o ensino médio. E, graças a Deus, todos nós alcançamos a condição de chegar à universidade!

A educação, portanto, é um investimento feito de uma vez só: se mudou uma geração, mudaram as gerações seguintes. Foi a partir dessa experiência que, no Governo do Presidente Lula – vejo que, agora, dá continuidade a isso a Presidente Dilma –, quando ainda Tarso Genro era o Ministro – depois, veio Fernando Haddad, com sua equipe –, fizemos uma primeira parceria. Havia muito preconceito contra esse modelo de ensino, mesmo nesse misto de ensino a distância e de ensino presencial. Fizemos uma parceria com o Banco do Brasil. Piauí e Pará realizaram um convênio, com quinhentas vagas patrocinadas pelo Banco do Brasil. Destaco aqui os Presidentes de então, Lima Neto e Rossano Maranhão; o Diretor de então, Luiz Oswaldo, que hoje está no Ministério da Pesca; e outros membros da equipe.

O fato é que houve a formatura, no ano passado, das primeiras turmas no Brasil no modelo que deu origem à Universidade Aberta. Tínhamos experiência com a Universidade do Rio de Janeiro e com a Universidade de Santa Catarina, mas destaco que essa foi acompanhada diretamente pelo MEC, o que resultou no êxito dessa grande rede de ensino tecnológico, nesse misto de ensino a distância e de ensino presencial. Foram 212 alunos que se formaram em Administração em oito Municípios no Estado do Piauí.

Ainda como Governador, trabalhei com o Secretário Antonio José Medeiros e com o Prof. Marcílio, que dirigia a área de ensino profissionalizante, junto com a Universidade Estadual do Piauí e com a Universidade Federal do Piauí, e foi possível implantar uma rede. Essa rede, hoje, tem 44 polos em todo o Estado, mais de cinco mil alunos fazendo cursos como Administração, Assistência Social, Matemática, Química, Biologia, Turismo, Ciências Contábeis, nas mais distantes cidades do Estado. Agora, vejo também serem inaugurados os núcleos. Em cada cidade polo, normalmente,

há uma rede de ensino presencial, com a Universidade Federal, com o instituto federal, no ensino superior e na pós-graduação. Aliás, pessoas que terminaram, por exemplo, o curso de Pedagogia em Elesbão Veloso – lembro-me bem do Pastor Carlos, uma pessoa que confessava que podia estudar por que aquela escola havia chegado àquela região – podiam fazer, depois do ensino superior, uma pós-graduação. Ele faz uma pós-graduação na área de Políticas Públicas.

Então, nesse modelo, há aproximadamente 47 cidades com ensino presencial, com ensino superior e com ensino técnico, pelo Estado ou pelo Governo Federal. Em cada polo desse, em cada região como essa, há quatro, cinco ou seis núcleos, e são milhares de pessoas que estão estudando em cidades pequenas, como Alegrete, onde agora houve a formatura de 70 jovens; Floriano; Gilbués; Buriti dos Lopes. São cidades com 4 mil, 5 mil, 6 mil habitantes, podendo ter ensino superior. Vê-se ali o orgulho das famílias recebendo um diploma da Universidade Federal, uma das mais bem avaliadas do Brasil – é a décima primeira mais bem avaliada no Brasil.

Então, Sr. Presidente, já concluindo, quero dizer da minha alegria de podermos comemorar esse feito. O Brasil inteiro conhecia o meu Estado, o Estado do Piauí, como um dos mais atrasados do Brasil, mas já não o somos. Podemos dizer que o Piauí já não é mais o Estado mais pobre do Brasil, medido pelo Índice do Desenvolvimento Humano. Por quê? Porque avançamos na expectativa de vida, avançamos na renda e avançamos na área da educação.

Quero ainda que todos compreendam a importância da educação para as mudanças que ali estamos fazendo.

Estive no Acre recentemente e fiquei feliz em ver lá o Governador Tião Viana, Senador Aníbal, também trabalhando a expansão do ensino técnico e do ensino superior, com a mesma meta de fazer chegar esse ensino a todos os Municípios. Esta é a nossa meta: que todos os Municípios do nosso Estado tenham o ciclo completo da educação. Que, lá de Cristalândia, de Sebastião Barros, de Cajueiro da Praia, de qualquer região, alguém possa fazer a alfabetização, o ensino fundamental, o ensino médio, o ensino técnico e, agora, o Pronatec, lançado pela Presidente Dilma. Que todos possam cursar o ensino superior e a pós-graduação. Então, essa é uma revolução que, no médio e no longo prazo, dará grande efeito.

O resultado está aí. O meu Estado, onde havia 400 mil pessoas com ensino médio, dobrou esse número, porque se está chegando a um milhão de pessoas com ensino médio completo. E, hoje, há um número cada

vez maior de doutores, de mestres e de especialistas nas mais diferentes áreas.

Quero aqui parabenizar todos que fazem a Universidade Aberta do Brasil.

Quero parabenizar a Presidente Dilma, pela forma corajosa com que atua. Agora, eu a vi lançando um programa em que abre espaço de bolsa para brasileiros e brasileiras que não têm condições de estudar no exterior. Essa é uma vitória do povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Wellington Dias.

Concedo a palavra ao Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, quero, nesta noite de hoje, dizer da importância desses programas, principalmente os voltados à expansão da oferta dos serviços na área de saúde, que vêm sendo empreendidos ao longo destes quatro anos e, agora, em seu quinto ano, pelo Governo Jaques Wagner, na Bahia.

É importante salientar que, nesses primeiros quatro anos de Governo, contabilizamos a construção de quatro, digo, cinco hospitais. Aliás, um dos hospitais – por isso cheguei a falar em quatro –, na realidade, durante 20 anos enfrentamos um processo de luta para consolidá-lo como Hospital Regional, localizado na cidade de Santo Antônio de Jesus.

Mas, Sr. Presidente, hoje, o Governador teve a oportunidade de visitar uma experiência, na cidade de Barretos, inclusive com a presença da cantora baiana Ivete Sangalo, para a inauguração de uma ala que, inclusive, em homenagem à cantora, chama-se Ivete Sangalo, já que aquela Unidade Hospitalar, em Barretos, tem o reconhecimento do apoio e da toda luta empreendida em campanha conduzida pela cantora Ivete Sangalo. Aquela é uma experiência reconhecida no mundo inteiro como exitosa, como marca importante no combate ao câncer, portanto, no tratamento, no acompanhamento, na busca, cada vez mais, para salvar vidas.

A experiência empreendida na cidade de Barretos, na área de oncologia, meu caro Senador Wellington Dias, é muito importante, por isso estamos querendo levar parte dela para expandirmos esse serviço na Bahia.

Na Bahia, nós, que temos uma luta, ao longo dos anos, empreendida pelo Aristides Maltez – hospital que leva o nome de uma das figuras mais importantes para a história da Bahia – que, ali, tem sustentado um trabalho árduo – a família do Aristides Maltez –, ao mesmo tempo em que também precisamos fazer com que o interior da Bahia possa receber, cada vez mais, equipamentos que tratem dessa que é uma das

doenças que têm causado, ainda, no meio da nossa sociedade, diversas baixas e que têm nos assustado a cada dia.

Então, essa visita de hoje foi muito importante para que o Governador pudesse dar sequência àquilo que ele, inclusive durante a campanha, anunciou: a ideia de expandir as unidades de tratamento em oncologia na Bahia. E a ideia inicial inclusive é levar uma unidade para a cidade de Juazeiro, que é também a cidade da cantora Ivete Sangalo, mas, uma das investidas que temos feito há muito tempo é o aproveitamento de uma unidade, na cidade de Lauro de Freitas, de um hospital que está montado e que, lamentavelmente, por problemas de gestão, diria até de gestão econômica, o hospital, que era um hospital com base na Unimed, fechou. E, desde então, temos empreendido uma luta enorme para que essa unidade de Lauro de Freitas não seja transformada em outro tipo de instalação que não um hospital.

O hospital está completo – são mais de 160 leitos, sendo que 19 leitos de UTI –, os equipamentos são novos, todos os leitos bem equipados, temos tomógrafos, enfim, uma quantidade imensa de equipamentos, aliás, nesse mesmo hospital chegou a funcionar uma unidade oncológica.

E, desde o primeiro momento em que fui acionado, fiz questão de cobrar do Governo do Estado que nós pudéssemos, ali, cumprir uma de nossas plataformas de campanha na área da saúde, entregando equipamentos com capacidade de atendimento na área de oncologia. Ontem, inclusive, o Governador conversava comigo sobre a necessidade de ajustar diversos fatores, e me comunicou que ele estaria, hoje, visitando as experiências da cidade de Barretos e, portanto, assumindo o compromisso de expandir essa rede de atendimento na Bahia.

Já conversei com a Prefeita da cidade de Lauro de Freitas, Moema Gramacho, tenho conversado com o Secretário da Saúde Jorge Solla, tenho movimentado a classe médica na Bahia, o meu amigo Dr. André Guanaes, figura que, de forma muito competente, através do Instituto Sócrates Guanaes, dirige uma das melhores experiências hoje na Bahia, que é o Hospital da Criança da cidade de Feira de Santana que, com certeza, nos ajudará com a sua experiência e com o seu empenho, para que consolidemos, naquela unidade da cidade de Lauro de Freitas, um espaço capaz de atender a essa demanda.

Lauro de Freitas é uma cidade que fica na chamada linha de presença na relação com Salvador, como todo mundo costuma chamar. Hoje é uma cidade completamente povoada, uma cidade que cresceu enormemente, porém, uma cidade pequena, com me-

nos de 60 quilômetros quadrados, portanto, com uma densidade populacional elevadíssima para a sua área, mas uma cidade que foi se ajustando à necessidade do povo baiano de melhor moradia.

Recentemente, estive na cidade para entregar, juntamente com o Governador e com o Presidente da Caixa, um conjunto habitacional de 1.131 unidades. O conjunto, meu caro Senador Wellington, leva o nome de D. Lindu, que você sabe quem é, numa homenagem à mãe do Ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, até porque foi no Governo do Presidente Lula que conseguimos, no Programa Minha Casa Minha Vida, a autorização para a construção dessas unidades. Eu estive lá no dia 13 de agosto, com o Governador, com vários Parlamentares, com a Senadora Lídice da Mata, quando tivemos a oportunidade de entregar esse equipamento.

Apesar de nosso aeroporto estar sediado em Salvador, a parte final do aeroporto faz fronteira com Lauro de Freitas. Então, temos também insistido muito em mudanças naquela área, principalmente na melhoria e na ampliação do aeroporto e de seus equipamentos. Inclusive, pela manhã, tive a oportunidade de conversar com o superintendente da Infraero, o Cassiano, que me mostrava os projetos de ampliação da parte física, o debate envolvendo a ampliação ou não da parte de pouso e decolagem, portanto, a possibilidade da construção de uma segunda pista, a importância daquele equipamento.

Mas tenho discutido principalmente a nossa capacidade de melhorar as condições do entorno de Lauro de Freitas, do entorno desse aeroporto, a ampliação da nossa capacidade de manutenção, os hangares. Ali tem o hangar Bata, nosso velho e conhecido comandante Gildo que, ao longo de toda a sua vida – um homem de 84 anos – tem-se dedicado à batalha por essa reformulação do aeroporto, a luta envolvendo, agora, os concessionários. Inclusive fui comunicado hoje que o presidente da Infraero estará em Salvador na sexta-feira. Vamos insistir para que se faça com aquele aeroporto o que se fez com o do Rio de Janeiro, meu caro Wellington. Não estamos criando nenhuma novidade na Bahia. Fez-se um TAC, um termo de ajuste com os concessionários do aeroporto do Rio de Janeiro, promovendo a prorrogação desses contratos. Esse mesmo pleito o estamos fazendo na Bahia. No Rio de Janeiro é possível fazer – quero, inclusive, dirigir isso aqui para o presidente da Infraero, o novo presidente da Infraero, porque é inadmissível que o tratamento seja dado dessa forma, ou seja, ao falar de aeroportos, uma asa pende mais do que a outra. Então, não dá para ser desse jeito.

Estou tocando nessas questões que envolvem a cidade de Lauro de Freitas e a sua relação de vizinhança com Salvador.

Recentemente, na decisão por parte do Governo do Estado, em conjunto com a Prefeitura de Salvador, do novo modal de transportes visando a preparar a cidade para a Copa do Mundo, principalmente, preparar a cidade para o pós-Copa, aprovou-se, ali, a utilização de um metrô de superfície, que deve ligar a Avenida Bonocô, por onde passa hoje trecho do metrô de seis quilômetros até àquela região de Lauro de Freitas, portanto, chegando até o aeroporto. E o esforço nosso é de que esse modal consiga, num processo adiante, atender à demanda do povo de Lauro de Freitas. Para isso, também estamos envolvidos na campanha de levar esse metrô até Lauro de Freitas e, quem sabe um dia, poder chegar, minha cara Prefeita Moema Gramacho, com esse metrô, até Portão, que é um bairro, uma região ali no Município de Lauro de Freitas.

Então, estamos falando de um Município que, de certa maneira, abriga, hoje, uma quantidade expressiva de habitantes que trabalham no polo petroquímico, que trabalham em Salvador, que optaram por morar em Lauro de Freitas pela qualidade de vida. Lauro de Freitas é também o canal de passagem, o meio de passagem para todo o belo litoral norte da Bahia, da região de Praia do Forte ou da região, inclusive, da nossa Estrada do Coco, ou um pouco mais acima, o litoral norte na sua linha verde, na região de Sauípe, Imbassaí, chegando, inclusive, até as proximidades onde todo mundo mais conhece, que é uma das praias famosas, que terminou frequentando as nossas novelas. Na realidade, todo mundo avalia que aquela praia é de Sergipe, apenas porque o acesso a ela só é possível dando a volta por Sergipe. Hoje, assistimos às diversas utilizações dela, inclusive no que diz respeito à exploração turística. Então, se Lauro de Freitas tem essa proeza em ser elo de ligação, é necessário que essa cidade receba equipamentos para oferecer serviços.

Por isso tenho insistido muito na ampliação da oferta de saúde não só para o Município de Lauro de Freitas, mas principalmente para atender a essa demanda.

Hoje, temos o atendimento feito pelo Menandro, mas é importante a consolidação de áreas de pronto atendimento. E ficou esse apelo feito por diversos moradores de Lauro de Freitas, feito pela classe médica. Isso ficou marcado a partir da interrupção dos serviços prestados pela unidade da Unimed de Lauro de Freitas. Essa marca, estamos com o apoio, creio eu, do Governador, do Secretário de Saúde Jorge Solla, no sentido de que aquele empreendimento não seja colocado para outra atividade, meu caro Aníbal. Ima-

gine o que seria para a gente ver um hospital pronto, sendo entregue a uma rede hoteleira, por exemplo. Eu até brinquei com o Governador, ontem, quando conversava com ele, dizendo: "Governador, para aquilo virar hotel só falta piscina, porque os quartos estão prontos". Imagine o que seria para nós, eu diria, até uma ousadia, transformar essa unidade, o que seria uma covardia, permitir que um espaço como esse, pronto – e olhe que temos tantas necessidades na área da saúde –, se transformasse em um equipamento, até um equipamento importante, equipamento para atender ao turismo, equipamento para atender às demandas do aeroporto. Mas não seria justo, não seria correto matar um equipamento que pode servir à saúde, transformando-o em equipamento de hotelaria.

Portanto, não será desse jeito. Tenho o empenho da bancada federal aqui, tenho o empenho da bancada do Senado, tenho o empenho do segmento da saúde da Bahia e tenho – está mais do que comprovado isso – a sensibilidade do Governador, que, como disse no início da minha fala, teve a oportunidade de visitar, foi lá ver aquela experiência para exatamente criar as condições para, em se constituindo um OS, uma PPP, qualquer iniciativa dessas, transformar aquele equipamento, que está fechado, em uma grande referência no Estado da Bahia, no Nordeste e no Brasil na área de oncologia.

Na próxima quinta-feira, portanto, desta semana, o Ministro da Saúde estará em Salvador, e uma das cobranças que vamos fazer ao Ministro é essa. Infelizmente, eu não poderei estar lá, eu não poderei acompanhar o Ministro Padilha naquela empreitada, até porque tenho tarefas, durante a quinta-feira, no Senado Federal, meu caro Anibal, na Comissão de Infra-Estrutura.

Na parte da tarde da quinta-feira, nós estaremos aqui num debate com o Secretário Executivo do Ministério da Fazenda discutindo os **royalties** do petróleo, numa dessas cruzadas nossas para que, até o dia 15 de setembro, nós tenhamos oportunidade de aprovar um projeto que resolve, de uma vez por todas, a distribuição dos **royalties** do petróleo. Mas creio que o Ministro levará em consideração, não só por pressão local, mas também por pressão antecipada que todos nós faremos, os nossos pleitos. Eu tenho plena certeza, não só compreensão da necessidade, de que o Ministro terá condição de atender a essa demanda importante para o povo baiano, que é consolidar essa estrutura que está lá parada numa estrutura capaz de revolucionar a área de oncologia.

Eu não estou falando isso, Senador Wellington, só porque temos uma estrutura montada. Mas é o desafio. Eu fico cada vez mais assustado quando converso

com diversos médicos dessa área. A Drª Anabel, por exemplo, pessoa a quem eu quero muito bem, todas as vezes que vai conversar comigo faz questão de me dizer qual é a quantidade de clínicas, meu caro Anibal, e de atendimento nessa área de oncologia que temos na Bahia. Eu fico mais assustado ainda. Isso nos leva a crer que muita gente já morreu cujo diagnóstico não foi de câncer, porque não tinha nem quem pudesse diagnosticar.

E vamos vendo como isso é necessário. Nós estamos falando de um Estado do tamanho da Bahia, com 417 Municípios, com carência brutal, mas um Estado que acumulou experiência nessa área médica. Quero me referir de novo aqui ao Aristides Maltez, que, ao longo dos anos, sempre sustentou ali, como entidade filantrópica, às vezes até sofrendo ataques de muitos, e por diversas vezes aqui correndo pelos corredores do Congresso Nacional, pedindo à bancada federal para colocar recursos no orçamento, e recebendo da bancada federal todo apoio... Mas isso não pode ser tratado desse jeito. Tem que ser tratado como prioridade.

Então é por esse esforço que eu quero

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) –

...parabenizar o Governador Jaques Wagner por ter assumido essa bandeira, não só como um compromisso da campanha, mas também como um compromisso de vida, o que é muito mais importante.

Eu diria até que, literalmente, na manhã de ontem, no domingo, eu fui acordado com um telefonema do Governador pedindo exatamente informações sobre essa estrutura e como é que nós iríamos proceder para que, em conjunto com o Ministério da Saúde, essa unidade e outras pudessem receber recursos para que a gente ampliasse a capacidade de serviço para atender ao povo baiano, para atender a todas as pessoas da cidade de Lauro de Freitas, de Juazeiro, enfim, a todo o povo da Bahia.

Era isso, meu caro Wellington, que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Walter Pinheiro, o Sr. Anibal Diniz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Wellington Dias.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/

PT – PI) – Nós é que parabenizamos o povo baiano, o trabalho de V. Exª e do Governador Jaques Wagner por essa importante vitória.

Concedo a palavra ao Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Wellington Dias, Srs. Senadores, senhores telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio

Senado, pessoas que nos acompanham pela Internet, dois assuntos me trazem à tribuna do Senado na noite de hoje. O primeiro deles é um cumprimento especial ao sistema de saúde do Governo do Estado do Acre, por ter sido escolhido para representar o Brasil no prêmio da Organização Pan-Americana de Saúde, por conta da ação desenvolvida pelo Governo do Acre no combate à malária. É uma ação considerada inovadora, foi considerada a mais ousada do Brasil e, por isso, foi escolhida pelo Ministério da Saúde para representar o Brasil na Organização Pan-Americana de Saúde, num prêmio específico que trata das melhores experiências no combate à malária.

Vale à pena ressaltar que essa ação começou ainda no Governo Binho Marques, mas foi a ousadia e o talento especial do Governador Tião Viana, que na época era Senador da República, porque o Senador Tião Viana é doutor, mas não é só doutor porque ele é médico; ele é doutor porque fez um doutorado em Infectologia. Então ele conhece tudo sobre doenças tropicais e descobriu uma experiência que estava acontecendo no Vietnã e na China, com a utilização de mosquiteiros, mosquiteiros que já vêm com uma substância medicinal, que é a substância “piretróide”, que elimina o mosquito transmissor da malária ao menor toque. Então não só protege as pessoas de serem picadas pelo mosquito, mas também elimina o mosquito.

Esse mosquiteiro medicinal que o Dr. Tião Viana, como Senador da República, descobriu e levou à discussão para o Ministério da Saúde – houve uma parceria com o Ministério da Saúde, em que ele apresentou uma emenda ao Orçamento da União para a aquisição desses mosquiteiros; e foram adquiridos milhares de mosquiteiros e eles, juntamente com todos os esforços que foram empreendidos pela Secretaria de Saúde do Estado, foram os responsáveis pela redução nos casos de malária no Acre, principalmente nas cidades de Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves e Mâncio Lima.

Em 2006 o Acre teve o número de 93.363 casos de malária e 91% desses casos foram nesses três Municípios do Vale do Juruá. Exatamente por isso houve um esforço completo do Governo do Estado com os agentes de saúde, com todas as ações, visita de casa em casa, todo um processo educacional, orientação e mais a distribuição dos mosquiteiros; a orientação para que, verdadeiramente, os mosquiteiros fossem usados.

Moral da história: Conseguimos, de 2006 até 2010, reduzir em 64% esse número de incidência de malária.

Nós tivemos, em 2006, 93.363 casos e em 2010 nós tivemos 36.662.

Essa experiência foi tão interessante que o Ministério da Saúde resolveu elegê-la para representar o Brasil nesse prêmio da Organização Pan-Americana de

Saúde. E outro detalhe interessante sobre esse combate da malária é que o Governador Tião Viana, em contato com o ex-presidente Lula, que agora está se dedicando a contribuir com as nações que mais precisam, principalmente com os povos da África, já levou a sugestão para o ex-presidente Lula de que entre as várias atividades a serem desenvolvidas em solidariedade ao povo africano está a possibilidade de se levar os mosquiteiros medicinais, com a tal substância, porque na África nós temos hoje um número superior a 800 mil casos, por ano, de malária.

Então o Governador Tião Viana acredita que, com uma ação coordenada, tendo também a presença desses mosquiteiros, é possível talvez uma redução significativa de malária, como houve essa redução significativa do número de casos de malária no Estado do Acre.

O Sr. Geovani Borges (Bloco/PMDB – AP) – Senador Aníbal Diniz, o senhor me concede um aparte?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com muito prazer, Senador Geovani Borges.

O Sr. Geovani Borges (Bloco/PMDB – AP) – Eu, como amazônica, primeiramente, quero me congratular com V. Ex^a pelo tema que aborda dessa tribuna. Eu fui vítima, como bom amazônica, de nove malárias. E, naquela época, era só o quinino que se usava... E os mosquiteiros tradicionais apenas protegiam naquele horário de pico do carapanã, que a gente chama de muriçoca, que é o de 18 às 19h e às 6h da manhã. Há estudos de que é o horário em que eles atacam o cidadão. Mas eu acho que essa descoberta – e eu quero parabenizar o Senador Tião Viana, que foi nosso colega aqui à época – deve ser estendida a toda a Amazônia. Ela é uma grande iniciativa, porque houve 60% de redução dos casos, com essa política de prevenção. Então é uma conquista animadora para nós amazônidas, porque a malária mata, e até hoje eu tenho ressaca dela, porque ela ataca o fígado. O quinino, que é o tratamento ideal, ele é muito violento. Eu peguei nove malárias consecutivas, Senador Aníbal Diniz. Então, eu quero louvar a atitude do nosso Governador, médico, convededor da matéria e que vive o dia a dia da Amazônia. Um dos maiores inimigos da Amazônia é a malária. A malária mata! Se não cuidar, ela é fatal, fora as sequelas que ela deixa. V. Ex^a traz um tema que me alegra, um tema que dá para se começar a comemorar. E isso foi descoberto no Vietnã, não é isso?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Esse mosquiteiro foi pesquisado no Vietnã e também na China.

O Sr. Geovani Borges (Bloco/PMDB – AP) – Que também é vítima, não é?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Exatamente.

O Sr. Geovani Borges (Bloco/PMDB – AP) – E a África agora com mais de 800 mil casos – V. Ex^a trouxe esses dados aqui para o Senado. Então, eu quero me congratular com V. Ex^a, porque o tema para nós amazônicas significa muita coisa. Então o Amapá se congratula com V. Ex^a, colega que representa com muita dignidade, com muita seriedade o Acre, um dos extremos do Norte do Brasil.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Geovani Borges por sua contribuição.

Dessa maneira, eu deixo aqui esse registro de congratulação ao Sistema de Saúde Pública do Estado do Acre por essa representação. Ele vai representar o Brasil nesse prêmio da Organização Pan-Americana de Saúde, já existe uma equipe hoje que está fazendo um documentário sobre essa ação no Estado do Acre, e a nossa torcida é para que essa experiência do Acre seja a grande vencedora nesse prêmio da Organização Pan-Americana de Saúde.

O outro assunto que me traz à tribuna do Senado, Presidente Wellington Dias, é que neste ano de 2011 comemoramos o Ano Internacional da Afrodescendência. Então, aproveito a minha presença, hoje, aqui na tribuna, para registrar dois temas que me são muito caros e relevantes. Quero aqui homenagear a importância da cultura afrodescendente, especialmente nesse ano de 2011, no qual comemoramos o Ano Internacional dos Afrodescendentes, e defender a necessidade cada vez mais firme de enfrentamento ao racismo e a intolerância.

Esses temas são atuais no Brasil e no mundo abalado por tantos conflitos étnicos e raciais. Na última semana, por exemplo, em Honduras, centenas de Delegados da 1^a Cúpula Mundial de Afrodescendentes defenderam a criação de um fórum permanente na Organização das Nações Unidas para a comunidade afrodescendente.

A cúpula reuniu 700 pessoas de cerca de 20 países de América, África, Europa e Ásia, e concentrou os debates nos problemas de educação, saúde, nutrição, justiça e propriedade da terra. Na reunião, houve consenso sobre a importância de rejeitar a discriminação racial e acordos pedindo ações concretas para os povos afrodescendentes. Só na América Latina e no Caribe, a comunidade afrodescendente representa uma população de mais de 150 milhões de pessoas.

No Brasil, nos últimos oito anos conseguimos muitos avanços no que diz respeito à inserção socioeconômica da população negra, graças à inclusão dos temas da igualdade racial no debate público e na agenda governamental.

Citamos, como exemplo, a criação da Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), em 2003, com o objetivo de combater o racismo e promover ações afirmativas nesse setor.

O Governo Lula atendeu o clamor do movimento negro e do movimento democrático do Brasil ao criar um órgão no primeiro escalão do Governo para coordenar e promover ações no âmbito da igualdade racial. Foi um feito inédito não só na História do Brasil como no mundo, o que tornou o Brasil pioneiro e referência internacional no desenvolvimento dessas políticas.

Podemos citar, também, a obrigatoriedade do ensino da cultura negra e indígena nas escolas, a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, o programa de atenção à saúde dos negros e o Programa Universidade para Todos, que possui um corte racial.

Temos, ainda, as ações voltadas para as comunidades quilombolas e o sistema de cotas das universidades públicas federais do Brasil, de tal maneira que iniciamos o pagamento de uma dívida histórica que tínhamos com os afrodescendentes brasileiros.

Na base dessas mudanças, temos que destacar as ações permanentes de organizações do movimento negro e os inúmeros agentes da manutenção e recriação de valores culturais que, contra todas as expectativas pessimistas, têm garantido a continuidade de ações para igualdade racial.

Este ano, a Assembleia Geral ONU proclamou 2011 como o Ano Internacional dos Afrodescendentes. O foco é estimular ações concretas para que as populações negras possam usufruir plenamente direitos econômicos, culturais, sociais, civis e políticos.

Mas o que temos feito para isso? A instituição de 2011 como o Ano Internacional dos Afrodescendentes chamou a atenção para as persistentes desvantagens que marcam a participação de mulheres e homens negros na sociedade brasileira.

Nos deparamos, então, com o muro do racismo. A existência do racismo é tão antiga quanto é necessária a sua morte definitiva. Todo tipo de discriminação é inaceitável.

Felizmente, hoje, temos cada vez mais mobilizações, campanhas e união de esforços para conseguirmos conscientizar a população de que promover a igualdade racial não é responsabilidade apenas do movimento negro ou do Estado brasileiro: é uma ação coletiva que deve envolver homens e mulheres de todas as regiões do País, em todos os ambientes onde pessoas se fazem presentes.

A Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, Seppir, adianta que os desafios nos impelem a alargar os significados e o alcance da igualdade racial. Nosso objetivo é aprofundar as mudanças recentes,

que são resultados da adoção de ações afirmativas e de políticas gerais de inclusão social.

Foi nessa perspectiva que a Seppir lançou a campanha “Igualdade Racial é pra Valer”. A campanha está ancorada em uma estratégia de adesão de parceiros e na cooperação de instituições tanto na esfera pública como privada. A ideia é convocar diferentes agentes sociais e econômicos a assumir ações capazes de tornar a inclusão uma realidade para todos os brasileiros.

Um documento elaborado com as contribuições de grupos culturais e artísticos, por exemplo, reúne várias propostas. Uma delas é ter a adesão de empresas estatais e privadas e incrementar a política de patrocínio por meio do incentivo à cultura e às artes negras em suas variadas linguagens: teatro, música, dança, cinema, fotografia, artes visuais, artes plásticas e literatura.

Para isso, a Secretaria propõe uma série de políticas afirmativas na defesa da formação e consolidação de instituições culturais, companhias e grupos artísticos.

Na elaboração dos editais, por exemplo, a proposta é que haja apoio a projetos de arte negra e à ampliação da agenda nacional e internacional de encontros e mostras realizados por artistas e coletivos negros. Outra sugestão é construir critérios para os editais de modo que as características mais evidentes das artes negras sejam consideradas como elementos positivos na avaliação dos projetos artísticos apresentados.

Outro ponto pretende instituir um piso de aprovação de 30% de projetos de arte negra em cada segmento contemplado nos editais das empresas estatais e privadas. Para a composição das comissões de avaliação dos projetos, a Secretaria sugere a inclusão de profissionais com sólidos conhecimentos sobre matrizes culturais brasileiras e com experiência para avaliar práticas culturais afro-brasileiras e suas representações estéticas.

Cabe aqui, Sr. Presidente, reiterar que uma visão estereotipada pode confundir manifestações artísticas com manifestações culturais negras. Segundo a Secretaria, isso tende a desfavorecer a apreciação de projetos artísticos negros, isolando-s as na categoria do “folclore”.

Mais um parceiro para ampliar as ações pela igualdade racial no Brasil no âmbito da campanha é a Polícia Federal. A proposta apresentada pela Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial visa o combate ao racismo na atuação dos agentes de segurança.

A Polícia Federal deverá incluir, ainda este ano, a perspectiva de raça na portaria que disciplina as atividades de segurança privada desenvolvidas pelas empresas especializadas no Brasil.

A intenção é combater o racismo na atuação dos agentes de segurança e evitar manifestações de racis-

mo na abordagem da segurança privada. Isso é muito importante, porque todos sabemos que a abordagem a um jovem branco ou a um jovem negro numa festa, por exemplo, quando se faz uma revista, é bem diferente, e o formato disso, a expressão que os agentes de segurança utilizam nada mais é que a presença do racismo se manifestando.

A articulação foi pensada em função de constantes denúncias de prática de discriminação racial por parte de vigilantes em estabelecimentos comerciais.

Atualmente, a Polícia Federal contabiliza 509.829 seguranças e vigilantes efetivos em todo o País, vinculados a 1.585 empresas, além de um quantitativo de 1,9 milhão de pessoas que atuam como profissionais aptos a entrar no mercado de trabalho.

O Senado também foi chamado para dar sua contribuição na luta pela igualdade racial. Na semana passada, a Ministra da Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial, Luíza Bairros, sugeriu ao Presidente José Sarney que os veículos de comunicação internos do Senado participem na divulgação de anúncios sobre a campanha “Igualdade Racial é pra Valer”.

Está em estudo também a possibilidade de um convênio com o Instituto Legislativo Brasileiro para que a Secretaria possa oferecer cursos para os gestores de igualdade racial em todo o Brasil.

Como preparação para as comemorações ao Dia Nacional da Consciência Negra, celebrado no dia 20 de novembro, pretendo apresentar um requerimento a este Plenário, sugerindo que, no dia 20 de novembro, possamos fazer uma sessão especial em homenagem ao Dia Nacional da Consciência Negra. Está em andamento um edital para a seleção de propostas alusivas a essa data. Órgãos ou entidades públicas ou privadas, sem fins lucrativos, poderão concorrer a repasses de até R\$100 mil para realizar eventos com a temática referente ao Dia Nacional da Consciência Negra.

Serão selecionadas iniciativas com capacidade técnica e operacional para realizar atividades voltadas à preservação da memória e importância de Zumbi dos Palmares como símbolo da resistência negra contra a escravidão; representando a luta pelo combate à discriminação racial, e em comemoração ao Ano Internacional dos Afrodescendentes.

Quero ainda destacar e homenagear outra data importante da história e cultura afro-brasileira e africana no calendário deste segundo semestre: neste dia 29 de agosto, celebra-se o nascimento de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, nascido em 1730, em Ouro Preto, Minas Gerais.

Nosso Aleijadinho, como sabemos...

(*Interrupção do som.*)

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – ...é considerado o artista mais importante do Barroco no Brasil e o maior expoente da arte colonial no Brasil.

Toda sua obra, entre talha, projetos arquitetônicos, relevos e estatuária, foi realizada em Minas Gerais, especialmente nas Cidades de Ouro Preto, Sabará, São João Del-Rey e Congonhas do Campo. Os principais monumentos que abrigam suas obras são a Igreja de São Francisco de Assis de Ouro Preto e o Santuário do Bom Jesus de Matosinhos. Em Congonhas do Campo, legou suas obras-primas: as estátuas em pedra sabão dos 12 profetas e as 66 figuras em cedro que compõem a Via Sacra.

Feita essa homenagem, retomo a defesa da igualdade racial.

Cabe também ressaltar que, neste ano de 2011, outro fato importante deverá marcar a agenda da igualdade: a regulamentação do Estatuto da Igualdade Racial. Assim como já disse com acerto nosso nobre Senador Paulo Paim, autor do projeto que deu origem à lei, quando se aprova um estatuto em 2010 para combater o preconceito, isso significa que a sociedade e o Congresso brasileiro reconhecem que o preconceito é forte no Brasil.

Mas a situação está mudando. O repúdio à desigualdade, ao preconceito e ao racismo é cada vez mais presente, ainda que as mudanças, justificadamente, possam parecer lentas aos olhos de quem sofre as ofensas e o preconceito. No entanto, damos passos adiante.

Poucas semanas atrás, por exemplo, um trabalhador negro de Brasília tornou-se a primeira vítima de racismo no Brasil a receber uma indenização em dinheiro. O autor das agressões era vizinho dele. O rapaz que foi ofendido sofreu agressão e quase foi atropelado. Teve de mudar de casa por causa do vizinho racista, entrou na Justiça e ganhou uma indenização de R\$8 mil. A medida, que é inédita, faz valer o direito do agredido.

A lei brasileira considera racismo um crime inafiançável e prevê punição por divulgar qualquer informação discriminatória contra a etnia, cor ou religião.

Nós consideramos que não há mais espaço para essas atitudes em nenhum espaço, e menos ainda em um país com a nossa histórica miscigenação.

Pelo contrário, acreditamos que a sociedade já se desenvolveu o suficiente para que as pessoas mudem seu tipo de pensamento e não ajam mais de forma preconceituosa.

Esta luta continua e tem o nosso total apoio: 2011 é o Ano Internacional dos Afrodescendentes. E devemos aproveitar este ano para aprofundar a nossa discussão e combater, com veemência, toda forma de

preconceito racial neste Brasil imenso e maravilhoso, um país multiétnico que convive com todas as diferenças raciais e religiosas em absoluta harmonia.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela tolerância do tempo.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SENADOR ANIBAL DINIZ

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Venho hoje à tribuna para registrar dois temas que me são muito caros e relevantes. Quero aqui homenagear a importância da cultura afrodescendente, especialmente neste ano de 2011, no qual comemoramos o Ano Internacional dos Afrodescendentes, e defender a necessidade cada vez mais firme de enfrentamento ao racismo e à intolerância.

Esses temas são atuais no Brasil e no mundo, abalado por conflitos étnicos.

Na última semana, por exemplo, em Honduras, centenas de delegados da 1 a Cúpula Mundial de Afrodescendentes defenderam a criação de um fórum permanente na Organização das Nações Unidas para a comunidade afrodescendente.

A cúpula reuniu 700 pessoas de cerca de 20 países de América, África, Europa e Ásia, e concentrou os debates nos problemas de educação, saúde, nutrição, justiça e propriedade da terra.

Na reunião, houve consenso sobre a importância de rejeitar a discriminação racial e acordos pedindo ações concretas para os povos afrodescendentes.

Só na América Latina e no Caribe, a comunidade afrodescendente representa uma população de mais de 150 milhões de pessoas.

No Brasil, nos últimos oito anos, conseguimos avanços no que diz respeito à inserção socioeconômica da população negra, graças à inclusão dos temas da igualdade racial no debate público e na agenda governamental.

Citamos como exemplo a criação da Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), em 2003, com o objetivo de combater o racismo e promover ações afirmativas nesse setor.

O governo Lula atendeu o clamor do movimento negro e do movimento democrático do Brasil ao criar um órgão no primeiro escalão do governo para coordenar e promover ações no âmbito da igualdade racial. Foi um feito inédito, não só na história do Brasil, mas no mundo, o que tornou o Brasil pioneiro e referência internacional no desenvolvimento dessas políticas.

Podemos citar também a obrigatoriedade do ensino da cultura negra e indígena nas escolas, a apro-

vação do Estatuto da Igualdade Racial, o programa de atenção à saúde dos negros, e o Programa Universidade para Todos, que possui um corte racial.

Temos ainda as ações voltadas para as comunidades quilombolas e o sistema de cotas das universidades públicas federais do país.

Na base dessas mudanças, temos de destacar as ações permanentes de organizações do movimento negro e os inúmeros agentes da manutenção e recriação de valores culturais que, contra todas as expectativas pessimistas, têm garantido a continuidade de ações para a igualdade racial.

Este ano, a Assembléia Geral da ONU proclamou 2011 como o Ano Internacional dos Afrodescendentes. O foco é estimular ações concretas para que as populações negras possam usufruir plenamente de direitos econômicos, culturais, sociais, civis e políticos.

Mas, o que temos feito para isso? A instituição de 2011 como o Ano Internacional dos Afrodescendentes chamou a atenção para as persistentes desvantagens que marcam a participação de mulheres e homens negros na sociedade brasileira.

Nos deparamos então com o muro do racismo. A existência do racismo é tão antiga quanto é necessária a sua morte definitiva. Todo tipo de discriminação é inaceitável.

Felizmente, hoje, temos cada vez mais mobilizações, campanhas e união de esforços para conseguirmos conscientizar a população de que promover a igualdade racial não é responsabilidade apenas do movimento negro ou do Estado brasileiro: é uma ação coletiva.

A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a Seppir, adianta que os desafios nos impelem a alargar os significados e o alcance da igualdade racial. Nossa objetivo é aprofundar as mudanças recentes, que são resultados da adoção de ações afirmativas e de políticas gerais de inclusão social.

Foi nessa perspectiva que a Seppir lançou a campanha Igualdade Racial é pra Valer.

A campanha está ancorada em uma estratégia de adesão de parceiros e na cooperação de instituições tanto na esfera pública como privada.

A ideia é convocar diferentes agentes sociais e econômicos a assumir ações capazes de tornar a inclusão uma realidade para todos os brasileiros.

Um documento elaborado com as contribuições de grupos culturais e artísticos, por exemplo, reúne várias propostas.

Uma delas é ter a adesão de empresas estatais e privadas e incrementar a política de patrocínio por meio do incentivo à cultura e às artes negras em suas

variadas linguagens: teatro, música, dança, cinema, fotografia, artes visuais, artes plásticas e literatura.

Para isso, a secretaria propõe uma série de políticas afirmativas na defesa da formação e consolidação de instituições culturais, companhias e grupos artísticos.

Na elaboração dos editais, por exemplo, a proposta é que haja apoio a projetos de arte negra e à ampliação da agenda nacional e internacional de encontros e mostras realizados por artistas e coletivos negros. Outra sugestão é construir critérios para os editais de modo que as características mais evidentes das artes negras sejam consideradas como elementos positivos na avaliação dos projetos artísticos apresentados.

Um outro ponto pretende instituir um piso de aprovação de 30% de projetos de arte negra em cada segmento contemplado nos editais das empresas estatais e privadas. Para a composição das comissões de avaliação dos projetos, a secretaria sugere a inclusão de profissionais com sólidos conhecimentos sobre matrizes culturais brasileiras, e com experiência para avaliar práticas culturais afro-brasileiro.s e suas representações estéticas.

Cabe aqui reiterar que uma visão estereotipada sobre o que é a arte negra pode confundir manifestações artísticas com manifestações culturais negras. Segundo a secretaria, isso tende a desfavorecer a apreciação de projetos artísticos negros, isolando-os na categoria do “folclore”.

Mais um parceiro para ampliar as ações pela igualdade racial no Brasil no âmbito da campanha é a Polícia Federal. A proposta apresentada pela Seppir visa o combate ao racismo na atuação dos agentes de segurança.

A Polícia Federal deverá incluir, ainda este ano, a perspectiva de raça na portaria que disciplina as atividades de segurança privada desenvolvidas pelas empresas especializadas no Brasil.

A intenção é combater ao racismo na atuação dos agentes de segurança e evitar manifestações de racismo na abordagem da segurança privada.

A articulação foi pensada em função de constantes denúncias de prática de discriminação racial por parte de vigilantes em estabelecimentos comerciais.

Atualmente, a Polícia Federal contabiliza 509 mil 829 seguranças e vigilantes efetivos em todo o país, vinculados a 1.585 empresas, além de um quantitativo de 1,9 milhão desses profissionais aptos a entrar no mercado de trabalho.

O Senado também foi chamado para dar sua contribuição na luta pela igualdade racial. Na semana passada, a ministra da Seppir, Luiza Bairros, sugeriu

ao presidente José Sarney que os veículos de comunicação internos participem na divulgação de anúncios sobre a campanha Igualdade racial é pra valer.

Está em estudo também a possibilidade de um convênio com o Instituto Legislativo Brasileiro para que a Seppir possa oferecer cursos para os gestores de igualdade racial em todo o Brasil.

Como preparação para as comemorações ao Dia Nacional da Consciência Negra, celebrado no dia 20 de novembro, está em andamento um edital para a seleção de propostas alusivas a essa data.

Órgãos ou entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos poderão concorrer a repasses de até R\$100 mil para realizar eventos com a temática referente ao Dia Nacional da Consciência Negra.

Serão selecionadas iniciativas com capacidade técnica e operacional para realizar atividades voltadas à preservação da memória e importância de Zumbi dos Palmares como símbolo da resistência negra contra a escravidão; representando a luta pelo combate à discriminação racial, e em comemoração ao Ano Internacional dos Afrodescendentes.

Quero ainda destacar e homenagear outra data importante da história e cultura afrobrasileira e africana no calendário deste segundo semestre: neste dia 29 de agosto celebra-se o nascimento de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, nascido em 1730 ou, mais provavelmente, 1738, em Ouro Preto, Minas Gerais.

Nosso Aleijadinho, como sabemos, é considerado o artista mais importante do Barroco no Brasil e o maior expoente da arte colonial no Brasil.

Toda sua obra, entre talha, projetos arquitetônicos, relevos e estatuária, foi realizada em Minas Gerais, especialmente nas cidades de Ouro Preto, Sabará, São João Del Rey e Congonhas do Campo. Os principais monumentos que abrigam suas obras são a Igreja de São Francisco de Assis de Ouro Preto e o Santuário do Bom Jesus de Matosinhos. Em Congonhas do Campo, legou suas obras-primas: as estátuas em pedra-sabão dos 12 apóstolos e as 66 figuras em cedro que compõem a Via-Sacra.

Feita essa homenagem, retomo a defesa da igualdade racial.

Cabe também ressaltar que, neste ano de 2011, outro fato importante deverá marcar a agenda da igualdade: a regulamentação do Estatuto da Igualdade Racial. Assim como já disse com acerto nosso nobre senador Paulo Paim, autor do projeto que deu origem à lei, quando se aprova um estatuto em 2010 para combater o preconceito, isso significa que a sociedade e o

Congresso brasileiro reconhecem que o preconceito é forte no Brasil.

Mas, a situação está mudando. O repúdio à desigualdade, ao preconceito e ao racismo é cada vez mais presente, ainda que as mudanças justificadamente possam parecer lentas aos olhos de quem sofre as ofensas e o preconceito.

No entanto, damos passos adiante.

Poucas semanas atrás, por exemplo, um trabalhador negro de Brasília tornou-se a primeira vítima de racismo no país a receber uma indenização em dinheiro. O autor das agressões era vizinho dele.

O rapaz que foi ofendido sofreu agressão e quase foi atropelado. Teve de mudar de casa por causa do vizinho racista, entrou na Justiça e ganhou uma indenização de R\$ 8 mil. A medida, que é inédita, faz valer o direito do agredido.

A lei brasileira considera racismo um crime infiançável e prevê punição por divulgar qualquer informação discriminatória contra a etnia, cor ou religião.

Nós consideramos que não há mais espaço para essas atitudes em nenhum espaço, e menos ainda num país com a nossa histórica miscigenação.

Pelo contrário, acreditamos que a sociedade já se desenvolveu o suficiente para que as pessoas mudem seu tipo de pensamento e não ajam mais de forma preconceituosa. Essa luta continua e tem nosso apoio.

É o registro que queríamos fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Nós é que lhe agradecemos pelos importantes temas que nos trouxe aqui, tanto o primeiro, relativo ao combate à malária, como o relativo ao dia 20 de novembro, à homenagem que fazemos aqui aos afrodescendentes. Se V. Ex^a me permitir, assinarei com V. Ex^a o requerimento da sessão.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. *Fora do microfone.*) – Será uma honra, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Com o maior prazer, ouviremos o Senador Geovani Borges, da nossa Amazônia, lá do Amapá.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, eu só gostaria de pedir que esse discurso constasse, na íntegra, nos Anais do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – V. Ex^a será atendido na forma regimental, Senador Anibal Diniz.

Concedo a palavra ao Senador Geovani Borges.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Cumprimento V. Ex^a, Sr. Presidente, Senador

Wellington Dias, do querido Estado do Piauí. Tive a oportunidade de ser recebido por V. Ex^a quando era Governador. A honra foi nossa. Por sinal, fui muito bem tratado. Eu me lembro de um croquete típico da região que V. Ex^a nos ofereceu. Minha esposa, Jucileide, sempre se lembra disso.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, na última sexta-feira, solicitei registro nos Anais desta Casa de decisão tomada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), visando tornar mais transparente e eficaz a informação sobre os serviços oferecidos pelas operadoras dos planos privados. As medidas, conforme mencionei, criam critérios para a divulgação da rede de prestadores e garantem assim a atualização em tempo real das alterações feitas.

De acordo com as novas regras que serão submetidas à consulta popular, esta semana, as operadoras de plano de saúde em todo o País terão de divulgar na Internet suas redes assistenciais, permitindo que o beneficiário localize de forma mais ágil todos os prestadores de serviço contratados. Sinceramente, creio que isso já irá emprestar alívio aos usuários, para quem as dificuldades começam justamente a partir da identificação de que médico, qual especialista, qual unidade ambulatorial ou de exames poderá lhes servir, sobretudo nos atendimentos onde existe um quadro de urgência.

Mencionei minha intenção de retomar o assunto, porque, na verdade, o que existe é um número cada vez maior de brasileiros que buscam nos planos de saúde privada uma extensão protetora, conforme pesquisa sobre o consumo do brasileiro em 2011. Inclusive, o acesso universal à saúde foi apontado pelo Ministro Alexandre Padilha como um dos grandes desafios de sua gestão. Essa é, sem dúvida, uma das maiores reivindicações da população, que, com o aumento da renda, sinaliza o desejo de adquirir um plano de saúde. O Ministro mostra disposição para enfrentar a questão, ao mesmo tempo em que acena com maior diálogo com o setor de saúde suplementar – hoje, com quase 45 milhões de beneficiários no País, o equivalente a 23,4% da população brasileira.

Segundo, portanto, no tema proposto, é preciso dizer as operadoras com mais de cem mil beneficiários deverão apresentar georreferenciamento por meio de imagens ou mapas que indiquem a localização espacial geográfica de cada prestador de serviço de saúde. Operadoras com até vinte mil beneficiários deverão informar a rede credenciada na Internet, permanentemente atualizada. A rede assistencial deverá ser exibida por cada plano de saúde, apresentando o nome comercial do plano, o número de registro na ANS

ou o código de identificação no Sistema de Cadastro de Planos comercializados antes de janeiro de 1999.

Em relação aos prestadores de serviço, a operadora deverá informar itens como nome fantasia do estabelecimento ou nome do profissional (pessoa física); tipo de estabelecimento; especialidades ou serviços contratados e endereços.

Sr. Presidente, Senador Wellington, essas são as demandas de um país em transformação. Sinceramente, tudo nos leva a crer que a tão desejada universalização do acesso à saúde só poderá, de fato, ocorrer por meio de forte e crescente interação entre os setores públicos e privados. Até onde se pode vislumbrar, nem pode o Sistema Único de Saúde (SUS), sozinho, cumprir com seu dever constitucional de garantir acesso a toda a população, nem o setor privado tem condições de, sozinho, atender com integralidade e universalidade.

Vale a pena, inclusive, destacar que as pessoas que têm plano de saúde buscam atendimento na rede privada, embora não renunciem ao direito de se valerem do SUS e tampouco fiquem desoneradas de seus deveres de contribuintes. Mas com menos pessoas dependendo exclusivamente do SUS, é possível planejar e organizar melhor o atendimento público de saúde, pois menor será o número de indivíduos a serem atendidos pela mesma dotação orçamentária.

Há enormes desafios a enfrentar na saúde, particularmente em razão da tendência do aumento das despesas médico-hospitalares com a incorporação de tecnologias e com o envelhecimento da população, mas acredito que podemos e devemos construir nosso futuro de maior acesso aos serviços de saúde com menor incidência de doenças e vida mais longa e saudável para a população brasileira.

Essa seria a primeira parte do meu pronunciamento, Senador, Presidente Wellington. Porém, eu queria aproveitar a oportunidade para tratar de outro tema.

Tive outros compromissos quando houve uma sessão especial, de iniciativa do Senador Rodrigo Rollemberg, Sr. Presidente, para comemorar os 122 anos de nascimento da Ana Lins dos Guimarães Peixoto Bretas, a poetisa e contista de Goiás conhecida pelo pseudônimo de Cora Coralina. Como não tive tempo hábil para chegar durante o período destinado à sessão especial, já requeri à Mesa que fosse considerado como lido, na íntegra, meu pronunciamento, mas vou ter de aproveitar esta oportunidade, já que disponho ainda de quatorze minutos. Não posso deixar apenas na publicação do **Diário do Senado Federal** esse discurso em homenagem a Cora Coralina. A sessão

de homenagem foi de iniciativa do Senador Rodrigo Rollemberg, do PSB, do Distrito Federal.

Até para encerrar esta sessão do Senado – não sei se o Senador Suplicy vai ainda chegar aqui –, esta ocasião nos permite um passeio nostálgico ao coração do Brasil, à vida simples da roça, ao cheiro de mato, ao fogão de lenha, ao açúcar no tacho, à docura de frutas cristalizadas. Falar a respeito de Cora Coralina nos possibilita principalmente resgatar a sutil diferença entre saber e sabedoria, entre ser sábio e ser sabido. Afinal, ensinava a maior poetisa de Goiás: “O saber, a gente aprende com os mestres e com os livros. A sabedoria se aprende é com a vida e com os humildes”.

Cora Coralina, Aninha da Ponte da Lapa ou Ana Lins de Guimarães Peixoto Bretas, escreveu histórias dos becos de Goiás, das coisas da terra, do ventre, da infância e, sobretudo, da vida.

A maior lição é que, apesar disso e daquilo, do tudo e do nada, ela sempre acreditou no sonho, no seu sonho.

Só estudou até a 3ª Série primária. E começou a escrever poesias aos 14 anos. No entanto, só publicou seu primeiro livro aos 76 anos, idade em que a maioria de nós pouco ou nada espera da vida.

Ficou famosa quando contava com quase 90 anos de idade, e Carlos Drummond de Andrade, o grande poeta mineiro, elogiou-lhe a forma e o conteúdo.

Foi a primeira mulher a ser agraciada com o Troféu Juca Pato em 1984, que a elegeu a Intelectual do Ano 1983.

Cora Coralina viveu 96 anos, teve seis filhos, quinze netos e dezenove bisnetos, foi doceira, contadora de histórias, poetiza e membro efetivo de diversas entidades culturais, tendo recebido o título de doutora **honoris causa** pela Universidade Federal de Goiás.

Tem dois poemas que a mim, particularmente, tocam-me demais. Um é o antológico O Cântico da Terra, do qual aqui reproduzo uma parte:

Eu sou a terra, eu sou a vida.
Do meu barro primeiro veio o homem.
De mim veio a mulher e veio o amor.
Veio a árvore, veio a fonte.
Vem o fruto e vem a flor.

Eu sou a fonte original de toda vida.
Sou o chão que se prende à sua casa.
Sou a telha da coberta de teu lar.
A mina constante de teu poço.
Sou a espiga generosa de teu gado
E certeza tranquila ao teu esforço. (...)

Outro poema, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, é aquele que elejo para finalizar minha homenagem à poetisa. Já está feito requerimento para ser transscrito, na íntegra, na sessão solene. Estou apenas aproveitando a oportunidade do tempo que o Regimento me permite para torná-la pública da tribuna.

Ressalto que as homenagens a Cora Coralina não terminam nesta sessão. Mais tarde – já são mais de 18 horas –, meu amigo e Presidente desta Casa, também escritor, Senador José Sarney, inaugurará uma exposição literária sobre a obra da poeta na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho do Senado Federal.

Quero que o poema intitulado Conclusões de Aninha fique aqui como reflexão:

Estavam ali parados. Marido e mulher.
Esperavam o carro.
E foi que veio aquela da roça
Tímida, humilde, sofrida.
Contou que o fogo, lá longe,
Tinha queimado seu rancho,
e tudo que tinha dentro.
Estava ali no comércio
pedindo um auxílio
para levantar novo rancho
e comprar suas pobrezinhas.

O homem ouviu.
Abriu a carteira, tirou uma cédula,
entregou sem palavra.
A mulher ouviu. Perguntou, indagou,
Especulou, aconselhou,
se comoveu e disse que Nossa Senhora havia
de ajudar
E não abriu a bolsa.
Qual dos dois ajudou mais?

Donde se infere que
o homem ajuda sem participar
e a mulher participa sem ajudar.
Da mesma forma aquela sentença:
'A quem te pedir um peixe, dá uma vara de
pescar.'
Pensando bem, não só a vara de pescar,
Também a linhada, o anzol, a chumbada, a isca,
Apontar um poço piscozo
e ensinar a paciência do pescador.
Você faria isso, Leitor?
Antes que tudo isso se fizesse
o desvalido não morreria de fome?
Conclusão:
Na prática, a teoria é outra.

Meu querido Senador que preside esta sessão, ex-Governador do Estado do Piauí, que, com muita paciência, permitiu que eu terminasse esse pronunciamento, fica aqui o registro. Eu lhe agradeço.

Aproveito para dedicar esta homenagem a Cora Coralina para Dona Cícera Pinheiro Borges, minha mãe, que tem 75 anos e que, neste momento, no Amapá, está nos acompanhando.

Agradeço ainda a todos os telespectadores da TV Senado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Nós é que agradecemos a V. Ex^a. Faço minhas as suas palavras de homenagem a Cora Coralina, essa grande poetisa que nos encanta. É uma maravilha terminar a sessão com um poema aqui celebrado por V. Ex^a! Quero também parabenizá-lo pelo tema da saúde que trouxe a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N° 1.031, DE 2011

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2011, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que “Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para instituir a obrigatoriedade da apresentação de obras cinematográficas adaptadas para pessoas com deficiência auditiva ou visual, com a utilização do recurso da audiodescrição e da legendagem em português em filmes nacionais”, seja encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

Em agosto de 2011. – Senador **Cyro Miranda**.

REQUERIMENTO N° 1.032, DE 2011

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2011, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que “Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para instituir a obrigatoriedade da apresentação de obras cinematográficas adaptadas para pessoas com deficiência auditiva ou visual, com a utilização do recurso da audiodescrição e da legendagem em português em filmes nacionais”, seja encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos, para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

Em de agosto de 2011. – Senador **Cyro Miranda**.

REQUERIMENTO N° 1.033, DE 2011

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2007, de autoria do Deputado Pompeo de Mattos, que “Torna obrigatória a exibição de filme publicitário que esclareça sobre as consequências do uso de drogas ilegais e do abuso de drogas lícitas, no início de cada sessão de exibição de filmes, em todos os cinemas do País”, seja encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

Em de agosto de 2011. – Senador **Cyro Miranda**.

REQUERIMENTO N° 1.034, DE 2011

Requeiro, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 756, de 2011, que os membros da Comissão de Juristas criada com a finalidade de elaborar anteprojeto de Código Penal, em 180 (cento e oitenta) dias, seja composta por 15 (quinze) membros.

Sala das Sessões, de agosto de 2011. – Senador **José Sarney**.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 1.035, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado Federal Nº 397, de 2011, e do Projeto de Lei do Senado Nº 188, de 2010, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, de 2011. – Senador **Wellington Dias**, PT– PI.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 1.036, DE 2011

Requeiro, nos termos dos artigos 218, inciso VII, e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do professor e economista Antônio Barros de Castro ocorrido no último domingo, 21 de agosto, na cidade do Rio de

Janeiro, bem como apresentação de condolências a sua esposa Ana Célia Castro, seus quatro filhos e neta.

Justificação

O professor Antônio Barros de Castro, um dos mais importantes economistas do Brasil, faleceu no último domingo em sua residência no Rio de Janeiro.

Doutor em economia pela Unicamp, Barros de Castro foi presidente do BNDES entre outubro de 1992 e março de 1993 (fim do Governo Fernando Collor de Mello e começo do Governo Itamar Franco). Voltou ao Banco entre 2005 e 2007 como diretor de Planejamento a convite do então presidente da instituição, Guido Mantega. Na atual gestão de Luciano Coutinho foi assessor-sênior da instituição.

Ele foi diretor do Instituto de Economia da UFRJ e um dos quatro professores eméritos de Economia daquela Universidade, junto com Carlos Lessa, Maria da Conceição Tavares e Antonio Lopes Rodrigues. Era especialista em política industrial e vinha, nos últimos anos, estudando com muita atenção a importância da China na economia mundial, além de proferir aulas no programa de pós-graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, do Instituto de Economia da UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

No exterior foi professor visitante nas Universidades do Chile, de Cambridge e de Oxford, na Inglaterra, e Berkeley, nos EUA; membro do Institute for Advanced Study, Princeton, EUA; e professor e pesquisador da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – CEPAL, das Nações Unidas, de 1962 a 1973.

Barros de Castro era do grupo de economistas desenvolvimentistas que se inspirava nas ideias da Cepal, onde despontaram os professores Raul Prebisch e Celso Furtado. Junto com Carlos Lessa escreveu, no início dos anos 60, o livro **Introdução à Economia, uma abordagem estruturalista**, um clássico nas universidades e um sucesso editorial, com 46 edições em português e outras dezenas em espanhol. Além dessa obra, escreveu, dentre outras, **Sete Ensaios sobre a Economia Brasileira** e **A Economia Brasileira em Marcha Forçada**.

O professor Castro formou várias gerações de economistas e deu uma importante contribuição para tornar o Brasil uma sociedade justa e menos desigual.

Sala das Sessões, – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – O Sr. Senador Romero Jucá enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, tivemos oportunidade de receber a cartilha intitulada “Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência no Sistema Único de Saúde – SUS”, do Ministério da Saúde, publicação que data de 2010, com tiragem de cem mil exemplares, em sua primeira edição.

A cartilha, de inegável importância para as pessoas com deficiência e suas famílias, trata de assuntos práticos e muito relevantes, como as “ações de promoção, acessibilidade, prevenção de deficiências, assistência à saúde da pessoa com deficiência e processos de reabilitação, incluindo a dispensação de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção, e bolsas de ostomia, fornecidos pelas unidades de saúde que integram a rede de serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), em todo o País”.

O documento que nos foi encaminhado reúne matérias bastante atuais, algumas apresentadas em forma de indagação, como: “Quais as principais causas da deficiência?”; “O que é e quais são as deficiências?”; “Como igualar oportunidades na sociedade?”; “Quais são as ações e os serviços de saúde do SUS para as pessoas com deficiência?”; “Saúde sexual e reprodutiva das pessoas com deficiência”; entre outros temas de interesse.

Sr^as e Srs. Senadores, gostaríamos de parabenizar o Ministério da Saúde e todos os responsáveis pela publicação de cartilha tão esclarecedora a respeito dos direitos das pessoas com deficiência, pois ações como esta auxiliam no aperfeiçoamento do exercício da cidadania, no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^as e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se, amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA**1****PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 20, DE 2011***(Proveniente da Medida Provisória nº 530, de 2011)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2011, que *institui, no âmbito do Ministério da Educação, o plano especial de recuperação da rede física escolar pública, com a finalidade de prestar assistência financeira para recuperação das redes físicas das escolas públicas estaduais, do Distrito Federal e municipais afetadas por desastres (proveniente da Medida Provisória nº 530, de 2011).*

(Lido no Senado Federal no dia 17-8-2011)

Relatora revisora: Senadora Marta Suplicy

(Sobrestando a pauta a partir de: 10-6-2011)

Prazo final prorrogado: 5-9-2011

2**MEDIDA PROVISÓRIA N° 531, DE 2011**

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 531, de 2011, que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação, no valor de R\$ 74.000.000,00 (setenta e quatro milhões de reais), para os fins que especifica.*

(Lido no Senado Federal no dia 17-8-2011)

Relator revisor: Senador Flexa Ribeiro
(Sobrestando a pauta a partir de: 10-6-2011)

Prazo final prorrogado: 5-9-2011

3**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 467, DE 2008-COMPLEMENTAR***(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 451, de 2011)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2008-Complementar, da Senadora Ideli Salvatti, que *altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para acrescentar outras atividades de*

prestação de serviços às já passíveis de opção pelo Simples Nacional.

Parecer sob nº 1.575, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Junior, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAE, que apresenta.

4**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 1, DE 2010-COMPLEMENTAR***(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 475, de 2011)*

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2010-Complementar (nº 12/2003-Complementar, na Casa de origem, do Deputado Sarney Filho), que *fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.*

(Pendente de:

– leitura do parecer da CCJ;

– emissão de pareceres da CRA e da CMA.)

5**PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 41, DE 2010***(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 476, de 2011)*

Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2010 (nº 219/2003, na Casa de origem, do Deputado Reginaldo Lopes), que *regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 janeiro de 1991, e dá outras providências.*

(Pendente de:

– leitura dos pareceres da CCJ, CCT e CDH;

– emissão de parecer da CRE.)

6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 56, DE 2007

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2007 (nº 3.933/2004, na Casa de origem), que *inclui a pesca industrial nas atividades vinculadas ao setor rural e dá outras providências.*

Parecer sob nº 534, de 2008, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com a Emenda nº 1-CRA de redação, que apresenta, com voto vencido, da Senadora Marisa Serrano.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 63, DE 2011**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Valdir Raupp, que *altera a redação do art. 3º da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, para ampliar o prazo de adesão ao regime especial de precatório até a data de 31 de dezembro de 2012.*

Parecer, sob nº 689, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 102, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2007 (nº 3.129/2004, na Casa de origem, do Deputado Eduardo Valverde), que *altera o art. 6º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para equiparar os efeitos jurídicos da subordinação exercida por meios telemáticos e informatizados à exercida por meios pessoais e diretos.*

Pareceres favoráveis, sob nos 364 e 365, de 2011, das Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Cristovam Buarque; e de Constituição de Assuntos Sociais, Relator: Senador Casildo Maldaner.

9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Inácio Arruda.

10

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 185, DE 2004

(*Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2008*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.*

Pareceres sob nº 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, nos termos do Substitutivo, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas apresentadas ao Substitutivo, em turno suplementar, perante à Comissão): favorável, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

11

REQUERIMENTO N° 1.108, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.108, de 2007, do Senador Cristovam Buarque e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta pelos Senadores do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais, para, no prazo de cento e vinte dias, promover amplo debate e propor medidas concretas para o combate à violência no Distrito Federal e Entorno.*

12

REQUERIMENTO N° 918, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 918, de 2011, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Se-*

nado nº 337, de 2005, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (licitações de serviços de publicidade e propaganda).

13

REQUERIMENTO N° 919, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 919, de 2011, do Senador Jarbas Vasconcelos, *solicitando a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 29, de 2007; e 40, de 2011, por regularem matérias correlatas (fim das coligações nas eleições proporcionais).*

14

REQUERIMENTO N° 932, DE 2011

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 932, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de solidariedade ao Excelentíssimo Senhor Comandante do Exército, General Enzo Martins Peri, em virtude de matéria veiculada pelo jornal Folha de São Paulo, na edição de 31 de julho deste ano.*

15

REQUERIMENTO N° 971, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 971, de 2011, do Senador Ataídes de Oliveira, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 201, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (publicidade nos sistemas de transporte de passageiros).*

16

REQUERIMENTO N° 977, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 977, de 2011, do Senador Paulo Bauer, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e*

Esporte (destinação dos recursos das loterias federais administradas pela CEF).

17

REQUERIMENTO N° 978, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 978, de 2011, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 101, de 2010, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (concede a trabalhador estrangeiro de empresa brasileira o acesso à Justiça do Trabalho).*

18

REQUERIMENTO N° 982, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 982, de 2011, do Senador Sérgio Souza, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (empregador rural).*

19

REQUERIMENTO N° 983, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 983, de 2011, da Senadora Ana Amélia, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 431, de 2003; 406, de 2005; 181, 196 e 495, de 2007; 150, de 2009; e 106, de 2011, por regularem matérias correlatas (normas sobre alimentos).*

20

REQUERIMENTO N° 992, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 992, de 2011, do Senador Marcelo Crivella, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 83, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Comissão de Constituição Justiça e Cidadania (cobrança de diárias em hotéis, pousadas e similares).*

21**REQUERIMENTO N° 993, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 993, de 2011, do Senador Marcelo Crivella, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 83, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.*

22**REQUERIMENTO N° 998, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 998, de 2011, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (inserção de texto em embalagens de produtos infantis).*

23**REQUERIMENTO N° 1.001, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.001, de 2011, do Senador Fran-

cisco Dornelles, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (proibição de venda de bebidas alcóolicas nos locais que especifica).*

24**REQUERIMENTO N° 1.011, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.011, de 2011, do Senador Armando Monteiro, solicitando, nos termos do art. 101, inciso I, do Regimento Interno, audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 393, de 2009 (salário mínimo).

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT

– PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT

– PI) – Está encerrada a sessão.

Boa noite!

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 8 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54^a LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
PSOL - Marinor Brito**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

PR - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**
Bloco-PMDB - Wilson Santiago**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferreira**

Piauí

PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PMN - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

PR - Antonio Russo* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Reditario Cassol** (S)
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-DEM - Kátia Abreu*
Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira** (S)
PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PMDB - Geovani Borges** (S)
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, da Senadora Marinor Brito e outros Senadores)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM)⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)⁽⁵⁾

RELATOR: Senadora Marinor Brito (PSOL-PA)

Leitura: 16/03/2011

Instalação: 27/04/2011

Prazo final: 06/09/2011

Prazo prorrogado: 15/04/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Lídice da Mata (PSB-BA) ^(3,4,7)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(3,6,9)
Angela Portela (PT-RR) ⁽³⁾	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽³⁾
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO ⁽⁸⁾	2. João Alberto Souza (PMDB-MA)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marinor Brito (PSOL-PA) ⁽¹⁾	1.
PTB	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽²⁾	

Notas:

- *. Em 12.8.2011, foi lido o Requerimento nº 995, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias, a partir de 7.9.2011.
- 1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2001 SF/GSMB).
- 2. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nº's 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).
- 3. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).
- 4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).
- 5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): José Augusto Panisset Santana

Telefone(s): 33033492

Fax: 33031176

E-mail: panisset@senado.gov.br

2) CPI - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ECAD

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

(Requerimento nº 547, de 2011, do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁹⁾

Leitura: 17/05/2011

Instalação: 28/06/2011

Prazo final: 22/12/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	1. Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁶⁾
Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁶⁾	2.
Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽⁶⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ^(1,2)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽⁴⁾	1. João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁴⁾
Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁴⁾	2. Geovani Borges (PMDB-AP) ⁽⁴⁾
Sérgio Petecão (PMN-AC) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM-GO) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(7,8)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽¹⁰⁾	
PTB	
João Vicente Claudino (PI) ⁽³⁾	1. Gim Argello (DF) ⁽³⁾

Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao PSOL (OF. Nº 67/2011-GLDBAG).
2. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL (Of. nº 273/11-GSMB) em vaga cedida temporariamente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 67/11-GLDBAG).
3. Em 02.06.2011, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 88/2011-GLPTB).
4. Em 02.06.2011, são designados os Senadores Vital do Rêgo, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão membros titulares e os Senadores João Alberto Souza e Geovani Borges membros suplentes do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 166/2011-GLPMDB).
5. Em 02.06.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 41/2011-GLDEM).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 15.06.2011, são designados os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Eduardo Suplicy membros titulares e o Senador Pedro Taques membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 074/2011-GLDBAG).
7. Em 20.06.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 134/11-GLPSDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 28.06.2011, foi lido o Of. 019/11-SSCEPI, que comunica a instalação da CPI e a eleição do Senador Randolfe Rodrigues para Presidente e do Senador Ciro Nogueira para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Lindberg Farias para Relator.
10. Em 06.07.2011, o Senador Aloysio Nunes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 150/11-GLPSDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 6133033514

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - SITUAÇÃO DOS CIDADÃOS HAITIANOS NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

Finalidade: Averigar, "in loco", no prazo de quinze dias, a situação de cidadãos haitianos que se encontram no Acre e demais estados da Amazônia brasileira, visando medidas a serem tomadas para sua proteção e regularização migratória.

(Requerimento nº 153, de 2011, do Senador Jorge Viana e outros Senadores)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 03/03/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)⁽⁶⁾

Senador Aníbal Diniz (PT) ⁽²⁾

Senador Jorge Viana (PT) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Sérgio Petecão (PMN) ⁽⁴⁾

Senador Gilvam Borges (PMDB) ^(3,5)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Notas:

1. Em 14.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)

2. Em 14.03.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)

3. Em 16.03.2011, o Senador Gilvam Borges é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)

4. Em 16.03.2011, o Senador Sérgio Petecão é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)

5. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3) ALTERAÇÕES NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

Finalidade: Propor, no prazo de noventa dias, alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa; atuando especialmente em estados onde ocorreram tragédias de grandes proporções como Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro.

(Requerimento nº 171, de 2011, do Senador Jorge Viana e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁷⁾

RELATOR: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁷⁾

Aprovação do Requerimento: 17/03/2011

Instalação: 04/05/2011

Prazo final: 14/08/2011

Prazo prorrogado: 22/12/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁴⁾	1. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(4,5)
Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾	2. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾	3. Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽⁴⁾
Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽⁴⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Casildo Maldaner (PMDB) ⁽³⁾	1. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽³⁾	2. Senador Luiz Henrique (PMDB) ⁽³⁾
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽³⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁶⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽³⁾	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾
	2.
PTB	
Senador Fernando Collor ⁽²⁾	1. Senador Armando Monteiro ⁽²⁾

Notas:

*. Em 9.8.2011, foi lido e aprovado o Requerimento nº 957, de 2011, que prorroga o prazo dos trabalhos da Comissão até o final da presente sessão legislativa.

1. Em 1º.04.2011, os Senadores Paulo Bauer e Cyro Miranda são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão. (Of. 74/2011 - GLPSDB)

2. Em 06.04.2011, os Senadores Fernando Collor e Armando Monteiro são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão. (Of. 77/2011 - GLPTB)

3. Em 07.04.2011, os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Vital do Rêgo e Valdir Raupp são designados membros titulares do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão; e os Senadores Ricardo Ferraço e Luiz Henrique, membros suplentes. (Of. 105/2011-GLPMDB)

4. Em 20.04.2011, os Senadores Jorge Viana, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias e Inácio Arruda são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão; e os Senadores Ana Rita, Blairo Maggi, Lídice da Mata e Acir Gurgacz, membros suplentes. (Of. 54/2011-GLDABG)

5. Em 04.05.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita. (Of. 59/2011-GLDBAG)
6. Em 04.05.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 140/2011).
7. Em 04.05.2011, foi lido o Of. 015/11-SSCEPI, que comunica a instalação da Comissão Temporária e a eleição do Senador Jorge Viana para Presidente e do Senador Inácio Arruda para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Casildo Maldaner para Relator.
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - VISITA "IN LOCO" À ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A (ELETRONUCLEAR)

Finalidade: Realizar visita, "in loco", à Eletrobrás Termonuclear S.A. (ELETRONUCLEAR), em específico, a Usina Nuclear de Angra I, Angra II e demais instalações do complexo.

(Requerimento nº 237, de 2011, do Senador Lindbergh Farias e outros Senadores)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 22/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (10)	
Senador Lindbergh Farias (PT) (3)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT) (4)
Senador Jorge Viana (PT) (7)	2. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Lobão Filho (PMDB) (1)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB) (6,9)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cyro Miranda (PSDB) (8)	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) (5)

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
2. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
3. Em 29.03.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.03.2011, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
5. Em 29.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
6. Em 29.03.2011, o Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) cedeu a segunda vaga de titular na Comissão ao PRB (Of. nº 096/2011 - GLPMDB)
7. Em 29.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
8. Em 29.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
9. Em 30.03.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 41/2011 - GLDBAG).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - AÇÕES DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Acompanhar e analisar, no prazo de doze meses, as ações da Política Nacional de Segurança Pública, especialmente os projetos e programas financiados com recursos do PAC 2.

(Requerimento nº 455, de 2011, do Senador Eduardo Braga e outros Senadores)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁵⁾

Aprovação do Requerimento: 25/05/2011

Instalação: 05/07/2011

Prazo final: 22/12/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾

Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁾

Senador Pedro Taques (PDT) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽¹⁾

Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Jayme Campos (DEM) ⁽⁴⁾

Notas:

1. Em 09.06.2011, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº 187/2011 - GLPMDB).
2. Em 09.06.2011, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº 187/2011 - GLPMDB).
3. Em 16.06.2011, os Senadores Lindbergh Farias e Pedro Taques são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 76/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.06.2011, o Senador Jaime Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (OF. Nº 50/11 - GLDEM).
5. Em 05.07.2011, os senadores Eduardo Braga e Jayme Campos foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da Subcomissão, e o senador Pedro Taques designado relator.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): ANTONIO OSCAR GUIMARÃES LÓSSIO

Telefone(s): 6133033511

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - CONFLITO AGRÁRIO NA DIVISA DOS ESTADOS DO ACRE, AMAZONAS E RONDÔNIA

Finalidade: Visitar as regiões de conflito agrário na divisa dos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia, onde ocorreu o assassinato de Adelino Ramos e, ainda, no município de Nova Ipixuna, no Sudeste do Pará, local do assassinato do casal de extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e sua esposa, Maria do Espírito Santo Silva, e Eremilton Pereira dos Santos.

(Requerimento nº 609, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin e outros Senadores)

Número de membros: 3

Aprovação do Requerimento: 31/05/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾

Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Pedro Taques (PDT) ^(1,2)

Notas:

1. Em 02.06.2011, o DEM cede a sua vaga na Comissão ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 045/11-GLDEM).
2. Em 07.06.2011, o Senador Pedro Taques é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar Minoria (OF. nº 71/2011 - GLBAG).
3. Em 07.06.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 69/2011 - GLBAG).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

REFORMA POLÍTICA - 2011

Finalidade: Elaborar, no prazo de quarenta e cinco dias, anteprojeto de Reforma Política.

(Atos do Presidente do Senado Federal nºs 24 e 28, de 2011)

Número de membros: 15 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Designação: 10/02/2011

TITULARES	SUPLENTES
Senador Francisco Dornelles (PP)	1. Senador Humberto Costa (PT)
VAGO ⁽¹⁾	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Fernando Collor (PTB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	4. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	5. Senadora Ana Amélia (PP)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	6. Senador Vicentinho Alves (PR)
Senador Wellington Dias (PT)	
Senador Jorge Viana (PT)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	
Senador Pedro Taques (PDT)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Senador Eduardo Braga (PMDB)	
Senadora Ana Rita (PT)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	

Notas:

1. Vago em virtude do falecimento do Senador Itamar Franco, ocorrido em 02.07.2011.

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 61 33034638

E-mail: sscepi@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de cento e oitenta dias, anteprojeto de Código Penal.

(Requerimento nº 756, de 2011, do Senador Pedro Taques)

Número de membros: 7

Aprovação do Requerimento: 10/08/2011

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁴⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT) ^(11,15)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
José Pimentel (PT) ^(10,11)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Clésio Andrade (PR)	6. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽⁷⁾	7. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	8. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	9. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	10. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Geovani Borges (PMDB) ^(4,8)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Reditario Cassol (PP) ^(12,13)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽²⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

PSOL

Marinor Brito

1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.
- **. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.
- 1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- 2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.
- 3. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.
- 4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
- 5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
- 6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).
- 7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
- 8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
- 9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of nº 66/2011-GLDBAG).
- 10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- 11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of nº 079/2011-GLDBAG).
- 12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nº's 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
- 13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
- 14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- 15. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽⁴⁾

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Gleisi Hoffmann (PT) ⁽⁵⁾	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PR)	2. Lindbergh Farias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽²⁾	1. Armando Monteiro (PTB) ^(1,3)

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
2. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
4. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.
5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. VAGO
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
Vicentinho Alves (PR)	5. Lindbergh Farias (PT)
João Durval (PDT)	6. Clésio Andrade (PR)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eunício Oliveira (PMDB) ⁽⁷⁾
Paulo Davim (PV) ⁽²⁾	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ana Amélia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
VAGO ⁽⁸⁾	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
João Vicente Claudino ^(1,6)	2. Gim Argello

Notas:

*. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).
2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)
6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)
7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: quintas-feiras, às 11h30 - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(2,4)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽³⁾

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Marisa Serrano Vice-Presidente deste Colegiado.
3. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - CAS).
4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽²⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. VAGO ⁽¹⁾
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).
2. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - CAS).
3. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PMN)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste Colegiado.
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTROS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 02/2011, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo acompanhar, no prazo de 90 (noventa) dias, Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outras Drogas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

RELATORA: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Wellington Dias (PT)	1. Angela Portela (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Paulo Davim (PV)
Ana Amélia (PP)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽³⁾	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Amélia Vice-Presidente deste Colegiado.
3. Em 18.05.2011, o Senador Cyro Miranda deixou de integrar a Subcomissão em virtude de participar de diversas outras Comissões (OF. nº 40/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
4. Em 28.06.2011, a Senadora Ana Amélia é designada relatora da Subcomissão. (Of. nº 48/2011 - PRESIDÊNCIA/CASDEP)
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁴⁾	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) (10)
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) (10)
Pedro Taques (PDT)	3. Aníbal Diniz (PT) (10,11)
Jorge Viana (PT) ⁽⁷⁾	4. Acir Gurgacz (PDT)
Magno Malta (PR)	5. Clésio Andrade (PR) (20,22)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Lindbergh Farias (PT) (8)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	8. Humberto Costa (PT) (12)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Luiz Henrique (PMDB) (2,5,16,21)
Pedro Simon (PMDB) ^(3,17)	2. Valdir Raupp (PMDB) (4,16)
Romero Jucá (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB) (13,16)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) (15,16)
Renan Calheiros (PMDB) ⁽²¹⁾	5. Lobão Filho (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PMN)	8. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) (23)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁴⁾
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁹⁾	4. José Agripino (DEM) (18)
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) (6)
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti (9)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ.

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ.

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CCJ.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)

3. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF.Nº 41/2011-GLPMDB)

5. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF.Nº 42/2011-GLPMDB)

6. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

7. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

8. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

9. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

10. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

11. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).

13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).

14. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).

17. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

19. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).

22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).

23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).

24. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCJ nº 2/2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o objetivo de analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, do PRS nº 96, de 2009, que Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

Número de membros: 5 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽³⁾

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾

Eduardo Suplicy (PT)

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Vital do Rêgo (PMDB)

Ricardo Ferraço (PMDB)

Benedito de Lira (PP) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 16.03.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. nº 15/2011 - Presidência CCJ)
2. Em 23.03.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Eduardo Suplicy Presidente deste colegiado(OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).
3. Em 23.03.2011, o Presidente deste colegiado designou o Senador Ricardo Ferraço como Relator (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE
Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(3,15,17)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁸⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Aníbal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽¹⁴⁾
Walter Pinheiro (PT)	5. Clésio Andrade (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽¹²⁾	6. Vicentinho Alves (PR)
Magno Malta (PR)	7. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	8. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁰⁾
Lídice da Mata (PSB)	9.
Inácio Arruda (PC DO B)	10.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Roberto Requião (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Eduardo Amorim (PSC)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ^(7,13)	3. Luiz Henrique (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Ciro Nogueira (PP) ⁽¹¹⁾
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amélia (PP)	9.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁴⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
VAGO ⁽¹⁶⁾	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁵⁾
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁶⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
José Agripino (DEM) ⁽⁸⁾	5. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁹⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. ⁽¹⁾
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
- **. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
- ****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
- 1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).
- 2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
- 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- 4. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 060/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
- 5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
- 6. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 061/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
- 7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
- 8. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
- 9. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
- 10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
- 11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
- 12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
- 13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
- 14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- 15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
- 16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
- 17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).
- 18. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁵⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(12,16)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Vicentinho Alves (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Pedro Taques (PDT)	5. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Waldemir Moka (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	5. Garibaldi Alves (PMDB)
Reditario Cassol (PP) ^(13,14)	6. Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) ^(8,11)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Kátia Abreu (DEM)	3. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾	1. João Vicente Claudino ⁽²⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues ⁽⁵⁾	1. Lindbergh Farias (PT) ^(5,6,10)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
5. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (Of. SF/GSMB nº 0275/2011).
6. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (Of. SF/GSMB nº 0276/2011).
7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).
11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Kátia Abreu (DEM)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
VAGO ⁽³⁾	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).

3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. VAGO ⁽¹⁾
Anibal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- *. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ^(1,2,3)

RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
VAGO	1. Jorge Viana (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Reditario Cassol (PP) (2,3,5)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).
2. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
*. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ^(1,3)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Cristovam Buarque (PDT) ^(4,8)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Reditario Cassol (PP) ^(5,7)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. VAGO ⁽²⁾
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).
2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
7. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
8. Em 11.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 91/2011-CMA).
- *. Em 10.5.2011, foi lido o Ofício nº 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrana e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽¹⁴⁾
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. VAGO ⁽¹⁵⁾
Magno Malta (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. João Durval (PDT)
Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹¹⁾	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) ^(8,10)
Eduardo Amorim (PSC) ^(1,13)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	4. Wilson Santiago (PMDB)
Sérgio Petecão (PMN)	5. VAGO ⁽¹³⁾
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) ^(5,9)	1. VAGO ⁽⁷⁾
VAGO ⁽⁶⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti ⁽²⁾	1.
Gim Argello ⁽¹²⁾	2.
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.
- *****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.
1. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
 2. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (OF. nº 085/2011 - GSMB)
 5. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).
 6. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).
 7. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).
 8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (OF. nº 110/2011-GLPSDB).
 10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 11. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 63/2011-GLBAG).
 12. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).
 13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB)
 14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: terças-feiras, às 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Sérgio Petecão (PMN)	1. Eunício Oliveira (PMDB)
VAGO (1)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM) (1)	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- *. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marinor Brito (PSOL-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 19/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Marinor Brito (PSOL)	1. Ana Rita (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Paulo Davim (PV)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1. Cyro Miranda (PSDB)

Notas:

1. Em 19.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 269/11-CDH).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- *. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 269/11-CDH designando a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella como titulares e as Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Eduardo Amorim e Paulo Davim como titulares e os Senadores Garibaldi Alves e Wilson Santiago como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV; e o Senador Ataídes Oliveira como titular e o Senador Cyro Miranda como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PMN-AC) ⁽¹⁾

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Sérgio Petecão (PMN)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:

1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- *. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,7)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾
VAGO ⁽⁶⁾	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Clésio Andrade (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- *. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.
- **. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Marcelo Crivella (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 18.08.2011, foi lido o Ofício nº 171/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 11 de agosto do ano em curso, dos Senadores Luiz Henrique e Marcelo Crivella para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
- *. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁷⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Gleisi Hoffmann (PT) ⁽⁵⁾	4. VAGO ^(2,6)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁾	1. Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 18.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu o Senador Mozarildo Cavalcanti e a Senadora Ana Amélia, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 029/2011-CRE/PRES).
5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Pedro Taques (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Geovani Borges (PMDB) ^(3,4)
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Wilson Santiago (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Eduardo Amorim (PSC)
Francisco Dornelles (PP)	8. Reditario Cassol (PP) ^(6,7)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) ^(2,5)	3. Alvaro Dias (PSDB) ^(5,8)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).
2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoría na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.
6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
8. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoría (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).
9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Wellington Dias (PT) ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. Zeze Perrella (PDT) ^(8,12)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽³⁾
Vicentinho Alves (PR)	4. Magno Malta (PR)
João Durval (PDT)	5. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	6.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Wilson Santiago (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Reditario Cassol (PP) ^(9,10)
Benedito de Lira (PP)	6. Garibaldi Alves (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) ⁽⁶⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
PSOL	
	1.

Notas:

- *. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.
- **. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.
- ***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.
- ****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgálio, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.
- 1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: quartas-feiras, às 14h -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 04.04.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente e o Senador Eduardo Amorim Vice-Presidente, deste colegiado (Of. nº 001/2011 -CDR).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Reditario Cassol (PP) ^(4,6)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Vago em 10.05.2011 em virtude do Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

Designação: 14/06/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 06.07.2011, a senadora Lídice da Mata e o senador Ataídes Oliveira foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da Subcomissão.
 2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- *. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olímpíada e Paraolímpíada 2016.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) (8,11)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT) (12,17)	3. Walter Pinheiro (PT)
Clésio Andrade (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	5. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Reditario Cassol (PP) (13,14)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB) ^(4,10,15)
Jayme Campos (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁶⁾
PTB	
Sérgio Souza (PMDB) ^(1,9)	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁷⁾
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

**. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
7. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Redentor Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: quintas-feiras, às 12h -
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS
Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Aníbal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽⁴⁾	4. Cristovam Buarque (PDT)
VAGO ⁽¹⁰⁾	5. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) ^(3,5)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Reditario Cassol (PP) ^(7,8)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PSOL	
VAGO ⁽⁶⁾	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF.nº 026/2011-GLDBAG)
2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).
7. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nº's 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
8. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
10. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 8h45 -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Lobão Filho (MA)	1.
João Alberto Souza (MA)	2. Wilson Santiago (PB)
Renan Calheiros (AL)	3. Valdir Raupp (RO)
Romero Jucá (RR)	4. Eunício Oliveira (CE)
PT	
Humberto Costa (PE)	1. Anibal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO ⁽²⁾
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Vicentinho Alves (TO)	1.
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	

Atualização: 27/06/2011

Notas:

1. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
2. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Demóstenes Torres (DEM/GO)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

OUVIDOR-GERAL: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

1ª Designação: 26/04/2011

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM)⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 03/12/2001

2^a Designação: 26/02/2003

3^a Designação: 03/04/2007

4^a Designação: 12/02/2009

5^a Designação: 11/02/2011

MEMBROS

PMDB

PT

Gleisi Hoffmann (PR)^(1,7)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PTB

Mozarildo Cavalcanti (RR)⁽⁵⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE)⁽⁶⁾

PR

PP

Ciro Nogueira (PI)⁽²⁾

PDT

PSB

Lídice da Mata (BA)

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM)⁽³⁾

PSOL

Marinor Brito (PA)⁽⁴⁾

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC)

PV

Paulo Davim (RN)

Atualização: 09/06/2011

Notas:

1. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
2. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
7. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 14/2011-GLDPT, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
8. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹³⁾

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS

PMDB

Waldemir Moka (MS) ⁽⁵⁾

PT

Jorge Viana (AC) ⁽⁷⁾

PSDB

Cyro Miranda (GO) ⁽¹⁰⁾

PTB

Armando Monteiro (PE) ⁽⁹⁾

DEM

José Agripino (RN) ⁽⁸⁾

PR

Clésio Andrade (MG) ⁽¹¹⁾

PP

Reditario Cassol (RO) ⁽¹⁵⁾

PDT

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹²⁾

PC DO B

Inácio Arruda (CE) ⁽⁴⁾

PSOL

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁴⁾

PRB

Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾

PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽³⁾

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC) ⁽²⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽⁶⁾

Atualização: 14/07/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.
14. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Ofs. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. GLPMDB nº 223/2011, de 13/07/2011, do Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/07/2011, em substituição ao Senador Ivo Cassol, licenciado nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovados na sessão de 12.07.11.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁴⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS

PMDB

Pedro Simon (RS) ⁽⁷⁾

PT

Ana Rita (ES) ⁽⁹⁾

PSDB

Cícero Lucena (PB) ⁽¹⁰⁾

PTB

João Vicente Claudino (PI) ⁽¹¹⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾

PR

Blairo Maggi (MT) ⁽¹²⁾

PP

Ana Amélia (RS) ⁽⁶⁾

PDT

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹³⁾

PC DO B

Inácio Arruda (CE) ⁽⁵⁾

PSOL

Marinor Brito (PA) ⁽¹⁶⁾

PRB

Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾

PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽⁴⁾

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC) ⁽²⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽³⁾

Atualização: 11/08/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg.005/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 002/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
15. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
16. Designada para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of. SF/GSMB nº 0417/2011, de 10/08/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 11/08/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

8) PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS

PMDB

Casildo Maldaner (SC) ⁽⁷⁾

PT

Jorge Viana (AC) ⁽⁹⁾

PSDB

Cyro Miranda (GO) ⁽¹¹⁾

PTB

Gim Argello (DF) ⁽¹⁰⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾

PR

Clésio Andrade (MG) ⁽¹²⁾

PP

Ciro Nogueira (PI) ⁽⁵⁾

PDT

Cristovam Buarque (DF) ⁽¹⁵⁾

PSB

Lídice da Mata (BA) ⁽¹³⁾

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾

PSOL

PRB

Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾

PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽⁴⁾

PPS

PMN

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Sérgio Petecão (AC) ⁽⁶⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽²⁾

Atualização: 05/05/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 88/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 025/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 24/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 72/2011-GLPTB, de 28/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 29/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, em substituição ao Senador Paulo Bauer, nos termos do Of.nº 79/11-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 05/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.nº 006/2011-GLPR, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 004/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª Reunião de 2011, realizada em 04/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do OF. GLPDT nº 026/2011, de 05/05/2011, lido na sessão do Senado Federal desta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 Fax:(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB/AP)
Chanceler: Deputado Marco Maia (PT/RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Marco Maia (PT/RS)	PRESIDENTE José Sarney (PMDB/AP)
1º VICE-PRESIDENTE Rose de Freitas (PMDB/ES)	1ª VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy (PT/SP)
2º VICE-PRESIDENTE Eduardo da Fonte (PP/PE)	2º VICE-PRESIDENTE Wilson Santiago (PMDB/PB)
1º SECRETÁRIO Eduardo Gomes (PSDB/TO)	1º SECRETÁRIO Cícero Lucena (PSDB/PB)
2º SECRETÁRIO Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	2º SECRETÁRIO João Ribeiro (PR/TO)
3º SECRETÁRIO Inocêncio Oliveira (PR/PE)	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino (PTB/PI)
4º SECRETÁRIO Júlio Delgado (PSB/MG)	4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira (PP/PI)
LÍDER DA MAIORIA Paulo Teixeira (PT/SP)	LÍDER DA MAIORIA Renan Calheiros (PMDB/AL)
LÍDER DA MINORIA Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	LÍDER DA MINORIA Mário Couto (PSDB/PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA João Paulo Cunha (PT/SP)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Eunício Oliveira (PMDB/CE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 07.06.2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das em presas de rádio (inciso I)		
Representante das em presas de televisão (inciso II)		
Representante de em presas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área da de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Newton Lima
Emiliano José	Sibá Machado
Jilmar Tatto	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Íris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
Moacir Micheletto	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira ³
Antonio Carlos Mendes Thame ²	Luiz Nishimori ³
Sergio Guerra	Reinaldo Azambuja ³
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	Marcos Montes ⁴
Mandetta Augusto	Coutinho ⁵
PR	
Paulo Freire	Giacobo
Henri	que Oliveira
PSB	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
Manuela D'ávila	Assis Melo
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Paulo Paim (PT)	Eduardo Suplicy (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristóvam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 13.07.2011)

1- Designados pelo Ato nº 28 do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 13 de julho de 2011.

2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. OF. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.

3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho

Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878

Fax: (61) 3216-6880

E-mail: cpmc@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)¹
Vice-Presidente: Senador Fernando Collor (PTB/AL)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA Paulo Teixeira (PT/SP) ²	LÍDER DA MAIORIA Renan Calheiros (PMDB/AL) ³
LÍDER DA MINORIA Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Mário Couto (PSDB/PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 07.06.2011)

Notas:

1- Assumiu a presidência na 1ª Reunião de 2011, realizada em 3-5-2011, em substituição ao Senador Fernando Collor, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15-8-2011.

2- Conforme Of. n º 216/2011/SGM da Câmara dos Deputados, o Líder do PT, Deputado Paulo Teixeira, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

3- Indicado o Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros, Eduardo Amorim, Francisco Dornelles e Paulo Davim.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

- Leitura: 13-7-2011
- Designação da Comissão:
- Instalação da Comissão:
- Prazo final da Comissão:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
1.	
2.	
3.	
4.	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
1.	
2.	
3.	
4.	
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
1.	
2.	
PTB	
	1.
PSOL ¹	
1.	

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes



Edição de hoje: 196 páginas

OS: 2011/14307